

RESUMO

Esta dissertação de Mestrado tem como objecto de estudo *A Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra (1948-1974)* e de que forma ela formou, educou e preparou para a vida as jovens que ali estudaram.

As instituições de ensino e formação foram criadas pelo poder central, de acordo com a ideologia subjacente às políticas educativas e destinadas à aplicação dos programas de ensino, elaborados segundo finalidades pré-definidas, para que os objectivos traçados sejam atingidos, mas é a cada Escola que cabe a operacionalização do que é determinado superiormente. Aqui reside a diferença, o carisma, aquilo que define uma boa escola das outras.

Foi a forma como o Liceu Infanta D. Maria pôs em prática as determinações superiores, enquanto Liceu e Centro da Mocidade Portuguesa Feminina que tornaram aquela instituição de ensino, uma Escola de referência naquela cidade e no país. As Professoras, conscientes do seu papel enquanto transmissoras de conhecimentos e de valores, orientadas pela reitora, tudo faziam dentro e fora da sala de aula para que as alunas terminassem cada ano com sucesso. Muitas sentiam orgulho em pertencerem ao Infanta.

Nasceu com aquele nome em 1919, continuando Escola Secundária Infanta D. Maria após a Revolução de Abril de 1974 e desde a sua fundação, ensinou e educou várias gerações de jovens, que transformou em mulheres educadas e patriotas.

PALAVRAS-CHAVE:

História; Didáctica; Educação; Estado Novo; Mocidade Portuguesa Feminina;

ABSTRACT

This dissertation analyses the role played by the Portuguese Youth Organization for Girls «Mocidade Portuguesa Feminina» at the Liceu Infanta D. Maria (1948-1974) and how it taught, educated and prepared for life the girls who studied there.

Schools were created by the government according to the ideology underlying the educational policies and targeting the implementation of educational programmes, after the goals previously set, so that the aims are achieved, although each school operationalizes what has been determined. Here lies the difference, the charisma that separates a good school from the others.

This was the way the High School «Infanta Dona Maria» put into practice the governmental decisions, as a High School and a Centre of the Portuguese Youth Organization for Girls that turned this institution into a school of reference not only in the city but throughout the country. The teachers, well aware of their role of passing knowledge and values and driven by the Principal, did everything they could in and outside the classroom to help students finish every school year successfully. Many of them feeling proud to belong to the «Infanta».

The school «Liceu Infanta Dona Maria» was born in 1919, becoming «Escola Secundária Infanta Dona Maria» shortly after the April Revolution (1974). Since its foundation, many generations of young women were taught there and became educated and patriotic women.

KEYWORDS:

History; Didactics; Education; «Estado Novo»; Portuguese Youth Organization for Girls/
«Mocidade Portuguesa Feminina»

AGRADECIMENTOS

A dar e a receber se estruturam as aprendizagens que nos permitem subir os degraus da vida e este é mais um degrau da minha subida. No esforço para o transpor foram muitos os que estiveram presentes e para todos deixo aqui algumas palavras de sentido agradecimento.

Ao meu orientador, Professor Dr. Ernesto Castro Leal pelos ensinamentos, conselhos e orientação dados e ainda pelas palavras de incentivo e pela disponibilidade que sempre teve para me ajudar na construção deste trabalho.

Ao Professor Dr. Miguel Corrêa Monteiro, meu co-orientador e que me “empurrou” para esta subida, agradeço a confiança que sempre em mim depositou, as palavras de incentivo, de amizade e o seu sábio ensinar.

A todos os professores do Mestrado que me fizeram voltar à Faculdade.

À Zé, colega e amiga de muitos anos, à Adélia, à Celeste e ao Mário, colegas do Mestrado, pela partilha, ajuda e amizade.

À Escola Secundária Infanta D. Maria, que sem a boa vontade da sua directora, Dra. Maria do Rosário Gama e do seu sub-director, Dr. António Almeida, este trabalho não tinha sido possível. Ainda um agradecimento para a coordenadora da Biblioteca e seus funcionários, e para as senhoras da Reprografia.

Agora aos amigos a quem abandonei fisicamente um pouco, mas que continuam no coração. À Nelinha, amiga de sempre, um agradecimento especial pelo tempo que lhe tomei na leitura deste trabalho.

Intencionalmente deixei para o fim a família, esteio da minha estabilidade.

À Guida, minha irmã, pelas palavras de incentivo.

À mãe e ao pai que foram “o meu calor” nos dias que passei em Coimbra e pelo seu amor incondicional.

À Susana e à Inês, pela ajuda na subida deste degrau e por terem compreendido as vezes em que fui “menos mãe”.

Ao Carlos, sempre a meu lado, por tudo o que tem sido a nossa vida.

NORMAS, SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS

NORMAS

Referências bibliográficas:

NP 405-1 (1994) Norma Portuguesa para referências bibliográficas: documentos impressos. Instituto Português da Qualidade.

NP 405-4 (2002) Norma Portuguesa para referências bibliográficas: parte 4 - Documentos electrónicos. Instituto Português da Qualidade.

SIGLAS E ABREVIATURAS

Apud = Citado em

Art.º = Artigo

cit. = Citado

D.L = Decreto-Lei

Docs. = documentos

Fig. = Figura

Ibidem = Mesmo autor, mesma obra

Idem = Mesmo autor

nº. = Número

ob. cit. = Obra citada

p. = Página

pp. = Páginas

s.d. = Sem data

Vol. = Volume

ACE = Actividades Circum-Escolares

AHME = Arquivo Histórico do Ministério da Educação

ANTT = Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APH = Associação dos Professores de História

ESIDM = Escola Secundária Infanta D. Maria

FISEC = Fédération Internationale Sportive de l'Enseignement Catholique

FLUC = Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

FLUL = Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

JEC = Juventude Estudantil Católica

JECF = Juventude Estudantil Católica Feminina

LNIDM = Liceu Nacional Infanta D. Maria

MEN = Ministério da Educação Nacional

MPF = Mocidade Portuguesa Feminina

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	- 3 -
PRIMEIRA PARTE	- 9 -
CAPÍTULO 1 – O ENSINO AO SERVIÇO DO ESTADO NOVO	- 11 -
1.1 Um país, um regime, um homem, uma vontade	- 11 -
1.1.1 Portugal e os Fascismo	- 11 -
Salazar no poder	- 15 -
1.2 A estrutura curricular do ensino liceal	- 19 -
A fundação dos liceus femininos	- 19 -
Os currículos	- 22 -
1930 – 1947	- 25 -
De 1947 a 1964	- 32 -
1.3 Os programas de História nos currículos do Ensino Liceal	- 39 -
De 1930 a 1947	- 41 -
De 1947 a 1974	- 47 -
1.4 As metodologias	- 54 -
CAPÍTULO 2 – A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA: HISTÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO	- 61 -
2.1 Do nascimento ao seu ocaso	- 62 -
A Mocidade Portuguesa no Feminino	- 63 -
Organização interna e primeiras actividades	- 64 -
A Mocidade Portuguesa Feminina e o Liceu	- 68 -
Tempos difíceis	- 70 -
2.2 Simbologia da Mocidade Portuguesa Feminina	- 71 -
Os estandartes	- 72 -
As revistas	- 74 -
Os uniformes	- 77 -
As insígnias	- 80 -
CAPÍTULO 3 – A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA E AS	- 83 -
ACTIVIDADES CIRCUM-ESCOLARES	- 83 -
3.1 As mulheres da Mocidade Portuguesa Feminina	- 83 -
A apropriação das elites femininas pelo Estado Novo	- 83 -
A formação das dirigentes.	- 84 -
Quem eram essas mulheres?	- 84 -
3.2 Preparar a mulher para a vida	- 87 -
A acção formativa das dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina	- 87 -
As Instrutoras	- 93 -
As Dirigentes	- 94 -
As Graduadas	- 95 -

3.3 Exemplos de dedicação a um projecto	- 96 -
Maria Baptista dos Santos Guardiola	- 96 -
3.4 Educadas e Patriotas	- 103 -
As actividades circum-escolares ajudavam as jovens a tornarem-se mulheres	- 103 -
SEGUNDA PARTE	- 105 -
CAPÍTULO 4 – UM LICEU CARISMÁTICO (1948-1974)	- 107 -
4.1 A História do Liceu	- 108 -
4.1.1 Da fundação à inauguração do novo Liceu (1914-1948)	- 108 -
4.1.2 O novo Liceu no Calhabé (1948-1974)	- 114 -
4.2 O perfil do corpo docente na época	- 118 -
4.2.1 As Reitoras	- 118 -
4.2.2 Dionysia Camões de Mendonça	- 122 -
4.2.3 Amélia Rosa Matos	- 129 -
4.2.4 Maria Alice Nobre Gouveia	- 135 -
4.2.5 As Professoras, uma elite destinada a formar e ensinar	- 139 -
4.3 O corpo discente	- 145 -
4.4 Educar e Ensinar / Ensinar e Educar	- 151 -
CAPÍTULO 5 – A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA NO LICEU	- 157 -
5.1 As dirigentes e as instrutoras	- 159 -
5.2 As filiadas	- 171 -
5.3 A vertente assistencial da Mocidade Portuguesa Feminina	- 173 -
5.3.1 A assistência recebida pelas filiadas	- 174 -
5.3.2 A assistência dada pelo Centro através das filiadas	- 177 -
5.4 As actividades do Centro	- 180 -
5.4.1 As Actividades Circum-Escolares no Projecto Educativo do Liceu	- 181 -
5.4.2 Festas, excursões e comemorações	- 202 -
5.4.3 As atletas	- 205 -
5.4.4 Campos de Férias	- 209 -
5.5 Educadas e Patriotas do Infanta	- 213 -
CONCLUSÃO	- 217 -
FONTES	- 221 -
BIBLIOGRAFIA	- 221 -
ANEXOS	- 235 -
ANEXO A – PROGRAMAS DE ENSINO DO ESTADO NOVO	- 236 -
ANEXO B – MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA	- 270 -
ANEXO C – O LICEU, CENTRO Nº1 DA M..P..F.. EM COIMBRA	- 281 -

ÍNDICE DAS FIGURAS

Fig. 1 - A Lição de Salazar	- 10
-	
Fig. 2 - Capa da revista M&M de Setembro de 1964	- 73
-	
Fig. 3 - Página da Menina e Moça (M&M) de Março de 1957	- 74
-	
Fig. 4 - Página da Revista M&M de Janeiro de 1962	- 75
-	
Fig. 5 - Página da Revista M&M de Março de 1950	- 75
-	
Fig. 6 - Capas de Revista M&M, Fevereiro e Junho de 1959	- 76
-	
Fig. 7 - Capa da Revista Mãos Dadas, Dezembro, 1961	-76-
Fig. 8 - Capa da Revista M&M, Dezembro, 1972	- 76
-	
Fig. 9 - Regulamento dos Uniformes da M.P.F.	- 78
-	
Fig. 10 - Primeiras Fardas das Lusitas e Infantas de 1937	- 79
-	
Fig. 11 - Primeiras Fardas das Vanguardistas de 1937	- 79
-	
Fig. 12 - Novo Uniforme das Lusitas, Infantas, Vanguardistas e Lusas de 1949	- 79
-	
Fig. 13 - Distintivos usados pelas dirigentes da M.P.F.	-80-
Fig. 14 - Distintivos usados pelas filiadas	-80-
Fig. 15 - Maria Baptista dos Santos Guardiola	- 96
-	

- Fig. 16 - Filiada do Centro nº1, com o estandarte da Mocidade Portuguesa Feminina, no
Cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria de Coimbra (1968) - 106
-
- Fig. 17 - Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra - 107
-
- Fig. 18 - Edifício onde funcionou o Liceu Nacional Infanta D. Maria (1919-1931) na Av.
Sá da Bandeira - 108
-
- Fig. 19 - Quinta da Rainha onde funcionou o Liceu (1932-1937) - 112
-
- Fig. 20 - Logótipo da Escola Secundária Infanta D. Maria - 113
-
- Fig. 21 - Edifício de S. Bento onde funcionou o Liceu (1937-1948) - 113
-
- Fig. 22 - O Liceu em 1948, em frente do qual se estava já a construir o Estádio Municipal
- 115
-
- Fig. 23 - O Liceu uns anos depois, vendo-se à direita a Escola Brotero, à esquerda a Escola
do Magistério Primário e em frente o Estádio Municipal - 115
-
- Fig. 24 - O novo edifício, aquando da inauguração (1948) - 116
-
- Fig. 25 - Planta do 1º Piso - 116
-
- Fig. 26 - Planta do 2º Piso - 117
-
- Fig. 27 - As Reitoras Dionysia Camões, Elisa Figueira e M. Emília Salvador, no
Cinquentenário do Liceu (26 de Fevereiro de 1969) - 118
-
- Fig. 28 - Dra. Dionysia Camões discursando no Cinquentenário do Liceu (26 de Fevereiro
de 1969) - 122
-

Fig. 29 - As quatro Jovens Fundadoras da 1ª Residência Universitária (1920)	- 123
-	
Fig. 30 - Dra. Amélia Rosa Matos, discursando no Cinquentenário do Liceu (26 de Fevereiro de 1969)	- 129
-	
Fig. 31 - Dra. Alice Gouveia (ao centro), com professores e alunos, na escadaria do Liceu D. João III	- 135
-	
Fig. 32 - Folha de rosto de um Trabalho Individual (7ºano), Abril de 1974	- 141
-	
Fig. 33 - Álbum de postais e fotografias de arquitectura, escultura e pintura, locais históricos, turísticos e tradições portuguesas	- 141
-	
Fig. 34 - Livro de Finalistas (1973/1974)	-151-
Fig. 35 - Baile de Finalistas (1974)	- 151
-	
Fig. 36 - Sta. Luzia, Viana do Castelo, excursão do 5ºano (1972)	- 154
-	
Fig. 37 - Estandarte da Mocidade Portuguesa Feminina do Liceu Nacional Infanta D. Maria	- 157
-	
Fig. 38 - Representação teatral nos anos 40, na Quinta da Rainha (quadro do Portugal aristocrático)	- 158
-	
Fig. 39 - Representação teatral nos anos 40, na Quinta da Rainha (quadro do Portugal rural)	- 158 -
Fig. 40 - Dra. Virgínia Gersão e algumas das protagonistas da peça de sua autoria, "Anjos de Portugal" (10 de Maio de 1952), O Anjo de Portugal à esquerda e a Pátria à direita	- 166
-	
Fig. 41 - Folha de rosto de um caderno diário das Actividades Circum-Escolares	-180-

Fig. 42 - Número de folclore num dia festivo	- 180
-	
Fig. 43 - Representação teatral	- 188
-	
Fig. 44 - Publicação da M.P.F. para orientar a aprendizagem de danças e cantares tradicionais	- 190
-	
Fig. 45 - Receita de bolo, aprendida nas aulas de Culinária	- 201
-	
Fig. 46 - Sarau no Liceu Infanta D. Maria	- 203
-	
Fig. 47 - Equipa de Voleibol do Liceu Infanta D. Maria	- 205
-	
Fig. 48 - Resultados obtidos pelas atletas do Infanta nos Campeonatos distritais de 1966	- 209
-	
Fig. 49 - Exemplo de um horário de um Campo de Férias (1965)	- 211
-	
Fig. 50 - 1ª Página do jornal "REVOLUÇÃO", 5 de Novembro de 1969	- 215
-	
Fig. 51 - Finalistas de 1948/49	- 216
-	
Fig. 52 - Finalistas de 1973/1974	- 216
-	

ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1 - ALunos matriculados por género (1927/1928)	- 21 -
Quadro 2- Estrutura curricular do ensino liceal feminino prevista na legislação fundadora (1888)	- 23 -
Quadro 3 - Estrutura curricular do Liceu Maria Pia, à data da sua fundação (1888)	- 24 -
Quadro 4 - Estrutura curricular do ensino liceal (1936)	- 30 -

Quadro 5 - Curso de Educação Familiar - 7º ano	- 32 -
Quadro 6 - Estrutura curricular do ensino liceal (1947)	-- 34 -
Quadro 7 - Subdelegadas e Delegadas provinciais ou distritais, profissão e grau de escolaridade	- 86 -
Quadro 8 - Comissárias e secretárias- gerais (1937-1974)	- 90 -
Quadro 9 - Principais delegadas, provincial, distritais e regionais do distrito de Coimbra (1938-1974)	- 91 -
Quadro 10 - Intervenções de Maria Guardiola na Assembleia Nacional	- 98 -
Quadro 11 - A direcção do Liceu (1948-1974)	- 119 -
Quadro 12 - Relatório Geral do Reitor	- 120 -
Quadro 13 – Palestras	- 142 -
Quadro 14- -Evolução do corpo docente (1948/49 a 1969/70)	- 144 -
Quadro 15 - Evolução do número de alunas (1948/49 a 1969/70)	- 146 -
Quadro 16 - Liceu Nacional Infanta D. Maria	- 162 -
Quadro 17 - Instrutoras (1948/1969)	- 168 -
Quadro 18 - Liceu Nacional Infanta D. Maria	- 172 -
Quadro 19 - Assistência dada às filiadas do Centro N°1 do Liceu Infanta D. Maria (1948/49 a 1969/70)	- 176 -
Quadro 20 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1948/1949)	- 182 -
Quadro 21 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1949/1950)	- 183 -
Quadro 22 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1950/1951)	- 184 -
Quadro 23 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1951/1952)	- 185 -
Quadro 24 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1952/1953)	- 185 -
Quadro 25 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina(1953/1964)	- 186 -
Quadro 26 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1954/1955)	- 186 -
Quadro 27 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1955/1956)	- 188 -
Quadro 28 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1956/1957)	- 189 -
Quadro 29 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1957/1958)	- 191 -
Quadro 30 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1958/1959)	- 191 -
Quadro 31 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1959/1960)	- 192 -
Quadro 32 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1960/1961)	- 193 -
Quadro 33 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1961/1962)	- 193 -

Quadro 34 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1962/1963)	- 194 -
Quadro 35 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1963/1964)	- 194 -
Quadro 36 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1964/1965)	- 195 -
Quadro 37 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1965/1966)	- 195 -
Quadro 38 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1966/1967)	- 196 -
Quadro 39 - Centro de Actividades Circum-Escolares do Liceu Infanta D. Maria	- 197 -
Quadro 40 - Participação da filiações em provas desportivas	- 205 -
Quadro 41 - Campos de Férias da M.P.F. - Liceu Infanta D. Maria (Centro N°1)	- 212 -

ÍNDICE DOS ANEXOS

ANEXO A – Programas de Ensino do Estado Novo e outros docs. relacionados	-236-
ANEXO A1 – Programas de História. D.L n° 27: 085 de 14 de Outubro de 1936	-237-
ANEXO A2 – Programas de História. D.L n° 37:112 de 22 de Outubro de 1948	-243-
ANEXO A3 – Programas de História. D.L n° 39:807 de 7 de Setembro de 1954	-246-
ANEXO A4 – Programa de História de Portugal. Portaria n° 22:966 de 17 de Outubro de 1967, rectificada em 7 de Dezembro de 1967	-249-
ANEXO A5 – Programas de História e Geografia de Portugal. D.L n° 23:601 de 9 de Setembro de 1968	-252-
ANEXO A6 – Programas de Ciências Humanas. Despacho de 9 de Agosto de 1972	-255-
ANEXO A7 – Índice do Manual <i>Meu Portugal, Minha Terra, 2º ano dos liceus</i>	-258-
ANEXO A8 – Texto do livro, <i>Meu Portugal, Minha Terra</i>	-264-
ANEXO A9 – Páginas do Livro de <i>História da Civilização Portuguesa</i> de A Martins Afonso	-266-
ANEXO B – Mocidade Portuguesa Feminina	-270-

ANEXO B1 – Delegacias da MPF no Continente e nas Províncias Ultramarinas	-271-
ANEXO B2 – O espírito dos Jogos internacionais da FISEC – Secção Feminina	-272-
ANEXO B3 – Indicações sobre os Campos de Férias	-275-
ANEXO C – Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra, Centro nº1 da MPF	-281-
ANEXO C1 – Carta às alunas a propósito da Férias Grandes	-282-
ANEXO C2 – Acta da tomada de posse da Dra. Dionísia Camões, como reitora	-284-
ANEXO C3 – Instruções para alunas que seguem em excursão	-285-
ANEXO C4 – Who’s Who in Europe?	-286-
ANEXO C5 – Carta enviada pelas professoras do LNIDM ao MEN	-287-
ANEXO C6 – Correspondência trocada entre o Liceu a alguns Liceus angolanos	-288-
ANEXO C7 – A acção do LNIDM, noticiada na imprensa regional	-292-
ANEXO C8 – Entrevista realizada a uma ex-aluna do LMIDM	-293-
ANEXO C9 – Caderno de apontamentos das aulas das ACE	-296-
ANEXO C10 – Caderno diário de Canto Coral	-305-
ANEXO C11 – Peça de Teatro <i>Nau Catrineta e Adivinhas sobre professoras</i>	-306-
ANEXO C12 – Despedida em verso, declamada no final do ano lectivo	-309-

NOTA PRÉVIA

“Somos aquilo que fazemos conscientemente. Assim a excelência não é um acto, mas sim um hábito.”

Aristóteles

Nessa consciente procura da excelência, pela qual temos norteado a nossa vida de docente, habituámo-nos ao exercício de tentar, com algum distanciamento, fazer a análise crítica dos nossos trabalhos.

Embora ainda muito próximo da finalização deste trabalho de dissertação assim fizemos, resultando daí algumas reflexões que julgamos importante partilhar.

Lembrando as palavras de José Pires¹, citando o seu avô, “A eternidade, não é tempo, é memória. Todos os que partiram regressam sempre que alguém deles se recorda e são eternos sempre que essa recordação é partilhada e se transforma, verdadeiramente, em memória”, também nós «pegámos» em memórias e confrontámo-las com os registos encontrados dos que partiram, e dos que ainda cá permanecem e os mantêm como «alimento» dessas memórias. Confrontámo-las ainda com alguns estudos académicos que oportunamente identificámos e tentámos enquadrá-las no «tempo» que as transformou em «memórias». E assim fizemos «regressar» alguns responsáveis por uma parte da história do Estado Novo, da Mocidade Portuguesa Feminina e de um Liceu.

A forma como o fizemos, resultou de várias condicionantes como o tempo, a distância, a disponibilidade de todos os intervenientes e ainda as limitações provocadas pelas obras que estão a decorrer na Escola estudada e finalmente pelas finalidades e objectivos que delineámos.

Assim, a opção pelas entrevistas escritas, tornou mais intimista o acto de recordar e reflectir sobre essas «memórias». As conversas ao telefone com uma das professoras e com uma das reitoras, foi a única forma encontrada, para a partilha das «memórias» daquele «tempo».

¹ Pires, José, *Sonhar com Comenius*, Castelo Branco, Alma Azul, 2005, p.15

À data da publicação deste livro, o autor era Professor e Director da Escola Superior de Educação de Castelo Branco.

Na fase de finalização, tivemos conhecimento² que estará no prelo um novo trabalho da investigadora Judite Seabra sobre o «nosso Liceu», intitulado *O Liceu Infanta D. Maria – A sua história e o seu destino (desde a sua criação a 1974)*, que aguardamos com vivo interesse.

Os estudos feitos por esta investigadora e o espólio por nós encontrado, do qual só uma pequena parte analisámos e aqui apresentamos, leva-nos a considerar, embora com prudência, que a acção educativa daquele Liceu poderá ainda ser estudada em diferentes contextos e cambiantes.

O presente trabalho é simplesmente uma tentativa de demonstrar, que o Liceu Nacional Infanta D. Maria e o Centro nº1 da Delegacia da Mocidade Portuguesa de Coimbra, se uniram corporizando os objectivos traçados por Salazar, Carneiro Pacheco, Maria Guardiola e seus sucessores, para a educação da mulher portuguesa, **Educada e Patriota, Boa Esposa, Boa Mãe e Boa Dona de Casa**, segundo o lema **Deus, Pátria, Família**.

² No endereço, www.esec.pt/gq/Relatorios/cs_2004/parte2/actividades.pdf.

INTRODUÇÃO

“Que pode o Liceu dar-te, a ti rapariga, que vais ser, desde dona de casa a professora universitária, passando por uma gama de profissões as mais diversas, mais variadas, mais díspares? Parece-te que podes exigir que o Liceu faça de ti uma profissional, agora que para cada profissão as exigências são tão diferentes como o dia da noite? Desce das alturas do «ideal» às dimensões do «realizável» e vê o problema tal qual ele é: «o Liceu não faz de ti nada, mas dá-te possibilidades de tu fazeres tudo!». Se franqueares generosamente a alma à acção formativa que é preocupação dominante de cada uma das tuas professoras, terás, ao sair do Liceu, a maleabilidade intelectual necessária para te adaptares, sem grande esforço, ao tipo de profissão que escolheres. E as deficiências que tu notas no ensino liceal – crê-o – antes que tu as sentisses já foram diagnosticadas pelos professores, pelos reitores e também pelo Governo, e se não foram resolvidas é porque nem sempre as realizações podem competir, em velocidade, com as nossas ambições. Com calma, com serenidade, colabora, sugere, confia. É para ti e por ti que todas nós trabalhamos.”³

Amélia Rosa Matos

Assim era o Liceu nos anos sessenta, na opinião de uma das reitoras do Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra, local de múltiplas aprendizagens que prepararam várias gerações de mulheres.

Ali como em todos os liceus se adquiriam os conhecimentos científicos e as competências necessárias para a entrada na Universidade ou na vida activa, mas provavelmente mais importante, era a outra formação que ali se fazia, enquanto espaço de socialização. O Liceu constituía o espaço de excelência, de aplicação das políticas educativas concebidas pelo Estado Novo, para educarem e ensinarem as jovens na preparação para a vida. Para reforçar aquela acção educativa foi instituída em 1936 a Mocidade Portuguesa Feminina, que se instalou nos liceus para, em conjunto, tornarem as meninas, mulheres **educadas e patriotas**.

³ Palavras da Reitora do Liceu Nacional Infanta D. Maria, escritas no Jornal do Liceu, Órgão das Actividades Circum-Escolares, num artigo intitulado “Fala a Senhora Reitora”, em Dezembro de 1968. A Dr.ª Amélia Rosa Matos iniciou funções como reitora daquele Liceu, no ano lectivo de 1966/1967.

Os ventos de mudança trazidos pela Revolução de Abril de 1974, provocaram nas duas décadas subsequentes, uma reacção explicável de «não tocar» no passado recente, que havia deixado marcas profundas, não só nos que se tinham sentido oprimidos, como também em jovens como nós, que nenhuma consciência tínhamos da instrumentalização de que havíamos sido vítimas no Liceu, porque ali até tínhamos sido felizes.

Estudar a mulher e a sua educação em diferentes épocas e contextos (escola, programas e metodologias), tem sido uma área da investigação histórica, que tem motivado um conhecimento cada vez mais aprofundado, nomeadamente no período do Estado Novo. Poderíamos enumerar várias investigadoras e investigadores que têm contribuído para alargar esses conhecimentos, mas somente e a título de exemplo referimos, Irene Flunser Pimentel, Sara Marques Pereira, Filomena Mónica, Ana Nunes de Almeida, António Nóvoa. O mesmo é válido para Trabalhos de Dissertação de Mestrado e Teses de Doutoramento.

Da leitura que fizemos de alguns desses estudos, nomeadamente da Tese de doutoramento de Maria Judite Seabra, *Os Liceus na sociedade coimbrã (1840-1930)* e do seu artigo “Liceu Infanta D. Maria”, integrado na obra *Liceus de Portugal*, e porque se tratava do nosso liceu, sentimos o desafio de estudar a acção educativa daquela instituição feminina de Coimbra, na sua dupla vertente de Liceu e de Centro da Mocidade Portuguesa Feminina. Assim surgiu o tema do nosso trabalho, «**A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA NO LICEU NACIONAL INFANTA D. MARIA DE COIMBRA (1948-1974). Contributo para o Estudo da Educação em Portugal**».

A opção de balizar o estudo entre estes anos, deve-se ao facto de ter sido em 1948 que se inaugurou o edifício, construído de raiz para instalar o Liceu feminino de Coimbra, e 1974 porque marca o fim de um ciclo em que a Escola estava ao serviço do regime, para progressivamente se tornar mais humanizada, multicultural e democrática. “Chamo escola humanizada à escola onde os alunos são vistos como pessoas na sua individualidade, são compreendidos pelo contexto em que nasceram e foram educados, alunos que trazem à escola valores e culturas diferentes, (...)”⁴ Já nos anos 60, com a criação do ciclo preparatório e com o alargamento da escolaridade mínima até ao 2º ano, se iniciava o caminho da mudança que a Revolução de Abril de 1974 efectivou.

⁴ Miguel Corrêa Monteiro, “Da escola armazém à escola humanizada”, in *Actas do V Curso de Verão da Ericeira*. 26, 27 e 28 de Junho de 2003, Ericeira, Mar de Letras, 2004, p.82

Escreveu Agostinho da Silva “(...) cada um procura encontrar o que nunca foi dito ou a maneira porque a ideia nunca foi expressa (...)”⁵. Com este trabalho, não fomos à “procura do que nunca foi dito”, mas sim aprofundar de que forma os programas de ensino, nomeadamente de História e de Português e as suas finalidades, entroncavam com as das actividades circum-escolares da Mocidade Portuguesa Feminina, sobretudo desde 1947, quando foram integradas no plano escolar, educando no mesmo sentido, sob o lema “Deus, Pátria, Família”.

Concebemos então o nosso trabalho tendo em mente as seguintes finalidades:

- Alargar os conhecimentos sobre a evolução do conceito de Educação;
- Demonstrar que o ensino da História era um veículo de transmissão dos valores defendidos pelo Estado Novo;
- Verificar que as actividades circum-escolares da Mocidade Portuguesa Feminina complementavam a estrutura curricular do ensino liceal, cumprindo os desígnios do Estado Novo;
- Avaliar a importância das actividades circum-escolares na formação das jovens portuguesas da época em estudo;
- Demonstrar o carácter carismático do Liceu Infanta D. Maria, na formação da mulher da sociedade coimbrã, no período do Estado Novo;
- Contribuir para o conhecimento da História da Mulher enquanto educadora;
- Demonstrar a importância educativa da Mocidade Portuguesa Feminina num liceu de referência.

Depois da leitura e reflexão de alguma bibliografia de referência nesta temática, procedemos à análise da legislação de suporte à política educativa do Estado Novo. Sentimo-nos então preparados para procurar no Arquivo do Liceu Infanta D. Maria, hoje Escola Secundária, toda a documentação relativa ao período que balizámos.

Apesar da Escola se encontrar em obras de requalificação integradas no programa do Ministério da Educação, de “Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário” (Decreto-Lei nº 41/2007), situação que nos condicionou a investigação, o espólio encontrado afigurou-se-nos rico e diverso.

Relativamente à Mocidade Portuguesa Feminina, prosseguimos a pesquisa no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde encontramos valiosa informação relativa ao

⁵ Agostinho da Silva, *As aproximações*, Lisboa, Relógio de Água, 1990, p. 108

Centro nº1 do Liceu e ainda pudemos confrontar alguns dados recolhidos em ambos os locais.

Como frequentámos aquele Liceu, de 1968 a 1974, possuímos ainda algum espólio, como cadernos de apontamentos, a Caderneta Escolar, fotografias e Livro de Finalistas de 1973/1974, que incluímos na análise, bem como documentação cedida por uma antiga aluna e pela filha de uma das reitoras, Dra. Dionysia Camões de Mendonça.

Foi de grande riqueza o testemunho dado por cinco antigas alunas, das sete que contactámos, por três antigas professoras e pela antiga reitora Dra. Amélia Rosa Matos, que gentilmente nos concedeu duas conversas telefónicas.

Perante tão variada documentação orientámos a pesquisa conforme os objectivos que definimos e apresentamos:

- Analisar os documentos legislativos das reformas curriculares do Estado Novo;
- Conhecer a estrutura curricular do ensino liceal no Estado Novo;
- Conhecer a evolução do ensino da História durante o Estado Novo;
- Avaliar a importância educativa da Mocidade Portuguesa Feminina;
- Distinguir o acto de instruir e de educar;
- Comparar as metodologias adoptadas no currículo normal e nas aulas das actividades circum-escolares;
- Conhecer as elites femininas do Estado Novo;
- Identificar os traços principais da educação feminina no Liceu Nacional Infanta D. Maria entre 1948 e 1974.

Cumpridos todos estes pré-requisitos, estruturámos o trabalho em duas grandes partes, uma de teorização e outra de estudo de caso.

Na Primeira Parte, com três capítulos, fizemos a contextualização ideológico-política do Estado Novo, do ensino liceal, currículos e programas, da Mocidade Portuguesa Feminina e da sua acção educativa, bem como procurámos dar rostos a estas acções educativas do regime, socorrendo-nos para tal, não só de legislação, como também de estudos realizados sobre estas temáticas.

Assim, no Capítulo 1 que intitulamos, **O ensino ao serviço do Estado Novo**, com três subcapítulos, procuramos conhecer as disciplinas do currículo liceal da época em

estudo, identificar nos programas de História, os valores veiculados pelo Estado Novo e ainda conhecer os paradigmas educacionais experimentados. No Capítulo 2, **A Mocidade Portuguesa Feminina – História de uma Organização**, com um só subcapítulo, pretendemos abordar o contexto do seu nascimento e as vicissitudes daquela organização. No Capítulo 3, **A Mocidade Portuguesa Feminina e as Actividades circum-escolares**, com dois subcapítulos, procurámos enunciar as finalidades das actividades circum-escolares e dar a conhecer o perfil tipo das dirigentes da Mocidade particularizando algumas com traços biográficos.

Na Segunda Parte, só com dois capítulos, focámo-nos no Liceu objecto do nosso estudo, importante centro da Mocidade Portuguesa Feminina. A partir de toda a documentação reunida e analisada, propusemo-nos conhecer as dinâmicas educativas e formativas, os problemas e desafios surgidos, como foram abordados e superados, e ainda, apresentar professoras e alunas, agentes de todo este processo.

Por considerarmos esta parte um seguimento lógico da primeira, mantivemos nos capítulos a sequência numérica da primeira parte. Assim, no Capítulo 4, **Um Liceu carismático (1948-1974)**, quisemos dar a conhecer o percurso do Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra, desde a sua fundação, à instalação definitiva no edifício construído de raiz e inaugurado em 1948. Foi naquele período que se lançaram as bases da instituição de referência que ainda hoje lhe é reconhecida. Fizemos também a caracterização do corpo docente e discente da época, bem como das dinâmicas desenvolvidas, destinadas a educar e ensinar. O Capítulo 5, **A Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu**, que constitui o cerne do nosso trabalho, está dividido em cinco subcapítulos, estando ainda o 5.4 subdividido em cinco pontos. Conhecemos as dirigentes e as instrutoras, algumas carismáticas que ali deixaram marcas. Conhecemos também as filiadas, a vertente assistencial da Mocidade naquele Liceu e as actividades do Centro. Neste subcapítulo (actividades do Centro) fizemos o levantamento das actividades circum-escolares e a sua interligação com o Liceu até 1966, ano em que estas actividades começam a fazer parte do currículo e do Projecto Educativo do Infanta. “Assistimos” a festas, excursões e comemorações, “acompanhámos” atletas em provas desportivas locais, regionais e nacionais e em campos de férias. Finalmente apresentamos testemunhos recolhidos sobre a acção educativa da Mocidade Portuguesa Feminina e do Liceu.

A Mocidade Portuguesa Feminina e o Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra cumpriram os desígnios do Estado Novo, educando e ensinando várias gerações de mulheres, tornando-as educadas e patriotas, mas também críticas.

PRIMEIRA PARTE



Fig. 1 - A lição de Salazar

CAPÍTULO 1 – O ENSINO AO SERVIÇO DO ESTADO NOVO

“ Alargou-se a acção da Escola, cujo fim não é apenas ensinar, mas sobretudo educar e educar politicamente, no sentido nobre da palavra, isto é, transmitir conhecimentos que não contrariem, antes favoreçam os fundamentos morais do Estado.”⁶

Gustavo Cordeiro Ramos

Desde que a Escola passou para a alçada do Estado, este serviu-se dela para formar as futuras gerações.

Assim a sua natureza, organização, protagonistas, currículos, programas, manuais, metodologias foram objecto de variada e extensa legislação, produzida pelos sucessivos governos ideologicamente diversos, ao longo do século passado.

Deliberadamente iremos centrar a nossa análise na educação e ensino exercidos pelos liceus do Estado Novo e mais especificamente pelos liceus femininos. Porém, interessa-nos contextualizar esse ensino no regime que ganhou forma a partir dos anos 30.

1.1 Um país, um regime, um homem, uma vontade

1.1.1 Portugal e os Fascismos

Na primeira metade do século XX, o mundo assistiu à implantação de regimes autoritários e totalitários, com particular impacto na Europa.

Reagindo às dificuldades de implantação dos ideais de «liberdade, igualdade e fraternidade», defendidos por Kant, Montesquieu e Rousseau e semeados pelas revoluções liberais, durante o século XIX, emergiram regimes monopartidários, politicamente orientados “(...) em direcções inversas e opostas como foi o caso do comunismo, por um lado, e o do fascismo e do nazismo, por outro”⁷.

⁶Gustavo Cordeiro Ramos, “Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo” in *Uma Série de Conferências*, Lisboa, 1937, p. 368, cit. por António Nóvoa, *A Educação Nacional*, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Coordenação de Fernando Rosas, Nova História de Portugal, direcção de Joel Serrão e A.H. Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 459

⁷ Manuel Braga Cruz, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p.28

Sobre o comunismo, triunfante na Rússia em consequência da Revolução de Outubro de 1917, não nos iremos pronunciar. Interessa-nos sim «a outra direcção», a antiliberal e antimarxista, que surgiu no após Primeira Grande Guerra e que conduziu à experiência fascista em Itália⁸, nazista na Alemanha⁹, salazarista em Portugal, de que falaremos a seguir, e franquista em Espanha¹⁰.

Fascismo foi o termo que imprecisamente se vulgarizou, para designar estes regimes autoritários ou totalitários, antiliberais e antimarxistas, provavelmente induzido pelo “(...) primeiro movimento do género a implantar-se como regime, que foi o fascismo italiano”¹¹, cuja designação vem da simbologia adoptada por Mussolini. Etimologicamente, fascismo significa “feixe”, conjunto de lanças em repouso. Transpondo esta ideia para a doutrina política, significa um conjunto de forças protagonizadas por um líder, que se impõe, normalmente pela força da imagem, da propaganda e da adopção de políticas que visam o bem comum e em todos os casos, chefes omnipresentes.

Estes regimes, da família dos fascismos genéricos, rejeitam a democracia, o individualismo, a sociedade liberal, os partidos políticos e também o socialismo marxista e a luta de classes. Defendem o imperialismo, o antiliberalismo, o monopartidarismo e por vezes um nacionalismo exacerbado, em que a Nação se sobrepõe ao indivíduo. “ A nação, sagrada, é o bem supremo. O seu interesse exige uma tripla coesão interna, política, social e étnica, e exige também a supressão dos antagonismos que a dividem e enfraquecem”¹²,

Em cada país onde se impôs, foi encontrar o modelo aos períodos de ouro da sua história. Todos eles eram ambiciosos e de ideias imperialistas, chegando nalguns casos a exageros perigosos, como a xenofobia e o racismo, características do modelo alemão. Só um chefe forte e determinado poderia conduzir um estado com estas ambições. Analisemos então como se constituíram.

As dificuldades económicas decorrentes da reconstrução do pós Guerra, agravadas pela grave crise mundial dos anos trinta, levaram ao poder partidos e homens de forte

⁸ Benito Mussolini, em consequência de uma marcha sobre Roma, verdadeira manifestação de força, tornou-se 1º Ministro, iniciando a instauração do regime fascista, monopartidário e totalitário.

⁹ Adolf Hitler, desde 1921, líder do partido nazi, que foi ganhando cada vez mais simpatizantes, foi indicado pelo chanceler Hindenburg, para chefe do governo. Com a morte daquele, tornou-se presidente do 3º Reich, eliminou os seus rivais e instaurou o nazismo, regime monopartidário, totalitário e racista.

¹⁰ Francisco Franco, militar espanhol, conseguiu aglutinar à sua volta os partidos de direita, vitoriosos da Guerra Civil (1936-1939), tornando-se em Janeiro de 1938 chefe de Estado e do Governo. Eliminou toda a resistência militar a seu governo em 1938, instaurando um regime monopartidário e totalitário, o franquismo.

¹¹ Manuel Braga Cruz, ob. cit., p.28

¹² Henri Michel, *Os Fascismos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1977, p. 15

personalidade, que com relativa facilidade se tornaram os «salvadores da pátria», abrindo o caminho para a implantação de regimes autoritários.

Para garantir a continuidade do sistema, havia que moldar a população, já conquistada pelas políticas adoptadas (relançamento da economia com a criação de postos de trabalho e medidas proteccionistas, criação de organizações que envolviam toda a população¹³, organização de grandes festas nacionais, são alguns exemplos). Mas era necessário moldar, educar, a partir da infância, para formar homens emergentes do sistema, instrumentos ao serviço do regime. Para tal, em todos os países totalitários foram criadas organizações infantis e juvenis que envolveram todos os jovens em idade escolar. Para os resistentes a este regime foram criados mecanismos de controlo e de punição.

Com princípios orientadores comuns e ao estilo dos líderes que lhe deram forma, estes regimes totalitários revestiram-se de especificidades diversas em cada um dos países onde surgiram, adoptando características muito peculiares em Espanha e em Portugal, com uma forte ligação à Igreja católica.

Foi em nome destes regimes que durante os anos trinta e quarenta se cometeram os maiores atentados aos direitos fundamentais do Homem. Foi ainda em seu nome que de 1939 a 1945, o mundo viveu uma guerra sem precedentes. E em nome de quê? Em nome da Nação.

Com especificidades próprias, o autoritarismo português foi-se estruturando durante a Primeira República. O fracasso republicano, começado a sentir, poucos anos volvidos do seu começo, fez despertar em Portugal o Nacionalismo, discutido em variados “(...) espaços públicos de reflexão teórica e de mobilização pública, como conferências, congressos, campanhas cívicas, revistas ou ligas”¹⁴, conduzindo ao golpe militar de 28 de Maio de 1926, que deu início a uma ditadura militar, regime transitório, de cariz conservador, “(...) indispensável à reposição da «ordem nas ruas e na administração», mas visando o restabelecimento da «normalidade constitucional»¹⁵.

¹³ Em Portugal foram criadas, a Mocidade Portuguesa, a Mocidade Portuguesa Feminina, a Legião Portuguesa, a Federação Nacional para a Alegria no Trabalho, a Obra das Mães pela Educação Nacional.

¹⁴ Ernesto Castro Leal, “Nacionalismos Portugueses: Cultura e Política no Século XX”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, nº 25, 5ª série, Lisboa, 2002, p.30

¹⁵ Fernando Rosas, “As grandes linhas da evolução institucional”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960), Nova História de Portugal*, direcção Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 86.

Destas dinâmicas de cariz mais ou menos liberal, mas nacionalistas (nacionalismo monárquico liberal, monárquico tradicionalista, republicano, católico, monárquico integralista, monárquico fascista, republicano fascista), surgiu um “ideário nacionalista sincrético”¹⁶, que advém principalmente dos “(...) nacionalismos cívicos e políticos da Liga Nacional (1915-1918), da Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira (em particular de 1918 a 1926) e do Centro Católico Português (em particular de 1919 e 1926),¹⁷ constituindo assim “(...) o trajeamento doutrinário do Estado Novo”.¹⁸ Relativamente à segunda, é ela própria, “(...) lugar de convergência programática e orgânica de várias tradições políticas e morais nacionalistas.”¹⁹

Salazar, que havia pertencido à Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira, e por isso, nacionalista e adepto da “Democracia Cristã/Catolicismo Social”, líder incontestado que emergiu desta conjuntura, estruturou nos seus quatro discursos, de Maio de 1930 a Novembro de 1932, considerados os discursos fundadores do regime, os princípios básicos da ideologia do Estado Novo, que em 1936 resumiu como «Deus, Pátria, Família, Autoridade e Trabalho».²⁰

O regime salazarista encerra em si também algumas nuances do fascismo italiano, como o próprio Salazar admitiu, numa entrevista dada a António Ferro em 1932, a propósito de uma certa demarcação relativa àquelas ditaduras:

“ A nossa Ditadura aproxima-se, evidentemente, da Ditadura fascista no reforço da autoridade, na guerra declarada a certos princípios da democracia, no seu carácter acentuadamente nacionalista, nas suas preocupações de ordem social. Afasta-se, nos seus processos de renovação”.²¹

Aproxima-se na figura do chefe e nos mecanismos que cria para o exercício da autoridade, no antimarxismo, no corporativismo que impõe como substituição do sindicalismo, no partido único, na propaganda e numa certa doutrinação da juventude.

¹⁶ Ernesto Castro Leal, “Nacionalismos Portugueses: Cultura e Política no Século XX”, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, nº 25, 5ª série, Lisboa, 2002, p.30.

¹⁷ Ernesto Castro Leal, *Ibidem* p.30.

¹⁸ Ernesto Castro Leal, *Ibidem.*, p.35.

¹⁹ Ernesto Castro Leal, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999, contracapa.

²⁰ Discurso de Salazar, proferido em Braga em 26 de Maio de 1936 e intitulado, “As Grandes Certezas da Revolução Nacional”.

²¹ Luís Reis Torgal, “Salazarismo, Fascismo e Europa”, in *A Reforma Educativa e o Ensino da História, Boletim da Associação de Professores de História*, Lisboa, 1994, pp. 113-114

Afasta-se no “(...) clericalismo conservador e agrário de Salazar”²², que marcou toda a sua acção política e na forma como este conseguiu transpor a ditadura militar para a ditadura civil, garantida por uma inteligente aproximação de correntes ideológicas diversas e dos diferentes interesses dentro da própria “(...) direita portuguesa de que sairia a frente social e política de apoio ao Estado Novo – que a nova Constituição materializará institucionalmente e a União Nacional organizará politicamente (...)”²³.

«Deus, Pátria, Família, Autoridade e Trabalho» tornou-se a bússola que orientou Portugal a partir de 1930. Desiludido e empobrecido com a Primeira República, o nosso país cedeu perante a eficácia das políticas económicas adoptadas com mestria e entusiasmou-se com as inteligentes orquestrações propagandísticas, pese embora os mecanismos como a censura e a polícia política, que se assumiram como a Inquisição do século XX, vigilantes da ordem estabelecida, prontas a derrubar todos os obstáculos que se levantavam.

Salazar no poder

Portugal entrou então no século XX com um regime monárquico moribundo, que os republicanos enterraram em 5 de Outubro de 1910. O sonho de um país moderno, produtivo, mais próximo da Europa, onde os Direitos Fundamentais do Homem fossem reconhecidos, manteve-se como um sonho adiado, pela participação desorganizada e dispendiosa na Primeira Grande Guerra e pela inoperância governativa.

“Em Portugal, todavia, o esforço de guerra e a conjuntura internacional acarretaram consequências internas desastrosas. Havia escassez de géneros, de primeira e de segunda necessidade, até ao extremo da fome entre as classes inferiores urbanas. Muitos artigos passaram a ser racionados. O crescente número de tropas que partiram para os campos de batalha de França e de Moçambique suscitava descontentamento cada vez maior num povo que, em geral, não compreendia a razão do combate e da participação portuguesa.

²² João Medina, *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979, p. 89

²³ Fernando Rosas, “As grandes linhas da evolução institucional”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, *Nova História de Portugal*, direcção Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1992, p. 93

(...) Afonso Costa, preocupado acima de tudo com a direcção da guerra e com as relações internacionais, descurava a política interna. Altamente prestigiado no estrangeiro, negociando com sucesso uma situação favorável para Portugal no futuro concreto das nações aliadas, esquecia-se do desfavor das condições dentro do país e menosprezava as intrigas no seio do próprio partido contra a sua personalidade autoritária. A sua impopularidade ia crescendo, sobretudo entre as massas urbanas que mais sentiam os efeitos da guerra. A agitação social conturbou as grandes cidades e até a província, sobretudo nos meses de Verão e Outono de 1917, obrigando o governo a adoptar medidas severas de repressão.”²⁴

Estes problemas passaram pela Ditadura Militar, até ao gabinete de António de Oliveira Salazar.

Professor da Faculdade de Direito de Coimbra, chegado à capital para resolver o grave problema financeiro do país, em pouco tempo se tornou o Presidente do Conselho. Tal como ele próprio afirmava, para aí chegar, não conspirou, não chefiou nenhum grupo, não se apoiou aparentemente em ninguém, mas ao tornar-se poder, criou as instituições e os mecanismos estruturais necessários para que fossem ultrapassados os problemas nacionais que passavam pela economia, pela administração pública, pela política, pela educação e pela cultura, e assim foi conquistando os portugueses, usando uma metodologia típica dos totalitarismos – controlo total da sociedade para induzir comportamentos e formas de agir e pensar – indo ao encontro da sua concepção de Nação.

Conhecedor das ideologias defendidas por Mussolini na Itália e por Hitler na Alemanha, delas retiraria aquilo que se ajustava aos seus ideais enquanto homem e político, na arquitectura de uma “construção” educacional que iria alicerçar um Portugal novo.

Para melhor fundamentar o que afirmamos, relembremos alguns traços do pensamento de Mussolini. Defendeu que a política educativa devia configurar a consciência moral e o sentimento político dos indivíduos, criando assim um homem novo, orgulhoso e colaborante no projecto político do seu país, com sentido de Estado, orgulhoso pela sua Nação quase milenar, patriótico, com respeito pela autoridade e pela hierarquia, com disciplina, dedicado à Pátria e à Família, trabalhador e obediente ao Duce.

²⁴A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981, pp. 237, 238

Relativamente à ideologia de Hitler, colocada em prática quando estavam em desenvolvimento as teorias da Escola Nova, que defendia uma educação que permitisse o total desenvolvimento das capacidades dos alunos, através de múltiplas experiências, Hitler desvirtuou essas teorias. Defendeu que o Estado devia orientar a sua acção pedagógica, em primeiro lugar para a formação de corpos sãos; em segundo lugar para o desenvolvimento do carácter, da força de vontade e do poder de decisão; só em terceiro lugar considerava o ensino científico.

Acerca deste assunto, Salazar expôs a António Ferro, o que pensava sobre a educação das crianças portuguesas, na entrevista concedida em 1932 e em que este lhe perguntou se a criança “deve ser acompanhada, desde os primeiros passos, deve ser educada e enquadrada, dentro da obra de renovação que a Ditadura prepara.” Como resposta, começou por se demarcar do modelo italiano, reconhecendo no entanto, que o futuro estará numa nova mentalidade que terá de começar na educação que o Estado irá preparar para as crianças.

“ Não podemos nem devemos seguir, claro está, o modelo italiano, espécie de absorção pelo Estado, a organização excessivamente nacionalista e belicosa dos «Balilas», mas temos de olhar as crianças como sendo os homens e mulheres de amanhã. Querendo modificar a mentalidade dos portugueses, como é nossa intenção, elas constituem na verdade, o terreno virgem em que essa educação nova mais pode fortificar²⁵.

Acompanhando a evolução de toda a conjuntura política, económica e ideológica da passagem da Monarquia a República e da sua evolução, a personalidade e o pensamento de Salazar formaram-se a partir de algumas destas ideias, conjugadas com a educação tradicionalista de austeridade e obediência que recebeu no seio familiar, no Seminário e na Universidade, onde privou com colegas e professores, defensores dos valores da família e da Igreja Católica, que o republicanismo havia banido.

Na opinião do director do Seminário de Viseu, onde Salazar fez a sua formação até ir para a Faculdade de Direito de Coimbra, “ (...) fizera-se um homem de ideal, determinado e orgulhoso na sua obsessão de reconverter o país e o homem português”.²⁶ De facto, sem se

²⁵ António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira Livraria Editora, Lda, 2003, p. 90

²⁶ Fernando Rosas, “Salazar”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, vol.2, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 862

candidatar chegou ao poder e aí, “ (...) reorganizou e robusteceu o País com os princípios de autoridade, de ordem, de tradição nacional, conciliados com aquelas verdades eternas que são, felizmente, património da humanidade e apanágio da civilização cristã”²⁷.

Chegado assim ao lugar cimeiro do Estado, instituiu uma ditadura, rodeou-se daqueles que comungavam dos mesmos ideais e concebeu instrumentos para o controle efectivo e global de toda a Nação. Entenda-se – as famílias, as instituições e a sociedade em geral – sendo a Constituição de 1933, o suporte legal da sua linha de acção, durante cerca de quarenta anos.

Havia ainda que garantir a continuidade, e para isso era necessário proceder à formação de portugueses e portuguesas “de primeira”, moldados de acordo com os seus planos a partir de um inteligente programa de educação nacional.

Sobre a importância da qualidade da educação para um Portugal melhor, disse Salazar:

“(...) enquanto a nossa educação for o que é, o poder público há-de ser sempre a mola real da vida e progresso do País, e conseqüentemente o grande responsável da sua inferioridade ou decadência. Ora, o cuidado que devia haver na organização do Estado, na sua adaptação às realidades e necessidades nacionais, no recrutamento dos valores a quem se havia de confiar a administração e a política, (...), nem sempre o houve – não é verdade?”²⁸

Então, para a pasta da Educação, Salazar chamou em Janeiro de 1936, o seu antigo colega de Coimbra, António Faria de Carneiro Pacheco, professor universitário, membro da Comissão Central e da Comissão Executiva da União Nacional e deputado da Assembleia Nacional, que ideologicamente, se afirmava anti-comunista, negava as vantagens do demoliberalismo e defendia um Estado nacionalista e autoritário e simultaneamente tradicionalista, espiritualista e orgânico. Este homem estava claramente enquadrado nas elites políticas do regime recém-formado e por isso se tornou num dos seus

²⁷Discurso proferido na sessão inaugural do 1º Congresso da União Nacional, na sala Portugal da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 28 de Maio de 1934, in “A Reforma Educativa e o Ensino da História”, *Boletim de Publicação Periódica da Associação de Professores de História*, Lisboa 1994, p.114

²⁸Palavras de António Oliveira Salazar, in António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A.M. Pereira Livraria Editora, Lda, 2003, p. 237

homens de confiança e seu braço direito para as políticas educativas e para a formação de novas elites.

A Escola, profundamente alterada pela Reforma de Ensino de 1936, da autoria deste Ministro da Educação Nacional, foi o espaço privilegiado para impor o seu projecto doutrinário totalizante, a partir das bases (os alunos) e assim moldar os homens e as mulheres, que em poucos anos dali emergiriam, aos novos valores da sua ideologia que era a do Estado Novo.

1.2 A estrutura curricular do ensino liceal

A fundação dos liceus femininos

Para melhor compreendermos a acção formativa e educadora dos liceus no período em estudo, parece-nos importante recuar à sua fundação, ao contexto em que foram fundados os liceus femininos e à análise das reformas curriculares feitas ao longo do Estado Novo.

Em 1938, Lucien Febvre ao referir-se aos liceus criados em França em 1802, chamou-lhes “o poderoso Império do Meio”. De facto e desde a sua criação, era a escola onde os alunos passavam mais anos da sua formação, depois da escola primária e antes da universidade, anos esses que correspondiam à fase de crescimento físico e psicológico, determinante ao nível da construção da personalidade e da formação geral. Acabado o liceu, no período que estamos a estudar, muitos jovens iniciavam a sua vida activa, o serviço militar e o casamento. É pois inegável a importância do ensino liceal no processo educativo e formativo dos jovens.

Embora o nosso estudo esteja centrado entre 1948 e 1974, faremos um breve recuo à data do seu documento fundador para conhecermos as suas grandes finalidades:

“Attendendo a que a Instrucção Secundária é de todas as partes da Instrucção Pública aquela que mais carece de reforma, por quanto o systema actual conta na maior parte de alguns ramos de erudição estéril, quasi inútil para a cultura das sciencias e sem nenhum elemento que possa produzir o aperfeiçoamento das Artes, e os progressos da civilização material do Paiz; Attendendo outrossim a que não pode haver illustração geral e proveitosa, sem que as grandes massas de Cidadãos, que não aspiram aos estudos superiores, possuam os elementos scientificos e technicos indispensáveis aos

usos da vida no estado actual das sociedades: Hei por bem Aprovar, e Decretar o Plano dos Lyceus Nacionaes, que Me foi offerecido pelo Vice-Reitor da Universidade de Coimbra o Doutor José Alexandre de Campos, e que vai assignado por Manoel da Silva Passos, Secretário d'Estado dos Negócios do Reino, para fazer Parte do Plano geral, que incessantemente continuará a ser-Me apresentado. O Secretário d'Estado dos Negócios do Reino assim o tenha entendido, e faça executar. Palácio das Necessidades, em dezassete de Novembro de mil oitocentos e trinta e seis.= RAINHA. = Manuel da Silva Passos” [sic].²⁹

É este o preâmbulo do Decreto assinado pela jovem rainha D. Maria II e por Passos Manuel que criou, em 1836, os Liceus. Reforma de ensino sustentada pelo programa ideológico e político do governo, sobre o qual ainda pairava o espectro das divergências entre vintistas e cartistas, tinha como grande objectivo, “proporcionar uma sólida e prestante cultura geral”³⁰ aos cidadãos, sem no entanto especificar se eram liceus masculinos ou femininos, ao contrário do ensino primário, em que estava explícita a intenção de se criar futuramente em cada capital de distrito, uma escola feminina.

Esta e outras reformas do ensino liceal que se seguiram durante as últimas décadas da Monarquia, como a de 1894-1895 de Jaime Moniz e as das primeiras décadas da República, foram sofrendo várias alterações estruturais, ao jeito das ideologias governantes, sem nunca perderem aquela finalidade, bem como a preparação necessária ao prosseguimento dos estudos superiores.

Dado que este trabalho se centra na educação feminina e concretamente num liceu feminino, consideramos importante referir que a 9 de Agosto de 1888, Luciano Cordeiro apresentou um decreto que autorizava a criação de escolas femininas de ensino secundário, futuros liceus femininos, que só viriam a ser concretizados a partir de 1906, dado que alguma oposição lhe foi feita, como atestam algumas palavras constantes no preâmbulo do decreto fundador, acerca de institutos de educação feminina então existentes: “(...) a

²⁹*Reformas do Ensino em Portugal 1835-1869*, Tomo I – Vol. I, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1989, p. 42

³⁰Rogério Fernandes, “Génese e Consolidação do Sistema Educativo Nacional (1820-1910)”, in *O Sistema de Ensino em Portugal séculos XIX-XX*, coordenação de Maria Cândida Proença, Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 35

abertura de institutos para instrução secundária das mulheres era criação de viveiros de preciosas ridículas.”³¹

O município de Lisboa havia criado em 1885 e com sucesso, a Escola Maria Pia, para “(...) a educação geral e profissional, tendente a alargar os conhecimentos adquiridos pelas meninas na escola primária, e a proporcionar-lhes a aquisição de elementos profissionais (...)”³². Porque em 1888 esta escola feminina se passou a reger pela legislação específica dos liceus femininos, pela qualidade do ensino ali ministrado e pela qualidade dos seus docentes, foi determinado que se passaria a chamar Liceu Maria Pia, por decreto de 1906, assinado por Eduardo José Coelho, tornando-se assim no primeiro liceu feminino português.

Apesar de alguma resistência, sobretudo na província, a frequência dos liceus femininos foi aumentando, embora a um ritmo diferente dos restantes.

Podemos tomar como exemplo, três liceus masculinos e femininos de Lisboa, Coimbra e Porto para verificarmos a diferença de procura desta instituição de ensino em 1927/1928.³³

Quadro 1 - Alunos matriculados por género (1927/1928)			
LICEUS		RAPAZES	RAPARIGAS
LISBOA	CAMÕES	1209	-
	MARIA AMÁLIA	-	838
COIMBRA	D. JOÃO III (JOSÉ FALCÃO)	965	-
	INFANTA D. MARIA	-	280
PORTO	ALEXANDRE HERCULANO	824	-
	CAROLINA MICAÉLIS	-	505

É curioso verificar que a diferença de frequência entre os liceus femininos e masculinos é muito maior em Coimbra do que em Lisboa e o Porto. Provavelmente a ruralidade das Beiras e as acessibilidades sejam as condicionadoras desta situação, já que

³¹Preâmbulo do Decreto-Lei de 31 de Janeiro de 1906, in *Reformas do Ensino em Portugal, 1900 – 1910*, Tomo I – Vol. IV, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1996

³²Preâmbulo do Decreto-Lei de 31 de Janeiro de 1906, in *Reformas do Ensino em Portugal, 1900 – 1910*, Tomo I – Vol. IV, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1996

³³ Dados recolhidos em José Ramos Ó, *Ensino Liceal (1836-1975), O Estado e a Educação em Portugal – Sécs. XVIII a XX*, Editorial do Ministério da Educação, p. 53

as outras duas eram, desde o século XIX, os centros de maior industrialização e mais densamente povoados, sendo por isso natural a procura de uma instrução mais avançada.

Os currículos

“A escola constituiu-se (...)” como “instituição pública (...) depois do século XVIII e ao longo do século XIX e para assegurar de forma sistemática, relativamente eficaz e económica, um conjunto de aprendizagens que socialmente se tinham como necessárias para um determinado tempo, contexto e sector da população.”³⁴ Mas não seria verdadeiramente escola, sem currículo.

Podemos definir Currículo como um plano estruturado de ensino e aprendizagem para um ano, um ciclo ou um curso, assente numa pré identificação de finalidades, definição de objectivos para as atingir, selecção de conteúdos e de estratégias. É pois um enunciado filosófico-político, que decorre sempre de um acto político, o ministério que o tutela e que por sua vez concebe os mecanismos para pôr em prática o *ensino e educação* ou a *educação e ensino*, como iremos ver no estudo que realizámos.

Na criação dos liceus femininos podemos constatar a intencionalidade do poder central em acompanhar as tendências internacionais da crescente valorização do papel da mulher na sociedade, fruto dos movimentos emancipalistas e sufragistas femininos em crescimento pela Europa e pelo Novo Mundo.

Permitir à mulher uma formação intelectual, vocacionada para o seu papel educador e para algum protagonismo na sociedade em mudança, obrigava à introdução de adaptações nos currículos existentes para o ensino liceal. Isso podemos antever na estrutura curricular definida pelo decreto criador dos liceus femininos e que apresentamos.

³⁴ Miguel Corrêa Monteiro, “O ensino numa escola plural”, in *Actas do IV Curso de Verão da Ericeira*. 6, 7 e 8 de Junho de 2002, Ericeira, Mar de Letras, p.47

Quadro 2- Estrutura curricular do Ensino Liceal Feminino prevista na legislação fundadora (1888)	
Anos	Disciplinas
1ºano	Moral; Direito Moral e Religioso; Português; Francês; História e Geografia; Ciências Físico Naturais
2ºano	Moral; Direito Moral e Religioso; Português; Francês; História e Geografia; Ciências Físico Naturais
3ºano	Moral; Direito Moral e Religioso; Português; Francês; História e Geografia; Ciências Físico Naturais
4º ano	Moral; Pedagogia; Higiene; Economia Doméstica

Para a sua preparação moral havia as disciplinas de Moral e Direito Moral e Religioso, leccionadas em três anos. No quarto e último ano, as disciplinas de Pedagogia, Higiene e Economia Doméstica faziam a preparação para a sua missão de mães e donas de casa, sem no entanto descurar a vertente cultural dada pelas restantes disciplinas (Português, Francês, História e Geografia e Ciências Físico naturais) e necessárias para o cumprimento cabal do seu papel de educadoras, esposas cultas, bem falantes e confidentes, enunciadas no Preambulo do Decreto-Lei que instituiu os liceus femininos em 1888, da autoria de Luciano Cordeiro.

“(…) a principal missão do lyceu é criar mulheres instruídas e ilustradas sufficientemente para poderem sem humilhação do seu próprio espírito comparecer na sociedade culta, conviver com as pessoas ilustradas, ensinar os seus filhos, fazer a escrituração da sua casa ou a do comércio dos seus, compreender os livros e a conversação dos principaes idiomas da Europa, sobre a posse de prendas próprias do sexo ou labores delicados, que são recurso de modesta e honrada industria para o grangeio da vida ou receio agradável para horas feriadadas e entretenimento de ócios. (...) é dar-lhes, a par da educação literária e physica, a educação moral necessária á mulher como educadora dos filhos ou dos irmãos ou como esposa no desempenho do seu grandioso papel na família” [sic.]³⁵

³⁵ Preambulo do Decreto Lei de 31 de Janeiro de 1906, in *Reformas do Ensino em Portugal, 1900 – 1910*, Tomo I - Vol.IV, Ministério da Educação, Secretaria Geral, 1996

A estrutura curricular do Ensino Liceal Feminino e experimentada pela primeira vez no Liceu Maria Pia era igual à dos liceus masculinos, embora com uma carga horária semanal menor, acrescentando-lhe algumas disciplinas especificamente dirigidas à mulher em formação.

Quadro 3 - Estrutura Curricular do Liceu Maria Pia, à data da sua fundação (1888)						
Disciplinas	Curso Geral 1ª secção			Curso Geral 2ª secção		
	I classe	II classe	III classe	IV classe	V classe	Total*
Língua e literatura portuguesa	4	3	3	3	2	15
Língua francesa	3	3	3	2	2	13
Língua inglesa ou alemã	-	3	3	3	3	12
Língua latina (facultativo)	-	-	-	3	3	6
Geografia e História	2	2	2	2	2	10
Ciências físicas e naturais	2	2	3	3	4	14
Matemática	4	3	3	3	3	16
Moral, Deveres, Direitos, Economia, Higiene e Culinária	2	2	2	1	1	8
Pedagogia	-	-	-	2	2	4
Desenho e Caligrafia	2	2	2	2	2	10
Música	2	2	2	1	1	8
Trabalhos Manuais	2	2	2	2	2	10
Educação Física	2	2	2	2	2	10
Totais	25	26	27	29	29	136

*Tempos lectivos de 50 minutos

Embora o maior peso do horário semanal se centrasse nas disciplinas comuns aos liceus masculinos, com a finalidade de formar mulheres cultas, havia sem dúvida outras, destinadas à formação moral e prática das futuras esposas e mães (Moral, Deveres, Direitos, Economia, Higiene e Culinária, Música e Trabalhos Manuais), de acordo com o estabelecido pelo decreto-lei já referido.

Com esta legislação, tentava-se aproximar Portugal de outros países europeus³⁶, onde já há alguns anos, funcionavam liceus femininos, cada vez com maior frequência.

³⁶ França, Alemanha, Holanda, Suíça e Itália

Acompanhando o atraso económico e social crónico que Portugal mantinha em relação àqueles, também no ensino, particularmente no feminino, o processo foi lento. Poder-se-á atribuir esta situação ao grande conservadorismo que nos tem caracterizado e ainda ao prolongado monopólio do ensino nas mãos do clero que viria a cessar em 1910 com a implantação da República e a consequente laicização do Estado.

Iremos analisar essa evolução, em dois períodos distintos: o primeiro (1930-1947) que corresponde ao lançamento das bases estruturais do ensino do Estado Novo; o segundo (1947-1964) que marca as adaptações exigidas no ensino, como resposta ao desenvolvimento que se começou a sentir no país, com o fim da 2ª Guerra Mundial.

1930 – 1947

Após vários ajustamentos curriculares, em que as disciplinas se foram mais ou menos mantendo, somente com algumas alterações de designação, de carga horária e de duração do curso, foram as reformas de Gustavo Cordeiro Ramos (Decreto nº 20369 de 31 de Outubro de 1931), e a de Carneiro Pacheco, (Decreto-Lei nº 27:085 de 14 de Outubro de 1936), que vieram definir as grandes linhas organizadoras do Ensino Liceal. Por considerarmos que esta foi a reforma estruturante do sistema educativo do Estado Novo, pensamos ser importante referirmo-nos a ela, embora em traços gerais, já que está afastada da nossa baliza, em doze anos.

Mais do que uma reforma do ensino, foi uma reforma educativa, pois no mesmo ano foi criada a Junta Nacional de Educação, a Mocidade Portuguesa, a Obra das Mães pela Educação Nacional, da qual sairia no ano seguinte a Mocidade Portuguesa Feminina, organizações que se instalaram nos Liceus (M.P. e M.P.F.). Era um completo programa educacional ideologicamente sustentado e vocacionado para a formação dos futuros portugueses e portuguesas que iriam, acima de tudo, servir os interesses do Estado corporativista, organizado de acordo com a nova Constituição de 1933. A mesma constituição que permitiu a institucionalização e incremento de organismos orientadores, vigilantes e também repressivos, como o Instituto do Trabalho e Previdência que controlava os Sindicatos Nacionais, o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), a Direcção Geral dos Serviços de Censura e a Polícia de Vigilância e de Defesa do Estado (PVDE).

Materializando a vontade de Salazar, constava no primeiro artigo do decreto, uma das grandes finalidades: Artigo 1.º O ensino liceal integra-se na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses, nos termos da Constituição, e tem por finalidade específica dotá-los de uma cultura geral útil para a vida³⁷.

A partir desta profunda reforma e até à publicação dos Decreto-Lei nº 47 311 de 12 de Novembro 1966, que introduziu algumas alterações na Mocidade Portuguesa masculina e feminina e o Decreto-lei nº 486/71 de 8 de Novembro que tornou voluntária a adesão àquela organização, e que abordaremos mais adiante, o Liceu e a Mocidade Portuguesa, que funcionavam no mesmo espaço, formaram e educaram, em cooperação, os jovens portugueses, à imagem concebida por Salazar. Assim, tanto a estrutura curricular dos diferentes graus de ensino bem como as actividades da Mocidade Portuguesa, foram concebidas com essa finalidade e nos anos seguintes foi-se edificando a “escola nacionalista, através de um esforço sistemático de inculcação ideológica e de doutrinação moral”³⁸.

Para a compreensão dessa intencionalidade, é necessário analisar não só a estrutura curricular estabelecida nas principais reformas como também alguns programas e metodologias, nomeadamente da disciplina de História, preferencialmente usada em conjunto com o Português, para a veiculação dos valores morais e nacionalistas e ainda a introdução de disciplinas práticas de preparação para a vida.

Mantendo os mesmos princípios, definidos para a educação pela ditadura militar e claramente verificada na legislação de Cordeiro Ramos, o seu sucessor, António Carneiro Pacheco, que nas palavras de Rómulo de Carvalho, foi o “executor implacável da doutrina política de Salazar no departamento ministerial que lhe competia”, reforçou-os e introduziu outros, na linha do pensamento do seu chefe, que admirava e seguia.³⁹

A remodelação do ministério, que por aprovação na Assembleia Nacional, órgão de soberania segundo a Constituição de 1933, se passou a chamar Ministério da Educação Nacional (lei de 11 de Abril de 1936, estava assente em “bases” estruturantes: nova designação do Ministério, que é demonstrativa da vontade do novo regime de privilegiar a

³⁷ *Ensino Liceal, Reforma dos Estudos e Respectiveiros Programas*. Decreto-Lei nº 27:084 e Decreto-Lei nº 27:085, publicado em 14 de Outubro de 1936. República Portuguesa. Lisboa. Imprensa Nacional. 1939, p.7

³⁸ António Nóvoa, “A Educação Nacional”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Volume I, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (direcção de), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p.287

³⁹ Desde os seus anos de Coimbra, então estudante de Direito, evidenciou simpatia pelas ditaduras, tendo posteriormente apoiado Sidónio Pais, enquanto deputado. Colega de Salazar, com ele partilhou lutas e ideais, tanto na academia como na vida política.

educação, em detrimento da instrução (Base I); criação da Junta Nacional da Educação (já anteriormente mencionada), que tratava de todos os assuntos relacionados com a educação e a conseqüente formação do espírito nacional (Base II); funcionamento dos serviços do ministério e controlo do pessoal educativo (Base III e IV); selecção dos professores (Base V); formação de professores (Base VI); concessão de bolsas de estudo pecuniárias a estudantes pobres com elevada capacidade moral e intelectual e instituição de prémios para os melhores estudantes⁴⁰ (Base VII); orientação dos alunos, segundo as suas aptidões para o ensino liceal e para o ensino técnico profissional e instituição de exames de admissão aos diferentes graus de ensino (Base VIII); revisão de todos os programas e imposição de livros escolares únicos, de leitura para cada classe do ensino elementar e de História, Filosofia e Educação Moral e Cívica para o ensino liceal (Bases IX e X); institui-se a obrigatoriedade do ensino do Canto Coral em todos os graus de ensino, com excepção do ensino superior “e coesão como elemento de educação nacional”⁴¹ (Base XII). Estava assim expresso que o objectivo desta disciplina era promover a educação e desenvolver o espírito de coesão nacional, através de canções nacionalistas de exaltação da Pátria, da dignidade do trabalho e de exaltação das glórias dos portugueses. Aparece uma determinação final que obriga a colocação, em todas as salas de aula, por detrás da cadeira do professor, de um crucifixo, símbolo da educação cristã que a Constituição determinava (Base XIII). Intencionalmente destacamos a Base IX que diz: “serão revistos os quadros das disciplinas e respectivos programas em todos os graus de ensino...”, ainda naquele ano. Desta intenção, em 14 de Outubro do mesmo ano é publicado o Decreto-Lei que reformulou o ensino liceal (Decretos-Lei nº 27:084 e nº 27:085).

Esta estrutura serviu de base a uma abundante legislação que marcaria a política educativa do Estado Novo. “...para passar não é preciso saber e o saber também não chega para passar”. É uma das frases críticas que aparece na introdução daquele Decreto-Lei, indicativa do estado do ensino em Portugal, apesar da grande quantidade de legislação produzida para o melhorar.

Precisamente um século depois da criação dos liceus, Carneiro Pacheco pretendia com esta profunda reforma, que o ensino liceal dotasse os portugueses de uma cultura geral

⁴⁰ Os prémios eram preferencialmente, visitas de estudo a monumentos nacionais e viagens às colónias portuguesas. Nestes prémios está a intencionalidade de inculcar nos jovens, sentimentos nacionalistas.

⁴¹ Maria Cândida Proença, “António Faria Carneiro Pacheco”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito (direcção de), Volume II, Circulo de Leitores, 1996, p. 709

útil para a vida, como atrás apresentámos e uma mentalidade corporativa mas sem grande enfoque na preparação para o ensino superior, como se pode continuar a ler no referido capítulo:

“ Capítulo I

Artigo 2.º O ensino liceal em comum é ministrado nos liceus e nos estabelecimentos oficiais (...) e (...) particulares que ofereçam garantias de completa organização dos fins educativos do mesmo ensino.

Artigo 3.º A organização nacional denominada Mocidade Portuguesa cooperará com todos os estabelecimentos oficiais e particulares do ensino liceal no que respeita ao desenvolvimento da capacidade física, à formação do carácter e à devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar.

(...) Com tal objectivo, será feita a indispensável conjugação das actividades, obrigatória para professores e alunos”.⁴²

O seu ideal pedagógico valorizava a educação em detrimento da instrução, ou seja, seria mais importante a inculcação de valores do que a transmissão de conhecimentos. Estes seriam só os necessários para o enquadramento profissional dos portugueses, ou para o prosseguimento de estudos.

Para atingir aqueles objectivos, introduziu profundas alterações em todos os sectores da Educação, das quais indicaremos algumas. A este propósito diz João Barroso, “O reforço da autoridade do reitor, e o esvaziamento do papel dos conselhos (...) insere-se igualmente nesta estratégia de associar o «saber ao poder», e inventar a tendência profissional contrária de associar o «poder ao saber»”.⁴³

A intencionalidade educativa do regime, arquitectada e instrumentalizada por Carneiro Pacheco desde a Escola Primária à Universidade, uniu o «saber ao poder», numa coerência que Raquel Pereira Henriques explica na sua Tese de Doutoramento, como “A Trilogia da Educação Nacional”, criada pelo Estado Novo e que constituiu os alicerces de toda a educação: “ A estrutura familiar hierarquicamente organizada, obediente a um homem-marido-pai, integrava-se numa sociedade governada por um homem-chefe-de-Estado,

⁴² *Ensino Liceal, Reforma dos Estudos e Respectiveiros Programas*, Decreto-Lei nº 27:084 e decreto nº 27:085, publicado em 14 de Outubro de 1936, República Portuguesa, Lisboa, Imprensa Nacional 1939, p 7

⁴³ João Barroso, *Os liceus – organização pedagógica e administração (1836-1960)*, 2 volumes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995. pp. 507-508

espiritualmente vigiada por uma identidade divina igualmente masculina, Deus”.⁴⁴ Esta ideia converge numa só: o chefe incontestado (Salazar), apoiado pelos chefes de família e protegido por Deus.

Retomemos o enunciado das alterações introduzidas. Os Liceus e as Escolas, lugares privilegiados dessa educação, deviam interpretar plenamente a nova ideologia e para isso muitos mudaram o seu nome, adoptando o nome de uma figura histórica nacional ou que fosse um exemplo a seguir pelos jovens. Podemos tomar como exemplo os liceus femininos, Filipa de Lencastre em Lisboa, Carolina Michaëlis no Porto, Infanta D. Maria em Coimbra.

Também a estrutura do curso dos liceus foi alterada, passando a ter a duração de sete anos, agrupados em três ciclos, sendo que o Primeiro era constituídos por 1º, 2º e 3º ano, o Segundo era constituído pelo 4º, 5º e 6º ano e o Terceiro Ciclo tinha apenas um ano, o 7º. Deixou de haver a diferenciação entre Curso de Letras e Curso de Ciências e a distinção entre Curso Geral e Complementar, para passar a estar dividido por ciclos como já referimos.⁴⁵

O regime de estudos passou a ser por disciplina e não por classe, alterando conseqüentemente a avaliação dos alunos, agora avaliados em cada uma delas, tornando a avaliação mais clara e mais justa, como se pode ler na lei: “... um ensino por disciplinas, coordenado, assente nas realidades tangíveis da pedagogia aplicada e conduzindo a soluções humanas e justas”, como podemos ver no quadro que apresentamos.

⁴⁴Raquel Pereira Henriques, “Revolução do Ensino da História”, in, *Um Século de Ensino da História*, Maria Cândida Proença, (coordenação de), Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 85

⁴⁵ Decreto-Lei 27:084, de 14 de Outubro de 1936, *Diário do Governo*, 1ª Série, nº241, p. 1235

Quadro 4 - Estrutura curricular do Ensino Liceal (1936)				
Ciclos	Disciplinas	Anos / Horas semanais		
		1º ano	2º ano	3º ano
1º Ciclo	Aulas:			
	Português	5	5	5
	Francês	5	5	5
	Ciências Geográfico-Naturais	3	3	3
	Matemática	3	3	3
	Desenho e Trabalhos Manuais	3	3	3
	Secções:			
	Educação Moral e Física	1	1	1
Higiene e Educação Física	2	2	2	
Canto Coral	2	2	2	
2º Ciclo	Aulas:			
	Português - Latim	6	6	6
	Alemão ou Inglês	3	3	3
	História	3	3	3
	Ciências Físico – Naturais	4	4	4
	Matemática	3	3	3
	Secções:			
	Educação Moral e Física	1	1	1
Higiene e Educação Física	2	2	2	
Canto Coral	1	1	1	
3º Ciclo	Aulas:	7º ano		
	Língua e Literatura Portuguesa	1º semestre	2º semestre	
	Latim	5	-	
	Ciências Geográficas	-	5	
	Ciências Biológicas	-	4	
	Ciências Físico-Químicas	4	-	
	Matemática	3	3	
	Organização Política e Administrativa da Nação	2	2	
	Filosofia	1	1	
		4	4	
Secções:				
Higiene e Educação Física		2	2	
Canto Coral		1	1	

É evidente a preocupação pelo ensino da Língua Pátria, ao qual são dedicadas maior número de aulas semanais, 5 aulas no 1º, 2º e 3º ano do Primeiro Ciclo, 6 aulas no 1º, 2º e 3º ano do Segundo Ciclo e 5 aulas no 1º semestre do Terceiro Ciclo. Só o Francês tem essa carga horária no Primeiro Ciclo. Curiosamente a disciplina de História só está contemplada no Segundo Ciclo, com 3 aulas em cada ano.

A reestruturação curricular do curso liceal introduziu novas disciplinas e sessões, com algumas essencialmente formativas, tendo sido alterados os programas, nomeadamente de História, que se pretendia objectiva e que para além do conhecimento

dos factos, devia desenvolver nos jovens estudantes, o espírito crítico e a educação cívica, como está expresso no Decreto-Lei: “...dar a conhecer as transformações sofridas pela sociedade e pelo homem, com o intuito de provocar uma compreensão dos aspectos da sociedade contemporânea e dos valores que dominam a sua estrutura, com particular referência à missão histórica da Nação Portuguesa, dentro do ideal cristão.”⁴⁶

Foram aprovados livros únicos para as disciplinas de História de Portugal, História Geral, Filosofia e Educação Moral e Cívica e publicaram-se normas claras para a elaboração dos manuais e para a sua aprovação. Num decreto assinado por Carneiro Pacheco lia-se: “... os livros escolares, além de ensinar, visam formar os espíritos.”⁴⁷

Os programas das disciplinas alteraram-se, tendo em conta a evolução do desenvolvimento psicológico das crianças e jovens. As indicações metodológicas que acompanhavam os programas de cada ciclo eram claras: no Primeiro Ciclo, sugeriam-se metodologias de carácter prático e descritivo, no Segundo Ciclo o ensino era teórico e experimental e o Terceiro Ciclo era essencialmente destinado à sistematização mental e síntese de todos os conhecimentos anteriormente adquiridos, como veremos no esquema que apresentaremos a diante. Ao professor cabia a função de orientar o trabalho e as reflexões dos alunos.

Carneiro Pacheco, traduzindo a ideologia do Estado Novo e pensando na educação das jovens que não prosseguiam os estudos, criou nos liceus femininos, actividades circum-escolares da responsabilidade da Mocidade Portuguesa Feminina e que trataremos adiante, bem como um curso de educação familiar para as alunas do 7º ano, dividido por dois semestres e cuja estrutura curricular era a seguinte:

⁴⁶ Decreto-Lei 27:085, de 14 de Outubro de 1936, *Diário do Governo*, Iª Série, nº241, pp. 1266-1267

⁴⁷ Maria Manuela Carvalho, “O Ensino da História no Estado Novo”. in *Um Século de Ensino da História*,. Maria Cândida Proença, (coordenação de.), Lisboa, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri, 2000, p. 80

Quadro 5 - Curso de Educação Familiar - 7º ano		
Disciplinas	1º semestre	2º semestre
Prática de Línguas Vivas	4	4
Moral Geral, Familiar e Social	3	-
Métodos de Educação Familiar	-	2
Economia e Artes Domésticas	-	2
Noções de Economia Política e Social	-	2
Organização Política e Administrativa da Nação	1	1
Direito Usual	-	2
Higiene e Puericultura	1	1
Roupa Branca, Vestidos, Transformações	2	2
Chapéus	-	2
Bordados e Tapeçaria	2	2

Estavam também previstas as sessões de Culinária, sem número de horas atribuídas. Educação Física e Canto Coral, com uma hora semanal em cada semestre. Acerca destas actividades, nos iremos pronunciar no Capítulo 3 desta 1ª Parte.

Com este 7º ano especial, ministrado só nos liceus femininos, pretendia-se criar boas esposas e mães, pois a família era considerada um dos pilares estruturais da Nação.

Este conjunto abrangente de medidas seria: “o tronco de um sistema pedagógico que procurará desburocratizar todo o ensino e pô-lo organicamente ao serviço da unidade moral da Nação.”⁴⁸ Parece implícita a ideia de que a desburocratização se refere ao fim da neutralidade, que algumas escolas ainda pudessem manter, garantindo assim o total controlo do ensino pelo Estado.

De 1947 a 1964

Em dez anos o regime cresceu, consolidou-se e formou rapazes e raparigas que, cada vez em maior número, procuravam o ensino liceal. Fortaleceu-se o *edifício educacional* em que se incluem os currículos, os programas, as actividades circum-escolares, da

⁴⁸ Decreto nº 27:084, *Diário do Governo*, nº 241, 1ª Série, 14 de Outubro de 1936, p. 6

responsabilidade da Mocidade Portuguesa, que estava instalada nos liceus e nas escolas e ainda a construção de várias escolas e liceus. Foi em 1948 que o “nosso” liceu, o Liceu Nacional Infanta D. Maria, inaugurou as instalações definitivas, para responder a essa grande procura de formação, no feminino, naquela região do país.

Pela “pena” de pedagogos e legisladores, atentos àquela realidade e aos novos desafios de um regime que já tinha ganho o País, entenderam ser necessária nova reforma. Assim, com assinatura de Fernando Andrade Pires de Lima, em 4 de Outubro de 1947 chegou às secretárias dos Reitores a Circular nº 1:418, que determinava a aplicação dos programas das disciplinas para o ano lectivo de 1947/1948, na sequência do Decreto-Lei 36:507 que reformou o ensino liceal, reintroduzindo o regime de classe e o Decreto-Lei 36:508 que aprovou os seus estatutos, ambos de 17 de Setembro do mesmo ano. As alterações introduzidas pelos novos decretos manter-se-iam até à reforma de Galvão Teles em 1964, apenas com alguns reajustamentos curriculares e programáticos.

Determinava o Decreto que o Curso Geral de cinco anos era dividido em dois ciclos: o Primeiro Ciclo passou a ser de dois anos e o Segundo Ciclo continuou a ser de três anos e tinham por finalidades, preparar para a sequência de estudos, ministrar uma cultura mais conveniente para a satisfação das necessidades comuns da vida social, revigoração físico, aperfeiçoamento das faculdades intelectuais, formação do carácter e do valor profissional e fortalecimento das virtudes morais e cívicas. O ensino de todas as disciplinas era feito em simultâneo, coordenado e interdependente e se houvesse mais do que uma disciplina com aproveitamento insuficiente, o aluno não transitava de ano. No final de cada Ciclo os alunos eram submetidos a um exame final e após aprovação no exame do Segundo Ciclo, obtinham a Carta do Curso Geral dos Liceus. O Terceiro Ciclo ou Curso Complementar do Liceu era de dois anos e somava às finalidades do Curso Geral a de preparar os alunos para o Ensino Superior. Aí, as disciplinas funcionavam isoladamente e mantinha-se a disciplina de Organização Política e Administrativa da Nação (OPAN).

Vejamos o quadro com a estrutura curricular da nova reforma.

Quadro 6 - Estrutura Curricular do Ensino Liceal (1947)				
Ciclos	Disciplinas	Anos / Horas semanais		
		CURSO GERAL		
		1ºano	2ºano	3ºano
1ºCiclo	Língua e História Pátria	5	5	-
	Francês	5	5	-
	Ciências Geográfico-Naturais	4	4	-
	Matemática	3	3	-
	Desenho	3	3	-
	Religião e Moral	2	2	
	Educação Física	2	2	
	Canto Coral	2	2	-
	Trabalhos Manuais	1	1	-
	Lavores Femininos*	2	2	-
2º Ciclo	Português	3	3	3
	Francês	2	2	2
	Inglês	5	5	5
	História	3	3	3
	Geografia	2	2	2
	Ciências Naturais	2	2	2
	Ciências Físico - Químicas	3	3	3
	Matemática	3	3	3
	Desenho	1	1	1
	Religião e Moral	1	1	1
	Educação Física	2	2	2
	Canto Coral	1	1	1
	Lavores Femininos*	2	2	2
3º Ciclo			CURSO COMPLEMENTAR	
			6ºano	7ºano
	Português		4	4
	Latim		5	5
	Grego		3	3
	Francês		3	3
	Inglês		3	3
	Alemão		5	5
	História		4	4
	Filosofia		4	4
	Geografia		4	4
	Ciências Naturais		4	4
	Ciências Físico-Químicas		4	4
	Matemática		4	4
	Desenho		4	4
	Organização Política e Administrativa da Nação		1	1
	Trabalhos Práticos de Ciências Naturais		1	1
Trabalhos Práticos de Ciências Físico Químicas		1	1	
Religião e Moral		1	1	
Educação Física		1	1	

*Os Lavores Femininos funcionavam nos Liceus femininos e nos mistos, só nas turmas femininas

No 3º Ciclo os alunos escolhiam um conjunto de 6 disciplinas, de acordo com o curso superior que pretendiam fazer. A título de exemplo, quem pretendia obter uma licenciatura em Histórico-Filosóficas tinha Português, Latim, Grego, História, Filosofia e OPAN (Organização Política e Administrativa da Nação). A disciplina de História aparecia também no conjunto de disciplinas necessárias para o ingresso nos cursos de Direito, Ciências Económicas e Financeiras e na Escola Superior Colonial.

O Latim, retirado dos currículos do Curso Geral, aparece somente no conjunto de disciplinas necessárias ao ingresso nos cursos de Filologia Românica, Germânica e Clássica da Faculdade de Letras, Ciências Histórico-Filosóficas e Direito. Exceptuando Latim e Alemão que tinham carga horária máxima de 5 horas, História tinha 4 horas a par com Português e Filosofia.

Sem perder o fio condutor da política educativa do Estado Novo, os legisladores não se podiam alhear da conjuntura económica e social que estava em mutação e trazia novas exigências. O desafogo económico que a aplicação dos Planos de Fomento tornou possível, bem como o reconhecimento do prestígio do ensino clássico ministrado nos liceus, motivaram a crescente procura do ensino liceal (em 1930 frequentavam o ensino liceal público 14970 alunos, em 1947 - 19283 e em 1960 - 46060 alunos de ambos os sexos).⁴⁹São ainda de considerar as novas concepções educativas defendidas por alguns pedagogos atentos e alguma contestação ideológica que agitava o país. Assim, nos anos que se seguiram, nova legislação veio introduzir alterações nos programas dos currículos existentes, como é o caso do Decreto-Lei nº 39: 807 de 7 de Setembro de 1954, que na decorrência dos problemas identificados pela prática lectiva, veio “simplificar os programas do curso geral, de forma a acomodá-los à capacidade receptiva dos alunos”⁵⁰, readaptando os programas aprovados em 1948.

“Após um longo período de endoutrinamento e, (...) após o estremecimento provocado pelas eleições presidenciais de 1958”, nas palavras de Raquel Pereira Henriques⁵¹, o Decreto-Lei 45:810 de 9 de Julho de 1964, do ministério de Inocêncio Galvão Teles, introduziu as primeiras grandes transformações, anunciadoras de uma nova era na política educativa nacional, que só a instauração da democracia em 1974, viria a concretizar, ao alargar a escolaridade obrigatória para 6 anos. Este decreto é apresentado, no seu preâmbulo, como

⁴⁹António Nóvoa, “Ensino Liceal”. In *Dicionário de História do Estado Novo*, Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito (direção de.), Volume I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1996, p. 301

⁵⁰Decreto nº 39: 807 de 7 de Setembro de 1954

⁵¹Raquel Pereira Henriques, “Revolução do Ensino da História”, in *Um Século de Ensino da História*, Maria Cândida Proença, (coordenação de), ob. cit., p. 97

um esforço político para dar resposta a novas exigências, próprias das dinâmicas evolutivas da sociedade: “É sabido que se fizeram entre nós, nos últimos tempos, importantes progressos em matéria de escolaridade obrigatória, quer no sentido de a ampliar, pois anteriormente restrita a três classes e hoje abrange quatro, quer no sentido de a tornar uma realidade efectiva.”⁵²

Assim determinou o decreto, que o Ensino Primário teria dois ciclos: um elementar de quatro anos (classes) e o outro complementar de dois anos (5^a e 6^a classes), passando então para seis anos a escolaridade obrigatória e gratuita, ou seja, até aos 14 anos. Terminado este Ciclo Complementar do Ensino Primário, os alunos, após aprovação num exame nacional, escolhiam o ingresso no Curso Liceal ou no Curso Técnico.

Da legislação publicada a partir daquele ministério, parece-nos importante referir o Decreto-Lei nº 47:211 de 23 de Setembro de 1966 que definiu as disciplinas para o novo “ciclo complementar do ensino primário”, das quais destacamos a disciplina de História de Portugal, a que foram atribuídas três horas semanais.

Relativamente ao ensino liceal, aos currículos e aos programas, as mudanças são pouco significativas, pois as finalidades mantinham-se.

“ O Estado português deseja apenas (...) que (...) os jovens sejam educados ao calor dos princípios da civilização ocidental e cristã. (...). Não se quer mais do que defender uma civilização cuja essência se confunde com a própria maneira de ser da nossa gente (...). Pomos acima de qualquer controvérsia Deus, como princípio de que deriva tudo o mais. Consideramos intangível a Pátria, como expressão intemporal e unitária do todo nacional, na pluralidade de territórios por que se reparte geograficamente. Lutamos pela pureza da Família, em cujo intimismo, e só nele, pode o ser humano encontrar a verdadeira felicidade e a melhor escola de virtudes. Respeitamos e queremos sempre dignificada a Autoridade legítima, (...) a Liberdade (...) e a Justiça Social. Comungamos num princípio de fraterna compreensão e solidariedades entre os Povos, alheios como somos a nacionalismos agressivos, que o nosso governo sempre declaradamente condenou”.⁵³

Na mesma linha do decreto anterior, o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário viria a ser instituído pelo Decreto-Lei nº 47:480 de 2 de Janeiro de 1967 e pelo Decreto-Lei nº 48:572, de 9 de Setembro de 1968 que estabelece o seu estatuto, unificando assim o 1º

⁵² Decreto-Lei nº 45: 810, *Diário do Governo*, I Série, nº 160, 9 de Julho de 1964, (p.?)

⁵³ Inocêncio Galvão Teles, *Problemas da Juventude*, Temas de Educação, MEN, 1964, pp. 242, 243

Ciclo do Ensino Liceal e o Ciclo Preparatório do Ensino Técnico, que se destinava, “a proporcionar não só a formação geral adequada ao prosseguimento dos estudos, mas também a observação individual dos alunos em ordem à sua orientação na escolha dos mesmos estudos”.⁵⁴ Com mais este decreto é perceptível uma preocupação da tutela para proceder a uma orientação escolar dos jovens, que pela sua idade, tinham dificuldade em discernir qual a sua verdadeira vocação. Simultaneamente permitia, segundo Casimiro Amado, “ (...) completar e ampliar a formação de base obtida no ciclo elementar do ensino primário, e dar preparação geral para a prossecução dos estudos em qualquer ramo do Ensino Secundário; e (...) orientar na escolha dos estudos subsequentes pela observação das tendências e aptidões dos alunos.”⁵⁵

Este decreto parece querer instituir a Escola única, ideia que nasceu na Alemanha no século XIX e que Adolfo Lima defendeu para Portugal, num artigo que escreveu em 1924 e publicado na revista “Educação Social”. Seguiram-se anos de confronto entre os que apoiavam e os que subestimavam esta ideia, adiando-se a sua aplicação. No entanto, o Decreto-Lei nº 48:572 de 9 de 1968 que criou o Estatuto do Ciclo Preparatório e possibilitou aos alunos poderem optar por fazer o Ciclo Preparatório por três vias, (Ciclo Complementar do Ensino Primário, Telescola ou Ensino à Distância ou Ciclo Preparatório Directo), adiou de facto a Escola única em Portugal até à Reforma de Veiga Simão de 1971 a 1973 e concretizada definitivamente em 1986, com a nova Lei de Bases do Sistema Educativo.⁵⁶

A década de 60 marcou sem dúvida o início de uma viragem do ensino em Portugal, dinamizada por um ministério apostado em responder às exigências de um Portugal em transformação. A criação do Ciclo Preparatório trouxe ao ensino um corpo docente jovem, com uma mentalidade e dinamismo que não se enquadrava com o tradicional corpo docente do Estado Novo.

Foi neste enquadramento que o ministério, sensível àquela irreversível mudança se foi renovando e criou o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa, de onde saíram as indicações que a pouco e pouco foram modernizando o ensino. “(...) espaço de formação de homens e mulheres que viriam a ocupar, nas décadas seguintes, importantes lugares de

⁵⁴ Decreto-Lei nº 47 480, *Diário do Governo*, I Série, Número I, 2 de Janeiro de 1967, (p.?)

⁵⁵ Casimiro Amado, “A Escola Única em Portugal”, in *O Sistema de Ensino em Portugal séculos XIX-XX*, Maria Cândida Proença (coordenação de), ob. cit., p. 107

⁵⁶ De 1974 a 1986, os decretos reguladores do Ensino tiveram sempre presentes a Escola única, ao criarem em 1975 o Ensino Secundário Unificado (7º, 8º e 9º ano) e em 1978 o Curso Complementar do Ensino Secundário, por abolição do Cursos Complementar do Liceu e Curso Complementar Técnico.

decisão política”, nas palavras de António Nóvoa.⁵⁷ Assim se foi criando uma unidade no ensino ao nível das escolas, dos currículos e conseqüentemente dos programas das disciplinas, que davam a preparação necessária e igual aos alunos que pretendiam seguir o ensino superior, ou simplesmente singrarem no final daquele ciclo, no mundo do trabalho.

Embora referentes aos primeiros anos da sua governação, podemos citar algumas palavras que Salazar disse numa das entrevistas que deu a António Ferro em 1932, a propósito da atenção dada ao Ensino Primário: “(...) a Ditadura tem feito mais pelo problema da instrução em seis anos do que os governos partidários em vinte. Bastou uma boa arrumação dos serviços de ensino para chegar a resultados que as situações anteriores não tinham obtido.⁵⁸ E a arrumação foi grande naquele nível de ensino, porém, o Ensino Secundário também não foi enjeitado, como prova a legislação que o foi desenvolvendo e ajustando à realidade nacional, ao longo dos quarenta e oito anos do regime.

Em jeito de síntese e pegando em algumas ideias de António Nóvoa sobre esta temática, podemos dizer que entre 1930 e o final dos anos 60, as políticas educativas foram marcadas por uma forte doutrinação que ultrapassou o espaço escolar e se estendeu às famílias e à comunidade, mantendo sempre um mesmo fio condutor. Aquele investigador considera que a estabilidade do Estado Novo e das suas políticas educativas resultaram dessa “capacidade totalizante e de integração social,”⁵⁹ que se foi adequando às necessidades surgidas ao longo do tempo e que distingue em três fases.

A primeira, de 1930 a 1936 a que chama de “difícil substituição de legitimidades”, corresponde a um período de alguma agitação, denunciada pelo elevado número⁶⁰ de ministros da Instrução Pública, em que o principal objectivo foi apagar o que representava ainda a escola republicana. Assim compartimentou-se de novo o ensino por sexos e por grupos sociais, suspendendo-se a coeducação ou escola única; adaptou-se a resposta do Estado à procura social da educação, retrocedendo relativamente ao período anterior, na redução da escolaridade obrigatória, dos conteúdos programáticos e das qualificações dos professores, nomeadamente do ensino primário com a nomeação dos regentes escolares;

⁵⁷ António Nóvoa, “Ensino Liceal”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, Vol I, Lisboa, Circulo de Leitores, p. 303

⁵⁸ António Ferro, *Entrevista de António Ferro a Salazar*. ob. cit., p. 70

⁵⁹ António Nóvoa, “A Educação Nacional”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, ob. cit., p. 457

⁶⁰ Gustavo Cordeiro Ramos, Alexandre Alberto de Sousa Pinto, Manuel Rodrigues Júnior, Eusébio Tamagnini de Matos Encarnação e António Faria Carneiro Pacheco.

intensificou-se o controle sobre as escolas e sobre os professores, através de inspeções frequentes. Esta representa a primeira fase de construção da Escola do Estado Novo.

A segunda fase, de 1936 a 1947, a que chama de "construção nacionalista da educação", foi a fase da inculcação da ideologia em que a escola deixou de ser essencialmente um lugar de transmissão e aquisição de conhecimentos para passar a ser um local de educação, de "formação da consciência" nacionalista. Para tal o ministério passou a designar-se de Ministério da Educação Nacional e em simultâneo criou-se a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional, que logo começaram a funcionar em ligação com a escola, na modelação ideológica nacionalista dos jovens portugueses, de acordo com a trilogia, "Deus, Pátria, Família".

A terceira fase, de 1947 a 1960 a que chama de "acomodação às novas realidades", foi um período de desenvolvimento económico e de crescimento do ensino. O número de alunos cresceu e como resposta surgiram mais escolas primárias, secundárias e técnicas e conseqüentemente o quadro docente aumentou e foi feita a reforma do ensino liceal e do ensino técnico pelo ministro Pires de Lima (1947 a 1955). Na continuação da mesma política, o ministro sucessor, Leite Pinto criou o Plano de Educação Popular e alargou a escolaridade obrigatória, tornando o período de 1955 a 1961, num importante avanço do sistema educativo nacional que irá culminar em 1974 com a democratização da escola.

Se entrarmos nas salas de aula dos liceus do Estado Novo e analisarmos alguns programas, compreenderemos que também eles estão carregados de intencionalidades, aquelas que marcaram cada uma das fases da política educativa do período em estudo.

1.3 Os programas de História nos currículos do Ensino Liceal

“ A obra educativa a realizar, mormente nesta época de renascimento nacional, tem de partir dum acto de fé na Pátria portuguesa e inspirar-se num são nacionalismo. É preciso amar e conhecer Portugal – no seu passado de grandeza heróica, no seu presente de possibilidades materiais e morais, adivinhá-lo no seu futuro de progresso,

de beleza, de harmonia. Só se ama o que se conhece, mas para se conhecer é já necessário um princípio de amor. Repito: é preciso amar e conhecer Portugal.”⁶¹

De facto só se ama quando se conhece e se aposta no futuro e Salazar afirma-o em relação ao Portugal que está empenhado em construir. A Escola educadora teria de assumir a função de ensinar a conhecer Portugal aos jovens em formação, para que construíssem o futuro alicerçado no orgulho pelo país e pelos homens e mulheres que o construíram ao longo do tempo. Sabemos porém que esse futuro, durante 48 anos, não foi construído em liberdade, mas sim induzido de variadíssimas formas, a partir da vontade de um regime e deste homem, que sempre vigilante lhe deu forma.

Foi este o espírito que norteou também os autores dos programas e manuais escolares, com especial enfoque nas disciplinas de Português e de História e que nos propomos analisar, a fim de podermos compreender como as suas finalidades entroncavam com as das actividades circum-escolares da Mocidade Portuguesa, particularmente a Feminina, que coexistiam nos Liceus e em grande força a partir de 1947, quando foram integradas no plano escolar. Em conjunto pretendiam formar e enformar os jovens no modelo criado pelo Estado Novo.

Esta disciplina nem sempre se apresentou de forma autónoma nos sucessivos currículos do Ensino Liceal, sendo associada ora à Geografia, ora à Língua Portuguesa. No nosso estudo iremos analisar os seus conteúdos, somente a partir das reformas dos anos 30, quando a História se despiu de uma roupagem material para envergar outra mais filosófica, ao gosto do regime que estava a nascer.

Segundo Reis Torgal e relativamente à reforma de 1930, do Ensino Superior, revela “a planificação controlada do ensino da História, ou seja, o nacionalismo não é apresentado como um simples imperativo educacional, mas sim como um imperativo político”⁶², corrente que, alguns anos mais tarde se irá reflectir nos programas do Ensino Liceal. É esta duplicidade de intenções que pretendemos identificar na análise a que nos propomos.

⁶¹Salazar, “Prefácio”. in António Ferro, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*. Lisboa. Parceria A. M. Pereira. 2003. p. 245

⁶²Luís Reis Torgal, “Ensino da História e Ideologia”, in *Um século de Ensino da História*, coordenação de Maria Cândida Proença, ob. cit., p. 35

De 1930 a 1947

Quando Salazar assumiu a pasta das Finanças, em 27 de Abril de 1928, era Ministro da Instrução Pública o engenheiro Duarte Pacheco, que em Novembro do mesmo ano passou a pasta a Cordeiro Ramos, que se iria manter em funções, embora com interrupções, até 1932. A ele se deve a primeira grande reforma do Ensino, interpretando o pensamento do Presidente do Conselho, que entendia a Escola e os programas escolares como formadoras de elites para o serviço da Nação.

Num discurso proferido em 28 de Janeiro de 1934, disse Salazar acerca do papel da Escola como guardiã dos valores nacionais:

“ (...) Por mais longe que vá a nossa tolerância perante as divergências doutrinárias que em muitos pontos dividem os homens, nós somos obrigados a dizer que não reconhecemos liberdade contra a Nação, contra o bem comum, contra a família, contra a moral. Queremos, pelo contrário, que a família e a escola imprimam nas almas em formação, de modo que não mais se apaguem, aqueles altos e nobres sentimentos que distinguem a nossa civilização e profundo amor à sua Pátria, como os que a fizeram e pelos séculos fora a engrandeceram.”⁶³

Sendo a Escola o lugar privilegiado de ensino e formação cientificamente organizado, tem em algumas disciplinas, programas mais direccionados para a veiculação de ideais e de valores como o Português, a História, a Moral e Religião e ao nível do 3º Ciclo a Filosofia e a Organização Política e Administrativa da Nação (esta porém mais vocacionada para o conhecimento da estrutura e funcionamento do sistema político e administrativo português). Os conteúdos programáticos, associados às metodologias, bem como algumas actividades circum-escolares, foram sabiamente usados pelo Estado Novo para formar jovens que soubessem honrar Deus, Pátria, Família, Autoridade, Virtude, História, Moral, Trabalho e Dever, valores defendidos por Salazar no discurso proferido em Braga em 1937, aquando das comemorações do “Ano X da Revolução”, repetido noutras ocasiões e que seriam os pilares do novo regime.

⁶³ Apud Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986 p.724

Recuando aos primeiros anos do Estado Novo, ao analisar o Decreto nº 18:883 de 27 de Setembro de 1930 que, relativamente à História, visava a uniformização e normalização dos conteúdos leccionados, podemos verificar a aplicabilidade daqueles valores no próprio enunciado dos programas. Assim, os conteúdos eram apresentados de forma pormenorizada, com observações facilitadoras da interpretação dos professores, restringindo as interpretações livres. Os programas deviam ser “guias seguros do ensino (...), taxativos na medida do possível, (...) exequíveis e (...) coordenados, (...) de tal modo que se mantenha a respectiva sequência, de uma classe para a outra”⁶⁴, ficando assim garantidas condições iguais em todas as escolas do país, ao mesmo tempo que se responsabilizavam os professores pelo seu incumprimento.

Neste documento, os programas apesar de reajustados, parecem no entanto, ainda desprovidos de qualquer conotação ideológica ou política. A História aparecia ligada à Geografia e era leccionada nos três anos do segundo ciclo, ao invés da reforma anterior.

A primeira rubrica do programa do curso geral era a Pré-história, com a inclusão da Civilização hindu (opção provavelmente decorrente da presença de Portugal na Índia e da existência de muitos indianos na então colónia de Moçambique), seguida da Antiguidade Oriental, Antiguidade Clássica até à queda do Império Romano do Oriente. No ano seguinte estudava-se a Idade Média, Idade Moderna, terminando com o Movimento das Ideias do século XVIII: Montesquieu, Voltaire e Rousseau e a Revolução Industrial inglesa. No último ano, continuando pela História Universal, estudava-se a Idade Contemporânea até à Grande Guerra e a Revolução Russa, no primeiro período. Só no segundo e terceiro período se estudava História de Portugal, desde a Pré-história até à República com pormenores sobre a acção de cada rei, incluindo a participação de Portugal na Grande Guerra. Eram abordados aspectos de história política e institucional, manifestações artísticas e aspectos sociais, mas sempre numa sequência cronológica.

No programa de História do curso complementar, estudava-se a História da Civilização. Era não só uma recapitulação do que havia sido estudado nos anos anteriores, como também um aprofundamento, com um carácter mais filosófico, coordenado e também sintético, usando a mesma metodologia.

⁶⁴ Emília Salvado Borges, “Para a História do Ensino da História em Portugal: análise dos programas do ensino secundário (1910-1968)”, *Primeiro Encontro Sobre o Ensino da História*, Lisboa, Publicação do Ministério da Educação, p. 120

Novas legislações reformadoras aconteceram em 1931, 1934 e 1935 com o objectivo de corrigir erros e responder às críticas e às necessidades criadas pelos exames nacionais,⁶⁵ no entanto continuaram válidas as indicações de carácter metodológico, pedagógico e didáctico, de que falaremos no próximo subcapítulo.

Nas alterações introduzidas pelo Decreto nº 20:369 de 31 de Outubro de 1931, também da autoria do ministro Cordeiro Ramos, foram retirados alguns conteúdos dos programas, mas a grande novidade foi para os temas de História de Portugal que deixaram de ser estudados por reinados, passando o seu estudo a ser feito por períodos e integrados na História Universal. Assim, na 3ª classe do Curso Geral estudava-se a Antiguidade Oriental e a Antiguidade Clássica; na 4ª classe, Idade Média geral e História Medieval de Portugal, Idade Moderna geral e História Moderna de Portugal; na 5ª classe Idade Contemporânea geral e Contemporânea de Portugal. Na 6ª e 7ª classes, mantinha-se o estudo de temas de História da Civilização, com algum aprofundamento e orientada para a reflexão crítica dos conhecimentos adquiridos.

Em 6 de Outubro de 1934, com a assinatura do ministro interino Manuel Rodrigues Júnior, saiu legislação que encurtou os programas e alterou alguns conteúdos. Houve grande redução dos conteúdos da Antiguidade Oriental, aumentaram os da Idade Média, que iam até às Invasões normandas apenas estudados na 3ª classe. A 4ª classe começava com a História Medieval de Portugal, seguindo-se a História Moderna Geral e de Portugal. Na 5ª classe estudava-se a Idade Contemporânea Geral e de Portugal. Quanto aos temas estudados na 6ª e 7ª classe, mantiveram-se sem alterações.

Novas directivas foram introduzidas por mais um Decreto de 28 de Maio de 1935, do ministério de Eusébio Tamagnini, que começa com a identificação dos problemas que se mantinham no ensino da História do ensino secundário, cujo tratamento mais parece o do ensino universitário. Reconhece-se a necessidade de uma reforma profunda e que ultrapasse a simples reorganização de temas e conteúdos. Estes deviam ser distribuídos pelos anos e terem em conta as características psicológicas dos alunos nas diferentes faixas etárias, em consonância com as novas correntes sociopedagógicas da Escola Nova.

⁶⁵ Uma das queixas era a impossibilidade de cumprimento dos programas, para que todos os alunos estivessem em iguais condições para a realização do exame a nível nacional.

Um ano após a sua aplicação e apesar do seu cariz modernizador, iniciou-se a nova reforma curricular e dos programas, mais profunda e ambiciosa, de António Carneiro Pacheco.⁶⁶

Constatamos porém que a História não aparece no currículo do 1º ciclo. No entanto há conteúdos desta disciplina integrados no programa de Português dos três anos, indicados de seguinte forma: “Leitura de trechos simples em prosa e em verso: ...lendas e narrativas ligadas com a história da nacionalidade; exemplos de virtudes cívicas e domésticas tiradas da história pátria”⁶⁷

O mesmo é válido para o 3º ciclo, em que na disciplina de Língua e Literatura portuguesa, eram estudados textos e obras onde se colhiam conhecimentos relativos de história da nacionalidade e de algumas personalidades emblemáticas da Nação: “ Além das leituras, este curso compreenderá exercícios feitos na aula e em casa: lendas regionais, interpretativas de factos históricos...”⁶⁸

Neste último ciclo surge, como oportunamente já referimos, a Organização Política e Administrativa da Nação, disciplina nova, com objectivos claramente doutrinadores e cujas finalidades se juntam às da História e do Português, que se irá manter no currículo, até ao fim do Estado Novo. Leiam-se nas observações do programa desta disciplina, essas finalidades implícitas:

“Cumprir ao professor procurar colocar o aluno dentro do ambiente próprio das ciências sociais. Assim há que fazer-lhe notar que as transformações sociais, embora orientadas por chefes, dependem sobretudo das aspirações colectivas (...).

No estudo da organização corporativa portuguesa (...) acentuar-se-á o que dela há de original, em relação às experiências estrangeiras.

(...) não deixará o professor de estimular o ardor cívico do estudante, o culto pela idea [sic.] de Pátria, o respeito pela tradição, o amor da família e a crença nos benefícios da associação (...).”⁶⁹

⁶⁶ António Carneiro Pacheco, Professor de Direito foi deputado durante o consulado de Sidónio Pais. Monárquico repudiava o demoliberalismo bem como o comunismo. Defendia um Estado nacionalista autoritário, tradicionalista, espiritualista e orgânico.

⁶⁷ Decreto-Lei nº27: 085, de 14 de Outubro de 1836, *Ensino Liceal, Reforma dos Estudos e Respectiveiros Programas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939, p. 31

⁶⁸ Decreto-Lei nº27: 085, de 14 de Outubro de 1836, *Ensino Liceal, Reforma dos Estudos e Respectiveiros Programas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939, p.137

⁶⁹ *Ibidem*, p.154

A História só aparece como disciplina autónoma no currículo do 2º ciclo, com três horas semanais, em que se estudava essencialmente História geral, aparecendo aqui e além, embora contextualizado, alguns aspectos da História de Portugal. O seu estudo pormenorizado só acontece no 6ºano, todo ele destinado à História Pátria.

É também de referir que se trata de uma História essencialmente factual, com realce para as grandes realizações dos povos e acções dos heróis, particularmente de Portugal [Anexo A1]. Para compreendermos esta dimensão, analisemos alguns aspectos.

Estudava-se então no 4º e 5º ano do 2º ciclo, História Geral, com excepção do 5ºano, em que havia uma rubrica dedicada aos “Descobrimientos marítimos”, período de ouro da História de Portugal, de que todos nos orgulhamos, ao darmos “novos mundos ao mundo”, tornando-nos ainda mais respeitados pelas grandes nações europeias. No tema de História Contemporânea, não há qualquer referência ao nascimento e evolução dos movimentos socialistas, temática que incomodava o regime, mas em contrapartida realça-se a “Acção social da Igreja”, tema que lhe era caro. É de realçar que no final do programa do 5º ano, aparecem indicadas as unidades, “Reacção contra o Parlamentarismo” e “Os movimentos nacionalistas”, claramente assuntos de forte intencionalidade ideológica e desprezados pelos regimes fascistas, dos quais o regime português era familiar.

No 6º ano, o programa era inteiramente dedicada ao estudo da História de Portugal, sendo dado grande enfoque aos últimos temas, do pós 1ª República: “A República. Intervenção de Portugal na Grande Guerra. Sidónio Pais, precursor dos governos de autoridade. O descrédito do parlamentarismo e anarquia social: a reacção nacionalista da Revolução de 28 de Maio. A restauração das finanças e o ressurgimento económico, político e social da Nação. O Acto Colonial e o Império Português. A Constituição política de 1933 e os seus princípios fundamentais; exemplificação da obra corporativa já realizada. A nova renascença pátria e o prestígio de Portugal no mundo”.⁷⁰ Nestes temas estava clara a intenção de dar os jovens os conhecimentos necessários à aceitação e defesa do regime, surgido do fracasso republicano.

Embora aqueles conteúdos, relativos a um passado recente (desde 1910) ainda não pudessem ser considerados História, na perspectiva do investigador, era intenção do Estado Novo transmitir, não só as circunstâncias em que Salazar, então já chefe incontestado, conseguiu salvar Portugal da desordem, como desenvolver sentimentos nacionalistas.

⁷⁰ Decreto – Lei nº 27:085, de 14 de Outubro de 1836, *Ensino Liceal, Reforma dos Estudos e Respectiveiros Programmas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939 pp. 106 e 107

Pode parecer contraditório que sendo a História uma disciplina formativa, só apareça no 4º ano e com uma carga horária pouco generosa. No entanto o que interessava era a forma como se desenvolveria o espírito crítico e a educação cívica, a partir dos conteúdos que eram transmitidos aos alunos e claramente enunciados nos manuais, atentamente analisados e autorizados pelo Ministério.

Depois do enunciado exaustivo dos conteúdos dos programas de História, o diploma oficial contém indicações claras sobre as metodologias a serem seguidas e que parecem aproximar-se duma pedagogia cada vez mais centrada nos alunos. Porém o professor só descerá do estrado após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Lê-se sobre a metodologia de ensino: “...o ensino será feito... através de leituras, da exposição do professor, de filmes e diapositivos, fotografias, quadros, gravuras, mapas e demais instrumentos de ensino histórico.”⁷¹

Tratando-se de um documento escrito em 1936, é de valorizar a indicação de utilização de materiais audiovisuais ainda pouco vulgarizados no país, pois só após a 2ª Guerra Mundial, seriam generalizados e desenvolvidos. Recomenda ainda aos professores, para não sobrecarregarem a memória dos alunos com conteúdos desnecessários, como datas, nomes e factos. Deverá ser exigido somente aqueles que são estruturantes e deverão ser aplicadas metodologias que desenvolvam o raciocínio e a análise crítica.

Todas estas indicações metodológicas parecem muito actuais, mas com ou sem elas, pretendia-se enformar as mentalidades, de acordo com os valores máximos defendidos por Salazar e que eram os pilares do Estado Novo: Deus, Pátria e Família. Assim se lê nas observações finais do texto oficial do programa: “Dar a conhecer as transformações sofridas pela sociedade e pelo homem, com o intuito de provocar uma compreensão dos aspectos da sociedade contemporânea e dos valores que dominam a sua estrutura, com particular referência à missão histórica da Nação Portuguesa, dentro do ideal cristão.”⁷²

Esta reforma serviu, sem dúvida, as finalidades da fase de afirmação do Estado Novo e manteve-se até 1947, data em que Pires de Lima, novo ministro da Educação Nacional, levou a cabo uma nova Reforma do Ensino Secundário que se manteve, com algumas alterações e reajustamentos, até aos anos 70.

⁷¹ *Ibidem*, p.107

⁷² Decreto – Lei nº 27:085, de 14 de Outubro de 1836, *Ensino Liceal, Reforma dos Estudos e Respectivos Programas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939, p.107

De 1947 a 1974

Demonstrando uma clara preocupação de pôr em prática as novas teorias piagetianas da Psicologia do Desenvolvimento, os novos programas, publicados pelo Decreto-Lei nº 37:112 de 22 de Outubro de 1947, na sequência do Decreto-Lei reformador nº36:507 de 17 de Setembro de 1947 e da Circular nº1:418 de 4 de Outubro de 1947⁷³, tinham como finalidades, adequar a complexidade dos conteúdos “ (...) à capacidade receptiva dos alunos e traduzissem não tanto o que estes devem aprender como o que podem aprender na idade em que frequentam os cinco primeiros anos do liceu”⁷⁴. A introdução da disciplina de História logo no 3º ano do 2º ciclo e a criação de mais um ano no 3º ciclo, o 7ºano, obrigou a uma reformulação dos programas.

Aquele Decreto (nº 37:112 de 22 de Outubro de 1947) determinou então que a disciplina de História passaria a integrar o currículo no 3ºano de forma autónoma, embora no 1º e 2º ano aparecesse incluída na disciplina de Língua e História Pátria. Fazia parte do programa desta disciplina, a leitura de pequenos textos sobre usos, costumes, instituições, monumentos, lendas e narrativas e outros textos de virtudes cívicas e relacionados com a História de Portugal. Assim pontualmente entrava no domínio dos conteúdos da História. A partir do 3º ano e até ao 5º ano, as disciplinas de Português e História surgiam independentes, embora completando-se na transmissão dos valores pré definidos para a educação dos jovens portugueses e que eram transversais a várias disciplinas e a organizações juvenis como é o caso da Mocidade Portuguesa e das suas actividades circum-escolares. O mesmo é válido para o 6º e 7º ano, segundo as opções tomadas pelos alunos com vista ao prosseguimento dos estudos.

Relativamente à disciplina de Português, podemos constatar que os textos escolhidos e de leitura obrigatória, para a aprendizagem da estrutura da Língua Pátria e da Literatura Portuguesa tinham por finalidade, “ (...) arraigar no espírito e no coração dos alunos sentimentos elevados de civismo e de amor da Pátria. Justificam-se assim como básicos dois objectivos: educar o aluno na inteligência e no uso corrente da linguagem e na recta formação da sua personalidade de homem e de português,”⁷⁵ como se pode ler no Decreto-Lei que aprova os

⁷³ Circular aos reitores dos liceus acerca dos programas das disciplinas do curso geral dos liceus, para servirem durante o ano lectivo de 1947/1948

⁷⁴ Decreto-Lei nº 37:112 de 22 de Outubro de 1948, *Programas das Disciplinas do Ensino Liceal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948, p. 3

⁷⁵ Decreto-Lei nº 37:112 de 22 de Outubro de 1948, *Programas das Disciplinas do Ensino Liceal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948, p.16

programas do Ensino Liceal. Tomemos como exemplo, A Morgadinha dos Canaviais de Júlio Diniz, Os Lusíadas de Camões, História Trágico Marítima e Frei Luís de Sousa, estudados no 3º, 4º e 5º ano. No 6º e 7º ano estudavam-se obras e textos da Peregrinação, de Historiadores da Monarquia Lusitana, do Verdadeiro Método de Estudar, das Cartas sobre a Educação da Mocidade, Lendas e Narrativas, Leal Conselheiro, entre outros. Assim a disciplina de Português assumia a função da História, ao possibilitar aos alunos o contacto directo com textos (documentos escritos), onde se descreviam alguns acontecimentos do passado, bem como sentimentos e valores do homem comum e de personalidades da nossa História e ainda a elementos caracterizadores da sociedade em diversos contextos e épocas.

À disciplina de História cabia dar “ (...) a conhecer ao aluno a génese e as características do mundo contemporâneo e os valores que dominam o seu espírito e a sua estrutura.”⁷⁶, através do estudo dos actores intervenientes no processo evolutivo, para deles se retirar os melhores ensinamentos, como se pode ler nas observações do Decreto-Lei: “E nos acontecimentos se dará relevo à contribuição dos homens mais célebres e representativos em todos os campos de actividade, estudando-os na sua realidade concreta, com as suas boas e más qualidades, com as suas coerências e contradições. (...). O conhecimento do passado deve, em suma, ser encarado como uma lição e estímulo para o futuro: evitar erros cometidos, imitar os acertos praticados, crer no poder criador do homem.”⁷⁷ Quanto à História de Portugal, que no programa aparece intercalada com a História Geral e que, parecendo secundarizada, recomenda o Decreto que, “Há-de haver o cuidado de reduzir tanto quanto possível a extensão da História Geral, para ser dado maior desenvolvimento à nossa própria História.”⁷⁸ Analisemos então os conteúdos gerais dos programas de História por este Decreto aprovados, pois o enunciado mais circunstanciado dos conteúdos, registámo-los no quadro que apresentamos em anexo [Anexo A2].

O programa começava com o estudo do meio geográfico-natural em que o Homem evoluiu e das suas relações com ele, designado por “O homem e a natureza “. É uma abordagem que nos futuros programas iria sempre aparecer embora integrada de outras formas. Os conteúdos de História começavam verdadeiramente com o segundo tema, “A Pré-História”, seguida da Antiguidade Oriental em que se determina o estudo de duas civilizações dos grandes rios. É curioso que aparece Nilo em vez de Egipto, como pareceria mais correcto, já que a seguir, a outra civilização é a Mesopotâmia, não havendo

⁷⁶*Ibidem*, p. 116

⁷⁷Decreto-Lei nº 37:112 de 22 de Outubro de 1948, *Programas das Disciplinas do Ensino Liceal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948, pp. 116, 117

⁷⁸*Ibidem*, pp. 117, 118

qualquer referência aos rios Tigre e Eufrates. Também se estudava a Fenícia, como exemplo de uma civilização marítima e depois as civilizações hebraica e persa. Segue-se a Antiguidade Clássica, com o estudo da civilização grega e romana, salientando aqui o estudo da romanização da Península Ibérica. Terminava o programa do 3º ano com o estudo da decadência do Império romano e do cristianismo.

O programa de 4º ano iniciava com o estudo da Idade Média no contexto europeu, destacando-se o estudo dos bárbaros na Península Ibérica, a Fundação e Desenvolvimento de Portugal, e Portugal dos fins do século XIII aos começos do século XV. Na unidade seguinte iniciava-se o estudo da Idade Moderna até ao século XVII e relativamente à História de Portugal, estudavam-se os Descobrimentos e Conquistas Ultramarinas, O Renascimento em Portugal contextualizado com o movimento europeu, a Reforma e Contra Reforma em Portugal também contextualizada em relação à Europa e Portugal e Espanha nos fins do século XVI e princípio do século XVII.

No 5º ano completava-se o estudo da Idade Moderna e no que diz respeito a Portugal, aparece a Restauração de Portugal e a Defesa do Território, a Rivalidade Colonial Anglo-Francesa com referências à participação de Portugal na guerra, a Evolução política portuguesa e a reconstrução económica, Evolução político social de Portugal. Da Idade Contemporânea estudava-se a Revolução francesa, A difusão do liberalismo e as suas consequências, com referência a Portugal, A Expansão Europeia Ultramarina e as suas Consequências e Portugal nos séculos XIX e XX.

Os conceitos de História, objecto e método, Civilização, Cultura, davam início ao programa de 6ºano, seguindo-se a História Geral da Civilização, desde a Pré-História até à Idade Contemporânea, cuja abordagem deveria ser de um maior aprofundamento do que tinha sido no ciclo antecedente.

A História da Civilização Portuguesa constituía o programa de 7º ano, que ia desde os Lusitanos até à República.

É no 4º e 5º ano que aparecem mais conteúdos da História de Portugal, sempre contextualizados com a História Geral, para que todos os alunos que concluíssem a sua escolaridade no final do Curso Geral, adquirissem com aquelas aprendizagens, “ (...) o respeito e a dignidade da pessoa humana.”⁷⁹ Para os que prosseguiam os estudos, na

⁷⁹Decreto-Lei nº 37:112 de 22 de Outubro de 1948, *Programas das Disciplinas do Ensino Liceal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948, p.117

perspectiva de ingressarem no Ensino Superior, tinham no 6º ano só História Geral e no 7º ano só História de Portugal.

Parece-nos interessante referir as recomendações do programa para que fossem indicadas leituras de obras literárias “ (...) que introduzam aprazivelmente os alunos no átrio da história, criando-lhes gosto por ela. Na sua idade juvenil, o romanesco, o dramático e o colorido desempenham um grande papel.”⁸⁰ Algumas destas obras, ou pelo menos parte delas eram dadas na disciplina de Português (Lendas e Narrativas, os Filhos de D. João I) ou outras como *Quo Vadis?* “(...) para os por em contacto com a sociedade romana do paganismo e a nascente sociedade cristã.”⁸¹, ou ainda, a *Vida de Nun’ Álvares de Oliveira Martins*, um bom exemplo de cristão e de devoção à Pátria. Eis aqui a evidência da aproximação das duas disciplinas nas suas finalidades formativas.

A consistência ideológica e estrutural destes programas foi comprovada pelos seis anos em que se mantiveram em vigor, até ao Decreto-Lei nº 39:807 de 7 de Setembro de 1954 que veio simplificar os programas do Ensino Liceal, em particular o do Curso Geral, assim justificado no seu preâmbulo: “ Procura-se agora, sobretudo, simplificar os do curso geral, de forma a acomodá-los á capacidade receptiva dos alunos.”⁸²

Por aquele decreto e relativamente à disciplina de Português, sugere-se a leitura e estudo de trechos em prosa e em verso, que fossem adequados aos alunos, apelativos e que contribuíssem para a aquisição de conhecimentos, gosto pela literatura e aquisição de “uma sólida e recta formação moral,”⁸³ tanto para o 1º Ciclo como para o 2º ciclo. Os autores e obras estudadas alteraram-se relativamente ao programa anterior, recomendando especificamente para o 3º e 4º ano que sejam “acomodadas à formação da personalidade dos alunos”: Frei Luís de Sousa de Almeida Garrett e *Lendas e Narrativas* de Alexandre Herculano para o 4º ano; excertos dos *Lusíadas* e alguns sonetos de Camões, *Auto da Alma* de Gil Vicente, excertos de Fernão Lopes e de outros escritores do século XVI, para o 5º ano. “Estudo convenientemente graduado da história da literatura portuguesa, baseado na leitura e análise literária dos textos,”⁸⁴ seguindo as épocas históricas para o 6º e 7º ano (época medieval e clássica no 6º ano e no 7º conclusão da época clássica e época romântica). No final do programa repetem-se as mesmas observações feitas no programa de 1948.

⁸⁰ *Ibidem*, p.118

⁸¹ *Ibidem*, p.118

⁸² Preâmbulo do Decreto nº 39 807 de 7 de Setembro de 1954, 1ª série. *Programas do Ensino Liceal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1966

⁸³ *Ibidem*, p.7

⁸⁴ *Ibidem*, p.10

Relativamente ao programa de História [Anexo A3], os conteúdos são apresentados de forma mais objectiva e independente, pois não há qualquer indicação de recurso à leitura de obras literárias que criassem o gosto pela História. As sugestões centram-se e pela primeira vez, em recursos áudio visuais, como referiremos mais adiante. As finalidades mantêm-se, não trazendo portanto qualquer novidade.

As maiores alterações surgem na distribuição dos conteúdos pelos três anos lectivos, sendo esta muito mais equilibrada do que nos programas anteriores. Retiraram-se pontualmente alguns conteúdos e introduziram-se outros. Como exemplo, substituíram-se os primeiros conteúdos do 3º ano, por uma acertada Introdução à História, com os conceitos básicos e operativos da disciplina a anteceder a Pré-História.

O programa de 6º e 7º ano permaneceu igual, unicamente com uma alteração de designação relativa ao último ponto (A obra de fomento metropolitano e ultramarino)⁸⁵, com a mudança de designação de «colonial» para «ultramarino», decorrente do Acto Colonial (1951) que integrou as colónias no território nacional como províncias ultramarinas [Anexo A9].

Acompanhando as alterações curriculares reformistas da década de sessenta, julgamos importante referir que em 1967, a Portaria nº 22: 966 de 17 de Outubro, aprovou a título experimental, os programas do Ciclo Complementar do Ensino Primário (5º e 6º ano) que seria o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº.47:480 de 2 de Janeiro de 1967). Para este novo ciclo foi criada a nova disciplina de História de Portugal, com uma carga horária de três tempos semanais, ficando assim assegurado que qualquer jovem, que não passasse ao 3º Ciclo, ficaria com conhecimentos suficientes para entender de onde viemos e para onde íamos [Anexo A4]. Era a história da nossa Nação, também transmitida através dos textos da «Selecta de Língua e História Pátria» do 1º Ciclo. [Anexo 7 e 8].

Em 9 de Setembro de 1968, a Portaria nº 23:601 aprovou os Programas do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, neles aparecendo a História ligada à Geografia, na disciplina de História e Geografia de Portugal [Anexo A5], com três horas no 1º ano e duas horas no 2º ano. A anterior disciplina, Língua e História Pátria, em que a História estava ligada à Língua Portuguesa, os conteúdos de História tinham saído a perder. Com esta

⁸⁵ Esta rubrica manteve-se até 1974, no programa de 7º ano.

legislação, a importância formativa da História parece evidente, justificada no documento da seguinte forma:

“ (...) neste período do seu desenvolvimento, a criança deve, (...), ser educada nas virtudes cívicas e patrióticas e na admiração de grandeza humana marcados pela heroicidade, pela abnegação, pela dedicação, pelo esforço persistente e pelo sacrifício; da mesma admiração devem ser objecto os que puseram o seu valor e a sua inteligência ao serviço de Deus, da Pátria ou do seu semelhante e procuram dessa maneira servir os ideais e os empreendimentos colectivos da grei portuguesa”⁸⁶.

Entendia-se assim, que através do conhecimento simultâneo do espaço em que Portugal se desenvolveu e da forma como o fez, se adquiriria “a progressiva tomada de consciência da origem e valor da comunidade nacional”⁸⁷.

Com a mesma data, o Decreto-Lei nº 48:572 aprovou o Estatuto do novo Ciclo, organizado em cinco conjuntos de disciplinas: conjunto A “Formação espiritual e nacional”, do qual fazia parte a História e Geografia de Portugal, conjunto B “Iniciação científica”, conjunto C “Formação Plástica”, conjunto D “Actividades musicais e gimnodesportivas” e o conjunto E “Línguas estrangeiras”.

Com a chegada de Marcelo Caetano à chefia do governo, virou-se timidamente para uma nova página da história nacional a que se chamou Primavera Marcelista, primavera que parecia trazer mudança. O lançamento experimental da escolaridade obrigatória de oito anos e de novos programas de ensino, legislados por um Despacho de 9 de Agosto de 1972, por Veiga Simão, integraram-se nessa onda de mudança. Esta experiência, conhecida por “experiência pedagógica do 3º ano”, foi feita em vinte e uma escolas preparatórias que se disponibilizaram⁸⁸. Em cada uma se criaram três turmas “piloto”, em que o número de alunos não ultrapassava os vinte e cinco, podendo ser turmas mistas. Para um permanente acompanhamento da experiência, agendaram-se reuniões periódicas com todos os professores envolvidos, tendo cada um de redigir um relatório, descrevendo os trabalhos

⁸⁶ Portaria nº 23:601 de 9 de Setembro de 1968, Programas do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, Lisboa, Imprensa Nacional, 1969, p. (?)

⁸⁷ *Ibidem*

⁸⁸ Das 19 escolas onde foi implementada a nova experiência pedagógica, destacamos: António da Costa (Almada), Álvaro Velho (Barreiro), Afonso de Paiva (Castelo Branco), Eugénio de Castro (Coimbra), Dr. João de Barros (Figueira da Foz), Luís António Verney (Lisboa), Pedro de Santarém (Lisboa), Francisco Arruda (Lisboa), Areeiro (Lisboa), Manuel da Maia (Lisboa), Ramalho Ortigão (Porto), Leonardo Coimbra (filho) (Porto), Dr. Oliveira Salazar (Viseu). In Raquel Pereira Henriques, ob cit. (anexos), p. 108

realizados, as dificuldades surgidas, a forma de as resolver ou sugestões para a sua resolução. A participação dos alunos nesta experiência foi feita com a devida autorização dos encarregados de educação. A análise dos resultados desta experiência serviu de indicação para futuras reformas de ensino.

A análise dos grandes objectivos gerais desta reforma, que a seguir transcrevemos, revelam uma aposta nova do sistema de ensino português, em que o aluno já não é considerado uma peça de uma estrutura complexa, mas sim um ser único, com direito a pensar e a fazer escolhas para seu proveito e para o bem comum. Vejamos:

“1. Proporcionar aos alunos uma gama de experiências que lhes permita escolher a via escolar ou profissional que melhor se coadune com as suas propensões.

2. Fomentar nos alunos, numa perspectiva de educação permanente, atitudes, capacidades e informações construtivas de um apetrechamento motor, mental e cultural de base, susceptível de servir: - os estudos escolares de continuação; - a formação profissional no limiar do emprego; - a utilização adequada do tempo livre.

3. Capacitar os alunos para o domínio da informação, ou seja, habilitá-los: - a interpretar, criticar e organizar pessoalmente a informação que lhes é fornecida; - a procurar, seleccionar, tratar e criar a informação necessária a qualquer tarefa escolar, profissional, social, etc.

4. Proporcionar aos alunos uma visão global do mundo e dos homens, considerando-os não só em si mesmos como nas suas relações recíprocas.

5. Fomentar nos alunos a compreensão do valor da ciência, em si própria, e de técnicas que dela podem resultar.

6. Despertar e valorizar nos alunos a sensibilidade estética e a expressão criadora.

7. Proporcionar aos alunos experiências de trato interpessoal e intergrupar que favoreçam a sua maturidade socio-afectiva e cívica, criando neles atitudes e hábitos positivos de relação, quer no plano dos seus vínculos de família, amizade, etc., quer no da intervenção consciente e responsável na realidade circundante.

8. Fomentar uma consciência nacional rasgada e viva, aberta à realidade concreta da Pátria, e animada pela vontade de a tornar melhor, numa perspectiva de humanismo universalista e de compreensão internacional”⁸⁹.

De acordo com estes princípios, os currículos e os programas sofreram alterações, com as seguintes disciplinas, para o novo 3º e 4º ano: Português, Língua Estrangeira (Francês ou Inglês), Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Educação Visual, Educação Física, Educação Musical, Trabalhos Oficiais e Educação Moral e Religiosa criada depois e em regime de opção. É de notar que a História desapareceu com aquela designação, passando alguns dos seus conteúdos para as Ciências Humanas [Anexo A6].

Com esta análise podemos concluir que ao longo do Estado Novo, os conteúdos programáticos da disciplina de História não sofreram grandes alterações. Privilegiava-se, ao nível do 1º e 2º ciclos, o estudo de uma História Geral com a natural contextualização da História de Portugal, realçando os acontecimentos, as personagens e os movimentos ideológicos marcantes da civilização europeia e nas suas relações com o mundo. O estudo mais pormenorizado da História de Portugal era remetido para o 3º ciclo.

O entendimento de uma abordagem diferente da História nacional e geral, só começa a surgir nos anos setenta. Esta nova mentalidade permitiu sonhar, um sonho que se tornou realidade em 25 de Abril de 1974.

1. 4 As metodologias

Da análise que fizemos aos programas do ensino liceal, no seguimento de reformas ou reajustamentos resultantes da política educativa do Estado Novo, ficou claro que se manteve inalterável, ao longo daquele tempo, a vontade de inculcar através da Escola, valores caros ao regime como eram Deus, Pátria, Família, Autoridade, Virtude, História, Moral, Trabalho e Dever e ao mesmo tempo dar resposta à crescente procura daquele grau de ensino. Para tal se prepararam os conteúdos, os manuais, as metodologias e os

⁸⁹ Despacho de 9 de Agosto de 1972, in *Boletim Oficial. Suplemento*, Outubro 1972, in. Raquel Pereira Henriques, ob. cit. pp.108,109.

professores que para além de uma sólida preparação científica, deveriam ter também uma sólida preparação pedagógica e uma sólida formação moral, sendo todo o processo avaliado anualmente pela Inspeção Geral do Ensino Liceal e pelos reitores. Competia a estes, para além de outras obrigações, “Prestar à Inspeção do Ensino Liceal informações sobre a qualidade do serviço dos professores e quaisquer outras que lhe sejam solicitadas” e ainda, “Enviar à mesma Inspeção, bem como à Direcção Geral, até 15 de Novembro de cada ano, uma ficha biográfica, com referência a cada um dos professores que no ano transacto prestaram serviço no liceu mencionando quaisquer trabalhos e iniciativas dos que tenham contribuído para o maior rendimento do ensino”⁹⁰. Determinava a Inspeção que os professores seriam “avaliados” pelos reitores, segundo os seguintes parâmetros.

- a) O rendimento do ensino, verificado pelas visitas dos Inspectores, pela observação dos sumários das lições, pelas informações dos reitores e pelos resultados dos exames;
- b) A exactidão e o espírito de justiça no julgamento e provas dos alunos, sem benevolência ou rigor exagerados;
- c) A assiduidade e a pontualidade;
- d) O espírito de disciplina, revelado sobretudo no exemplo e no emprego de meios suasórios;
- e) O amor e zelo pelo ensino;
- f) A dedicação exclusiva ou preponderante à profissão de professor, sem dispersão por outras actividades;
- g) O carinho nas relações com os alunos;
- h) O número de faltas e de licenças, verificando-se, quanto às faltas justificadas, os motivos invocados;
- i) O espírito de cooperação e de lealdade nas relações com o reitor e os colegas;
- j) A intervenção em trabalhos circum-escolares;
- l) O respeito pelas autoridades e pelos princípios consignados na Constituição e nas leis;
- m) A reputação e o prestígio alcançados no meio escolar e extra-escolar;
- n) A competência, considerando-se como tal não só o saber, originariamente adquirido, mas o esforço contínuo para aperfeiçoamento das qualidades docentes e

⁹⁰ Decreto 36:507, de 17 de Novembro de 1947, *Diário de Governo* nº 216, I Série, p. 889

para aquisição de novos conhecimentos, o uso dos mais eficazes métodos pedagógicos e o equilíbrio no ensino, sem faltas nem excessos.”⁹¹

Toda a estrutura estava bem montada. O Estado chegava aos jovens em formação, através de uma cadeia que começava no Ministério, passando depois sucessivamente à Inspeção-geral do Ensino Liceal, aos reitores e aos professores, tendo os dois últimos pesada carga de obrigações.

Antes porém da avaliação do seu desempenho, consideramos importante falar um pouco das preocupações da tutela relativamente à formação de professores, à sua preparação pedagógico-didáctica, centrada numa cultura pedagógica e pelo estágio. Essa cultura era exigida aos candidatos a professores, através da aprovação em exame das cadeiras universitárias de Pedagogia e Didáctica, História da Educação, Organização e Administração Escolares, Psicologia Geral, Psicologia Escolar e Medidas Mentais e Higiene Escolar. A prática pedagógica era adquirida ao longo da duração do estágio de dois anos.

Curiosamente, em 1947 havia um único centro de estágio pedagógico que era em Coimbra, no Liceu D. João III (masculino), hoje Escola Secundária José Falcão. Quanto às estagiárias daquele centro, que acabado o estágio, tinham de colaborar nas actividades circum-escolares, que nos liceus femininos eram diferentes, realizavam alguns trabalhos de estágio no Liceu Infanta D. Maria (feminino), o “nosso liceu”, cabendo à reitora colaborar com o reitor do Liceu D. João III, criando as condições para que elas fizessem aquela formação específica.

Essa preparação científica e pedagógica foi norteadada pelas correntes de ensino então em voga, preparando os novos professores para responderem às realidades do momento, usando uma “pedagogia activa” e dentro de um “forte espírito nacional”, acompanhando o movimento europeu da Escola Nova ou Escola Activa. Nomes como Montessori, Decroly, Freinet, Carl Rogers, são alguns dos mais importantes pedagogos da Escola Nova, que viriam a revolucionar o ensino do século XX.

Pedagogos houve, em Portugal que, conhecedores das novas correntes pedagógicas, tentaram introduzi-las no nosso ensino. Tomemos como exemplos Álvaro Viana de Lemos, que nos anos 30 aplicou na Escola Normal de Coimbra, onde leccionava, algumas técnicas

⁹¹ Decreto 36:508, de 17 de Setembro de 1947, in Jorge Ramos do Ó, ob. cit., pp. 73, 74

Freinet⁹² e Maria Amália Borges⁹³, que as aplicou pela primeira vez, e ao ensino especial, no ano lectivo de 1948/1949, no Colégio Portugal, em Bucelas. Porém o Movimento da Escola Moderna em Portugal, só seria fundado em meados dos anos 60, ainda em pleno Estado Novo, por Sérgio Niza.

Relativamente aos programas, embora fossem essencialmente um enunciado exaustivo de conteúdos, tinham no final um capítulo intitulado “Observações”, com indicações metodológicas e didácticas e ainda a indicação do, ou dos livros para o ensino de cada disciplina.

Sugerem-se no documento que aprovou os programas resultantes da reforma de 1936, para além das finalidades de que já falámos, indicações metodológicas, que devem passar pela imprescindível exposição do professor, leituras de documentos e visualização de materiais audiovisuais, de mapas, quadros e imagens, tal como se lê no programa: “(...) o ensino será feito por forma que, através de leituras, da exposição do professor, de filmes e diapositivos, fotografias, quadros, gravuras, mapas e demais instrumentos de ensino histórico, consigam os alunos formar ideias claras e distintas sobre os factos e figuras dominantes em cada época da civilização, e alcancem um conceito da evolução das formas sociais.”⁹⁴

Seguem depois recomendações para que os professores não sobrecarreguem a memória dos alunos com a fixação de datas, nomes e acontecimentos, somente os necessários “(...) para a consecução da finalidade desta disciplina”. Ainda dentro da mesma linha se diz, “mais vale quem possa bem pensar do que quem muitas noções possua.” Para tal aconselham-se os professores a darem a oportunidade aos alunos de analisarem sozinhos “factos, instituições e épocas”⁹⁵, corrigindo as conclusões erradas a que iam chegando, sempre que fosse necessário.

Nas reformas posteriores essas indicações continuam claras, mantendo as mesmas finalidades mais ou menos expressas da mesma maneira.

⁹² Pedagogo francês (1896-1966), professor do ensino primário, foi o criador da Escola Oficina. É-lhe atribuída a fundação da Escola Moderna Francesa. Trocou correspondência com Álvaro Viana de Lemos, influenciando-o.

⁹³ Maria Amália Borges (1919-1971), licenciou-se em Ciências Histórico - Filosóficas e cursou ainda Ciências Pedagógicas. Foi professora, pedagoga e pertenceu ao Conselho de Mulheres do Movimento de Unidade Democrática. Espírito inquieto, pautou a sua actividade como educadora, na procura de uma Escola que orientasse e criasse condições aos alunos para o desenvolvimento integral da sua personalidade. In Rogério Fernandes, “Maria Amália Borges e a Integração Educativa”, in Maria Cândida Proença (coord.), ob. cit. pp. 131 a 157

⁹⁴ Rogério Fernandes, “Maria Amália Borges e a Integração Educativa”, in Maria Cândida, ob. cit., p. 107

⁹⁵ Ibidem, pp. 107, 108

Na reforma de 1948, recomenda-se que os alunos do 7º ano elaborassem uma dissertação individual, para ser apresentada por escrito ao professor e oralmente na sala de aula, com espaço para comentários e levantamento de questões por parte dos alunos. Assim se estimulava o desenvolvimento das competências inerentes à elaboração de um trabalho de pesquisa (procura de fontes e de bibliografia, leitura, análise e síntese, estruturação do trabalho, sua redacção final e apresentação) e ainda valores como o sentido de responsabilidade e gosto pelo saber.

Quase vinte anos depois, em 1967, quando foram alterados os programas, no seguimento da criação do Ciclo Preparatório do Ensino Secundário, alargaram-se as metodologias centradas no aluno e algumas promoviam mesmo a interdisciplinaridade. Dizia o Decreto – Lei nº 47:211 de 23 de Setembro de 1966, que os professores de História deviam incentivar os alunos a participar nas actividades circum-escolares, nomeadamente nas visitas de estudo a monumentos, lugares de interesse histórico, científico e económico e ainda a museus, para daí retirarem os conhecimentos que se possam relacionar com a História ou outras disciplinas. Sugeria-se ainda o intercâmbio com outros liceus e incentivar os pais e encarregados de educação a participarem nas actividades do liceu.

No seguimento da mesma linha, de progressiva passagem do protagonismo do professor para o aluno, os decretos de 1968 aconselham que os alunos trabalhem, uma vez ou outra, em grupo, nomeadamente para realizarem pequenas monografias documentadas com imagens, desenhos, fotografias, etc. de preferência sobre a história local. Diz a este propósito Raquel Pereira Henriques, na sua Tese de Doutoramento: “o trabalho de grupo era aliás uma metodologia privilegiada no Estatuto deste ciclo de estudos, assim como o era qualquer actividade prática, que articulasse a história local, as características da região e que desenvolvesse a imaginação, o espírito crítico, o sentido estético, a capacidade de expressão”⁹⁶.

A Reforma de Veiga Simão trouxe mais novidades de carácter pedagógico e metodológico. Para além da exaltação das vantagens do trabalho de grupo, que considerava essencial para “desenvolver o espírito de cooperação, o espírito científico e crítico, a criatividade, a responsabilidade social”⁹⁷, define como essencial que todas as actividades projectadas bem como as estratégias, deviam partir das necessidades e vontade dos alunos, das características da escola e do meio em que estão inseridas, devendo ter como objectivos a compreensão da realidade social, ideias que se vão soltar totalmente depois da queda do regime em 1974. Deviam ser desenvolvidos

⁹⁶ Raquel Pereira Henriques, ob. cit., p. 102.

⁹⁷ *Ibidem*, p.109

na aula, de preferência em grupo, cabendo ao professor a orientação e o estímulo à participação de todos.

Talvez a introdução das actividades circum-escolares, essencialmente práticas, no liceu, tenha acelerado a alteração das metodologias tradicionais, para as metodologias mais activas, centradas nos alunos, como defenderam alguns pedagogos, e que atrás já destacámos: Freinet, Montessori, Carl Rogers e em Portugal, Álvaro Viana de Lemos, Maria Amália Borges e Sérgio Niza.

CAPÍTULO 2 – A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA: HISTÓRIA DE UMA ORGANIZAÇÃO

“ Nos primeiros anos tive duas ambições: ser chefe de turma e ter a farda da Mocidade para poder faltar às aulas e desfilar atrás de uma bandeira, o que então se me afigurava o máximo. Da primeira ambição fui naturalmente afastada por rivais de peso – as filhas das professoras da casa que de imediato ocuparam os postos de chefia, empunhando braçadeiras verdes e cor de laranja – cada turma tinha uma chefe (braçadeira verde larga), uma subchefe (verde fininha) e duas auxiliares (fitas laranja). Da segunda fui demovida pelos meus pais a quem repugnava a ideia de terem uma filha soldada. Mas ainda hoje me lembro da inveja que sentia quando algumas das colegas se aperaltavam para enterros e paradas, vestidas de castanho e verde, cheias de cintos e emblemas.”

Maria Luísa Ribeiro Ferreira⁹⁸

Continuando a análise do liceu do Estado Novo, a Mocidade Portuguesa Feminina que ali se instalou, por decisão ministerial, deixou marcas nas jovens daquela época, como confessa Maria Luísa Ribeiro Ferreira e deu àquela instituição, as condições ideais para formar as jovens portuguesas de acordo com a ideologia governante.

As actividades desenvolvidas num clima de maior descontração do que as aulas, a organização e participação nas festas, as colónias de férias, as fardas e os rituais, possibilitavam convívio e divertimento, numa época em que a liberdade, sobretudo a das raparigas era muito controlada.

Foi este o segredo do sucesso daquela Organização, que de forma subtil, condicionou sonhos, ambições, encantos e desencantos, que marcaram o crescimento, estruturaram a personalidade e determinaram o futuro dos jovens no Estado Novo, em complementaridade com os currículos.

Mas como a Mocidade Portuguesa nasceu inicialmente para os rapazes, integrada no programa reformador de 1936, da autoria de Carneiro Pacheco, começaremos por aí.

⁹⁸ Maria Luísa Ribeiro Ferreira, “Um Mundo Estranho”, in Sara Marques Fernandes (coord.) *Memórias do Liceu Português*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006, p.281
A descrição reporta-se a um liceu feminino não identificado e data de 1954

2.1 Do nascimento ao seu ocaso

A Mocidade Portuguesa no masculino

Embora desde 1932 se tenham criado organizações juvenis mais ou menos ligadas à Escola, com o objectivo de serem “sagradas oficinas de almas”⁹⁹, de acordo com a perspectiva de Salazar, foi na onda reformista de 1936, que a Organização Nacional Mocidade Portuguesa, ou simplesmente Mocidade Portuguesa, surgiu a 19 de Maio, em cumprimento da Base XI da Lei nº 1941 de 19 de Abril do mesmo ano, à semelhança de outras europeias.¹⁰⁰ Ali estava expresso que esta organização devia abranger todos os jovens, estudantes ou não e destinava-se a: “ (...) estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria, no sentimento da ordem, no gosto pela disciplina e no culto do dever militar.” A criação desta organização, formadora de gerações de portugueses, surgiu contextualizada na nova realidade política portuguesa e dos países que adoptaram regimes totalitários e fascizantes.

Podemos referir três aspectos que favoreceram a sua criação: A consolidação política e institucional do Estado Novo permitiu a reforma do sistema de ensino para lançar as bases de uma nova mentalidade defensora da trilogia “Deus, Pátria e Família”; O clima de militarização que se vivia nalguns países europeus e a guerra civil que se vivia na vizinha Espanha; Na Itália e na Alemanha tinham-se formado organizações juvenis de carácter militar.

Tratava-se portanto de uma organização pré-militar que se viria a tornar num dos principais instrumentos de enquadramento da juventude na ideologia do regime.

Embora no documento da fundação da Mocidade Portuguesa não estivesse expresso que se destinava só aos rapazes, ela de facto só se aplicou a estes, sob a orientação do seu primeiro Comissário Nacional, Francisco José Nobre Guedes, defensor de uma mocidade escolar masculina “oficial, forte e disciplinada”.

⁹⁹ Lopes Arriaga, *Mocidade Portuguesa. Breve História de uma Organização*, Lisboa, Terra Livre, 1976, p.89, 90

¹⁰⁰ Na Itália, Mussolini criou as Balilla e na Alemanha, Hitler criou a Juventude Hitleriana.

A Mocidade Portuguesa no Feminino

Mas Salazar não esqueceu as mulheres e para elas destinou uma nobre missão – a de dar assistência aos mais desfavorecidos e educar. Assim, integrada na política de Educação do Ministério de Carneiro Pacheco, foi oficialmente criada pelo Decreto – Lei nº 26893 de 15 de Agosto de 1936, a Obra das Mães para a Educação Nacional (OMEN). Seria por acção desta organização que a Mocidade Portuguesa Feminina surgiu, sob o olhar desconfiado da Igreja e das famílias em geral, que viam naquela organização, uma substituta perigosa das funções ancestrais que a elas competia. Sobre este assunto podia ler-se numa das revistas Brotéria, de influência católica, publicada no verão de 1938: “ (...) é direito inalienável da Igreja e, simultaneamente, seu dever indispensável vigiar por toda a educação dos seus filhos, os fiéis (...), não só no atinente ao ensino aí ministrado, mas em qualquer outra disciplina ou disposição (...) relacionadas com a religião e a moral”.

Em 8 de Novembro de 1937, Carneiro Pacheco, no discurso que proferiu na cerimónia de abertura do ano lectivo do Liceu D. Filipa de Lencastre, pronunciou-se acerca da formação da mulher portuguesa:

“...a educação da mulher portuguesa” devia incluir uma “verdadeira formação moral” para dar-lhe “uma superioridade na educação dos filhos” e habilitá-la “para a acção social à roda de si”. Mas a “formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família”, faziam parte de “um programa integral” que “excedia as possibilidades da família e da escola”, razão pela qual ele tinha incumbido a OMEN de formar a secção feminina da Mocidade Portuguesa.”¹⁰¹

Estas palavras reforçam aquilo que temos vindo a afirmar sobre o pensamento daquele homem do regime, que comungava dos ideais de Salazar e consequentemente, dos objectivos da política educativa do Estado Novo.

Um mês depois, a 8 de Dezembro de 1937, curiosamente o dia de Nossa Senhora da Conceição, padroeira de Portugal desde o reinado de D. João IV, foi efectivamente

¹⁰¹Apud., Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 202

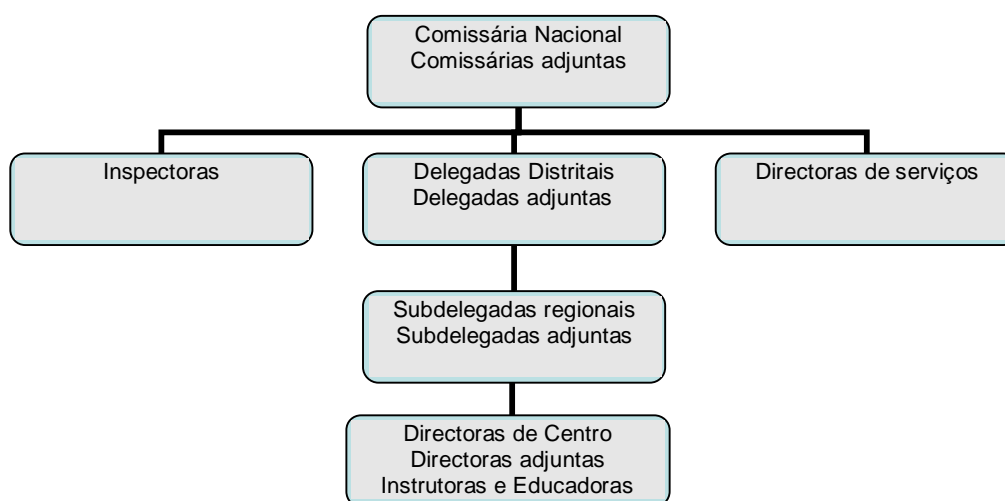
oficializada a criação da Mocidade Portuguesa Feminina, pelo Decreto nº28:262. Podemos ver nesta data a intenção de associar também a nova organização feminina, ao lema do Estado Novo, “Deus, Pátria, Família”.

No artigo 9 do referido Decreto-Lei de 8 de Dezembro de 1937, estava explícito que todas as meninas a partir dos 7 anos e até aos 14, estudantes ou não, eram obrigadas à inscrição na Mocidade Portuguesa Feminina.

Organização interna e primeiras actividades

A direcção da Mocidade Portuguesa Feminina estava a cargo da sua “progenitora”, a Obra das Mães para a Educação Nacional, que delegou funções de chefia numa comissão nacional, coadjuvada por duas comissárias nacionais adjuntas. A primeira nomeação recaiu sobre Maria Baptista dos Santos Guardiola, comissária nacional até 1968, data em que pediu exoneração. Além de comissária nacional, dirigiu os serviços culturais e de formação nacionalista e foi reitora do Liceu Maria Amália, até 1947. O primeiro comissariado ficou completo, com a nomeação das comissárias adjuntas Maria Luísa Vanzeller, médica e responsável pelos serviços de Educação Física, Saúde e Higiene até 1940 e Maria Fernanda d’Orey, mãe de uma numerosa prole e senhora muito considerada na sociedade pela sua bondade, símbolo de uma verdadeira mulher e mãe de família.

As decisões saídas do comissariado chegavam às bases, através de uma hierarquia de poderes que estava assim estruturado:



Para que a nova organização da juventude feminina chegasse a todo o país, este foi dividido em províncias, regiões e centros.

As jovens filiadas também foram organizadas segundo a idade: Lusitas as mais novas, depois as Infantas, as Vanguardistas e as Lusas que eram as mais velhas. Havia ainda grupos organizados e hierarquizados com atribuições e actividades diferenciadas: grupos de Quinas, Castelos, Bandeiras e Falanges.

Esta forma de organização não era inovadora, tendo o Ministério da Educação ido buscar ensinamentos às organizações similares italiana e alemã e também aos escuteiros, que ainda hoje mantém uma estrutura semelhante. Não é portanto de estranhar, que Maria Guardiola tenha ido a Itália, acompanhada pelas comissárias adjuntas, visitar os centros da juventude italiana a fim de pôr em prática estratégias e actividades que tornassem atingíveis as finalidades enunciadas no estatuto da Mocidade Portuguesa Feminina e que aqui reproduzimos:

- A *educação moral* será a educação cristã, tradicional no País (...), em cooperação com a família e ao agentes de ensino (...)
- A *educação cívica* inspirar-se-á no Bem Comum e nas grandes tradições nacionais para que em cada filiada se defina a consciência do dever e da responsabilidade da mulher portuguesa na continuidade da História da Nação.
- A *educação física*, sempre associada à higiene, visará o fortalecimento racional. A correcção e fortalecimento do organismo, tanto como a disciplina da vontade, a confiança no esforço próprio (...) mediante actividades rigorosamente adequadas ao sexo e à idade. Serão excluídas as competições ou exhibições de índole atlética, os desportos prejudiciais à missão natural da mulher e tudo o que possa ofender a delicadeza do pudor feminino.
- A *educação social* cultivará nas filiadas a previdência, o trabalho colectivo, o gosto pela vida doméstica e o de servir o Bem Comum, ainda que com sacrifício, e as várias formas de espírito social próprias do sexo, orientando para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no meio a que pertence e na vida do Estado.”¹⁰²

¹⁰²Apud., Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 202

Definida a estrutura interna, nomearam-se as Delegadas Provinciais, aprovaram-se planos de acção de acordo com os escalões, fardas e emblemas e iniciaram-se cursos de formação para instrutoras de Educação Física e de Economia Doméstica.

As primeiras delegacias provinciais criadas foram: da Estremadura, Douro Litoral, Minho, Alto Douro e Trás-os-Montes. A da Beira Alta, Beira Baixa, Beira Litoral, Ribatejo, Alto Alentejo, Baixo Alentejo e Algarve constituíram-se nos dois anos seguintes. Seguiram-se as das Províncias Ultramarinas [Anexo B1]

Para os diferentes “postos de comando”, foram nomeadas pessoas idóneas, de formação superior e com provas dadas a nível de carácter, formação religiosa e patriotismo, à semelhança da Maria Guardiola e das suas adjuntas. Vários exemplos se podiam aqui apresentar, mas destacaremos apenas, o padre Gustavo de Almeida que dirigiu os serviços de Formação Moral até 1965; Maria Alice Guardiola, irmã mais velha de Maria Guardiola que foi a responsável pelo centro nº 1 da Mocidade Portuguesa Feminina e delegada provincial da Estremadura; Custódia Alves do Vale, directora do serviço de Educação Familiar e depois, do serviço de Saúde; a condessa de Penha Garcia e mais tarde Maria Joana Mendes Leal dirigiram o serviço de Intercâmbio com o estrangeiro.

As actividades que mais filiadas envolveram nos primeiros anos de vida da Mocidade Portuguesa Feminina, foram a Educação Física e o Canto Coral. Nas comemorações nacionais eram apresentadas classes de ginástica e outras actividades desportivas e grupos corais.

A força imprimida à Educação Física foi alvo de fortes críticas por parte da opinião pública e de algumas instituições que acusavam a Mocidade Portuguesa Feminina de “militarizar” e “masculinizar” as jovens filiadas, desvirtuando a educação que deviam ter, para a preparação da nobre tarefa de ser mãe e dona de casa.

Contrariando aquela opinião, Maria Guardiola justificou aquelas actividades como sendo benéficas para o crescimento equilibrado das jovens, num discurso proferido no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho em finais de 1938:

“Correctas, aprumadas, respeitam a ordem, obedecem às suas dirigentes e dão provas de disciplina, mas sem rigidez. Nos grandes acontecimentos portugueses o seu lugar é na primeira fila, onde se apresentam num todo magnífico e ordenado, mas com simplicidade e dignidade. São raparigas de alma forte e enérgica, de corpo airoso e higienicamente desenvolvido, mas que na sua naturalidade e na sua graça conservam

todo o encanto feminino. À sua frente, seguem bandeiras e guiões. Bandeiras com as chagas de Cristo. Guiões azuis com os castelos de Portugal. Mas (...) não são um estandarte de guerra; são um ideal erguido ante os nossos olhos.”¹⁰³

De facto estas palavras são demonstrativas de que a prática da Educação Física dá às jovens, qualidades físicas, morais e comportamentais muito úteis, para aquilo que se pretendia globalmente da mulher.

Conscientes da importância da imagem e do grafismo na transmissão da mensagem, desde cedo a Organização iniciou a publicação de revistas periódicas, destinadas a diferentes escalões etários das filiadas com o objectivo de dar a conhecer as linhas de orientação da organização, conselhos úteis, notícias, reflexões sobre questões morais e temas de interesse das jovens, mas sempre com a vertente pedagógica, cristã e nacionalista. Dessas revistas destacamos: Boletim da Mocidade Portuguesa Feminina; Folhas de Formação Moral e Nacionalista (1941); Folhas de Formação Moral (1942), destinada às lusitas, infantas, vanguardistas e lusas; Fagulha; Menina e Moça. Mais adiante analisaremos alguns exemplos dessas revistas e das mensagens transmitidas.

Até aqui constatámos que nos primeiros anos de actividades da Mocidade Portuguesa Feminina e apesar de alguns centros terem sido criados nalguns liceus Femininos, esta organização mantinha-se à parte da actividade curricular e pedagógica dos liceus. Porém, tanto a direcção da Mocidade Portuguesa como o próprio ministério da Educação Nacional, tomaram consciência que, se a organização fizesse parte dos planos de actividades dos liceus, estes tornar-se-iam em verdadeiros centros de formação global de todos os jovens estudantes, de ambos os sexos. E fazia sentido, porque muitos dos reitores e reitoras eram dirigentes das respectivas organizações e a maior parte dos espaços ocupados nas actividades eram nesses centros. Acrescentamos ainda que pelo Decreto – Lei nº 32234 de 31 de Agosto de 1942, a gestão das cantinas, das caixas escolares, caixas de associações existentes nos liceus e escolas comerciais e industriais estavam já na tutela das Mocidades. Assim começava a sua “entrada” efectiva nos liceus e nas outras escolas.

¹⁰³Apud., Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 216

A Mocidade Portuguesa Feminina e o Liceu

Quando Carneiro Pacheco reformou o ensino e com ele criou estas organizações, estava-se na fase de fascização do Estado Novo. Os ministros que lhe sucederam na pasta da Educação Nacional deram continuidade ao projecto. Era uma poderosa máquina onde todas as peças se encaixavam sob a vigilância atenta de Salazar, que viera da Faculdade de Direito de Coimbra em 1928, para resolver os problemas financeiros do País, herdados das más governações da 1ª República. Tinha ficado à frente de Portugal e pretendia manter-se. Estava cada vez mais convicto daquilo que no discurso da tomada de posse como ministro das Finanças, em 27 de Abril de 1928, disse: “Sei muito bem o que quero e para onde vou”. E sabia agora cada vez mais, que cabia ao Estado, através das organizações que tinha criado, educar a juventude e através dela as famílias, para que fossem os alicerces fortes do grande país que era Portugal.

Em 1940, o ministro reformador e criador das bases de uma nova juventude portuguesa, foi nomeado para ministro plenipotenciário no Vaticano, sendo chamado para o seu lugar, Mário de Figueiredo¹⁰⁴. Durante o seu mandato, definiu-se o programa de actividades dos centros escolares e foi criada a Escola de Graduadas, de onde saíam as elites da Mocidade. Foi também com Mário de Figueiredo que se iniciaram as colónias de férias para as filiadas mais humildes, nos centros de Sintra, Parede e na Granja. Todas as actividades extra-escolares e de assistência das escolas, passaram para a tutela da Organização Nacional da Mocidade Portuguesa coma já atrás referimos. Os professores auxiliares que prestavam serviço nos centros das Mocidades passaram a ter preferência na colocação nos liceus. Por fim, reforçou-se a ligação da Organização à escola ao exigir-se que só seriam admitidas a exame do ensino primário elementar e complementar as alunas inscritas e frequentadoras dos centros da Mocidade. Desta forma coerciva se alargou a acção formadora da Mocidade Portuguesa Feminina a todas as jovens estudantes. Sucederam-lhe em 1944 José Caeiro da Mata e em 1947 Fernando Pires de Lima que foi o autor de mais uma reforma marcante do ensino, que já analisámos e conseqüentemente com repercussões nas organizações que dependiam daquele ministério.

¹⁰⁴ A ele se deve o Acordo Missionário que abrirá as portas à acção da Mocidade Portuguesa nas colónias.

Entrara-se numa fase de grandes alterações a nível internacional e nacional, causadas pelo fim da 2ª Guerra Mundial, como já referimos no Capítulo 1, a propósito da análise das reformas curriculares e dos programas de ensino da História. Os objectivos traçados pelo Estado Novo para a educação, durante as primeiras duas décadas, tinham de ser alterados. Uma série de Decretos – Lei, com assinatura de Pires de Lima, vieram fazer essas alterações no ensino liceal, técnico profissional e privado. No preâmbulo do Decreto – Lei nº36:507 de 17 de Setembro de 1947 pode ler-se, acerca da Mocidade Portuguesa:

“ Mantendo a estrutura essencial do nosso ensino liceal, a presente reforma, segundo ao Governo se afigura, contribuirá decisivamente para o aperfeiçoamento deste ramo de ensino e exercerá considerável influência sobre a educação da juventude. Para isso, também, será dado maior desenvolvimento à acção das organizações Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, de que tanto é lícito esperar.”

O novo estatuto do ensino liceal alterou a estrutura curricular e os programas e integrou as actividades das Mocidades nos currículos escolares. Assim sendo, toda a jovem ao matricular-se no liceu, era obrigatoriamente inscrita na Mocidade Portuguesa Feminina e era certo que quando terminasse os estudos, além da formação académica que a preparava ou para prosseguimento dos estudos, ou simplesmente para o exercício de uma qualquer profissão na área do terciário em expansão, sairia preparada também, para ser uma boa dona de casa.

Quanto às reitoras eram automaticamente nomeadas dirigentes dos Centros da Mocidade Portuguesa Feminina.

Maria Guardiola pôs em prática as determinações do referido diploma reformador e a partir dele conseguiu definir sem hesitações a entrada da Mocidade Portuguesa Feminina nas Escolas, retirando-lhes e ao ministério, o poder sobre algumas áreas de formação moral e cívica. Foi o que se passou com o poder adquirido de nomear as professoras de labores em qualquer liceu.

A Educação Física, o Canto Coral e os Labores que já eram actividades realizadas nas escolas e eram comuns aos liceus e à Mocidade passaram a estar na esfera de acção organizativa e fiscalizadora da organização. Para formar a nova mulher surge então, no 4ºano Enfermagem, no 5ºano Economia Doméstica, no 6º e 7ºano Culinária e Puericultura

só no 7ºano. Nalguns liceus fora de Porto, Coimbra e Lisboa eram ministradas actividades diferentes como: Higiene, Arte de Dizer, Economia Doméstica, Enfermagem, Culinária e Puericultura que eram organizadas de acordo com a faixa etária da jovem, ciclo de estudos e portanto geridas com adaptações dos centros às suas realidades. A título de exemplo podemos referir que nos centros como Viana do Castelo, Braga, Castelo Branco e Silves, as jovens aprendiam a arte do bordado típico.

As faltas dadas nestas actividades funcionavam de acordo com o regime geral, embora no final dos períodos não fosse atribuída classificação. Tal como se pagavam propinas nos liceus antes da entrada da Mocidade, também a partir da legislação de 1947, as alunas tinham de pagar uma quota (20 escudos era o montante pago pelas alunas dos liceus).

Novo marco na vida da Mocidade Portuguesa Feminina foi a publicação de novos estatutos em 1950. Por eles, as dirigentes regionais deixaram de ser nomeadas pela Obra das Mães para a Educação Nacional e passaram a ser nomeadas pelo comissariado nacional; Foram criados conselhos administrativo, técnico e de inspecção; Foi feito um regulamento disciplinar ao qual ficavam sujeitas todas as filiadas.

A Mocidade Portuguesa Feminina tinha entrado completamente no liceu mas havia inúmeros problemas subjacentes e de difícil resolução.

Tempos difíceis

Da abordagem que realizámos, podemos concluir que nunca houve em Portugal, até à data estudada, uma organização que tivesse uma acção tão formativa na população feminina jovem. Os políticos também não negavam tal valor à Mocidade. Em 1950, um deputado levantou algumas questões na Assembleia Nacional como a obrigatoriedade de inscrição e participação nas actividades, interpretando a opinião de alguns Encarregados de Educação que muitas vezes pediam atestados aos médicos para dispensar as suas educandas da prática de algumas actividades. Outra questão levantada por muita gente era que as alunas eram demasiado sobrecarregadas com actividades, em simultaneidade com as aulas do currículo normal e passavam demasiado tempo fora de casa, pondo em perigo a vertente educativa e formativa da família, num mundo tão controverso como aquele em que se vivia.

Este assunto foi de novo debatido no II Congresso da Mocidade Portuguesa, realizado em 25 de Abril de 1956 de onde saíram algumas adaptações e mesmo alterações. A inscrição passou só a ser obrigatória até ao 1ºano do 2º ciclo sendo de frequência facultativa nos anos seguintes. Muitas dirigentes foram substituídas por outras. Procedeu-se a alterações na divisão territorial¹⁰⁵ e no escalonamento das filiadas. A Mocidade Portuguesa Feminina abanou e com ela a sua comissária carismática pediu a sua exoneração.

Com a população estudantil em crescimento, insuficientemente acompanhada pelas estruturas governativas e o crescimento das contestações em diferentes partes do mundo, também a contestação à Mocidade chega pelos jovens que inicialmente viam nela sinal de liberdade, emancipação e afirmação de personalidade, representando agora um atropelo à liberdade, tal coma a escola e a família.

Foram difíceis os últimos anos de vigência desta organização. Manteve-se até à Revolução dos Cravos, mas à custa de cedências e readaptações e perda de influência no conjunto do sistema educativo do Estado Novo.

Também este entrara numa fase de transformação com a subida ao poder de Marcelo Caetano em 1969, em substituição de Salazar que, após uns meses de incapacidade física, morreu, apressando o fim de um regime marcante da História de Portugal.

2.2 Simbologia da Mocidade Portuguesa Feminina

“A linguagem visual é uma linguagem talvez mais limitada do que a falada, porém, é mais directa”.¹⁰⁶

Bruno Munari

A imagem e o som acompanham-nos desde que nascemos e constituem um importante meio de aprendizagem, sobretudo até aprendermos a ler e a escrever. Depois eles não perdem importância, mas passam a funcionar conjuntamente com as palavras e com tudo o que nos rodeia.

¹⁰⁵ Os distritos passaram a ser delegacias; os centros provinciais passaram a ser distritais.

¹⁰⁶ Bruno Munari, *Design e Comunicação Visual, Arte e comunicação*, Lisboa, Edições 70, 2000, p.81

Pela facilidade de transmissão de mensagens, a imagem foi utilizada ao longo do tempo, em variadas situações e dirigidas a diferentes receptores, tal como o fez Salazar que, consciente da sua importância, criou o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) de que António Ferro foi o responsável, para levar a todos, por aquela via, a sua ideologia.

Com o mesmo enquadramento, a Mocidade Portuguesa Feminina usou a imagem para levar às meninas e jovens portuguesas, os valores defendidos pelo regime, com o objectivo nobre de as preparar para serem mulheres educadas e patriotas, boas mulheres, boas mães e boas donas de casa.

Pela importância que julgamos ter este meio de propaganda e porque na infância e juventude a imagem vale mais do que grandes lições de moral, educação e cidadania, iremos analisar algumas dessas mensagens transmitidas por alguma da simbologia usada por aquela organização: estandartes, revistas, uniforme e insígnias.

Os estandartes

“À sua frente, seguem bandeiras e guiões. Bandeiras com as chagas de Cristo. Guiões azuis com os castelos de Portugal. Mas (...) não são um estandarte de guerra; são um ideal erguido ante os nossos olhos.”¹⁰⁷

Maria Guardiola definia assim, a participação das meninas da Mocidade Portuguesa nas festas religiosas, num discurso proferido no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho em finais de 1938, que fardadas, cumpriam os desígnios do Estado Novo.

¹⁰⁷ Apud. Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 216



Fig. 2 - Capa da revista M&M de Setembro de 1964

Na capa desta revista, *Menina e Moça*, publicação destinada às jovens da Mocidade Portuguesa, entre 1947 e 1974, está visualizado aquilo que Maria Guardiola afirmou.

Apesar da fotografia não ser a cores, vemos as jovens fardadas, erguendo os estandartes com os cinco castelos da bandeira de Portugal ou as cinco chagas de Cristo, homenageando a Virgem Maria, padroeira de Portugal. Deus e a Pátria constituíam a principal mensagem deste número da *Menina e Moça*, de Setembro de 1964.

Neste exemplo, a imagem captada pela objectiva da máquina fotográfica, constitui a mensagem principal, ficando a composição escrita como mensagem secundária, mas que no todo se completam. Diz essa mensagem: “Missa campal na Praça do Império. Bandeiras da M.P.F. rodeando a Nossa Senhora da Conceição (séc. XVII) trazida da Igreja de Santa Maria de Belém”.

As revistas ¹⁰⁸

Analiseemos outros tipos de mensagem, usando o mesmo tipo de canal, as revistas editadas pela Mocidade Portuguesa Feminina.

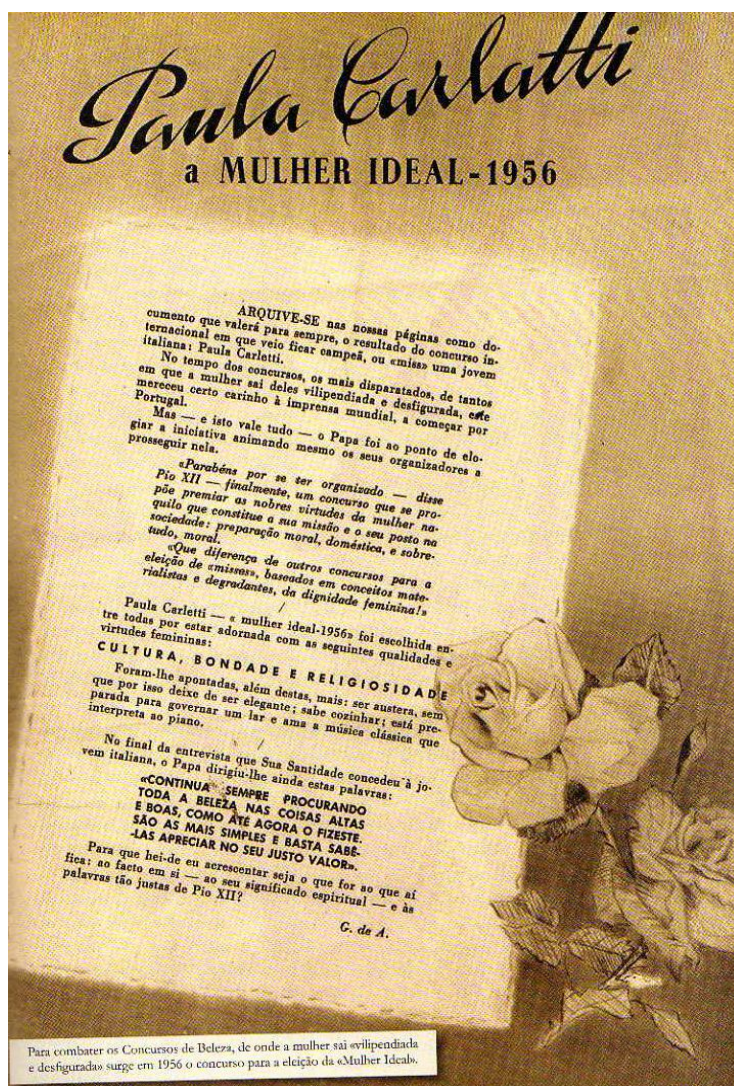


Fig. 3 - Página da Menina e Moça (M&M) de Março de 1957

A composição de um texto, em que são utilizados vários tipos e tamanhos de letras, constitui a mensagem contida nesta página da revista *M&M*.

¹⁰⁸Apud., Irene F. Pimentel, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, pp. 58, 59, 60, 79, 83

“CULTURA, BONDADE, RELIGIOSIDADE”, são as qualidades morais da jovem italiana eleita num concurso diferente, elogiado até pelo Papa Pio XII. O desenho das duas rosas sublinha a feminilidade da mensagem.

Todo o texto é intencional. Eram jovens assim, que o Estado Novo estava apostado em criar.

Eis outras mensagens idênticas, que apelam aos encantos do casamento, porta de entrada para a nobre missão de dona de casa e aos trabalhos domésticos que as jovens deviam aprender, para serem boas donas de casa.



Fig. 4 - Página da Revista M&M de Janeiro de 1962



Fig. 5 - Página da revista M&M de Março de 1950

Na composição gráfica das páginas representadas nas figuras 4 e 5, foi utilizado texto e legendas, que são secundarizados relativamente ao desenho e às fotografias, nomeadamente as de pormenor, focalizadas em quatro etapas da técnica de engomar. Ainda relativamente à fig. 4, é de salientar a mensagem clara ao casamento religioso, “casar é um sacramento”. Está de novo aqui presente, parte da máxima do Estado Novo, “Deus, Pátria e Família”.

Analisemos outro exemplo, em que a mensagem é passada unicamente através da fotografia.



Fig. 6 - Capas de revista M&M, Fevereiro e Junho de 1959

De novo, o mesmo tipo de mensagem na capa de mais uma revista *M&M*. O companheirismo, a alegria, a naturalidade e uma descontração elegante, são facilmente apreendidos ao olharmos para as jovens fotografadas e apresentadas na capa da revista (Fig.6).

Vejamos de seguida duas capas de revista, que marcam a passagem para outro tipo de mensagem gráfica: a ilustração.

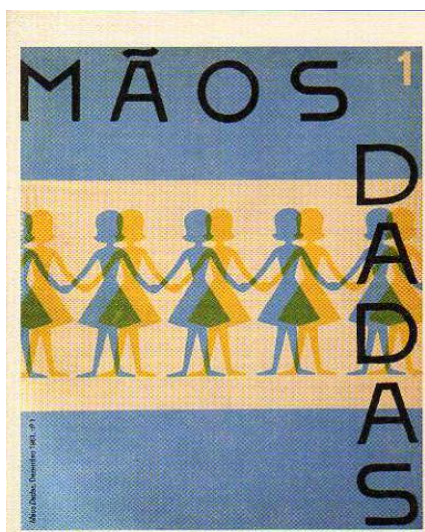


Fig. 7- Capa da revista Mãos Dadas, Dezembro, 1961



Fig. 8- Capa da revista M&M, Dezembro, 1972

Mãos Dadas, outra publicação da Mocidade Portuguesa Feminina (Fig.7), transmite uma mensagem clara do companheirismo e amizade entre todas as jovens.

Já a capa da *M&M* (Fig.8), volta de novo à mensagem da religião católica, “a Virgem e o Menino” e as palavras resumem-se somente ao nome e à data da revista.

Ambas são ilustrações onde o corpo humano se apresenta estilizado, enquadrando-se na corrente do modernismo português, em que se destacam artistas como Jorge Barradas, Bernardo Marques e Almada Negreiros. È de referir que, apesar do “orgulhosamente sós”, que levou o Estado a controlar toda a produção cultural, as influências do modernismo internacional chegaram cá e manifestaram-se também a nível gráfico.

Pela experiência por nós vivida naquela época (1972), em que frequentávamos o Liceu, uma revista com aquele tipo de ilustração era muito mais apelativa do que as que apresentámos atrás. Representava a modernidade, aquela que aqui chegava tenuemente, vinda de França, Inglaterra e dos Estados Unidos da América, onde a liberdade era respeitada. Porém a mensagem conduzia-nos, uma vez mais, ao Deus do “Deus, Pátria e Família” de Salazar, embora no caso da *M&M* de 1972, Portugal vivesse já numa nova realidade política, a “Primavera Marcelista”.

Estas publicações enquadram-se num conjunto de símbolos que convergiam para uma doutrinação, baseada na ordem, na responsabilização e na aquisição de atitudes, comportamentos e conhecimentos, em que o “liceu escola” e o “liceu sede da Mocidade Portuguesa Feminina”, também eram responsáveis na educação das futuras mulheres portuguesas.

Como exemplo analisemos alguns símbolos desta organização.

Os uniformes¹⁰⁹

Os Uniformes e as Insígnias da Mocidade Portuguesa Feminina foram regulamentadas com a criação da organização, mas a sua directora, Dra. Maria Guardiola, propôs ao Ministério da Educação Nacional, em 1942, um novo projecto de uniforme. Apesar de ser contestado por muita gente, ela considerava-o uma forma de igualizar todas as jovens, independentemente da sua origem social.

¹⁰⁹Apud., Irene F. Pimentel, *Mocidade Portuguesa Feminina*, ob. cit., (Fig.9) p. 132

Manuel A. Ribeiro Rodrigues, *Mocidade Portuguesa (II)*, Lisboa, Destarte, Representações e Edição, Lda, (Fig. 10,11,12), 2003, pp. 11, 12, 20, 23,

Apresentamos a seguir o uniforme inicial e o que foi introduzido em 1949. As cores, verde e castanho, bem como os modelos, lembram as fardas militares, sinónimo de ordem, disciplina e obediência.

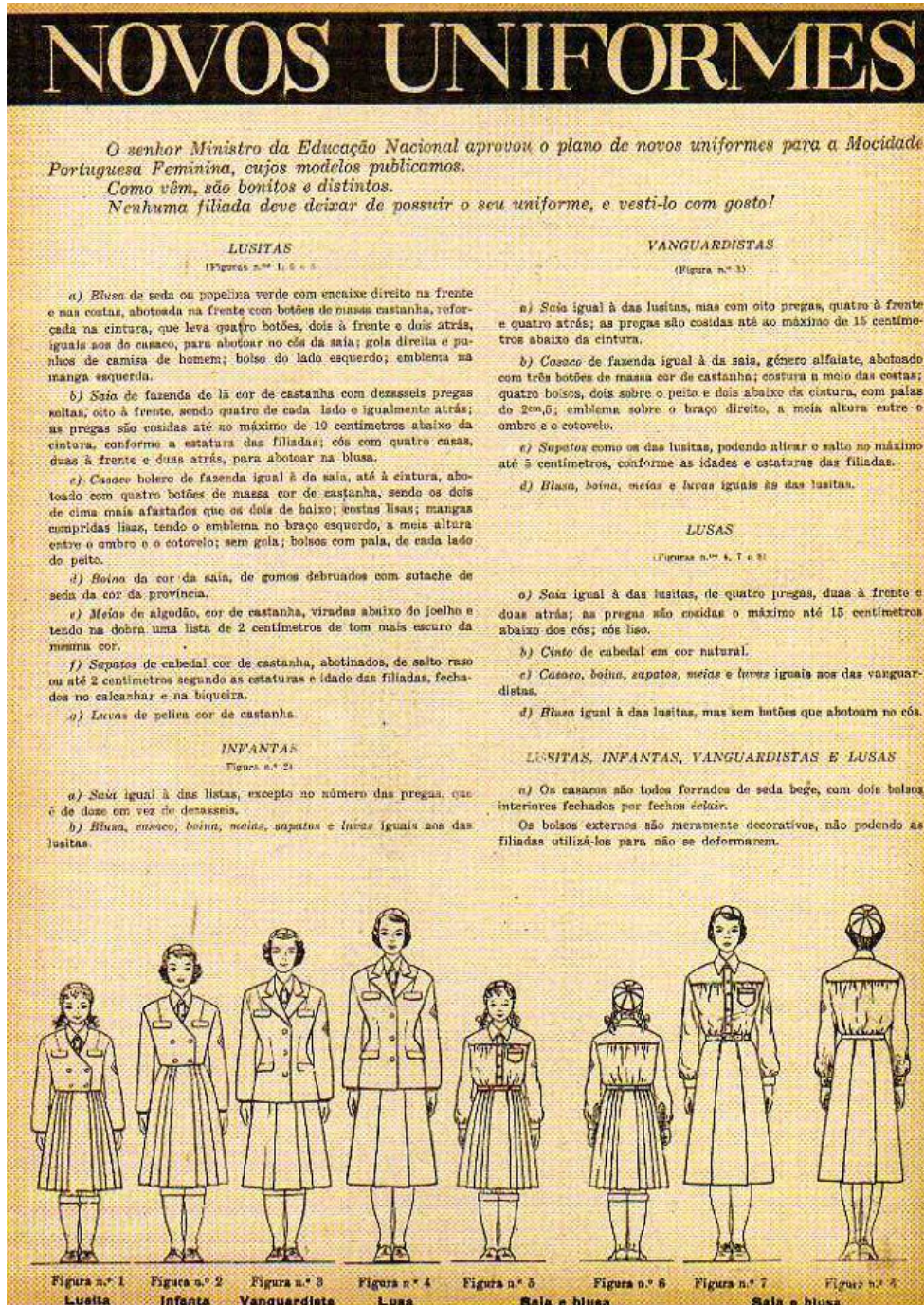


Fig. 9 - Regulamento dos uniformes da M.P.F.



Fig. 10- Primeiras fardas das Lusitas e Infantas de 1937

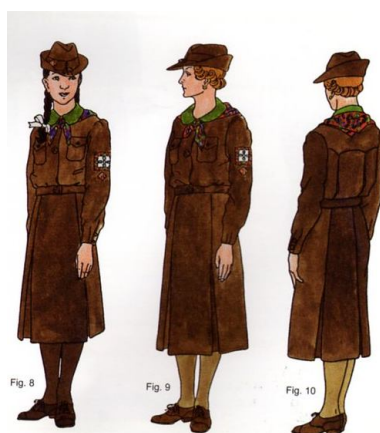


Fig. 11 - Primeiras fardas das Vanguardistas de 1937

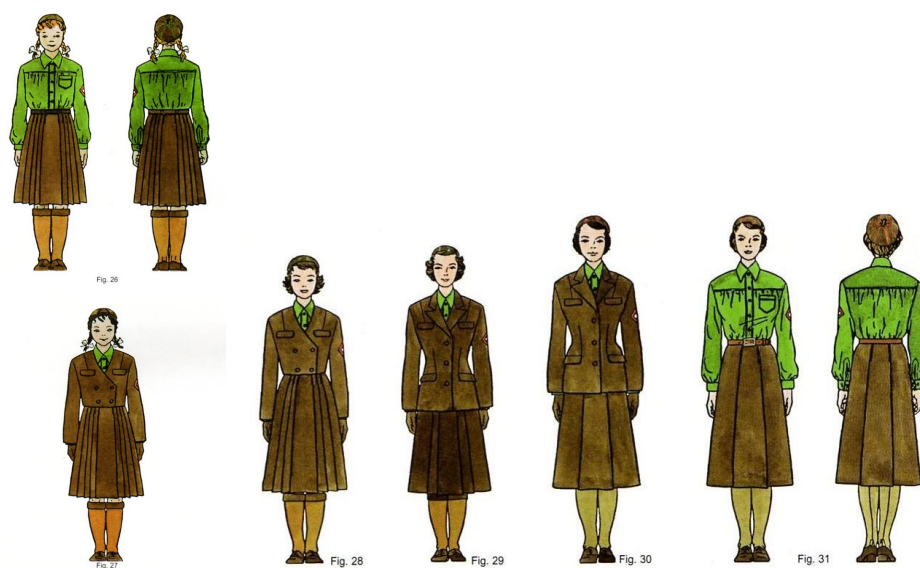


Fig. 12 - Novo uniforme das Lusitas, Infantas, Vanguardistas e Lusitas de 1949

Verifica-se uma grande evolução no novo uniforme de 1949. Mantêm-se as cores, mas os modelos são mais femininos com as saias pregueadas, realçando a elegância das jovens.

A obrigatoriedade do uso da farda tinha como mensagem, a ordem, o respeito pelas hierarquias, o orgulho pela pertença àquela organização juvenil representativa da Nação e a unidade em torno dos ideais traçados pelo Estado Novo para as jovens em formação.

Também faziam parte da farda: lenços, boinas e chapéus, que não iremos analisar, bem como o equipamento exclusivo para a ginástica.

As insígnias



Fig. 13 - Distintivos usados pelas dirigentes da M.P.F.

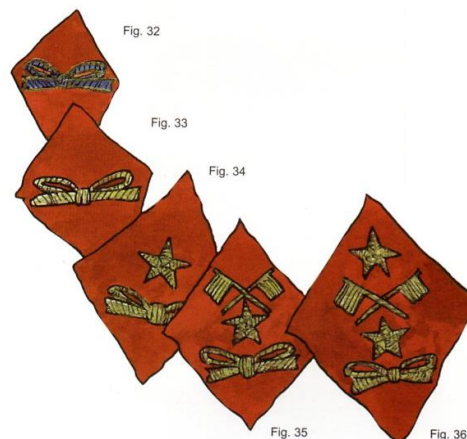


Fig. 14 - Distintivos usados pelas filiadas

O uso destes distintivos ou insígnias, na manga direita da camisa ou blusão, era uma marca clara do grau hierárquico de quem o usava. De forma quadrada, eram vermelhos e bordados a fio de ouro, na diagonal.

Assim, começando pelos das dirigentes (Fig.13) e analisando-os da esquerda para a direita temos: Comissária Nacional (13), Directora de Serviço (14), Inspectoras (15), Delegadas Provinciais (16), Subdelegadas Regionais (17), Directoras de Centro (18) e Instrutoras (19).

È de realçar, que à medida que o grau de importância diminuía, os desenhos tornavam-se mais simples.

O mesmo tipo de linguagem visual se aplica às insígnias das filiadas (Fig.14). Da insígnia 32 até à 36, aumenta a complexidade do desenho bordado e o grau hierárquico. Chefe de Quina (32), Chefe de Castelo (33), Chefe de grupo (34), Chefe de Bandeira (35) e Chefe de Falange (36).

Estandartes, Publicações, Uniformes, Insígnias, foram alguns dos canais, que de forma sistemática passaram as mesmas mensagens para os mesmos receptores, com o objectivo de “enformar” as jovens portuguesas, nos ideais do Estado Novo.

CAPÍTULO 3 – A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA E AS ACTIVIDADES CIRCUM-ESCOLARES

3.1 As mulheres da Mocidade Portuguesa Feminina

A apropriação das elites femininas pelo Estado Novo

Para a educação que Salazar pretendia fazer, no feminino, necessitava de mulheres. Mulheres cultas e dedicadas à causa. Por tradição, só as professoras gozavam do estatuto de educadoras, para além das mães, das famílias e da Igreja.

A legislação da 1ª República havia aberto lentamente as portas às mulheres, mas, passados pouco mais de 20 anos, Salazar, apesar de precisar da sua ajuda, a poucas concedeu o direito à actividade política, não se coibindo de expressar o que a propósito pensava: “As mulheres não compreendem que não se atinge a felicidade pelo prazer, mas sim pela renúncia. As grandes nações deveriam dar o exemplo, conservando as mulheres no lar. Mas as grandes nações parecem ignorar que a constituição sólida da família não pode existir se a esposa viver fora da sua casa.”¹¹⁰

Em 1935 e por um período de 10 anos, apenas quatro mulheres tiveram assento na Assembleia Nacional: Maria Baptista Guardiola, Maria Domitília de Carvalho, Maria Cândida Parreira e Maria Luíza Vanzeller. Na campanha eleitoral para a 1ª legislatura, Maria Cândida referiu-se assim, à difícil afirmação da mulher na actividade política:

“Salazar pressentiu que para tal combate (contra a desmoralização) seria necessária energia superior à do Homem. Onde iria encontrá-la? Só uma solução! A mulher cristã (...) a Mulher Portuguesa! Salazar não hesita (...). Escolhe as que podem colaborar, pela sua profissão, quanto à Família, Assistência e Educação. E abre-lhes as portas da Assembleia Nacional (...). A política é só para os homens dizem. Porquê? Só se é por ela ser feminina, já que tantos por ela se apaixonam. A política tem muitas afinidades

¹¹⁰ Maria Belo, Ana Paula Alão e Iolanda Neves Cabral, “O Estado Novo e as Mulheres”, in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia 192-1959*, Colóquios, volume II, Lisboa, Fragmentos, 1987, p.266

com a mulher: diplomata, subtil, ora submissa ora voluntariosa (...) O auxílio da mulher tornava-se mais que necessário, tornava-se indispensável”¹¹¹.

No entanto Salazar, com a sua argúcia peculiar, sabia que, ao atribuir-lhes funções de destaque nas organizações educativas e assistenciais, não só as afastava do exercício da política directa, como garantia uma acção efectiva de educação de todas as jovens portuguesas e de formação de novas elites. Elas eram necessárias ali.

A formação das dirigentes.

Quem eram essas mulheres?

Nas organizações femininas, das quais destacamos, As Guias de Portugal, facção feminina do movimento escutista, a Acção Católica Portuguesa, a Liga da Acção Católica Feminina e a Juventude Católica Feminina, todas já em funcionamento em 1934, ganharam experiência as futuras comissárias e dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina, que viria a ser criada em Abril de 1937. A elas estiveram ligadas algumas senhoras, das quais destacamos, Raquel Ferrer dos Santos, Maria Inês Stilwell, Maria Luísa Vanzeller, Maria Joana Mendes Leal, que vieram a notabilizar-se na OMEN, criada a 15 de Agosto de 1936 e na Mocidade Portuguesa Feminina, criada no ano seguinte, a partir da primeira.

As responsáveis pela equipa organizadora da OMEN foram: Maria do Carmo Fragoso Carmona, mulher do presidente da República Óscar Carmona (1928-1951), era presidente de honra; Laura Diogo da Silva de Melo e Faro, condessa de Monte Real, era a presidente; Eugénia Soares de Oliveira e Isabel d’ Albignac Bandeira de Melo, condessa de Rilvas, eram vice-presidentes. Outros nomes podemos acrescentar como, Isabel Ortins de Bettencourt, Isabel Teotónio Pereira, Maria Amélia Costa Leite, presidente da Junta Central da OMEN, Maria Felicidade Passos e Sousa, Maria Camila Carneiro Pacheco, Maria José Nobre Guedes, Felismina de Oliveira, que alguns biógrafos de Salazar apontam como sua namorada.¹¹²

¹¹¹ Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narrativa educativa na 1ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia nacional portuguesa (1935-1945)”, *Revista Lusófona de Educação*, nº5 2005, p. 91

¹¹² Manuel de Lucena, “Salazarismo no Feminino”, in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004, pp. 1176, 1177

A condessa de Rilvas, francesa de nascimento e portuguesa pelo casamento com o conde de Rilvas, Simão Bandeira de Melo, secretário da Legação de Portugal em Paris e mais tarde Presidente da Sociedade Portuguesa de Geografia, esteve na presidência da OMEN desde a sua fundação até à sua morte em 1945, e a ela se deve a organização e a acção da nova instituição. Usando as suas influências no estrangeiro, procurou ajudas, nomeadamente em França, tendo conseguido que duas assistentes sociais francesas, pertencentes a organizações católicas de defesa e apoio às famílias, viessem a Portugal para darem a sua colaboração na criação dos centros sociais e de educação familiar. Com ela estiveram também na direcção, algumas senhoras como, Maria dos Santos Guardiola, Fernanda de Almeida d'Orey, Maria Joana Mendes Leal e Maria Luísa da Gama van Zeller que passaram para a direcção da Mocidade Portuguesa Feminina, não deixando, as três primeiras, de acumular funções de direcção na OMEN.

Sobre as qualidades pessoais da condessa de Rilvas, disse Maria Guardiola, na qualidade de deputada, merecendo os aplausos da assembleia: “ À frente deste organismo encontra-se uma nobre figura de mulher, a senhora Condessa de Rilvas, um generoso coração ao serviço de uma inteligência invulgar.”¹¹³

Podíamos continuar a enumerar outros nomes que fizeram a história das duas organizações femininas do Estado Novo, mas para não incorrer na monotonia do discurso, limitámo-nos a estas. Como percebemos pelos apelidos, tratava-se de uma equipa de senhoras ligadas a famílias tradicionais, à política salazarista e ao ensino.

Além das dirigentes nacionais, provinciais e regionais, havia as directoras dos centros, mais anónimas, mas quase todas professoras do ensino primário ou liceal, portanto com preparação científica e pedagógica. No entanto houve situações em que algumas delegadas provinciais e subdelegadas regionais, tinham apenas a escolaridade mínima¹¹⁴, como podemos observar o quadro, que a seguir apresentamos e que parece contradizer o conceito de hierarquia e de elite de que Salazar se apropriou e alimentou.

¹¹³ Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 763

¹¹⁴ A escolaridade mínima era a instrução primária.

Quadro 7 - Subdelegadas e delegadas provinciais ou distritais. Profissão e grau de escolaridade ¹¹⁵							
Delegacias Provinciais	Instrução Primária	Magistério Primário	Curso Liceal	Ensino Superior	Domésticas	Prof. Primária	Prof. Liceal
Minho	3	2	3	17	4	6	12
Trás-os-Montes	3	4	6	13	12	8	8
Douro Litoral	0	1	5	9	7	4	7
Beira Alta	0	7	2	2	2	7	5
Beira Baixa	0	8	1	4	4	7	1
Beira Litoral	0	0	0	7	3	2	7
Estremadura	4	7	2	25	13	11	15
Alto Alentejo	1	1	7	5	7	3	3
Baixo Alentejo	13	9	7	5	30	12	4
Algarve	6	5	4	13	27	7	13
Funchal	0	0	0	4	2	0	4
Ponta Delgada	0	1	0	3	0	4	2
Horta	0	0	0	5	0	1	5
Totais	30	45	37	112	111	72	86

É curioso notar que a Mocidade Portuguesa Feminina não cobria igualmente o país. As Beiras e o Alto Alentejo tinham menos delegadas, que eram na maioria, professoras primárias.

As regiões com maior cobertura eram, o Baixo Alentejo com 80, a Estremadura com 77, o Algarve com 75 delegações.

Quanto às dirigentes dos centros escolares, cujo nome de família não tinha importância social, havia o cuidado, por parte do poder central, de investigar sobre a sua idoneidade e qualidades morais e patrióticas.

¹¹⁵ Quadro por nós adaptado a partir de um, apresentado por Irene F. Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., pág.249

3.2 Preparar a mulher para a vida

A acção formativa das dirigentes da Mocidade Portuguesa Feminina

Porque a Mocidade Portuguesa Feminina nasceu da OMEN, como já explicámos, e algumas das suas dirigentes ali se formaram e dali passaram para a sua direcção, iremos debruçar-nos um pouco sobre os seus objectivos e linhas de acção.

Para “estimular a acção educativa da família, (...), assegurar a cooperação entre esta e a Escola, (...), e preparar melhor as gerações femininas para os seus futuros deveres maternos, domésticos e sociais”¹¹⁶, estabeleceram-se várias linhas de acção, que Irene F. Pimentel enumera assim:

- “1. Orientar as mães portuguesas por uma activa difusão das noções fundamentais de higiene e de puericultura para bem criarem os filhos em colaboração com a organização nacional de Defesa da Família;
2. Estimular e dirigir a habilitação das mães para a educação familiar tendo em conta as diversas circunstâncias de classe e de meio;
3. Promover o embelezamento da vida rural e o conforto do lar como ambiente educativo, em relação com os usos locais e as boas tradições portuguesas, defendendo e estimulando as actividades e indústrias caseiras;
4. Defender os bons costumes, designadamente no que respeita ao vestuário, à leitura e aos divertimentos;
5. Promover e assegurar a educação infantil pré-escolar, em complemento da acção da família;
6. Dispensar aos filhos dos pobres a assistência necessária para que possam cumprir a obrigação de frequentar a escola, designadamente pela instituição de cantinas, distribuição de uniformes e de livros e fortalecimento das caixas escolares;
7. Coadjuvar o professor na organização do recenseamento escolar, na vigilância da compostura, da assiduidade e aplicação dos alunos e na instituição de prémios;
8. Dar ao professor uma cooperação efectiva na educação moral e cívica dos alunos, no ensino do canto coral, no exercício da ginástica rítmica e nas festas escolares;

¹¹⁶ Decreto-Lei n.º 26893 de 15 de Agosto de 1936, in Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., p.123

9. Desenvolver nos portugueses o gosto pela educação física tendo em vista a saúde de cada um e o serviço da Pátria;

10. Organizar a sessão Feminina da Mocidade Portuguesa em harmonia com a base XI da Lei 1941 e com o artigo nº 40 do regimento de Junta Nacional da Educação;

11. Contribuir de todas as formas para a plena realização da educação nacionalista da juventude portuguesa.”¹¹⁷

As funções definidas no ponto 9 e 11 foram completamente transferidas para as atribuições da Mocidade Portuguesa Feminina, enquanto os pontos 3, 6 e 8, o foram só parcialmente.

Inicialmente supunha-se que a Mocidade Portuguesa Feminina ficaria na esfera de acção da OMEN, mas rapidamente ela se autonomizou, ganhando grande influência, sobretudo quando entrou nos liceus, assunto por nós já abordado.

Sobre as características daquela organização, disse Carneiro Pacheco:

“(…) uma instituição de características absolutamente nacionais, embora com pontos similares com outras instituições estrangeiras criadas para o mesmo fim: educar e nacionalizar a juventude, preparando a mulher de quem depende a segurança e a felicidade da família e por conseguinte o bem da nação”.¹¹⁸

Como pudemos observar, e já atrás referimos, para organizar e dirigir aquelas instituições, Salazar escolheu senhoras distintas e cultas, na sua maioria professoras, mulheres de políticos ou militares, ou pertencentes à aristocracia do país. Eram as elites femininas do Estado Novo.

Numa Europa e num país em que poucas mulheres conseguiam enveredar por uma vida política de vulto, estas dirigentes foram apoiantes incondicionais da política salazarista, de forte teor corporativista, na linha das ideologias fascista e nazi, em que Salazar, sem os plagiar, deles colheu os ensinamentos que serviam os seus objectivos e implicitamente os do Estado Novo. Assim apresentou a deputada, Ester de Lemos,¹¹⁹ em 1966, a especificidade da educação portuguesa, face às congéneres europeias:

¹¹⁷ In Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., p.123, 124

¹¹⁸ In Irene Flunser Pimentel, *Ibidem*, p.367, 368

¹¹⁹ Ester de Lemos, nascida em 1926, licenciou-se em Filologia Românica, na Faculdade de Letras de Lisboa. Foi professora liceal e universitária e de 1965 até 1969, deputada à Assembleia Nacional e publicou várias obras de literatura infantil.

“Se esse movimento, em outros países, degenerou em fanatismo ou sectarismo estreito; (...) não quer isto dizer, no entanto, que o plano educativo do Estado Novo se cingisse, arbitrariamente e cegamente, às modas estrangeiras daqueles anos: adoptando a marca de um estilo de uma época, particularmente do mesmo anseio de fortalecimento e valorização das coisas nacionais, o Estado Novo não perdia de vista as necessidades específicas do povo português em matéria de educação juvenil. Basta lembrarmos que, apesar de exemplos vindos de fora, nunca, neste sector da educação, se esqueceram, menosprezaram ou atropelaram, em nome da revolução e da sua mística, as nossas crenças religiosas, a nossa vocação ancestral de convívio fraterno com todos os povos e raças, o nosso vivo e resistente sentimento familiar, o respeito profundo pela pessoa humana do jovem – que jamais, a pretexto de formação, quisemos violentar¹²⁰.”

De facto, com um estilo muito próprio, Salazar, contrariamente às ideologias que o inspiraram, associou Deus, à Pátria e à Família, e, embora mantendo *ad extremis* o império colonial, inteligentemente transformado em províncias ultramarinas, nunca enveredou por políticas racistas, ao contrário do nazismo. Da juventude Italiana e da Hitleriana copiou a organização, as fardas, as saudações, os desfiles e a prática da Educação Física, sinais exteriores que caracterizaram as Mocidades, masculina e feminina.

Para a eficácia da política educativa e assistencial, Salazar proporcionou a um grupo de dirigentes da OMEN, da qual fazia parte Maria dos Santos Guardiola, Fernanda d’Orey e Maria Luísa Vanzeller, uma viagem a Itália, para tomarem contacto e recolherem informações sobre o funcionamento dos centros das organizações juvenis italianas. Também foi recebida em Portugal em 1937, uma delegação alemã que visitou alguns centros, nomeadamente a sede da OMEN.

A organização interna da Mocidade Portuguesa Feminina, por nós já abordada era uma organização nacional, com o comissariado em Lisboa e com os centros provinciais, distritais e regionais, que coordenava as actividades nas Escolas (primárias, liceus, escolas comerciais e industriais e até no ensino superior) e que se tornaram rapidamente os centros. Ao longo da sua existência (1937 a 1974), que nem sempre fácil, muitas senhoras se destacaram, quer a nível provincial, distrital e regional, quer a nível central, como iremos

¹²⁰ Luís Viana, *A Mocidade Portuguesa e o Liceu*, Lisboa, Educa, 2001, p.19, 20

ver na 2ª parte deste trabalho, relativamente ao Centro nº1 do Liceu Nacional Infanta D, Maria de Coimbra.

Desde a sua fundação, até à sua extinção em 1974, as dirigentes nacionais foram várias, como podemos observar no quadro. Algumas com uma passagem fugaz, outras ali permaneceram vários anos, imprimindo à organização grande dinamismo educativo.

Quadro 8 - Comissárias e secretárias- gerais (1937-1974)		
Comissariado nacional da MPF	Nomes	Mandatos
Comissárias nacionais	Maria Baptista dos Santos Guardiola	1937 – 1968
	M. Ana Luz Silva	1969 – 1971
	M. Joana Bidarra de Almeida	1971 – 1974
Comissárias nacionais adjuntas	Fernanda de Almeida d'Órey	1937 – 1969
	M. Luísa Saldanha da Gama Vanzeller	1937 – 1945
	Aurora Margarida Fernandes David	1947 – 1968
	M. Luísa Neves Cardoso	1969
Comissárias nacionais adjuntas para o ultramar	Ália de Sousa Monteiro Correia Luís	1960 - 1974
	M. José Salema	1961 – 1962
	M. Ana luz Silva	1962 – 1969
Secretárias – gerais	M. Ivete Filomena Colaço	1969 – 1973
	Ester Gaspar da Silva	1938 – 1939 e 1940 -1944
	Aurora David	1939 e 1944 - 1947
	Carlinda Valente da Costa	1944
	M. Amélia Almeida	1944 (adjunta)
	Madalena Rosa Cordeiro	1952 – 1970 (vogal da direc.)
	Maria da Madre de Deus Torres	1950 – 1970 (adjunta)
	Alda Moreira de Almeida	1968 (vogal cons. Admin.)
	M. Helena Costa Andrade	1969 – 1974
	M. da Madre de Deus Freitas Torres	1940 – 1974
M. Joaquina Parra	1968 - 1974	

De entre estas dirigentes, escolhemos a sua primeira comissária, Dra. Maria Baptista dos Santos Guardiola, que se manteve ao leme da organização desde a sua fundação até 1968, para tentarmos compreender o seu longo mandato, e que trataremos adiante.

Quanto às delegadas provinciais, distritais e regionais, por exaustivo que é a sua enumeração, iremos apenas apresentar um quadro relativo à Beira Litoral, por ser aí o

nosso centro de interesse, no estudo desta temática, particularmente o centro da MPF do Liceu Infanta D. Maria em Coimbra.

Quadro 9 - Principais delegadas, provincial, distritais e regionais do Distrito de Coimbra (1938-1974)		
Delegacias: provinciais distritais regionais	Nomes	Mandatos
Delegadas provinciais com sede em Coimbra	Maria Adozinda Cardoso Maria Dionísia Camões Mendonça	1939 – 1940 1940 – 1974
Distritos: Coimbra (Delegadas distritais e regionais)	Maria Dionísia Camões Mendonça	1940 - 1974
Leiria (Delegadas distritais e regionais)	Maria Helena Duarte Carvalhão	1960 - 1974
Aveiro (Delegadas distritais e regionais)	Maria Luísa Couceiro da Costa (del. dist) Amélia Cunha Rosa Matos (deleg. dist). Alda de Paiva Gomes (deleg. dist.) Maria Alice Barata Salgueiro (deleg. dist.) Maria da Graça Granja (deleg. regional)	1960 -1962 1962 – 1963 1964 1970 1974

Das delegadas do distrito de Coimbra, elegemos a Dra. Dionísia Camões, por se tratar de uma delegada que dedicou a sua vida ao ensino como reitora do Liceu Nacional Infanta D. Maria e ainda porque foi simultaneamente delegada provincial, distrital e regional.

“A mocidade é a idade em que a vida se projecta no futuro. Compete pois, a uma organização criada para apontar à mocidade o caminho a seguir – preocupar-se com a educação familiar das suas filiadas. Esta preparação para a vida é-lhes ministrada em aulas de Culinária, Economia Doméstica, Enfermagem, Puericultura, Corte e Confeção, que as preparam para a ciência de boa esposa, boa mãe e boa dona de casa,

de todas as ciências a mais necessária à mulher porque é aquela que a torna apta a fazer felizes os seus e que a torna, mais irradiante de virtudes sociais.¹²¹

Nestas palavras, constantes na *Menina e Moça*, revista periódica, nº 183, publicada pela Mocidade Portuguesa Feminina e destinada às filiadas na Organização, estava expressa a grande finalidade da educação das jovens estudantes portuguesas: prepará-las para a nobre missão de esposas, mães e donas de casa.

As vicissitudes sofridas pelo país ao longo do Estado Novo, reflectiram-se também na acção educadora da Mocidade Portuguesa Feminina, que podemos analisar por etapas:

- 1937 – 1947. Criação e implantação, que correspondeu ao período da fascização do regime e por isso, a uma maior aproximação à ideologia e às práticas das congéneres europeias. Foi a fase dos grandes desfiles, das festas nacionalistas e do grande investimento na Educação Física. Pretendia-se criar jovens fortes, esbeltas e disciplinadas.
- 1947 – 1957. “Entrada” da Mocidade Portuguesa Feminina nos currículos escolares, ficando esta responsável pelas disciplinas de Canto Coral, Lavor e Educação Física. Foram criadas as actividades circum-escolares de Economia Doméstica, Culinária, Corte e Costura, Enfermagem e Jardinagem, completamente destinadas à formação nacionalista e à educação social e familiar da mulher. Todas as jovens, no acto da matrícula, tinham de se inscrever na Mocidade. Nesta fase, a acção educadora da Mocidade parece sobrepor-se à acção educadora da Escola.
- 1948 – 1967. Foi um período de mudanças, em que o regime tremeu. Ficou marcado pela candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República, por várias lutas estudantis e pelo início da guerra colonial. Marcelo Caetano, ministro da Presidência e Francisco Leite Pinto, ministro da Educação Nacional, deram sinais de alguma flexibilidade, tentando dar resposta às reivindicações de grupos de estudantes e das escolas que se queixavam das actividades circum-escolares se sobrepossem às aulas. Em 1966, o ministro da Educação, Inocêncio Galvão Teles, transformou os centros da Mocidade, em Centros da Actividades

¹²¹ *M&M*, Maio de 1963, nº 182, in Irene Flunser Pimentel, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p.45

Circum-Ecolares, da responsabilidade das reitoras e dos reitores, tornando desnecessária a sua vinculação à organização, como era inicialmente.

- 1968, é uma data a registar porque chegou ao fim o mandato de Maria Guardiola, a grande obreira da Mocidade Portuguesa Feminina e responsável por um modelo de educação paradigmático. A partir dali o modelo alterou-se.
- 1971. O ministro Veiga Simão decretou o fim da obrigatoriedade das duas Mocidades.
- 25 Abril de 1974. Com o regime, a Mocidade Portuguesa caiu também.

A concepção elitista da educação, defendida pelo Estado Novo e que pretendemos evidenciar, norteou as opções educativas da coordenação da Mocidade Portuguesa feminina, desde o primeiro momento. Aquelas senhoras que Salazar e o ministro Carneiro Pacheco convidaram para a chefia da organização, cujo perfil apresentámos, tinham de formar uma nova geração de dirigentes, não só para alargar os centros, como também para dar continuidade àquele projecto.

Encontrar mulheres disponíveis, com preparação pedagógica, moral cristã e com preparação técnica, representava alguma dificuldade. Assim surgiu com toda a naturalidade a necessidade de organizar cursos de formação para educadoras e instrutoras, pois elas seriam os agentes privilegiados da transmissão dos valores que o Estado Novo pretendia inculcar.

Do pensamento à prática, foi um pequeno passo. Foram criados cursos para formação de Instrutoras, de Dirigentes de Centro e também de Graduadas.

As Instrutoras

Em 1938 começou o primeiro curso de Instrutoras de Educação Física e de Economia Doméstica, para jovens dos 18 aos 25 anos, com o 7º ano concluído, tendo registado uma adesão inferior às expectativas. Em 1940, obtiveram o diploma de instrutoras de Educação

Física, 34 jovens, e até 1950, o número fixou-se em 103. Relativamente à Economia Doméstica, e até à década de cinquenta, o número foi bastante inferior, 29 instrutoras.¹²²

De forma a suscitar o interesse por estes cursos, passou a ser exigido o 6º ano, preferência na escolha de horário e um ordenado melhor para as alunas que tivessem diploma.

Para as responsáveis máximas da Mocidade, não bastava que as jovens soubessem “fazer bem ginástica” ou “coser ou cozinhar muito bem”, impunha-se que tivessem “uma estrutura moral adequada.”

Em 1958 foi criada a Escola de Educadoras, que também esteve aquém das expectativas, e em 1965 foram introduzidas alterações na admissão de candidatas. Assim as instrutoras deviam ser alunas universitárias, mas que tivessem qualidades, que deveriam passar pela formação moral e nacionalista.

As Dirigentes

Para as jovens que queriam ser professoras do ensino primário, era obrigatória a frequência de cursos de Dirigentes de centros da Mocidade Portuguesa Feminina, porque, por inerência da profissão de professora, seriam obrigatoriamente dirigentes. Este curso funcionava nas Escolas do Magistério Primário, onde as candidatas faziam simultaneamente a sua preparação científica e pedagógica e também a de formadora. Para as professoras estagiárias dos liceus, era igualmente obrigatória a frequência, durante dois anos de um curso para dirigentes.

As preocupações educativas para a formação das dirigentes dos centros não estiveram afastadas das novas pedagogias, então em voga pela Europa, e timidamente a entrarem em Portugal. A inclusão das aulas de Psicopedagogia, é disso prova. Assim no 1º ano, além desta disciplina, tinham Formação Feminina, Formação Social e Moral e História da Arte Nacional. No 2º ano tinham Educação Moral e Social, Doutrina Social da Igreja, História da Arte, Formação Feminina, Enfermagem, Economia Doméstica e Orgânica da Mocidade Portuguesa Feminina.

¹²² Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., pp.254 e 255

As Graduadas

Se a estrutura curricular destes diferentes cursos para a preparação de diferentes dirigentes, foi pensada com grande empenho, aquele que mereceu uma atenção redobrada, foi o curso para as Graduadas. Tratando-se da preparação das futuras dirigentes de topo, com grande exposição pública, teriam de ser um modelo para todas as jovens portuguesas.

Definiram-se como requisitos: ser boa aluna, com média nunca inferior a 14 valores, idade superior a 12 anos ou com o 1º ciclo completo, culta, ser possuidora de qualidades naturais e morais que a tornasse um modelo de virtudes aos olhos das outras pessoas e ter amor à Pátria e à Mocidade Portuguesa Feminina. Assim o Curso de Graduadas era um curso de elites.

“As graduadas são uma elite. Fermento no meio da massa (...), bom exemplo, influência irradiante, colaboração, tudo isso se espera das graduadas e nada disso é possível sem certas qualidades naturais: inteligência, simpatia, bom-senso, generosidade; e certas virtudes: disciplina, firmeza da vontade, fidelidade aos compromissos, desejo de servir. Os cursos de graduadas são orientados de modo a despertar o sentido das responsabilidades, a formar a personalidade em harmonia com o ideal da MPF (...)”¹²³

Apesar das alterações e adaptações que a Mocidade Portuguesa Feminina foi tendo ao longo da sua existência e que atrás já abordámos, continuou a ter o mesmo sentido e os mesmos objectivos, como é comprovado pelas palavras do ministro Galvão Teles, proferidas em 1967.

Aqui se formaram algumas mulheres que vieram a ter um papel importante e activo na política e na sociedade. São exemplo disso, Maria de Lurdes Pintassilgo, a primeira e única mulher a desempenhar em Portugal o cargo de Primeira Ministro.

¹²³ Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., p. 262

3.3 Exemplos de dedicação a um projecto

Maria Baptista dos Santos Guardiola

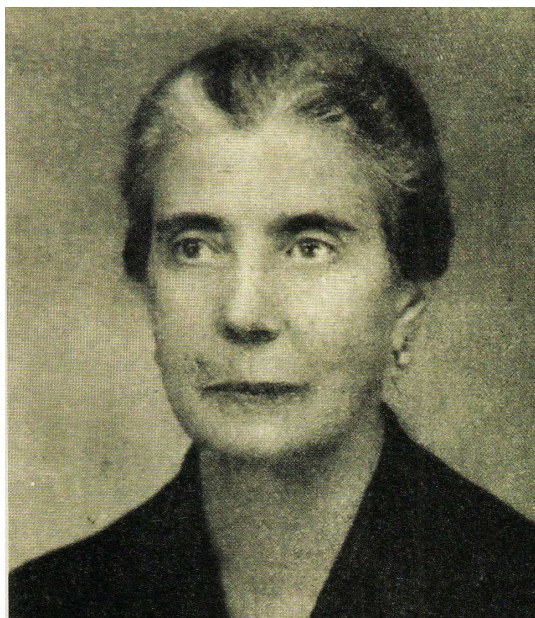


Fig. 15 - Maria Baptista dos Santos Guardiola

“Não pode haver educação sem ideal. Este é a estrela que orienta: educar é dirigir, dirigir para algum ponto, por alguma forma, a alguma luz. Eu sou o Caminho, a Verdade e a Vida, disse Jesus Cristo, indicando-nos o ideal supremo de toda a obra da educação.”¹²⁴

Maria Baptista dos Santos Guardiola

Iniciando o percurso em Bragança, passou por algumas cidades, nelas formou novas mulheres e, chegada a Lisboa, tornou-se uma das personagens paradigmáticas do poder educativo do Estado Novo, nas suas funções de professora, reitora, inspectora do Ensino Liceal, deputada, vice-presidente da Obra das Mães pela Educação Nacional e Comissária da Mocidade Portuguesa Feminina.

¹²⁴ Palavras de Maria Guardiola, como deputada na Assembleia Nacional. Sessão nº 173 (I Legislatura, 4ª sessão legislativa), de 25.11.1937. Apud Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narrativa educativa na 1ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia nacional portuguesa (1935-1945)”, ob. cit., p. 97

Maria Baptista dos Santos Guardiola, nascida na freguesia da Sé em Bragança, a 13 de Janeiro de 1895, ali iniciou a sua instrução e educação e em Coimbra foi estudante e professora. Fez os seus estudos universitários na centenária Universidade, onde se licenciou em Ciências Matemáticas. No liceu feminino da cidade, o Liceu Nacional Infanta D. Maria, iniciou em 1920 a sua actividade docente, tendo sido nomeada professora agregada, no ano seguinte.

Mudou depois de liceu e de cidade, passando pelo Liceu Almeida Garrett, em Lisboa, que se passou a designar Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (1936). Nesta breve passagem por aquele liceu não fez história, e em 1926 torna-se professora efectiva no Liceu Carolina Michaëlis no Porto.

É neste Liceu que Maria Guardiola, então com cerca de 31 anos, começa a demonstrar apetência para a participação política através da “gestão escolar”, ao envolver-se numa eleição para reitora do Liceu onde foi simultaneamente candidata e escrutinadora, tendo obtido apenas 1 voto. Regressou a Lisboa e ao Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho, já seu conhecido, começando a sua actividade como reitora em 1928 e que duraria até 1946. Foram anos de ouro do Liceu, como comprovam as palavras de Amaro Carvalho da Silva:

“Com a professora Maria Baptista Guardiola como reitora, o Liceu Maria Amália expande-se, afirma-se e reforça-se em condições de trabalho, qualidade profissional das suas professoras e orientadoras pedagógicas. Surgira com o Estado Novo e irmanava-se nos mesmos propósitos.”¹²⁵

Simultaneamente com a actividade de reitora, iria acumular funções de cariz político, cada vez mais próxima de Salazar, como atrás referimos.

Aos 39 anos iniciou a sua experiência algo duradoura como deputada, na primeira legislatura da Assembleia Nacional. De 1935 até 1945, em conjunto com Maria Domitília de Carvalho, Maria Cândida Parreira e Maria Luiza van Zeller, propôs projectos de lei, participou em alguns debates, subscreveu moções.

¹²⁵ Amaro Carvalho da Silva, “Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho”, in *Liceus de Portugal*, coordenação de António Nóvoa e Ana Teresa Santa Clara, Lisboa, Edições ASA, 2003, p.496

Quadro 10 - Intervenções de Maria Guardiola na Assembleia Nacional ¹²⁶	
SESSÕES	TEMA EM DISCUSSÃO
1ª LEGISLATURA	
nº 5, 22.1.1935	Apresentação de um projecto de lei para alteração da Constituição (parágrafo 3º, art.º 43º) sobre a orientação religiosa do ensino
nº 29, 30.3.1935	Criação do ensino primário rural
nº 34, 28.3.1935	Reforma do ensino secundário
nº 35, 29.3.1935	Reforma do ensino secundário
nº 36, 30.3.1935	Introdução da disciplina de Higiene Geral e Puericultura no ensino secundário feminino
nº 41, 6.4.1935	Alteração da Constituição sobre a orientação religiosa do ensino
nº 70, 6.2.1936	Linhas gerais de uma reforma educativa
nº 173, 23.3.1938	Reforma do ensino primário
nº 173, 5.4.1938	Reforma do ensino primário
3ª LEGISLATURA	
nº 36, 7.4.1943	Discussão das Contas Gerais do Estado

Na defesa do seu ideal educativo e de católica convicta, após a sua intervenção em 6.4.1935, conseguiu pela Lei nº1910 de 23 de Maio de 1935, que cada sala de aula passasse a ter um crucifixo na parede, por detrás da secretária do professor. Na sua intervenção disse: “(...) que todas as virtudes cívicas e morais sejam orientadas pelos princípios da doutrina moral e cristã tradicional do país.”¹²⁷

À deputada Maria Guardiola devem-se importantes contributos para a reforma educativa de 1936, como a defesa do fim das provas orais e das funções da Junta Nacional de Educação. Contribuiu para a aprovação do livro único de Leitura, de História, de Formação Moral e Cívica e defendeu também o livro único para Filosofia. Propôs a criação de uma organização corporativa para o ensino superior. Lutou pelo reforço do poder dos pais por oposição ao poder do Estado.

Quando foi criado o INEF, (Instituto Nacional de Educação Física), defendeu uma Educação Física diferente segundo os sexos e as idades, à semelhança do que se fazia na Mocidade Portuguesa Feminina. Enquanto inspectora do Ensino Liceal orientou a sua

¹²⁶Quadro elaborado por nós a partir de dados recolhidos in Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narrativa educativa na 1ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia nacional portuguesa (1935-1945)” ob. cit., pp. 107 a 109

¹²⁷Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., p. 421

acção de acordo com os objectivos constantes no Decreto nº 22369, de 30 de Março de 1933:

“(I) (...) ministrar uma instrução “sóbria mas sólida, útil e despretensiosa, protectora das virtudes que através dos séculos têm salvaguardado os interesses sociais da Nação portuguesa”, dominada pelos sentimentos para com a Família e a Pátria; (II) contribuir para o desenvolvimento “progressivo e integral das faculdades” e para a aquisição dos conhecimentos indispensáveis ao exercício de todas as profissões ou ao prosseguimento dos estudos; (III) tornar a grande massa dos indivíduos útil à sociedade; (IV) orientar “as inteligências” de forma a levar os indivíduos a tomar consciência dos interesses gerais de Portugal, da região, do município ou da freguesia.”¹²⁸

A visibilidade alcançada como deputada, como professora e reitora, projectaram-na para lugares de chefia em novas organizações, onde pôde dar continuidade à sua acção educativa na formação plena de novas mulheres, com aproximação aos ideais filosóficos positivistas, de acordo com os ideais que defendia e em perfeita sintonia com o Estado Novo.

Maria Guardiola foi, logo no ano da criação da Obra das Mães pela Educação Nacional, vogal e vice-presidente daquela organização hermética e elitista¹²⁹, onde se manteve até 1974, data da sua extinção, pautando sempre a sua acção pelo lema de reeducar as mulheres portuguesas.

Desde 1937 até 1946, ano em que Carneiro Pacheco a nomeia, em nome de Salazar, Comissária Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, fixou no seu Liceu a sede daquela Organização, Centro nº1 e sede da Delegacia da Província da Estremadura. As actividades da Mocidade, designadas de Actividades Circum-Ecolares, passaram a confundir-se com as actividades do Liceu, pela dificuldade de distinção da actuação da Reitora e da Comissária. Com ela aquele Liceu impôs-se pelo dinamismo das actividades da Mocidade, e esta desenvolveu a sua acção formadora e educadora, com a disponibilidade dos meios físicos e humanos de que dispunha e que rentabilizou.

¹²⁸ in Áurea Adão e Maria José Remédios, “A narrativa educativa na 1ª fase da governação de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia nacional portuguesa (1935-1945), ob. cit., p. 96

¹²⁹Hermética e elitista porque era formada por elites femininas que concretizavam o espírito cristão da prática da caridade e ajuda ao próximo, junto das famílias em maiores dificuldades. Desciam às famílias, sem nelas se misturarem, onde, além da caridade, exerciam uma acção educativa importante.

Sob a sua dupla orientação, ali funcionou o Dispensário nº5 dos Serviços de Puericultura, a quem cabia organizar as aulas de Puericultura. Organizavam cursos livres aos sábados, preparavam a participação do Liceu nas comemorações do 10 de Junho, realizavam festas, passeios, palestras, cursos de férias e a prática desportiva. Como o ginásio do Liceu era bastante bom, foi reservado para o curso das instrutoras da Mocidade. Parece ter sido uma aliança feliz.

Maria Guardiola, aproximando-se das metodologias da Escola Nova, dinamizou o intercâmbio com outros liceus, convidando os seus responsáveis a estarem presentes em efemérides importantes, como atestam as suas palavras nas comemorações dos 25 anos do Liceu feminino, celebrado em 23 de Fevereiro de 1931, então ainda só como reitora:

“Para comemorar esta data realizou-se, no salão nobre do liceu, uma sessão solene sob a alta presidência de S. Ex.^a o Sr. Presidente da República e a que nos deram também a honra de assistir S. Ex.^a o Sr. Ministro da Instrução Pública, o Ex.^o Sr. Director geral do Ensino Primário e Normal, reitores e professores dos liceus de Lisboa, professores do Liceu de Carolina Michaëlis, no Porto, reitora e professoras do Liceu Infanta D. Maria, em Coimbra, etc. Esta sessão foi precedida da inauguração de uma exposição de trabalhos das alunas, exposição em que colaboraram também os Liceus de Carolina Michaëlis e de Infanta D. Maria. Do valor e alto significado destas festas dizem claramente a homenagem do S. Ex.^a o Sr. Presidente da República ao Liceu (...), conferindo distinções às suas primeiras e actuais reitoras, as palavras de louvor proferidas por S. Ex.^a o Sr. Ministro, (...) as elogiosas referências que no livro de ouro do Liceu deixaram visitantes ilustres, (...), os relatos da imprensa. Cabe-me o legítimo orgulho de haver promovido a organização destas festas e pertence-me o dever de significar aqui os meus agradecimentos (...) a todas as professoras do Liceu de Maria Amália Vaz de Carvalho, pela dedicação e inteligência com que souberam dar vida a esta ideia, tudo fazendo para que dela resultasse, como resultou, um triunfo para o nosso Liceu.”¹³⁰

Ainda no âmbito da “gestão escolar”, foi designada, reitora e Presidente do Conselho Administrativo do Liceu Rainha Dona Leonor, aquando da sua fundação entre Maio e Setembro de 1949.

¹³⁰ Anuário do Liceu, 1930/31, páginas 9 e 10, in Amaro Carvalho da Silva, “Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho”, in *Liceus de Portugal*, coordenação de António Nóvoa e Ana Teresa Santa Clara, Lisboa, Edições ASA, 2003, pp.502, 503

Como comissária da Mocidade Portuguesa Feminina, de 1937 até 1968, educar as raparigas e futuras mães, não só do seu liceu, mas de todo no país, foi o seu grande objectivo, seguindo os princípios definidos nos estatutos:

“ (...) a «educação integral», moral, cristã e nacionalista das «jovens portuguesas» para «a formação do carácter, o desenvolvimento da capacidade física, a cultura do espírito e a devoção ao serviço social, no amor de Deus, da Pátria e da Família» e «para o cabal desempenho da missão da mulher na família, no seu meio e na vida o Estado»”¹³¹.

A forma como orientou a Mocidade, aprendeu-a com a prática profissional adquirida e ainda com o conhecimento das organizações estrangeiras similares, de onde recolheu as informações possíveis, nomeadamente quando visitou a Itália como membro da delegação de senhoras portuguesas, a que atrás fizemos referência.

Demonstrando as suas qualidades de organização e liderança, uns meses depois de tomar posse como Comissária, já tinha aprovado o emblema, o uniforme, definidas a estrutura e as actividades da sua Mocidade, bem como organizados os diversos centros.

A simultaneidade da sua experiência como reitora, comissária, delegada provincial e distrital da Organização, tornou clara a sua luta pela introdução das Actividades Circum-Ecolares nos liceus, que a partir da Reforma de Pires de Lima em 1947, passaram a integrar o currículo. No II Congresso da Mocidade Portuguesa em 1956 e perante as queixas de que as actividades da Mocidade se sobrepunham às curriculares, Maria Guardiola defendeu que deveria ser imposta uma unidade metodológica e interacção entre a Escola e a Mocidade e que esta, com as suas actividades integradas no currículo, só iriam completar a formação insuficiente que aquela dava.

Até 1968, ano em que pediu a sua exoneração, foi com muita determinação que orientou a Organização e venceu as batalhas travadas. A maior foi, sem dúvida, a “disputa” à escola e à família, a função de educar, pois ela própria reconhecia a importância da educação familiar. Tudo o que ao Ministério pediu lhe foi concedido e sabemos que foi enorme o seu poder.

¹³¹Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., p.421

A forte orientação católica que imprimiu à Mocidade Portuguesa Feminina, granjearam-lhe simpatias, apesar de alguns críticos a ridicularizarem pela sua austeridade e a acusarem de aproximação ao fanatismo religioso.

Da sua vida privada pouco se sabe e do seu ideal pedagógico e educativo não deixou obras escritas, com excepção de dois trabalhos académicos: a sua tese de licenciatura sobre “O Ensino da Aritmética nos liceus”, e a dissertação sobre “Estudo das secções cónicas”. O que sabemos resulta daquilo que sobre ela se escreveu, dos seus discursos como reitora, dirigente das organizações a que esteve ligada, na Assembleia Nacional e ainda alguns artigos que escreveu para as revistas ligadas à Mocidade Portuguesa Feminina.

Com um currículo tão rico, não será de estranhar as condecorações que recebeu. Referiremos, o grau de comendador em 1931, a ordem de oficial da Instrução Pública em 1939, e em 1957 recebeu do papa Pio XII a Cruz *Pro Eclésia et Pontífie*. Em 1966 recebeu a grã-cruz da Ordem da Instrução Pública e foi eleita membro honorário da Ordem da Instrução Pública.

Finalmente, uma referência às irmãs e ao irmão de Maria Guardiola por estarem também ligados, directa ou indirectamente, ao ensino. Maria Alice, sua irmã mais velha e aquela que mais a acompanhava, foi professora de Física no Liceu Maria Amália e directora do Gabinete daquela disciplina, responsável pelo centro nº1 da Mocidade Portuguesa Feminina naquele liceu e ainda delegada provincial da Estremadura; Fernanda Guardiola foi professora de Desenho, Ana Maria Guardiola directora dos Serviços de Estética e o irmão António Guardiola foi consultor Jurídico da Mocidade Portuguesa Feminina.

Quando se precipitava o fim de Salazar, Maria Guardiola, então com 73 anos, cansada e alegando motivos de doença, entregou a Salazar o seu pedido e exoneração, em 15 de Agosto de 1968, com o seguinte teor:

“ Determinou este pedido a consciência das minhas limitações actuais – uma manifesta falta de memória, que se vem acentuando de ano para ano, e várias perturbações de ordem fisiológica, coração e principalmente reumatismo, que vêm diminuindo consideravelmente as minhas possibilidades de trabalho a ponto de, por

vezes, só com grande sacrifício conseguir desempenhar-me das obrigações inerentes ao cargo.”¹³²

Manteve-se como vice-presidente da Obra das Mãe, até à sua extinção em 1974, vindo a falecer em 27 de Setembro de 1987, com 92 anos.

Foi uma mulher carismática do Estado Novo, que viveu para servi-lo.

3.4 Educadas e Patriotas

As actividades circum-escolares ajudavam as jovens a tornarem-se mulheres

Na abordagem que fizemos no Capítulo1, constatámos que desde que os liceus femininos foram criados, houve a preocupação de diferenciar os currículos com a introdução de disciplinas que estavam vocacionadas para preparar a mulher para a vida. Tomemos como exemplo a disciplina de Liores, onde se aprendia a bordar, fazer malha, «croché» e técnicas básicas para manter o vestuário e roupa de casa irrepreensivelmente impecáveis e ainda a fazer o enxoval do bebé. Normalmente cada turma fazia um enxoval, que era depois oferecido a uma família carenciada, desenvolvendo-se assim em simultâneo com a aprendizagem, sentimentos de partilha e de solidariedade. Porém, só quando a Mocidade Portuguesa Feminina entrou plenamente no liceu, com as suas actividades circum-escolares, essa formação, ideologicamente planificada, se tornou mais eficaz.

A Educação Física e o Canto Coral, actividades presentes desde o início da organização, destinavam-se a cultivar “uma mente sã num corpo sã” e eram desenvolvidas ao longo do ano, preparando-se espectáculos de ginástica e coros, de acordo com um plano traçado pelos responsáveis, para serem apresentados no dia da festa anual do liceu ou nalgumas festas nacionais, das quais se destaca o 10 de Junho¹³³ e ainda provas desportivas e campeonatos locais, distritais, regionais, nacionais e até internacionais. Com estas actividades se desenvolvia os sentimentos de cooperação, unidade de grupo, brio e ainda o nacionalismo.

¹³² Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, ob. cit., p. 236

¹³³ A partir do II Congresso da MP em 1956, a Educação Física passou a ter somente desportos e o Canto Coral, limitou-se apenas à preparação de grupos orfeónicos, que actuavam em festas e eram de frequência voluntária a partir do 4º ano.

O projecto de formação da nova mulher que por volta dos 20 anos se casaria e seria mãe, incluiu a introdução de aulas teórico-práticas e que já atrás mencionámos, de Enfermagem (4º ano), Economia Doméstica (5ºano), Culinária (6ºano) e Puericultura (7ºano), organizadas de acordo com a faixa etária, o nível de ensino e ainda geridas com adaptações dos centros às suas realidades regionais, como aconteceu nos centros de Viana do Castelo, Braga, Castelo Branco e Silves, onde as jovens aprendiam a arte do bordado típico, para perpetuarem a tradição patrimonial da região, chegando a receber uma quantia simbólica, como remuneração pelos trabalhos realizados, como já atrás referimos.

Além destas actividades, todas as jovens inscritas nos centros de Lisboa, Porto e Coimbra, eram obrigadas a frequentar a Formação Moral e Nacionalista que mudou o nome para Formação Moral e Social, a partir do II Congresso da Mocidade Portuguesa. Aquelas actividades “inspiradas nos princípios da moral cristã” eram “uma componente fundamental de todas as outras actividades”, como diz Irene Flunser Pimentel¹³⁴. Noutros liceus de outras cidades, havia ainda actividades como Higiene e Arte de Dizer.

Estes ensinamentos eram também acompanhados pelos artigos das revistas que a Mocidade Portuguesa Feminina publicava e que eram por vezes verdadeiros manuais de ensino e ainda por Cursos de Donas de Casa, de frequência facultativa.

A propósito das actividades circum-escolares do Liceu Nacional Infanta D. Maria, ao qual iremos dedicar toda a segunda parte deste trabalho, apresentaremos aí alguns apontamentos das actividades que frequentámos naquele liceu entre 1968 a 1974, ilustrativas do carácter formativo que estivemos a abordar.

A acção política do Ministério da Educação Nacional, destinada a tornar as mulheres Educadas e Patriotas, passou indelevelmente pelo liceu, através dos programas de ensino e das actividades paralelas da Mocidade Portuguesa, que com ele se fundiram, durante uma boa parte do Estado Novo. Só a partir de 1966, por determinação do então ministro da Educação Nacional, Galvão Teles, as reitoras passaram a ter a liberdade de integrar ou não essas actividades no seu *Plano Anual de Actividades*¹³⁵, esmorecendo aqueles objectivos.

Outros ventos, ventos de mudança se intensificaram com a Revolução de Abril, trazendo uma nova Escola, com uma nova formação e instrução.

¹³⁴Irene Flunser Pimentel, *A Mocidade Portuguesa Feminina*, ob. cit., p. 36

¹³⁵ A apresentação do Plano Anual de Actividades no início do ano lectivo, passou a ser obrigatório a partir da Reforma do Sistema Educativo

SEGUNDA PARTE



Fig. 16 - Filiada do Centro nº 1, com o estandarte da Mocidade Portuguesa Feminina, no cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria de Coimbra (1968)

CAPÍTULO 4 – UM LICEU CARISMÁTICO (1948-1974)



Fig. 17 - Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra

“ (...) «o que as raparigas devem esperar do seu Liceu» Creio que uma palavra resume o quantitativo dessa esperança: «Tudo»!

«Tudo» - pela imensa boa-vontade que a direcção do Liceu põe em servir as educandas;

«Tudo» - pelo extraordinário espírito de sacrifício, que o corpo docente, tantas vezes incompreendido, revela ao exercer uma profissão que exige uma doação total sem recompensa educativa;

«Tudo» - pela consciência que todas as obreiras da Educação têm de que o futuro de uma Nação se forja nos bancos da Escola.

Deveis, pois, esperar tudo.”¹³⁶

Amélia Rosa Matos

Falar do Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra, no período que limitámos, é inevitavelmente falar da **Mocidade Portuguesa Feminina**, pois é difícil separar o **Liceu** e

¹³⁶“ Fala a senhora Reitora”, *A Bússola, Órgão das Actividades Circum- Escolares*, Publicação Trimestral, Dezembro 1968

o **Centro nº 1**, onde muitas professoras eram **instrutoras** e a quase totalidade das alunas eram **filiadas**.

4.1 A História do Liceu

4.1 1 Da fundação à inauguração do novo Liceu (1914-1948)

“Naquela 4ª feira, 26 de Fevereiro de 1919, (...), ao cimo da Avenida Sá da Bandeira, lado direito de quem desce, na casa nº 111, começavam as aulas do liceu feminino, (...)”¹³⁷

Dionysia Camões, 26 de Fevereiro de 1969



Fig. 18 - Edifício onde funcionou o Liceu Nacional Infanta D. Maria (1919-1931) na Av. Sá da Bandeira

A criação de um liceu feminino em Coimbra era uma necessidade sentida por todos os que reconheciam, no início do século XX, que o papel da mulher na sociedade se havia alterado. Este centro universitário secular, ameaçava destituir a capital, da exclusividade do ensino liceal feminino, o que se veio a concretizar com o Decreto de 17 de Novembro de 1914, do ministro da Instrução Sobral Cid¹³⁸, que criou a Secção Feminina do Liceu

¹³⁷“Discurso na cerimónia de comemoração do Cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria”, *Revista Labor*, nº 275 (*Separata*), Aveiro, 1969, p.7

¹³⁸José de Matos Sobral Cid foi médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Governador Civil do Distrito em 1903 e 1904 e Ministro da Instrução Pública em dois governos da Primeira República. Esta ligação a Coimbra foi provavelmente determinante na criação da Secção Feminina do Ensino Secundário, durante o seu consulado.

Central de José Falcão, posteriormente designado de Liceu D. João III¹³⁹, designação que manteve até 1974, tendo aquela secção feminina funcionado inicialmente só até ao 3º ano, alargando-se em 1918, até ao 5º ano.

Quando o Decreto nº 4650 de 14 de Julho de 1918, instituiu finalmente o Liceu Feminino de Coimbra, que se instalou no ano seguinte em edifício próprio, no nº 111 da Avenida Sá da Bandeira, a sociedade coimbrã não lhe atribuiu qualquer significado, nem tampouco o facto mereceu notícia na imprensa, apesar desta mudança sossegar a maioria dos pais que viviam preocupados com a “coabitação” de meninas e rapazes num mesmo espaço. Aquele acontecimento foi sem dúvida um marco importante na história da educação feminina daquela cidade, na opinião da Dra. Dionysia Camões de Mendonça, reitora daquele Liceu desde 1937 a 1966, mas tal facto não foi destacado, porque efectivamente o ensino liceal estava aberto às meninas de Coimbra, desde 1914. “Não devemos apreciar à conta de menos interesse a falta de relevo dada à abertura do Liceu, porquanto, para a cidade, o que se passava, era, afinal, continuação de uma situação de facto, que já vinha de trás”¹⁴⁰.

Desta forma se iniciou a História do Liceu Nacional Infanta D. Maria, como estabelecimento de ensino autónomo, cujo nome também foi adoptado naquele ano de 1919, na sequência do Decreto nº 5096 de 13 de Julho de 1919, em que o Governo decidiu “atribuir a esses estabelecimentos de ensino nomes de grandes individualidades, cuja lembrança constitua para os educandos perene sugestão de virtudes cívicas e morais e o reconhecimento de sólidos valores intelectuais.”¹⁴¹ E assim a Infanta D. Maria passou a ser a patrona do novo Liceu feminino, que iniciou funções com 147 alunas, das quais 99 vieram da secção feminina que funcionara no Liceu José Falcão e 48 novas alunas, matriculadas no 1º ano e ainda 15 docentes. Asseguravam o funcionamento do novo Liceu, 7 contínuos e serventes e 1 funcionário de Secretaria.

A estranheza do começo das aulas em Fevereiro tem uma múltipla justificação. A “gripe espanhola” ou simplesmente “pneumónica”, que se revestiu de características

¹³⁹ Em 1836, com a reforma de Passos Manuel, foi criado o primeiro Liceu de Coimbra, que funcionava no antigo Colégio dos Jesuítas, o Colégio das Artes, passando na década de sessenta para o Colégio de Jesus e em 1870 para o Colégio de S. Bento, onde se manteve até 1936. Porém, em 1914, o Liceu de Coimbra passou a designar-se de Liceu José Falcão. Outro Liceu, o de Júlio Henriques, foi fundado em 1928, funcionando no mesmo edifício de S. Bento. Ambos foram extintos em 1936, para dar lugar ao Liceu D. João III.

¹⁴⁰ “Discurso de Dionysia Camões, na cerimónia de comemoração do Cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria”, *Revista Labor*, nº 275, (*Separata*), Aveiro, 1969, p.7

¹⁴¹ *Memorial do Liceu Infanta D. Maria*, Folha solta escrita por Berta Afonso, estagiária de História em 1972/73 e posteriormente, professora de História daquele Liceu. Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria.

pandémicas, entrou em Portugal em Maio de 1918¹⁴² e só abrandou em Novembro, obrigando o Ministério da Instrução a adiar o começo do ano lectivo e quando as escolas se preparavam para finalmente iniciarem, o assassinato do Presidente da República, Sidónio Pais, obrigou a mais um adiamento, pois foram decretados oito dias de luto nacional, que antecederam as férias de Natal. Aquele facto político abriu uma crise nacional, marcada por uma agitação generalizada, que a 23 de Janeiro de 1919 culminou com a proclamação da “Monarquia do Norte”, no Porto. Há ainda a referir o fim da Primeira Grande Guerra, que trouxe incertezas sobre o futuro da Europa e do Mundo, apesar da vitória dos aliados, ao lado de quem estivemos. Foi esta a conjuntura que determinou o longo atraso do começo das aulas, como atesta um artigo da primeira página da Gazeta de Coimbra de 6 de Março de 1919.

“Não nos lembra de um ano escolar que tenha decorrido com tanta irregularidade como este, devido a diversas causas.

Achando-se o país invadido pela gripe pneumónica nos meses de Outubro e Novembro, só em Dezembro foram abertas as aulas, seguindo-se, logo, oito feriados pela morte do sr. presidente da República.[sic.]

(...) Na segunda época, que acaba de findar, houve, igualmente, um grande número de feriados, de modo que poucas matérias têm sido dadas.”¹⁴³

Por se tratar de circunstâncias anómalas, exteriores à vida escolar nacional e para que os alunos não fossem prejudicados, o governo decidiu que todos os que naquele ano tivessem reprovado até três disciplinas, passariam de ano, tendo de prestar provas especiais até ao fim do ano seguinte, facto que não se chegou a concretizar (Decreto nº 6128 de 25 de Setembro de 1919). Denunciando preocupação relativamente à deficiente preparação que alguns alunos naquele ano tiveram, a Dra. Dionysia Camões, no discurso que proferiu nas celebrações do cinquentenário do Liceu, referiu-se assim àquela situação.

“Esta especial medida de benevolência revestia-se de uma singular cautela (que redundou em letra morta) quanto ao aproveitamento que teria de ser comprovado antes do fim do ano escolar. (...). Verificada a inviabilidade de tal prova, foi novamente regulamentado o caso por mais um decreto – o terceiro – que sanou o assunto.

¹⁴² Morreram em Portugal cerca de 60474 pessoas.

¹⁴³ *Gazeta de Coimbra*, 9 de Fevereiro de 1919, GHC 169

Medidas de emergência a que se vêem forçados os governantes, no sentido de remediar, situações excepcionais, perante pressões dos interessados, para mais, naqueles tempos, apoiados por clientelas imperativas”¹⁴⁴.

Lançar os alicerces organizacionais, pedagógicos e humanos de um novo Liceu foi a tarefa iniciada por António de Almeida e Sousa, primeiro reitor em 1919-20 e 1921-1922, tendo Maria Emília Salvador assumido aquelas funções no segundo ano lectivo. Prosseguiram aquele empreendimento Susana Rodrigues de Carvalho de 1922 a 1928 e Maria Teresa Silva Basto em 1928-29.

Naquela primeira década, o Liceu cresceu, vencendo a concorrência dos colégios existentes¹⁴⁵ e garantiu o ensino do curso geral às meninas de Coimbra, arredores e mesmo de outras regiões, enviadas pelos pais para casa de familiares ou pessoas amigas. Também era neste Liceu nacional que se realizavam os exames das alunas dos diversos colégios femininos da cidade e da zona centro do país.

Rapidamente, se achou necessário procurar outras instalações, com espaço para albergar não só o número crescente de alunas, como melhorar as condições de ensino. Não sendo possível iniciar uma construção de raiz, a edilidade cedeu a Quinta da Rainha¹⁴⁶, muito bem localizada no centro da cidade e próxima do espaço onde foi construído o Liceu D. João III, que seria inaugurado quatro anos depois da instalação do Liceu Infanta D. Maria na referida Quinta.

¹⁴⁴ “Discurso de Dionysia Camões, na cerimónia de comemoração do Cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria”. *Revista Labor*, nº 275, (*Separata*), Aveiro, 1969, p. 8.

¹⁴⁵ Colégio Alexandre Herculano, S. José, Rainha Santa Isabel, Progresso, eram alguns dos colégios femininos de Coimbra, que continuavam a ministrar um ensino e educação de qualidade e também eles, Centros da Mocidade Portuguesa em Coimbra.

¹⁴⁶ Na Quinta da Rainha, de onde o Liceu saiu em 1937, manteve-se a sede da Mocidade Portuguesa Feminina e mais tarde, após profundas obras, foi instalada a Maternidade Bissaya Barreto, onde ainda se mantém.



Fig. 19 - Quinta da Rainha onde funcionou o Liceu (1932-1937)

Após algumas obras de adaptação, fez-se a mudança supervisionada pela reitora Elisa Figueira, que havia iniciado funções em 1929 e se manteve no cargo até 1937. Melhorou o espaço, mas as condições estavam longe das que eram exigidas por um ensino de qualidade e ambicionadas não só pela reitora como também pelas professoras. Elisa Figueira e a sua sucessora Dionysia Camões, com o apoio do corpo docente, tudo fizeram para que ali fosse construído o definitivo edifício do Liceu, mas em vão. Entretanto foi instalada, em 1937, a primeira sede a Mocidade Portuguesa Feminina, tornando mais complexa a gestão dos espaços. Todavia aquele seria o último ano do Liceu naquelas instalações, mantendo-se por mais alguns anos, a sede da nova organização feminina.

Terá este anormal começo do Liceu, determinado o seu sucesso futuro? De facto o Liceu Infanta D. Maria, apesar das vicissitudes por que passou, assumiu desde início, o lema de **ensinar** e **educar**, através da determinação e profissionalismo das professoras e reitoras que souberam superar os problemas e orientar aquela jovem instituição de ensino. Destas se destacou a Dra. Elisa Figueira, não só pela sábia orientação que deu ao Liceu como também pelas suas qualidades morais.

“A Senhora D. Elisa Figueira (...) ao sair deixava uma orientação digna de ser continuada, sendo de sublinhar a sua benévola actuação junto das professoras, que viam nela, não uma Reitora autoritária, mas uma colega solícita para esclarecer e carrilar os serviços. Mandava, servindo e sorrindo...

Essa atitude de benévola colaboração criou um clima de homogeneidade entre o corpo docente, favorecendo a ideia de unidade, harmonia e coesão que o sistema de classe exigia, evitando a desintegração do ensino”¹⁴⁷

Nestes primeiros dezoito anos nasceram os dois símbolos do Liceu: a Bandeira, ainda hoje religiosamente guardada e a partir da qual se fez o actual logótipo da Escola Secundária Infanta D. Maria e o Hino, com letra da professora Virgínia Gersão e música de Tomás Borba.



Fig. 20 - Logótipo da Escola Secundária Infanta D. Maria

O destino deste Liceu passaria então e até 1948, pelo edifício do antigo Colégio de S. Bento, na rua do Arco da Traição, junto aos Arcos do Jardim, mantendo a tradição de espaço de Liceu como já anteriormente referimos.



Fig. 21 - Edifício de S. Bento onde funcionou o Liceu (1937-1948)

¹⁴⁷ Discurso de Dionysia Camões na cerimónia de comemoração do Cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria, *Separata Revista Labor*, n.º 275, Aveiro, 1969, p. 9

Naquele edifício de alguma nobreza, havia mais espaço e luz, não só para salas de aula diferenciadas como também para os serviços administrativos, sala de professores, Biblioteca, Cantina, Caixa Escolar, instalações sanitárias e recreio no pátio central. Como não se conseguiu adaptar um espaço interior para ginásio e porque os corredores eram largos, as aulas de Ginástica faziam-se num deles.

Seria uma passagem efémera, pois aquele edifício já estava destinado a instalações da Universidade. Durante os dez anos em que o Liceu ali continuou a formar e ensinar as meninas, a Reitora tentou demonstrar que a zona escolhida para o novo edifício, não agradava nem ao corpo docente, nem tampouco aos pais, pois tratava-se de uma quinta, a Quinta do Gavino, junto ao Bairro do Calhabé, na zona oriental da cidade, não urbanizada e com dificuldades de transporte.¹⁴⁸ Nem a sua persistência, nem o eco da imprensa coimbrã conseguiram demover as entidades oficiais da decisão tomada e as obras iniciaram-se em 1945, materializando o projecto do Arquitecto Francisco Assis.¹⁴⁹

4.1.2 O novo Liceu no Calhabé (1948-1974)

Finalmente, após trinta anos de crescimento em edifícios provisórios, no dia 1 de Outubro de 1948, perante toda a comunidade educativa do Liceu, autoridades civis e eclesiásticas da cidade, o Subsecretário de Estado da Educação Nacional, Dr. Leite Pinto e o Subsecretário de Estado das Obras Públicas, Eng. Luís Veiga da Cunha, inaugurou-se o Liceu Infanta D. Maria, na rua do mesmo nome, com capacidade para 560 alunas.

¹⁴⁸ A paragem de eléctrico mais próxima ficava a 700m do novo Liceu e passavam de quarto em quarto de hora.

¹⁴⁹ Em 1938 foi aprovado um projecto inicial, pelo Arquitecto Fernando de Sá que posteriormente foi alterado pelo Arquitecto Francisco Assis (1944)



Fig. 22 - O Liceu em 1948, em frente do qual se estava já a construir o Estádio Municipal

O novo Liceu iria dar à cidade, não só um moderno estabelecimento de ensino, potenciador de uma maior e melhor dinâmica educativa, como fomentou também o crescimento e modernização daquela extensa zona do Calhabé. Poucos anos depois, nasceram ali a Escola Comercial e Industrial Brotero, a Escola do Magistério Primário com as Escolas Primárias anexas, o Estádio Municipal de Coimbra e o nos anos sessenta, o bairro residencial da Solum, urbanização de qualidade, provando que a escolha daquele local fora uma boa aposta.



Fig. 23 - O Liceu uns anos depois, vendo-se à direita a Escola Brotero, à esquerda a Escola do Magistério Primário e em frente o Estádio Municipal

Era um edifício de dois pisos, com um grande espaço envolvente, ajardinado à frente. A entrada fazia-se tal como hoje, por uma escadaria pela qual se acede a um pórtico de linhas neoclássicas, com quatro colunas que se repetem no segundo andar, encimadas por um frontão, que marcam a simetria da construção. (Fig. 24)



Fig. 24 - O novo edifício, aquando da inauguração (1948)

Nos dois corpos laterais, bem como em todo o edifício, virado a sul, havia amplas janelas, que garantiam uma boa iluminação das dezasseis salas de aula normais, Biblioteca, Sala dos Professores, Secretaria e Gabinete da Reitora. Nos topos e do lado norte havia dois Anfiteatros, Ginásio com um palco que nalguns momentos do ano se transformava em Salão de Festas, Sala de Desenho, Trabalhos Manuais, Laboratório de Física e de Química, Cantina, Campos de Jogos, recreios cobertos e ainda espaços de recreio ao ar livre. Havia ainda salas onde funcionavam os Gabinetes de Ciências e Geografia, Sala de Canto Coral, Gabinete médico, Bar, junto de um dos recreios, Arquivo e ainda várias Instalações Sanitárias para alunas e professoras.

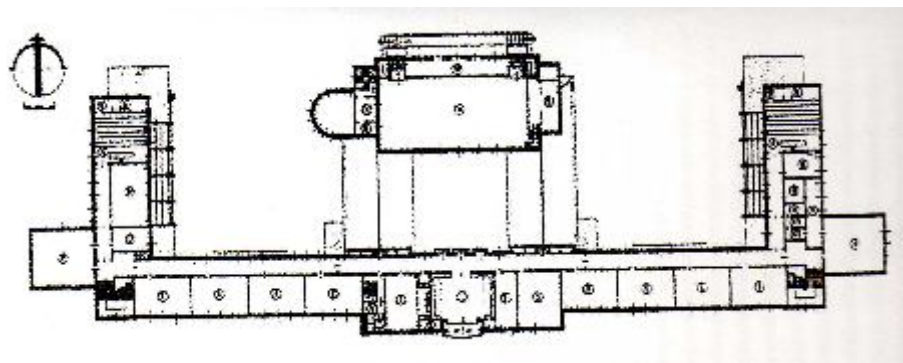


Fig. 25 - Planta do 1º piso

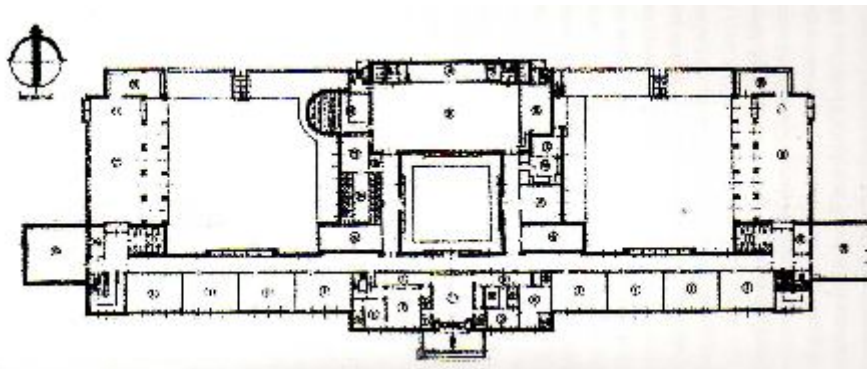


Fig. 26 - Planta do 2º piso

Uma boa parte do recheio veio do edifício anterior e nos anos seguintes foi-se adquirindo o que era necessário para o funcionamento dos Laboratórios, salas de aula específicas e das aulas normais.

À data da inauguração, já o novo Liceu se apresentava insuficiente para o número de alunas inscritas, pois havia dezoito turmas normais e seis pequenos grupos de alunas do 6º ano, para as dezasseis salas de aula existentes. Também a cantina era “acanhadíssima quer na parte da Cozinha, cuja superfície é cerca de um terço absorvida pelo fogão, (...) e carecendo de acomodações suficientes para dispensa, quer na parte de refeitório, pois, não comporta cinquenta pessoas (...). É uma deficiência grave”[sic].¹⁵⁰

Estas e outras deficiências motivaram intervenções e adaptações para responder à crescente procura daquele Liceu Feminino, que se intensificou na década de cinquenta e sessenta, devido à conjuntura interna, a que nos referimos na primeira parte do nosso trabalho, bem como ao crescimento do Bairro da Solum, ao lado do Liceu. Assim, em 1959/1960, construíram-se quatro salas pré-fabricadas e três anos depois, obras de maior vulto, dotaram-no de mais oito salas, quatro novos gabinetes, novo anfiteatro, melhoraram-se os existentes e a cantina, vindo a beneficiar de nova intervenção em 1969.

Até à sua passagem a Escola Secundária Infanta D. Maria, em 1974/1975 e daí à actualidade¹⁵¹, o espaço físico foi sendo adaptado não só às exigências da população escolar, como também das novas pedagogias e tecnologias de ensino/aprendizagem, tendo sido o regime de desdobramento uma solução.

¹⁵⁰ Relatório da Reitora, 1948-1949, A.H.M.E.

¹⁵¹ No presente ano lectivo está a sofrer profundas alterações estruturais, integradas no programa do Ministério da Educação, de Modernização do Parque Escolar destinado ao Ensino Secundário (Decreto-Lei no 41/2007).

Apesar das vicissitudes de diferentes regimes políticos e de variadas reformas do ensino, sempre se manteve como uma escola de referência do ensino liceal e secundário nacional.

4.2 O perfil do corpo docente na época

4.2.1 As Reitoras



Fig. 27 - As reitoras Dionysia Camões, Elisa Figueira e M. Emília Salvador, no Cinquentenário do Liceu (26 de Fevereiro de 1969)

Festejando os cinquenta anos do nascimento do Liceu Nacional Infanta D. Maria, em 1969, eis a presença de três senhoras incontornáveis da História da Educação Feminina em Coimbra: Maria Emília Salvador, a primeira Reitora; Elisa Figueira, a que marcou a transição entre um Liceu com instalações adiadas e o edifício definitivo e a quem sucedeu Dionysia Camões de Mendonça, reitora durante vinte e oito anos e nome incontornável da História do Liceu.

O período que delimitámos para estudo, corresponde a uma parte do reitorado de Dionysia Camões, que terminou em 1966, de Amélia Rosa Matos, até 1972 e de Alice Gouveia até 1974. Foram vinte e seis anos em que algumas reformas de ensino obrigaram os liceus a adaptações e reajustamentos, por vezes difíceis de resolver, como foi o caso da criação do Ciclo Preparatório pelo Decreto-Lei 48:572 de 9 de Setembro de 1968.

São as dificuldades, as diversas formas da sua superação e alguns desafios, que revelam as capacidades de organização e de liderança das pessoas e estas senhoras, confrontadas com alguns, muito específicos do seu Liceu, ou que a ele chegavam do exterior, sobretudo a juventude em mudança, conseguiram, cada uma à sua maneira, marcar positivamente a sua passagem por aquela casa. De cada uma tentaremos evidenciar essa faceta.

Educadoras, com um enorme profissionalismo e sentido do dever à Pátria comprovado, aceitaram pertencer às elites femininas do Estado Novo, na sua qualidade de Reitoras, organizadoras do ensino e da educação das jovens de Coimbra, a si confiadas, bem como orientadoras pedagógicas das professoras, eram o elo de ligação entre estas e o Ministério da Educação, coadjuvadas por uma Vice-Reitora, que também a representava em caso de necessidade.

Quadro 11 - A Direcção do Liceu (1948-1974)		
	REITORA	VICE-REITORA
1948/1949 a 1964/1965	Dionysia Camões de Mendonça	Gracinda da Conceição Mateus
1965/1966	Dionysia Camões de Mendonça (até Abril de 1966) Amélia Rosa Matos (a partir de 23 de Abril de 1966)	Gracinda da Conceição Mateus (até Junho de 1966) M ^a Helena Vital (até Junho de 1966) Reveriana Carvalho (a partir de 7 de Junho) M ^a de Lurdes Cardoso (a partir de 7 de Junho)
1966/1967	Amélia Rosa Matos	Reveriana Carvalho M ^a de Lurdes Cardoso M ^a Luísa Häüet Leal (secretária)
1967/1968	Amélia Rosa Matos	Reveriana Carvalho M ^a de Lurdes Cardoso M ^a Luísa Häüet Leal (secretária)
1968/1969	Amélia Rosa Matos	Reveriana Carvalho M ^a de Lurdes Cardoso M ^a Luísa Häüet Leal (secretária)
1969/1970	Amélia Rosa Matos	Reveriana Carvalho Isaura Ferreira Rocha M ^a Luísa Häüet Leal (secretária)
1970/1971	Amélia Rosa Matos	Reveriana Carvalho Isabel Agria M ^a Luísa Häüet Leal (secretária)
1971/1972	Amélia Rosa Matos (até final do 1 ^o Período) M ^a Alice Nobre Gouveia	Reveriana Carvalho
1972/1973	M ^a Alice Nobre Gouveia	Isabel Agria
1973/1974	M ^a Alice Nobre Gouveia	Isabel Agria

As reitoras, corporizavam naquela instituição o Estado, que as escolhia criteriosamente, dando-lhes autoridade de âmbito administrativo e pedagógico, mas

exigindo obediência ao regime, cumprimento das orientações superiores e relatos anuais da vida escolar dos alunos, professores e de tudo quanto constituía a vida do Liceu.

A obrigatoriedade destes relatos vinha da reforma de Passos Manuel, 1836, que obrigou a que fosse enviado anualmente à Direcção-Geral de Estudos, “um relatório do estado dos estudos no Liceu, contendo, as causas do progresso, ou decadência, e a estatística do estabelecimento”¹⁵²

Ao ritmo de ministros e de reformas, os normativos para a elaboração dos relatórios, foram sofrendo alterações, tornando-os cada vez mais esclarecedores para a tutela, e o Estado Novo, conseguiu potenciar a sua utilidade, usando-os para controlar alunos, professores e funcionários. Assim, cada Reitora tinha de elaborar o relatório anual, a partir da sua observação directa e dos relatórios de outras intervenientes na acção educativa como Directoras de Ciclo, Directoras de Instalações, Médica Escolar, Directoras de Serviços, Directora da Mocidade Portuguesa Feminina anexando o que julgava relevante.

Apresentamos os descritores do Relatório Geral do Reitor, adoptado em 1938.¹⁵³

Quadro 12 - Relatório Geral do Reitor
A. O edifício e as suas dependências
B. Pessoal do Liceu
C. Os Ciclos: 1. Instalação de cada Ciclo; 2. Alunos; 3. Pessoal de cada Ciclo; 4. Os horários; 5. Funcionamento das aulas e sessões; 6. A disciplina; 7. Reuniões de conselhos; 8. Cumprimento de programas; 9. Coordenação do ensino; 10. Os exames (alunos internos); 11. Rendimento de ensino (disciplinas obrigatórias); 12. Rendimento (disciplinas e sessões não eliminatórias).
D. As Instalações: 1. Enumeração das instalações que tenham director privativo; 2. Biblioteca; 3. Outras instalações
E. Obras circum-escolares: 1. Associações escolares; 2. Assistência escolar; 3. Prémios escolares; 4. Salas de estudo; 5. Aprendizagens úteis fora do plano de estudos; 6. Cantinas escolares; 7. Sessões escolares; 8. Cinema escolar; 9. Visitas de estudo e excursões escolares; 10. Exposições escolares; 11. Comemorações e festas escolares; 12. Participações em comemorações e festas educativas; 13. Jogos escolares; 14. Outras actividades de carácter circum-escolar realizadas no liceu ou com a sua participação; 15. Mocidade Portuguesa; 16. Associações de cooperação com o Liceu

¹⁵² Decreto de 17/11/1836, cit. por Jorge Ramos do Ó, ob. cit., p.59

¹⁵³ Quadro elaborado por nós a partir de Jorge Ramos do Ó, ob. cit., p.64

F. Higiene e saúde escolar
G. Administração escolar
H. Parte Final

Todos os relatórios que tivemos oportunidade de analisar desde 1948 até 1970, da autoria da Dra. Dionysia Camões e da Dra. Amélia Rosa Matos, são de facto documentos tão circunstanciados, que quase se podem considerar “guião de filme”. A propósito da qualidade do Relatório do ano lectivo de 1948/1949, pode ler-se no Parecer da Inspeção do Ensino Liceal, enviado à Reitora em 1 de Março de 1950.

“Eis aqui um Relatório em linguagem simples mas elegante, sóbria mas expressiva, franca mas inteiramente correcta: um Relatório original, bem escrito e bem apresentado, cuja leitura se repete com prazer, e cujos mapas e gráficos se consultam muitas vezes, sempre com renovado interesse: um relatório deveras elucidativo e digno de todo o crédito, pela sinceridade com que está redigido. (...).

São muito originais e muito elucidativos os gráficos (...), convidam a meditação. Talvez fosse vantajoso aconselhar estes gráficos a todos os mais liceus.¹⁵⁴

Das três Reitoras, protagonistas do período em estudo, iremos desenvolver alguns traços biográficos, que pensamos irão ajudar a compreender a evolução do ensino e sobretudo a educação das alunas que pelo Liceu Infanta D. Maria passaram.

¹⁵⁴ Anexo ao Relatório da Reitora de 1948/49, n.º 221, AHME

4.2.2 Dionysia Camões de Mendonça



Fig. 28 - Dra. Dionysia Camões discursando no Cinquentenário do Liceu (26 de Fevereiro de 1969)

“(…) Não peço muitas coisas, mas queria que fossem persistentes. (...) E nestes trabalhos (domésticos) se manterá o espírito feminino que tendes obrigação de cultivar e desenvolver, para não serdes inferiores às outras mulheres. (...) Quanto ao estudo, será exigir muito pedindo-vos meia hora em cada dia para passardes a vista pelos vossos livros?”¹⁵⁵

Dionysia Camões de Mendonça

Professora, reitora e grande educadora do Estado Novo, nem nas férias esquecia as suas alunas, como provam as palavras, que constam de uma circular entregue a todas, no final do ano lectivo de 1943/44, com conselhos para o tempo das férias grandes. [Anexo C1].

Foi a reitora com o mais logo mandato da história do Liceu Nacional Infanta D. Maria em Coimbra, com a duração de 28 anos.

Dionysia Camões de Mendonça nasceu em Vila de Igreja, Sátão, no distrito de Viseu em 7 de Janeiro de 1896. Como neta de Martinho de Guimarães Camões, magistrado e

¹⁵⁵ Relatório do Liceu, 1943/1944, Apud. Maria Judite Seabra, Liceu Infanta D. Maria, ob. cit., pp.218, 219

deputado às Cortes e filha de Abílio Martinho, também juiz e de Elvira de Figueiredo, professora primária, cresceu num ambiente propício ao estudo e à aprendizagem. Frequentou o Colégio Coração de Maria e a Escola Normal de Viseu que concluiu com 19 valores. Aos 21 anos matriculou-se no Curso de Habilitação para o Magistério Primário Superior, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde se licenciou na Secção de Ciências Históricas e Geográficas. Licenciou-se também em Direito com a classificação de 16 valores. Concluída esta fase de formação, fez o Exame de Estado para o Magistério Liceal, com uma dissertação sobre “António Ferreira e as ideias políticas da Renascença”.

Como estudante universitária, fundou em Janeiro de 1920, em conjunto com três colegas, Maria Teresa Basto, Maria Virgínia Abreu Pestana e Elisa Vilares, a primeira residência universitária feminina de Coimbra, situada nos Palácios Confusos, nº18 a 24 da Rua Dr. Guilherme Moreira, na zona Alta da Cidade e próxima da Universidade.



Fig. 29 - As quatro jovens fundadoras da 1ª residência universitária (1920)

Estabeleceram regras muito rígidas como por exemplo, a proibição de entrada de qualquer homem e a obrigatoriedade de cada uma, alternadamente, escrever o dia a dia da Residência, num diário.¹⁵⁶ Num desses cadernos pode-se ler, com data de 20 de Outubro de 1920. “Confesso a minha incapacidade para escrever uma página razoável com as discussões das companheiras que têm fúrias de estudo que duram cerca de meio minuto”.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Esse diário é constituído por cinco cadernos, guardado, pelo menos até 1994, por Virgínia Pestana

¹⁵⁷ “Universitárias fundaram primeira residência há 74 anos. Diários de uma república feminina”, *Jornal de Coimbra*, 18/Maio/94

Casou em 12 de Fevereiro de 1928, em Coimbra, com Abel de Mendonça Machado de Araújo, de quem teve oito filhos: Álvaro, Isabel, Elvira, Maria Túlia, Abel Martim, Maria Dionísia, Camilo e João Evaristo.

Iniciou funções no Liceu Nacional Infanta D. Maria como professora do 5º grupo, ainda no edifício provisório da Quinta da Rainha. Ali passou a professora efectiva, assumindo as funções de reitora, por nomeação ministerial de 26 de Julho de 1937, com tomada de posse a 4 de Agosto, mantendo-se no cargo até 1966, data em que se aposentou, tornando-se aquele liceu a sua segunda casa [AnexoC2].

Já na qualidade de reitora, desenvolveu importantes esforços para a definição da localização do novo edifício do Liceu, que pretendia, contrariamente à edilidade, na Quinta da Rainha. Como as instalações se situavam próximo do liceu masculino, razão referida posteriormente pelo Diário de Coimbra de 1 de Abril de 1943 e o espaço era já reduzido, decidiu-se a sua passagem para o edifício de S. Bento, em 1937, onde se manteve até à conclusão do novo edifício no Calhabé.

Os dez anos em que o Liceu ali funcionou, coincidentes com os primeiros dez anos do seu reitorado, constituíram para si um triplo desafio. Primeiro, garantir a qualidade de ensino e manter a coesão do corpo docente tirando partido das instalações e continuando a cimentar a qualidade já reconhecida, depois, corresponder às expectativas da tutela que a nomeou reitora e finalmente, conseguir que o futuro novo Liceu fosse edificado num espaço aprazível, ao gosto de todos os intervenientes.

Senhora de formação católica, patriótica e de forte personalidade, foi exigente consigo e foi-o também com as suas colegas e com as alunas, no cumprimento das suas obrigações constantes no regulamento interno. Em relação às professoras e apesar da exigência, granjeou simpatias e conseguiu criar uma escola de referência no panorama escolar do Estado Novo:

“A pontualidade era exigida à risca: se as professoras chegassem atrasadas às aulas podiam realizar o serviço docente, mas era-lhes marcada falta. Rigorosa na exigência do cumprimento das funções de cada professora, não deixava de ser cordial e de criar um ambiente de boa disposição, ao ponto de algumas docentes lhe dirigirem pedidos de dispensa de serviço em verso.”¹⁵⁸

¹⁵⁸Maria Judite Seabra, Liceu Infanta D. Maria, ob. cit., p.213

Com as alunas era uma educadora sempre presente, “orientadora educacional”¹⁵⁹, como se intitulava, tanto para as ouvir e compreender como também para as admoestar. Exigia-lhes um comportamento irrepreensível dentro e nas imediações do Liceu. Quando considerava que algum comportamento punha em causa a sua integridade como meninas virtuosas, ou o bom nome do Liceu, agia de imediato e de forma irreversível como atesta o relatório do ano lectivo de 1949/1950:

“(…) as meninas permitiam-se atitudes de excessiva liberdade, passeando com rapazes com prejuízo das aulas, foram os pais convidados a retirá-las do liceu, passando-as a outro género de ensino. Assim o liceu se viu livre, sem complicações, de elementos pouco desejáveis”¹⁶⁰.

Usou ainda outras formas de penalização dos comportamentos desviantes, a que vulgarmente chamava “pecadilhos da adolescência”¹⁶¹, registando a ocorrência na caderneta escolar e chamando os pais à escola para tomarem conhecimento.

Quando as alunas iam em excursão e no final dos anos lectivos entregava circulares com conselhos sobre comportamento e ocupação do tempo livre [Anexo C3].

“(…) ajudar nos serviços domésticos, exercitando-se naquilo que uma menina tem obrigação e necessidade de fazer; mesmo que tenham criadas devem entreter-se nos arranjos caseiros, pois só fazendo-os se tornarão verdadeiras donas de casa (...). E que surpresa para a família se forem capazes de apresentar algumas refeições cozinhadas por si mesmas, roupas brunidas com perfeição, ou um vestido talhado e feito por vossas mãos”¹⁶².

As alunas não podiam ser acompanhadas “(...) quer na ida quer na vinda para o Liceu ou em passeios, por quaisquer rapazes que não sejam os seus irmãos, a não ser com a presença de pessoa idónea” e não podiam atravessar, sem pessoa idónea “(...) a Mata de Santa Cruz, ou permanecer nela ou em outros lugares semelhantes”¹⁶³

Enquanto coordenadora e supervisora pedagógica, funções inerentes ao cargo de reitora, convidava os pais que viviam fora de Coimbra, a visitarem as filhas durante as actividades lectivas, como aparece mencionado no Relatório do Liceu de 1940: “surpreendê-las no dia-a-dia do seu quotidiano, atentar no que lêem fora das nossas vistas, averiguar

¹⁵⁹Maria Judite Seabra, “Liceu Infanta D. Maria”, ob. cit., p.218

¹⁶⁰Maria Judite Seabra, *Ibidem*, p. 213

¹⁶¹Maria Judite Seabra, *Ibidem*, p. 213

¹⁶²Relatório do Liceu, 1943/1944, AHME

¹⁶³ Circular às alunas, 17 de Junho de 1940, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria

das companhias com quem privam, verificar com os seus olhos do ambiente de higiene das casas a quem as confiam (...) facultar distrações salutareis absolutamente indispensáveis também para a sua higiene intelectual e moral”¹⁶⁴.

Nestas preocupações que ultrapassavam as paredes do Liceu, Dionysia Camões, revelou-se uma mulher de princípios cristãos, defensora da educação tradicional, que o Estado Novo valorizava como meio para formar uma nova geração de portugueses, orientados por “Deus, Pátria e Família”.

Como reitora representava o poder político e a política educativa do Estado Novo, “dava as mãos aos pais”, no acto conjunto de educar, princípio consignado no Decreto – Lei nº27:084 da Reforma de Ensino de Carneiro Pacheco, Capítulo 1, Artigo 1º: “O ensino liceal integra-se na missão educativa da Família e do Estado para o desenvolvimento harmónico da personalidade moral, intelectual e física dos Portugueses, nos termos da Constituição, e tem por finalidade específica dotá-los de uma cultura geral útil para a vida.”¹⁶⁵

Atenta às novas correntes teóricas da pedagogia, quando Dionysia Camões assumiu as funções de reitora, propôs à comunidade escolar, uma reflexão em torno do tema “Como interpretar a expressão Escola Activa”. Adivinhamos aqui a competência científica e pedagógica desta professora e reitora que também ficou assinalada nos seus discursos inaugurais de cada ano lectivo, nas palestras e conferências, récitas, exposições e visitas de estudo que organizava no seu Liceu, proporcionando ao corpo docente e discente o contacto com personalidades normalmente ligadas à Universidade e realidades culturais e patrimoniais enriquecedoras, entrando desta forma no domínio da Escola Activa.

Podemos mencionar alguns exemplos. Nas comemorações do 1º de Dezembro, de 1937, convidou o Professor universitário Amorim Girão para proferir uma palestra que este intitulou, “Razões geográficas da divisão administrativa do país e as suas condições geográficas em relação ao resto da Península”. Uns dias depois, na inauguração das instalações do Liceu no edifício de S. Bento, a 12 de Dezembro de 1937, convidou o Director-Geral do Ensino Secundário, para que este se inteirasse da nova fase da vida daquele Liceu, que já se impunha na cidade de Coimbra e a qual esta carinhosamente chamava o Liceu Feminino ou o D. Maria, designação que se manteve até ao 25 de Abril, quando este abriu as portas aos rapazes.

¹⁶⁴ Relatório do Liceu, 1940/1941, AHME

¹⁶⁵ Decreto – Lei nº 27:084, *Ensino Liceal, Reforma dos estudos e respectivos programas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1939, p.7

A ligação da Escola à Igreja também a fez, criando momentos de grande solenidade. São exemplos a romaria que as alunas faziam no 1º de Dezembro ao túmulo de D. Afonso Henriques, na Igreja de Santa Cruz de Coimbra e ao Mosteiro de Santa Clara, onde se encontra o túmulo da Rainha Santa Isabel, a missa a que todas as alunas e professoras tinham de assistir no dia 8 de Dezembro, dia da padroeira de Portugal, durante muitos anos considerado o dia da Mãe. Esta missa era da responsabilidade da Obra das Mães pela Educação Nacional.

Uma das grandes festividades abertas aos encarregados de educação e outros familiares, era o aniversário do Liceu, também aniversário da Infanta D. Maria, em 8 de Junho. A reitora abria a sessão com um discurso educativo, distribuía-se prémios, falava uma aluna e era inaugurada uma exposição de trabalhos de Liores, Trabalhos Manuais e Desenho. O dia de Portugal e da Raça, 10 de Junho, também era celebrado, e para esta efeméride fazia-se um sarau de poesia, havia discursos, palestras e outras actividades. O seu espírito patriótico levou-a a organizar outras comemorações: os 500 anos da morte do Infante D. Henrique, homenagem a D. Nuno Álvares Pereira, 27 de Abril, dia de Salazar e dia de Angola e outras de que daremos conta mais adiante.

Tratando ainda a temática das festas e comemorações que esta reitora organizava em conjunto com a Mocidade Portuguesa Feminina, com brio e brilho e que enchiam de orgulho as alunas, os pais e encarregados de educação, o grande momento da vida das alunas era o dia da sua festa de finalistas, com danças, actuação do orfeão, recitação de poesias e uma peça de teatro. Acrescentamos que todas estas festas começavam com o hino nacional e terminavam com o hino da Mocidade.

Por iniciativa desta organização, o Liceu também preparava na época natalícia, uma exposição de enxovais de bebé, «os berços», que as alunas confeccionavam com a ajuda das professoras de Liores e que eram entregues a famílias carenciadas ou em dificuldades.

A acção educativa desta professora e reitora, que exerceu funções até aos 70 anos e até referenciada no estrangeiro, não ficou por aquilo que foi dito [Anexo C4]. Ficaria muito incompleta a sua biografia como educadora, se não referíssemos a sua acção como dirigente da Mocidade Portuguesa Feminina.

Convidada por Maria Guardiola, para Delegada Provincial da Mocidade Portuguesa Feminina em Coimbra, em 29 de Dezembro de 1937, viria a ser nomeada em 5 de

Fevereiro do ano seguinte. Dionysia Camões acumulou aquelas funções e as de reitora, durante vinte e oito anos, tendo também sido nomeada Delegada Distrital e Regional. Embora completamente actuante, em conformidade com a política do Estado Novo, foi muitas vezes crítica em relação a algumas determinações da comissão central da Mocidade.

A partir da Reforma do Ensino do Ministro Pires de Lima, Decreto – Lei nº 36:507 de 17 de Setembro de 1947, pelo Art. 10º, o Liceu passou a ser nacional, objectivo pelo qual Dionysia Camões e a própria cidade se debateram. Pelo mesmo Decreto, Art.12º, reafirmou-se como Liceu de frequência feminina e pelo Art.14º, “ Os liceus são instalados em edifícios próprios, com os requisitos exigidos em estabelecimentos de instrução e educação. Serão dotados de bibliotecas, laboratórios, cinema, ginásio, cantina, dependências destinadas à Mocidade Portuguesa, balneários e terrenos anexos para recreios.”¹⁶⁶

Com esta legislação, a Mocidade Portuguesa instalou-se definitivamente nos liceus e em muitos casos foi difícil conciliar as actividades curriculares com as actividades Circum – Escolares daquela organização. Acusando esta situação, Dionysia Camões, colocando talvez em segundo lugar as suas funções como dirigente, em 1949 levantou a voz de reitora, sugerindo que no ano lectivo seguinte se fizesse o “enquadramento das aulas de Educação Física, Economia Doméstica e Canto Coral” no plano de estudos, ou então “a supressão pura e simples destas actividades, caso haja duplicação.”¹⁶⁷

No seu Liceu, assumindo sem receios uma gestão racional das actividades Circum – Escolares, organizou-as segundo os interesses das alunas. Entendeu também que a farda devia ser abolida pois a Mocidade Portuguesa Feminina não era nenhuma organização militar e só aí ela teria razão de existir.

Tratando-se de uma delegada provincial, distrital e regional, estas posições algo controversas poderiam ter-lhe custado a demissão, no entanto, os destinos da Mocidade Portuguesa Feminina continuaram a ser-lhe confiados até 1974. Embora com uma dinâmica muito própria, esta dirigente interiorizou os princípios educativos defendidos pelo Estado Novo. Discordou sim de algumas determinações da sua ex-colega Maria Guardiola, sua superior na Mocidade, mas que não punham em causa os valores e princípios preconizados. Não passavam de questões de adaptação interna no seu liceu.

¹⁶⁶ Decreto-Lei nº 36:507, de 17 de Setembro de 1947, Lisboa, Imprensa Nacional, pp.46, 47

¹⁶⁷ Pimentel, Irene Flunser, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Ob. cit, 2007, p.43

A história da vida profissional da Dra. Dionysia Camões Mendonça, confunde-se com a história do Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra.

O seu dinamismo, inteligência e cultura, também se revelaram, nas Conferências que proferiu e na publicação de alguns estudos como, «António Ferreira e as ideias políticas da Renascença», «Gil Vicente e as ideias políticas da Renascença», «Direitos de Família» em colaboração com o Prof. Dr. Beza dos Santos 1925-1926, «História de Portugal» destinada ao ensino primário.

Senhora de formação cristã, boa esposa e boa mãe, “A minha mãe conseguia ser uma mãe presente e o meu pai, era um homem excepcional”¹⁶⁸, com o seu sentido patriótico, o seu saber científico e pedagógico e a sua forte personalidade, imprimiu ao liceu o dinamismo e qualidade que o tornou uma referência a nível nacional. Aliás, qualidade que ainda hoje mantém.

Uma educadora e um Liceu que formaram várias gerações de mulheres portuguesas.

4.2.3 Amélia Rosa Matos



Fig. 30 - Dra. Amélia Rosa Matos, discursando no Cinquentenário do Liceu (26 de Fevereiro de 1969)

“Apesar de, como é do conhecimento das colegas, ter procurado orientar a vida do Liceu longe de qualquer influências políticas, não posso nem devo, neste primeiro conselho escolar que se segue à morte do Homem que dirigiu os destinos de Portugal

¹⁶⁸Palavras da Dra. Dionísia, filha da Dra. Dionysia Camões, numa conversa que nos concedeu em Coimbra, em 23/02/2010

durante mais de quarenta anos, não posso nem devo, dizia, deixar passar despercebido o desaparecimento de quem nos pode servir na profissão a que se dedicou. De facto, pela sua honestidade, rectidão de carácter, dedicação ao trabalho, clareza de pensamento e de exposição, desejo de justiça, simplicidade, coerência entre o pensamento e a acção, agudeza de espírito, julgo ser da concordância geral que Salazar foi modelo a seguir por todo o professor autêntico. E é pelo menos, nessa qualidade de docente que me parece que um conselho constituído por professores, não se pode alhear do desaparecimento de um dos mais ilustres e significativos membros da classe do professorado. Proponho por isso um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Doutor Oliveira Salazar”.¹⁶⁹

Amélia Rosa Matos

Foram estas as palavras da Reitora Dra. Amélia Rosa Matos, na reunião do Conselho Escolar de 5 de Agosto de 1970, cumprindo assim o seu dever para com o Presidente do Conselho falecido, sem no entanto o mencionar como tal. Uma só vez se refere a Salazar como “o Homem que dirigiu os destinos de Portugal durante mais de quarenta anos...” Optou, sabiamente, supomos, por invocá-lo mais na sua qualidade de Professor, do que de político.

De facto, desde 1966, ligeiros ventos de mudança sopravam no Infanta, trazidos por esta senhora inteligente, sábia, profissionalmente reconhecida, cautelosa, como demonstra no início do seu primeiro relatório de Reitora, para justificar o primeiro ano naquelas funções: “(...) o meu primeiro ano de reitoria foi, como é natural, um ano de expectativa, de tomada de contacto, de adaptação(...) ao novo cargo que exerço. (...) Não me parece sensato tomar imprudentes decisões em matéria de tanta responsabilidade, sem conhecimento profundo dos problemas existentes”.

Até aqui chegar, foi longo o caminho percorrido. Amélia Cecília Cunha da Rosa Matos nasceu em Chaves em 10 de Setembro de 1922, onde fez a instrução primária e o 2º ciclo do ensino liceal. Porque os seus pais apostaram na formação superior das suas filhas, vieram para Coimbra onde fixaram residência, continuando a acompanhar assim o seu crescimento e formação. Matriculou-se no Liceu D. João III, então o único Liceu de Coimbra onde as meninas podiam terminar a formação liceal, que dava acesso ao ensino superior e dali foi para a Universidade, onde se licenciou em Matemática.

¹⁶⁹, Acta de Conselho Escolar de 5 de Agosto 1970, Livro de Actas do Conselho Escolar, 1958 a1972, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria, AG/01/003

Voltou ao Liceu D. João III, onde realizou com sucesso o estágio, iniciando a sua auspiciosa vida profissional logo no ano seguinte, em 1947, no Liceu Emídio Garcia em Bragança. Porém o seu amadurecimento profissional e pessoal deu-se em Aveiro, onde leccionou no Liceu José Estêvão durante vários anos, tornando-se ali uma senhora respeitada. Foi ainda naquela cidade que viveu a alegria da maternidade, com o nascimento dos seus três filhos.

Os ecos da sua competência, profissionalismo e carácter, chegaram ao Ministério da Educação Nacional, que a adicionou às elites femininas que serviam a Nação. A forma como chegou a Reitora do Liceu Infanta D. Maria, foi-nos assim contado na primeira pessoa:

“Um dia, bateram-me à porta o Dr. Mário Guerra, Reitor do D. João III e o Professor de Moral, Padre Eugénio Martins, dizendo que estavam ali em nome do Ministério, para me convidarem para Reitora do Infanta D. Maria. Fiquei assustada pois os meus filhos eram pequenos e a minha mãe, que vivia connosco, tinha graves problemas de saúde. Perante as minhas objecções disseram que viriam saber a resposta daí a oito dias.

Depois de muito pensar, aceitei e assim fomos para Coimbra.”¹⁷⁰

Sucedendo à carismática Dra. Dionysia Camões, iniciou funções no dia 23 de Abril de 1966, em pleno 3º Período e, dar continuidade ao que estava em andamento e preparar os exames, foi a sua prioridade, considerando-a uma árdua tarefa, como escreveu na parte final do seu primeiro relatório. “Iniciar uma Reitoria com a montagem de uma máquina de serviço de exames para 3.013 alunas, parece-me tarefa demasiado pesada para as minhas reduzidas possibilidades”. Porém o corpo docente, coeso e sempre colaborante, colocou-se ao seu lado, para em conjunto garantirem um normal final de ano lectivo, como diz mais adiante, no mesmo relatório. “Afim tudo se fez na melhor ordem sem grandes falhas, graças ao extraordinário espírito de colaboração que vim encontrar nas Senhoras Vice-Reitoras cessantes e actualmente em exercício, directoras de ciclo e, dum modo geral, em todo o corpo docente do Liceu”. A partir do ano lectivo seguinte, acumulou com as funções de Reitora, as de delegada da Mocidade Portuguesa Feminina do Centro nº 1.

¹⁷⁰ Entrevista telefónica que nos foi concedida pela Dra. Amélia Rosa, em 20 de Abril de 2010.

O Infanta que agora lhe estava confiado, deveria acompanhar a evolução dos tempos, sem perder o prestígio de tantas décadas e para tal agiu com sensatez, profissionalismo, firmeza, mas também sensibilidade, não sendo necessário “entrar com mão de ferro”, como nos disse e apresentou-se como pessoa dialogante e de consenso.

No primeiro Conselho Disciplinar a que presidiu, seis dias depois do início de funções, após a apresentação de cumprimentos às professoras presentes e depois de umas palavras de homenagem à Reitora cessante, continuou dizendo que “Pretendia introduzir algumas alterações, mas não sem antes ouvir, a opinião do Conselho e somente no próximo ano lectivo pois o presente está na fase final”.¹⁷¹

A afabilidade com que tratava todo o corpo docente, permitiu criar no Conselho Escolar um ambiente, “... familiar, abandonando todo o formalismo que pudesse impedir o carácter de intimidade, franqueza e leal colaboração que é indispensável para que algo de bom e útil saia das reuniões (...),”¹⁷² mas sem esquecer o profissionalismo e o sentido do dever com que se deve estar no ensino, como atestam as palavras de apelo que dirigiu na sua primeira reunião do Conselho Escolar.

“... teremos de pôr acima de tudo os interesses do Liceu e do ensino e traçar normas de conduta que possam servir de exemplo às alunas: Pontualidade, cabal cumprimento das ordens recebidas e firmeza nas atitudes para com as alunas e mesmo com os membros do pessoal menor que receberá ordens, para dentro da sua esfera de acção (...).”¹⁷³

Foram tempos de reformas do ensino, alterações de mentalidades, generalização do descontentamento e contestação juvenil que culminou com o Maio de 68 e, no palco nacional, com a crise académica de 69. Alguns sinais de agitação também espreitavam o Liceu, como foi o jornal clandestino «Revolução – Órgão Liceal do Movimento Vanguardista» da direita radical,¹⁷⁴ que algumas alunas faziam circular entre si.

¹⁷¹ Acta da Reunião de Conselho Disciplinar de 29 de Abril de 1966, ACP/01/002, (1965-1969)

¹⁷² Carta enviada por Amélia Rosa Matos ao Conselho Disciplinar, quando deixou o Reitorado. In Acta de 10 de Janeiro de 1972, *Livro de Actas do Conselho Disciplinar*

¹⁷³ Acta do Conselho Escolar de 4 de Maio de 1966, in *Livro de Actas do Conselho Escolar (1958 a 1972)*, AG/01/003

¹⁷⁴ A este Jornal estavam ligados alguns jovens estudantes que viriam a exercer actividade política de destaque, após o 25 de Abril de 1974. Eram eles Francisco Lucas Pires, José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo, o mais velho e líder do grupo radical das direitas da Academia de Coimbra, Fernando Braga de Matos e Luís Semedo Sá Cunha, entre outros. Alguns pertenceram também a outro jornal, o «Via Latina», na década de 60.

Face a este potencial meio de propaganda revolucionária e outros, soube a Reitora gerir a situação, bem como perante uns panfletos subversivos que ali apareceram, visando uma professora. Como resposta, convocou as alunas do 3º Ciclo para as alertar para os perigos de adesão a movimentos latentes de subversão nos liceus, ficando registado na acta de Conselho disciplinar de 6 de Janeiro de 1971, que “A Senhora Reitora, (...) procurará solucionar os problemas que lhe foram apresentados com correcção, mas não permitirá nunca que no nosso Liceu se espalhe o fogo das doutrinas vermelhas.”

Acompanhando cautelosamente os ventos da mudança, durante o seu Reitorado, o Liceu continuou a ser o mesmo local de ensino, aprendizagem e de formação, mantendo os jogos e torneios, as festas, as comemorações e excursões, tão intensamente vividas pelas alunas, as sessões culturais, as palestras e as conferências. Relativamente às alunas, merece referência a proximidade que com elas estabeleceu, através da representante das alunas junto da Reitoria e, indo de encontro aos seus desejos, criou uma sala de convívio para alunas e autorizou festas mistas no Liceu.

Com o objectivo de ajudar as suas professoras e funcionárias, com filhos ainda bebés, a conciliarem a profissão com a maternidade, criou no ano lectivo de 1971/1972 um pequeno «Jardim de Infância», no próprio edifício do Infanta.

A organização das comemorações do Cinquentenário do Liceu, celebrado em 26 de Fevereiro de 1969, no terceiro ano do seu Reitorado, veio potenciar as suas qualidades de liderança não impositiva, conseguindo mobilizar todo o corpo docente e discente para o evento e associando à efeméride, a Mocidade Portuguesa Feminina, de que ela própria era a delegada. Como eco do brilhantismo deste evento, nos primeiros dias de Março, recebeu do Ministério o seguinte ofício.

“Ex.ma [sic.] Senhora Reitora do Liceu Nacional Infanta D. Maria

Encarregou-me Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional de felicitar V. Exa. e todo o corpo docente, pela dignidade e brilho com que decorreram as celebrações do Cinquentenário do Liceu. Mais me encarrega Sua Exa. de transmitir a V. Exa. a excelente impressão que lhe causou o ambiente escolar que pode apreciar durante a sua permanência nesse Liceu. Atenciosos cumprimentos. A Bem da Nação.
Ministro da Educação Nacional, vinte e sete de Fevereiro de mil novecentos e sessenta e nove”

E da Comissária da Mocidade Portuguesa Feminina que também esteve presente nas comemorações,

“Ex.ma [sic.] Senhora Reitora do Liceu Nacional Infanta D. Maria – Coimbra

Não quero deixar de renovar, por este meio as minhas felicitações pelo brilho e nível de que se revestiram as cerimónias comemorativas do cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria. Manifestações como esta não só louvam as tradições do Liceu como demonstram inludivelmente o prestígio de que presentemente goza essa casa de educação. Estão pois de parabéns todas as professoras que nela trabalham e particularmente V. Exa. que em tudo teve a responsabilidade de maior. Igualmente venho apresentar a V. Exa. os meus agradecimentos pela gentileza do convite e bem assim como por todas as atenções que me dispensou. (...). A Bem da Nação. Comissariado Nacional da Mocidade Portuguesa Feminina, em seis de Março de mil novecentos e sessenta e nove”.

Outras provas e testemunhos poderíamos referir, acerca das suas qualidades humanas e profissionais, encontrados na documentação por nós analisada, no arquivo do Liceu, mas sendo todas elogiosas, pensamos que as que aqui apresentamos, são elucidativas da sua formação, carácter e profissionalismo.

Apesar do sucesso com que conduziu os destinos do Infanta, as grandes responsabilidades assumidas naqueles anos de mudança esgotaram a Dra. Amélia Rosa, que disse: “ ... só por dever e sacrifício nos vamos mantendo ao leme de tão assediado barco”¹⁷⁵, vindo a pedir a sua substituição no final do ano lectivo de 1970/71, indicando para lhe suceder, a Dra. Alice Gouveia, professora do quadro do Liceu, mas a pedido das professoras e do Ministério, manteve-se no cargo, até Dezembro de 1972.

Em 10 de Janeiro de 1972, a Vice-Reitora, Dra. Reveriana Carvalho leu, no Conselho Disciplinar a que presidiu, uma carta da Dra. Amélia Rosa, de agradecimento a todas as professoras daquele “Conselho Familiar”, como lhe chamava. “...reconheço com imenso prazer, que as nossas reuniões decorriam com o mesmo à vontade e familiaridade com que à noite, reúno a família à volta da lareira”. Seguiu-se a leitura das palavras exaradas no Diário do Governo em que foi publicada a sua exoneração.

¹⁷⁵ Relatório da Reitora, 1970/71, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria

“Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministério da Educação Nacional, louvar a licenciada Amélia Cecília Cunha da Rosa Matos, professora efectiva do oitavo grupo do quadro da secção feminina do Liceu Nacional de D. Duarte e Reitora do Liceu Nacional Infanta D. Maria, em Coimbra, pela competência, zelo e dedicação demonstradas no exercício destas últimas funções”.

Finalmente a Vice-Reitora propôs um louvor, pela “função que desempenhou com o maior brilho, esclarecido critério e vincado espírito de humanidade”, que ficou registado na acta da mesma reunião.

Assim terminou de forma marcante e sentida, a passagem da Dra. Amélia Rosa Matos pelo Liceu Infanta D. Maria, continuando a docência no novo Liceu D. Duarte.

4.2.4 Maria Alice Nobre Gouveia



Fig. 31 - Dra. Alice Gouveia (ao centro), com professores e alunos, na escadaria do Liceu D. João III

“... nos tempos de contestação em que vivemos, é necessário que o professor não esqueça três garantias inerentes à sua situação de mestre. Primeiro é um adulto, devendo sempre proceder como tal. Arrisca-se a perder a autoridade se por hábito, procurar igualar-se aos alunos adoptando dos modos, das atitudes e da linguagem o que é excessivo da adolescência. Em segundo lugar o professor sabe mais que os alunos. Esse saber é para os alunos garantia de que com o professor aprendem. Se as aulas não forem fonte de esclarecimentos válidos os alunos sentir-se-ão frustrados. Só respeitam

o professor que ensina bem (...). Finalmente há a garantia da atitude profissional. O professor e os demais colegas formam um grupo profissional, que, como tal possui uma autoridade virtual. Se a conduta de cada um de nós não for impecável neste aspecto, de novo prejudicamos a autoridade que justifica o respeito dos nossos alunos. (...) E a autoridade é indispensável à manutenção da disciplina – não a disciplina do silêncio pesado e constrangido, nem a das atitudes rígidas mas a disciplina que permite o trabalho de todas em boa ordem. Dir-me-ão que é o ensino e não a disciplina o nosso principal objectivo. É certo. Mas se não a soubermos manter firmemente, a consequência inevitável será o mau rendimento do ensino. E isso seria comprometer o fundamental, por não termos sabido entender o acessório”¹⁷⁶

Maria Alice Nobre de Gouveia, sucessora de Amélia Rosa Matos, dirigiu estas palavras ao primeiro Conselho Disciplinar a que presidiu como Reitora do Liceu Infanta D. Maria, convidando inevitavelmente a uma reflexão, acerca do papel do professor numa escola em transformação, reflexo das transformações económicas, sociais e políticas que iriam culminar com a Revolução dos Cravos, dois anos depois.

Estas preocupações inserem-se num conjunto de outras de ordem pedagógica, que caracterizaram a vida profissional desta professora e pedagoga e que levaram ao seu reconhecimento pelo Ministério da Educação, Conselho da Revolução e sociedade coimbrã.

Nascida em Coimbra em 2 de Setembro de 1927 aí cresceu, se formou e também ali exerceu a sua actividade profissional. Frequentou o Liceu Infanta D. Maria nas instalações de S. Bento, até 1944, de onde passou à Faculdade de Letras, para se licenciar. Depois de concluir o seu estágio pedagógico, começou a destacar-se como pessoa e docente de grande qualidade, no Liceu D. João III, regressando, então como professora, ao Liceu Infanta D. Maria, no ano lectivo de 1970/71, assumindo as funções de Reitora dois anos depois.

A conjuntura de mudança que então se vivia no país, favorecida pela «Primavera Marcelista», exigia das escolas uma atenção redobrada, relativamente às mudanças ditadas pelos diplomas e circulares que iam chegando, bem como aos «ensaios de liberdade» que as jovens alunas, tentavam no Liceu, local onde passavam mais tempo e também, local privilegiado de socialização, pelo convívio e troca de ideias que permitia. Atenta a estes

¹⁷⁶ Acta de 2 de Outubro de 1972. *Livro de Actas do Conselho Escolar (1958 a 1972)*, AG/01/003. Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria.

sinais, a Dra. Alice Gouveia, soube conduzir com mestria e pragmatismo os destinos do Liceu, em que o mote era «ensinar e educar» para o Portugal que se anunciava, granjeando rapidamente a simpatia de professoras, alunas e funcionárias,¹⁷⁷ de tal forma que, pelo menos as alunas, não se ressentiram com a mudança de Reitora.

No primeiro ano do seu mandato, presidiu a algumas reuniões destinadas à análise e discussão de alguns artigos do novo Estatuto do Ensino Liceal a pedido do Ministério e em todas as que participou, procurava resolver as questões de forma prática.

Como Reitora e delegada da Mocidade Portuguesa Feminina, deu continuidade às actividades de enriquecimento cultural e de preparação para a vida, em que o Liceu tradicionalmente apostava, como visitas de estudo, excursões, conferências, comemorações de efemérides, festas, bem como as actividades circum-escolares.

Porém, a grande projecção que a Dra. Alice Gouveia teve como professora e pedagoga veio a revelar-se aquando do 25 de Abril de 1974, pela forma como soube conduzir o seu Liceu nos meses críticos que se seguiram ao acontecimento nacional. Uma aluna de então recorda-a assim: “A Reitora era uma mulher inteligente e cautelosa. Naquele dia 25 de Abril, ao chegarmos ao Liceu para as aulas da manhã, deu ordem para regressarmos a casa e aguardarmos as notícias daquilo que se estava a passar. Falou connosco revelando alguma preocupação mas sem alarmismos”.¹⁷⁸

Nos dias difíceis, de múltiplas incertezas que se seguiram, era imprescindível dar continuidade à vida no Liceu, adaptando-o às directivas que chegavam de Lisboa, de uma Junta de Salvação Nacional, da qual, pouco ou nada se sabia. Na Acta de Conselho Disciplinar de 30 de Abril de 1974, a Reitora Dra. Alice Gouveia propõe que seja enviado, à Junta de Salvação Nacional e em nome de todo o Corpo Docente, um telegrama de saudações. A 24, 27 e 30 de Maio, reuniu de novo o mesmo Conselho, para discutirem e decidirem acerca da “Gestão da escola por meio de um grupo, constituído por elementos do corpo discente, docente, administrativo e auxiliar, que a título de experiência, poderia iniciar desde já a sua actividade”, apresentada em cinco pontos, com várias alíneas, discussão que ocupou o primeiro dia. No segundo, foi aprovado que “a actividade do grupo directivo se venha a iniciar desde já, a título de experiência, até que seja regulamentada a administração dos estabelecimentos

¹⁷⁷ Recordamos os anos de 1972/73 e 73/74 em que frequentávamos, respectivamente, o 6º e o 7º ano daquele Liceu e a simpatia com que nos ouvia, quando era necessário recorrer à Reitoria. Mas o ambiente de ordem e respeito mantinham-se.

¹⁷⁸ Palavras de Margarida Pedro, aluna do 5ºano, no ano lectivo de 1973/74, numa conversa que tivemos em 24 de Abril de 2010.

de ensino”.¹⁷⁹ Na terceira reunião, o Conselho, com a mesa constituída pela vice-reitora e por mais três professoras, procedeu-se à votação dos nomes das docentes representadas na Comissão Directiva do Liceu e “...verificaram-se os seguintes resultados: Maria Alice Gouveia – setenta e nove votos; Teresa Alice de Moura – trinta e sete votos; Alda Santos – trinta e dois votos; Isabel Faria – trinta e um votos; Helena Vieira – trinta e um votos; Celeste Silva – vinte e dois votos; Berta Afonso – vinte votos; Adelaide Pegado – vinte votos; Judite Carvalho – dezoito votos; Fátima Batista – dezoito votos; Alice André – dezoito votos; Deolinda Pais – dezassete votos; Lucília Gouveia – dezasseis votos; Luísa Mariano – catorze votos; Laura Mano, Luísa Urbano – onze votos”.¹⁸⁰

Perante tal resultado, não oferece dúvidas o prestígio que Alice Gouveia tinha junto do corpo docente, aceitando aquele novo desafio, como presidente da Comissão Directiva, de que fizeram também parte: Teresa Alice Moura, Alda Santos, Isabel Faria, Helena Vieira, M. Celeste Silva, M. Adelaide Pegado, M. Alice André; Lucília Gouveia e Luísa Urbano.

Procurando que os acontecimentos não perturbassem o normal funcionamento do Liceu e sobretudo dos exames que se aproximavam, Alice Gouveia, ainda chamada de Reitora, mas então já Presidente da Comissão Directiva, autorizou e deu condições às alunas para realizarem reuniões plenárias (RGA), onde se discutiam os vários assuntos decorrentes da «nova ordem». Nos anos que se seguiram “os professores estavam mais próximos de nós, mas com respeito e mantendo as hierarquias”.¹⁸¹

Na dedicatória que escreveu para o «Livro de curso» das finalistas, mostrou que era uma Reitora de outra geração, que anunciava um futuro diferente:

“Amigas

O Liceu julga ter contribuído para que sejais capazes de compreender melhor o vosso tempo, tanto à luz das lições do passado como das exigências do futuro. Procurou desenvolver em vós as capacidades de iniciativa, a facilidade de adaptação a situações novas, o sentido da responsabilidade, o espírito de cooperação, para assim vos poderdes realizar quer no plano individual quer no social.

Em troca houve a alegria de vos ter visto crescer em esforço e aperfeiçoamento.

Por isso assiste à vossa partida cheio de esperança.

A Reitora Alice Gouveia

¹⁷⁹ Acta do Conselho Disciplinar de 24, 27e 30 de Maio de 1974

¹⁸⁰ Acta do Conselho Disciplinar de 24, 27e 30 de Maio de 1974

¹⁸¹ Palavras de Margarida Pedro.

A sua competência científica e a forma como conduziu todo o processo de transição de um Liceu de antigo regime, para uma escola aberta e democrática, a partir de então apostada em instruir e educar em liberdade para a cidadania, foram seguramente os motivos pelos quais a Dra. Alice Gouveia foi convidada em 1978, para Secretária de Estado do Ensino Básico e Secundário, no IV Governo Constitucional, chefiado por Mota Pinto, sendo o Ministro da Educação e Investigação Científica, Luís Valente de Oliveira.

O derradeiro reconhecimento foi-lhe dado em 1985, através do Despacho nº 152/ME/85 de 3 de Agosto, que a nomeou Presidente da Comissão Instaladora da Escola Superior de Educação de Coimbra, que iniciou as suas actividades com o projecto de Formação em Serviço de Professores do Ensino Básico e Secundário, continuando noutra dimensão aquilo que tão bem sabia fazer – ensinar a pedagogia. Porém o destino ditou-lhe um fim precoce em Março de 1988.

4.2.5 As Professoras, uma elite destinada a formar e ensinar

Ser professora durante o Estado Novo era uma missão de múltiplas responsabilidades. Se ensinar era importante, educar era muito mais, pois também cabia às professoras, transmitirem os conhecimentos que dotassem as meninas do saber ser «**Boas filhas, Boas esposas, Boas mães, Boas católicas e Boas patriotas**», sobretudo através das actividades paralelas à docência de cada uma das disciplinas.

Ao falarmos das Reitoras que orientaram o Liceu Infanta D. Maria, pensamos que será fácil vislumbrar a qualidade e coesão do seu corpo docente, através do empenho com que um razoável número de professoras, respondiam aos desafios lançados pela direcção, nomeadamente na organização das festas, excursões e também nas actividades da Mocidade Portuguesa.

No início de cada ano lectivo, na reunião do Conselho Disciplinar, a Reitora indicava as datas das actividades a realizar ao longo do ano, comemorações, festas, palestras, excursões, bem como a ou as professoras responsáveis pela sua preparação, como consta nos seus relatórios. “Na reunião de Conselho Disciplinar de 8/10/1959, designou-se a Professora para fazer a palestra da abertura solene do Liceu, no próximo ano e da sessão da Semana do Ultramar e Dia da Raça.”¹⁸²

¹⁸² Relatório da Reitora, 1958/59 (adaptado), AHME

É impossível saber se cada uma aceitava com paixão, ou somente por sentido do dever, as responsabilidades anunciadas, mas pela frequência com que vemos as mesmas senhoras, ano após ano, à frente das actividades, podemos talvez concluir que para estas professoras, estar no ensino, era de facto uma nobre missão, um sacerdócio. Henriqueta Cid, professora de Moral, Gracinda Mateus, professora de Desenho, Judite Carvalho, professora de Educação Física, Isabel Mota, professora de Português, bem como a médica escolar, Luísa Paiva, são nomes que aparecem sempre ligados à organização das comemorações, festas, e excursões.

Outra professora que deixou marcas do Liceu, Virgínia Gersão, além de notável docente do 2º grupo, foi deputada à Assembleia Nacional na legislatura de 1945 a 1949 e ainda uma escritora que deixou obra: poesia, peças de teatro, algumas, escritas para as comemorações ocorridas no Liceu, como é o exemplo da peça «Infante D. Henrique», que foi levada à cena em 1960, aquando das «Comemorações Henriquinas»,

Outras professoras, como a Dra. Carlota Aranda, professora de Ciências, destacaram-se na direcção e organização dos gabinetes das respectivas disciplinas, muito importantes para a dinamização de aulas práticas. As experiências nas aulas de Físico-Química e Ciências são ainda hoje recordadas com entusiasmo, mesmo por aquelas que, como nós, sentiam mais gosto pelas disciplinas da área de Letras. Os slides nas aulas de História e Geografia, bem como alguns documentários, provenientes desses gabinetes, conseguiam transportar-nos para os locais, tornando-se muito mais apelativas as aulas e as aprendizagens facilitadas. O facto do Liceu ser centro de estágio, proporcionava a todas as turmas das metodólogas, uma aprendizagem diferente, mais dinâmica, em que era vulgar o trabalho de grupo, pequenos trabalhos de pesquisa (Fig.32) a partir de temas propostos, bem como outras experiências de aprendizagem.

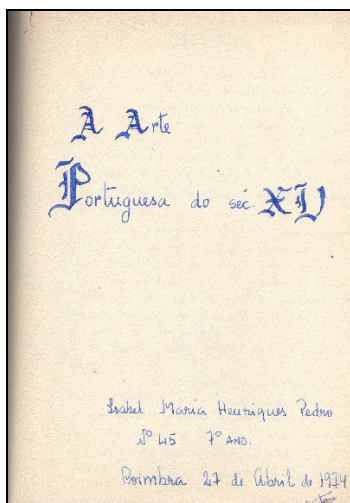


Fig. 32 - Folha de rosto de um trabalho individual (7ºano), Abril de 1974

Algumas professoras concebiam e elaboravam materiais para as suas aulas, que acabaram por doar ao Liceu, como um grande álbum, oferecido pela Professora de História, Henriqueta Guerra Pinheiro, ainda hoje religiosamente guardado na sua excelente Biblioteca (fig. 33). A sua consulta enriquecia os conhecimentos de pintura, escultura e arquitectura, portuguesa e europeia de vários períodos, bem como costumes e tradições portuguesas das diferentes regiões do território nacional.

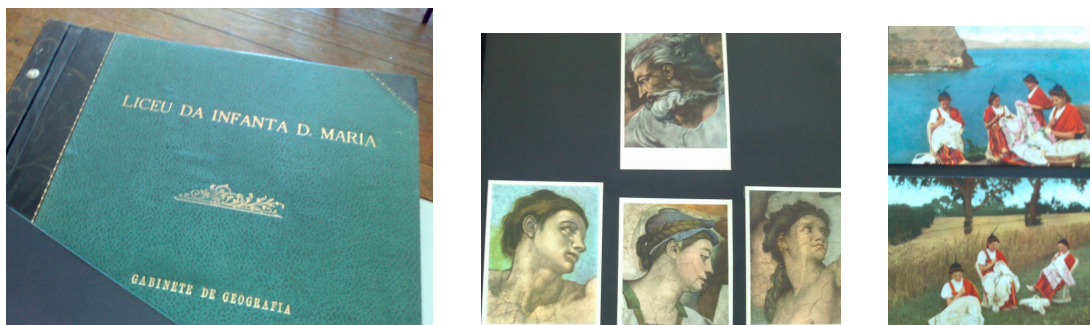


Fig. 33 - Álbum de postais e fotografias de arquitectura, escultura e pintura, locais históricos, turísticos e tradições portuguesas

Importantes também eram as palestras e conferências que a Reitora Dionísia Camões anunciava no início do ano, com o tema, a data e a professora que deveria preparar e apresentar cada uma delas. Na abertura solene de cada ano lectivo, uma professora era incumbida de preparar e apresentar uma Oração de Sapiência, versando temas científicos, como **O Ensino da Filosofia**, por Edite Tadeu (1951/52); **Cinema Cultural no Liceu**, por Gracinda Mateus (1952/53); **A Rainha D. Estefânia**, por Alice Porém (1955/56); **Cruzeiros Ultramarinos**, por Gracinda Mateus (1956/57); **O Ensino da Geografia e a**

sua importância, por Emília Guerra; **Poetas de Cabo Verde**, por M^a de Jesus Gomes (1959/60).

Outros momentos de grande elevação cultural e patriótica, sempre associado ao Centro n.º1 da Mocidade Portuguesa Feminina, eram as comemorações anuais do 1.º de Dezembro, do 8 de Dezembro, da Semana das Colónias ou do Ultramar, como se passou a designar a partir de 1951¹⁸³, o dia do Liceu¹⁸⁴ e do dia da Raça ou dia de Portugal, preparados pelas professoras, para apresentação a toda a comunidade liceal ou simplesmente celebrado na sala de aula. Normalmente eram as professoras de Português, História, OPAN (Organização Política e Administrativa da Nação) e Geografia as mais envolvidas nestas actividades. Porque os programas das três primeiras incluíam temáticas relacionadas com Portugal e os portugueses, valores, personagens e acontecimentos, as actividades e palestras das comemorações do 1.º de Dezembro, da Semana do Ultramar e do dia da Raça, potenciavam esses conteúdos.

Todos os anos, nas aulas desses dias, eram propostas às alunas, actividades e “exercícios” sobre personagens como Afonso Henriques, o significado de momentos marcantes da nossa História, como 1640, “sobre as Províncias Ultramarinas e o Sentido Expansionista e Missionário Português” e “cada aluna escrevia uma frase de sentido patriótico, sendo a melhor de cada turma, colocada num álbum”¹⁸⁵, como aconteceu em Maio de 1962. Para uma melhor visualização dos temas tratados e das professoras envolvidas, apresentamo-los em quadro.

Quadro 13 - Palestras			
Data	Comemoração	Tema	Professora
1948/49	Semana das Colónias	Necessidade de intensificar a nossa colonização	M. Judite Pais
1949/50	Semana das Colónias	A Mulher na Colonização	Juliana Barroco
1950/51	Semana do Ultramar	O Ultramar	Virgínia Nunes
1951/52	Semana do Ultramar	Timor	M. José Pontes
1952/53	Semana do Ultramar	Unidade de Portugal e do seu Império Ultramarino	Dionysia Camões
1954/55	Centenário de Garrett	A obra de Garrett	M. José Moura Santos
1955/56	Semana do Ultramar	As Missões do Ultramar Português	M. do Céu
1956/57	Dia de Portugal	Camões	Manuela Cura Mariano
1957/58	Dia de Portugal	Camões	M. Amália Furtado
1958/59	10.º aniversário da OTAN Dia de Portugal	A OTAN Os Lusíadas	? Adelaide Vaz de Carvalho

¹⁸³ Na revisão constitucional de 1951 foi abolido o termo Colónia e substituído pelo de Província Ultramarina.

¹⁸⁴ O aniversário da Infanta D. Maria, celebrado a 8 de Junho, foi muitas vezes associado às celebrações do dia de Portugal, pela proximidade de calendário.

¹⁸⁵ Relatório da Reitora, 1961/62, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria

1959/60	Dia de Portugal	Infante D. Henrique e Camões – o carácter universalista de ambos	?
1060/61	Semana do Ultramar	A Índia ?	M. Emília Figueiral M. José Louro
1961/62	1º Dezembro	O significado do 1º de Dezembro	Henriqueta Cid
1962/63	Dia de Portugal	Camões	M. José Tavares
1964/65	Centenário de Dante (7/6/1965)	Influência de Dante na Cultura Portuguesa Dante, o Vulgar Ilustre Gil Vicente e as ideias políticas da Renascença	Manuela Cura Mariano M. Jesus Gomes Dionysia Camões
1965/66	Dia de Portugal	Os Lusíadas como exaltação dos valores morais	M. Jesus Gomes
1968/69	Dia de Portugal	Camões e a Natureza	Renata Soares

Simultaneamente com estas palestras, algumas professoras preparavam as alunas para apresentarem nas mesmas celebrações, trabalhos em prosa, poesia, corais, exposições de trabalhos e também danças e provas desportivas, particularmente no 10 de Junho e eram também elas as responsáveis pelas visitas de estudo e grandes excursões que anualmente se faziam, motivando assim as alunas para a aprendizagem que se pode fazer fora da sala de aula e de que voltaremos a falar.

O facto de algumas professoras serem dirigentes e instrutoras da Mocidade, era nas actividades do Centro que se preparavam estas festas comemorativas, cumprindo-se assim os objectivos da Mocidade Portuguesa Feminina, do Ministério da Educação e de Salazar que entendia que era no Liceu que as jovens se deveriam tornar «Educadas e Patriotas».

Este dinamismo exigido ao corpo docente, é o reflexo da concepção de educação e ensino de Dionysia Camões, senhora do regime, que como já dissemos, geriu o Infanta durante vinte e oito anos. Às suas colegas que com ela estavam ou pelo menos colaboravam na missão de ensinar e educar nos valores do Estado Novo, deixou um agradecimento no momento da partida.

“Não encontro bem aquela expressão que possa traduzir o meu agradecimento pela grande prestabilidade na cooperação que tornou fácil o meu exercício num clima límpido, de lealdade e compreensão. Colegas mais antigas, que me acompanharam largos anos, em que encontrei calor amigo a comunicar-se em Conselho prudente, discreta intervenção ou ajuda eficiente nos cargos que lhes incumbiam.

Às mais inexperientes procurei transmitir um pouco de optimismo nas dificuldades, em discreta orientação, quando pareceu oportuno. [sic.]¹⁸⁶

¹⁸⁶ Relatório da Reitora 1964/65, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria, p. 177.

As professoras, reconhecidas, enviaram ao Ministro da Educação Nacional uma carta, pedindo para “ordenar a recondução da Excelentíssima Senhora Dona Dionísia Camões de Mendonça, no cargo de reitora do Liceu Nacional Infanta Dona Maria, por um período de mais dois anos” [Anexo C5].

O corpo docente do Liceu foi acompanhando o crescimento da cidade e directamente o número de alunas matriculadas, como podemos ver no quadro.

	EFFECTIVAS*	CONTRATADAS	AUXILIARES	EVENTUAIS	TOTAL
1948/49	21	3	3	9	36
1949/50	20	3	1	10	34
1950/51	20	4	3	12	39
1951/52	22	4	3	10	39
1952/53	22	4	4	10	40
1953/54	21	4	3	11	39
1954/55	22	4	3	11	40
1955/56	22	4	4	14	44
1956/57	19	4	4	16	43
1957/58	28	4	4	20	56
1958/59	19	?	?	26	49
1959/60	19	4	6	36	65
1960/61	21	4	6	40	71
1961/62	20	5	6	35	66
1962/63	19	5	5	44	73
1963/64	20	5	4	46	75
1964/65	16	4	12	41	73
1965/66	15	5	17	43	80
1966/67	23	?	16	40	79
1967/68	26	?	12	30	68
1968/69	25	?	20	18	63
1969/70	27	?	8	14	49

*Algumas, embora pertencentes ao quadro, estavam destacadas em serviço noutros Liceus

O número de professoras do quadro manteve-se estável, ao contrário do número de professoras eventuais, pois era a solução encontrada para resolver anualmente o número de alunas inscritas, que algumas vezes ultrapassava o número previsto. Nos anos 60, o número de professoras aumentou, devido ao aumento do número de alunas, como consequência da construção do bairro habitacional da Solum, voltando a descer a partir de 1967, devido à abertura de um novo Liceu na cidade, o Liceu D. Duarte, em Santa Clara, na margem esquerda do Mondego.

¹⁸⁷ Quadro elaborado por nós, a partir da análise dos relatórios da reitora, dos respectivos anos.

Foram estas professoras com os seus defeitos e virtudes, com o seu saber científico e pedagógico, e o seu maior ou menor empenho, as grandes responsáveis pela formação de muitas jovens que apesar das vicissitudes de um regime «fechado e limitador», ainda hoje dizem com orgulho, «Fui aluna do Infanta».

4.3 O corpo discente

“Aqui o rigor e o método de ensino, obrigava-me a ser diferente do que era e do que estava habituada. Embora na época não tivesse achado muita graça, principalmente no início, depois gostei imenso de aqui ter estudado até ao 7ºano”

M. Filomena César

“(…) significou uma oportunidade de aprendizagem, com boas e menos boas Professoras, e de convívio com colegas, num ambiente de grande rigor e exigência, mas também muito agradável”.

M. Teresa Gouveia

“Éramos obrigadas a usar bata, que era de cor diferente consoante o ano que se frequentava, cor essa que acompanhava a aluna até ao 7º ano. Até certa altura, era proibido o uso de calças e a entrada no Liceu era feita pelas alas laterais e não pela porta principal”.

MJA

“A noção de ordem, disciplina eram por vezes algo exageradas, nada que uma jovem da classe «média-baixa» não estivesse habituada no seio familiar”.

Eloísa Martinho

Quatro testemunhos que não se afastam daquilo que temos vindo a apresentar sobre o Liceu. O rigor, a exigência, a ordem e o método, ainda hoje são características recordadas pelas alunas dos anos cinquenta, sessenta e setenta, que consideram terem contribuído para o sucesso da sua formação.¹⁸⁸

¹⁸⁸A Filomena, aluna desde 1965 a 1972, é farmacêutica. A Teresa, aluna desde 1955 a 1962, é licenciada em Filologia Românica, foi professora no Liceu, até à aposentação. A MJA, aluna desde 1965 a 1973, é licenciada em Filologia Germânica, quadro superior de um Hospital conceituado. A Eloísa Martinho (pseudónimo), aluna desde 1962 a 1967, é licenciada em História e já aposentada.

Até 1967, data da abertura do Liceu D. Duarte, primeiro liceu misto de Coimbra, o Infanta foi o único Liceu feminino da cidade, que com ela cresceu, mas concorrendo com os muitos Colégios que continuavam a receber as meninas das famílias tradicionais e privilegiadas da cidade e da província. Para o Liceu iam as outras, ou também as que provinham de famílias mais esclarecidas, que reconheciam qualidade no ensino e na formação que o Liceu, instituição oficial, oferecia.

Particularmente do distrito de Coimbra e de toda a zona centro, vinham muitas meninas pois, na maioria das sedes de concelho não havia ensino liceal, comercial ou técnico, apenas alguns colégios particulares, numa ou noutra vila. Os pais que tinham possibilidades para fixarem residência na cidade, acompanhavam as filhas. Os outros confiavam-nas a familiares ou recorriam ao aluguer de quartos, em casa de famílias conhecidas ou recomendadas¹⁸⁹.

Embora com oscilações, o Liceu foi sendo procurado cada vez por mais alunas.

Quadro 15 - Evolução do número de alunas (1948/49 a 1969/70)					
ANO	Nº ALUNAS	ANO	Nº ALUNAS	ANO	Nº ALUNAS
1948/49	583	1956/57	912	1964/65	1794
1949/50	534	1957/58	1049	1965/66	1774
1950/51	571	1958/59	1163	1966/67	1770
1951/52	607	1959/60	1249	1967/68	1409
1952/53	650	1960/61	1413	1968/69	1175
1953/54	722	1961/62	1519	1969/70	927
1954/55	765	1962/63	1604	1970/71	?
1955/56	833	1963/64	1722	1971/72	?

Algumas considerações nos merecem os números referentes às alunas matriculadas no período estudado, confirmando o que já dissemos atrás, acerca da oscilação do número de professoras. Nos dois anos que se seguiram à instalação no novo edifício, 1949/50 e 1950/51, diminuiu a frequência devido à sua localização. Os pais e encarregados de educação tinham uma certa reserva em relação àquele local ermo da cidade, no Calhabé, temendo colocar as suas filhas perante perigos ou simplesmente por passarem o dia fora do seu controle.

¹⁸⁹Esta realidade é também válida para o Liceu masculino, Colégios e Universidade, dando a Coimbra uma característica única, relativamente ao número de habitantes, que quase duplicava de Outubro a Julho.

No ano lectivo de 1951/52, o número começou a aumentar lentamente, para atingir entre 1964 e 1967, cerca de 1794 alunas, como consequência do crescimento da zona habitacional (bairro da Solum), à volta do Liceu. A partir daí entrou em queda para 927 alunas, dois anos depois. Esta grande quebra está relacionada com a abertura do Liceu D. Duarte, que passou a receber as alunas de Santa Clara e das aldeias da margem esquerda do Mondego.

Entrar no Liceu significava autonomia e liberdade, não só para as meninas que vinham sem os pais para Coimbra, como para as outras também, ganhando o seu mundo nova dimensão. Escola grande, muitas professoras, experiências de aprendizagem diversas, novas colegas que significavam novas amizades e talvez com maior importância, a responsabilidade de gerir uma boa parte do dia em que estavam fora de casa, com poucos constrangimentos.

Pensando nos perigos que este «novo mundo» podia trazer às meninas, a Reitora Dra. Dionysia Camões, escudada pelo sistema que servia, pensou e organizou o seu Liceu para que as alunas não se desviassem do «bom caminho», dentro e fora dele, política continuada pelas suas sucessoras. Além da vigilância que professoras e funcionárias exerciam sobre as alunas, como nos dá conta Dionysia Camões no seu relatório de 1958/59¹⁹⁰, “Em vinte e três de Abril veio ao Liceu o Exmo. Inspector da Polícia Judiciária, (...), para requerer o meu testemunho sobre o comportamento moral de uma ex-aluna, (...), autora dum processo pendente naqueles serviços”, o Liceu criou vários centros de interesse, como a participação nas actividades das comemorações, nas festas, nas obras assistenciais, no Jornal “A Bússola” e nas actividades da Mocidade, algumas muito frequentadas.

Jovens mais ou menos irreverentes, sempre que podiam desafiavam a ordem, sabendo no entanto, que o Liceu, tanto as protegia como as penalizava, quando infringiam as regras.

Relativamente a uma actuação protectora, tomemos por exemplo o facto que aparece descrito na Acta da 3ª sessão do Conselho Pedagógico e Disciplinar de 18 de Novembro de 1948, em que a Reitora, numa atitude de protecção das suas meninas, informou que “... as alunas que percorrem o «carreiro dos Lóios¹⁹¹» são incomodadas pela incorrecção e insolência de rapazes que as esperam” e na 9ª sessão de 21 de Fevereiro de 1951, disse que teve

¹⁹⁰Relatório da Reitora 1958/59, AHME, p. 133

¹⁹¹«Os Lóios» era na época, um caminho de terra batida, situado na encosta da parte de trás do Liceu, que ligava a zona do Liceu à parte alta da cidade (Penedo da Saudade e Avenida Dias da Silva).

“conhecimento de cenas pouco edificantes verificadas nos terrenos que rodeiam o Liceu”, acrescentando que iria pedir à Polícia para tomar as providências necessárias.

Quanto a punições, na Acta do Conselho Disciplinar de 14 de Março de 1968, ficou registado um caso de indisciplina ocorrido numa turma de 3ºano. Quando uma determinada professora entrou na sala de aula, “estava o caixote do lixo cheio de ervas e tombado. Também na secretária estava uma cebola cortada ao meio e alguns bocados no suporte do quadro”. Depois de uma primeira tentativa frustrada, para identificar as responsáveis, estranhamente, uma aluna da turma pediu transferência para um Colégio. Decidiu-se aplicar uma pena suspensa (1 dia de suspensão) a toda a turma e tentar de novo apurar responsabilidades. Mais uma vez, nada se apurou, a pena foi aplicada com a discordância de algumas professoras que consideraram uma injustiça para as inocentes. Também na Acta da reunião do Conselho Disciplinar de 9 de Junho de 1970, foi castigada uma aluna com 1 dia de suspensão por ter estragado 5 cartazes com normas e “dois dísticos indicativos do trânsito nos corredores”.

Neste caso de indisciplina, verificou-se uma situação típica dos jovens naquela fase etária, que procuram na coesão do grupo o desafio à autoridade, presos no lema, «mais vale quebrar que torcer», cimentando-se desta forma o companheirismo e a amizade.

Como exemplo de actividades voluntárias que prendiam algumas alunas ao Liceu e constituíam um reforço importante das aprendizagens e sobretudo do «aprender a ser» e «aprender a fazer», era sem dúvida a colaboração do Jornal. Entrevistas: “Lês a Bússola?”¹⁹²; artigos de opinião: “Nós e o Mundo”¹⁹³; notícias: “Exposição camoniana em Paris”¹⁹⁴; espaços de criatividade como contos: “Um conto inspirado na cantiga de Santa Maria, de Afonso X, Quem a Virgem bem servirá”¹⁹⁵; poesia: “ Sorri à vida”¹⁹⁶, projectaram muitas alunas e deram por vezes às mais tímidas, a oportunidade de se revelarem.

Este dinamismo das jovens alunas do Infanta, também se manifestou em momentos difíceis da vida nacional e internacional, como aconteceu aquando do início dos combates em Angola em 1961 “ As filiadas da M.P.F. do Centro nº1 farão uma «quete» cujo produto reverterá a favor dessas vítimas e as alunas do 7º ano enviarão uma mensagem de saudação e

¹⁹²A equipa do Jornal, *A Bússola, Órgão das Actividades Circum-Ecolares*, Coimbra, Maio de 1973

¹⁹³M. Paula, 7ºB, *A Bússola. Órgão das Actividades Circum-Ecolares*, Coimbra, Fevereiro de 1969, p.p.4, 7

¹⁹⁴Cremilde, 6ºB, *A Bússola. Órgão das Actividades Circum-Ecolares*, Coimbra, Maio de 1972, p.3

¹⁹⁵M. Eduarda Soares, 6º E, *A Bússola. Órgão das Actividades Circum-Ecolares*, Coimbra, Fevereiro de 1969, p.7

¹⁹⁶M. Manuela Gomes, 5º ano, *A Bússola. Órgão das Actividades Circum-Ecolares*, Coimbra, Maio de 1972, p. 7

encorajamento às suas colegas de Angola”¹⁹⁷ [Anexos C6 e C7] ou quando se fez uma “...campanha a favor da Hungria, realizou-se no dia 14 de Novembro de 1956, um desfile de todas as alunas no Pátio interior do Liceu, lançando as alunas os seus donativos em capas que se tinham estendido no chão”¹⁹⁸, para ser depois enviado para aquele país ocupado pela URSS; organizando peditórios, participando em actos religiosos a fim de pedir a protecção divina, ou outros, como a participação na “Marcha do Silêncio”, como protesto sentido pela perda da Índia tão traiçoeiramente atacada e arrebatada à administração portuguesa”¹⁹⁹, normalmente orientadas pelas responsáveis da Mocidade Portuguesa Feminina, e às quais aderiam com entusiasmo.

Relativamente ao sucesso académico, a situação não diferia dos outros liceus nem de outros períodos, havendo sempre boas e más alunas, mas dos testemunhos que nos foram dados e da nossa própria experiência, a exigência obrigava-nos a ser responsáveis, sob pena de «ter vários zeros na caderneta», como fazia uma célebre professora de Francês, sempre que nas chamadas orais as alunas não respondiam ou não o faziam acertadamente, ou ainda quando não eram feitos os trabalhos de casa.

Sem retirar às aulas e à relação estabelecida entre professora e alunas, a seriedade inerente ao acto de ensinar e aprender, a professora Isabel Motta lançou a ideia de festejar a centésima lição de cada disciplina, com uma aula diferente que envolvesse as alunas. Na sua disciplina, lembrou-se “...de assinalar a passagem daquela lição com uma preparação especial de textos; as alunas entenderam dever corresponder com um ramo de flores”. E a «moda pegou» de tal forma sobretudo no 1º ciclo que foi “...necessário moderar os seus ardores festivos...”, tentando “... canalizar o entusiasmo no sentido duma preparação melhor da lição para aquele dia proibindo a compra de flores;” Mesmo assim nunca faltavam flores para a professora.

Estas comemorações eram sempre aguardadas com entusiasmo, começando-se bem cedo a preparar o evento, em que muitas vezes as alunas mais tímidas se revelavam. Eram momentos inesquecíveis, apesar de não se sair da sala de aula.

¹⁹⁷ Acta da reunião do Conselho Disciplinar de 13 de Abril de 1961, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria, pp.35 e 35 verso

¹⁹⁸ Relatório da Reitora, 1956/57, AHME, pp., 80, 81

¹⁹⁹ Acta da reunião do Conselho Disciplinar de 15 de Janeiro de 1962, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria, p.40

Sobretudo na hora de partir, as alunas sabiam distinguir o bom e o mau do seu Liceu, os bons e os maus momentos ali passados, reconhecendo até naquelas professoras que mais contestavam, sentimentos e valores.

“Não, eu não sabia que iria sentir saudades. Saudades de tudo o que é o Liceu! Desde os pátios, às salas e corredores, desde as Empregadas, às Colegas e Professoras.

(...) Mas nada me impede de um dia vir matar saudades, de um dia recordar as aulas de Português do 4º ano, as de Desenho do 5º... Nada me impede de recordar Professoras que se afastaram para sempre daqui e nos deixaram saudades. Por exemplo? A Sra. D. Alice Porém. Quem a teve jamais esquecerá dos «maus» nas chamadas ou duma certa frase, dita de certa maneira que a todas fazia rir: «a menina está parva ou faz-se, hem? Como esta muitas outras. E ninguém duvida da sua bondade. As lágrimas que lhe vi nos olhos foram a melhor prova do amor que ela dedicava a este Liceu”²⁰⁰

Nesta vertente das aprendizagens, merece ainda referência, as comunicações feitas pelas alunas, nas diferentes efemérides, de pequenos trabalhos académicos de sua autoria, orientadas pelas respectivas professoras, de acordo com disciplinas, nomeadamente de História e Português, alargando os conhecimentos e cimentando os valores proclamados pelo Estado Novo. Estes, chegavam às alunas através dos programas, das actividades da Mocidade Portuguesa e de meios de propaganda directa como eram as revistas da Mocidade, que muitas alunas subscreviam, ou simplesmente compravam, de acordo com o interesse suscitado por cada número. De muitos exemplos que poderíamos dar, apresentamos, trabalhos sobre as Províncias Ultramarinas, “Uma viagem a S. Tomé”, trabalho realizado por uma aluna, relatando a sua experiência das últimas férias grandes (1955), outro sobre a “Índia”, “Timor”, ainda sobre figuras da nossa História, “O Infante D. Henrique”, “Síntese da obra de Almeida Garrett” por uma aluna do 7º ano, nas comemorações do Centenário do escritor.

²⁰⁰M. Manuela Leal, 7ºano, “Vou Partir”, A Bússola, *Órgão das Actividades Circum-Ecolares*, Coimbra, Maio, 1972

Outra actividade em que as alunas muito se empenhavam era na correspondência escolar, com outros Liceus do continente, ilhas e províncias ultramarinas e também com escolas estrangeiras, com a finalidade de desenvolver o Francês e o Inglês²⁰¹.

Os anos passados no Liceu, criaram laços para a vida que se mantinham após a saída, através da Associação das «Antigas Alunas», que todos os anos organizavam um encontro no Liceu e se associavam às efemérides e alguns deles ainda perduram.

Finalmente, uma referência gráfica, no culminar de um ciclo de formação e coincidente com o último ano da nossa análise, o Livro de Curso e o Baile das Finalistas de 1973/1974, ambos realizados em conjunto com o Liceu masculino, D. João III, facto que anunciava a passagem daqueles Liceus a Escolas mistas.



Fig. 34 - Livro de Finalistas (1974)



Fig. 35 - Baile de Finalistas (1974)

Todas estas vivências tornaram seguramente as alunas do Infanta, «Educadas e Patriotas», dotadas de um «saber fazer» e «saber ser» que as preparou para a vida.

4.4 Educar e Ensinar / Ensinar e Educar

As considerações que fizemos em relação às professoras e alunas, protagonistas do processo de ensino aprendizagem, bem como do local em que ele se efectuou, ao longo dos 25 anos que analisámos, já muito disseram, em nosso entender, relativamente à educação

²⁰¹ Vivenciámos esta experiência, ao trocar correspondência em Inglês, com um colega japonês, da ilha de Hokaido. A professora corrigia as cartas que mandávamos e este contacto permitiu-nos aprender muito sobre a Geografia e a História daquele país longínquo e aumentar o número de selos da nossa colecção.

das meninas do Infanta, em que o **Educar** era uma missão. Aqui iremos centrar a análise, no **Ensinar**.

Começamos pela constituição das turmas. No Relatório do ano lectivo de 1954/55, a Reitora deixou claramente explicado o critério habitualmente usado no seu Liceu para a formação de turmas equilibradas, facilitando assim o sucesso ao nível do aproveitamento e do comportamento.

“No critério de formação das turmas seguiu-se o critério dos anos anteriores: manter a composição das turmas nos anos que não são de início de ciclo e, no começo do primeiro e segundo ciclo, distribuir igualmente por classificações, de modo a dar a todas as turmas uma composição idêntica. Tenho para mim que juntar para campos separados as melhores e as piores é critério que dificulta, em relação às últimas, o papel das respectivas professoras, roubando às alunas médias e estímulo que provém do exemplo das mais aptas. Por outro lado, no princípio do segundo ciclo, há também em vista fundir as alunas que chegam de novo com as já existentes, de modo a uma melhor assimilação.”²⁰²

Assim formadas as turmas, era necessário concertar estratégias para tornar em sucesso o ano lectivo. Além das conversas mais ou menos informais, que se tinham nos intervalos, sobre as alunas, havia espaços e momentos institucionais para a troca de impressões e estabelecimento de directrizes de carácter pedagógico, nas reuniões mensais dos conselhos de ano ou de ciclo, presididos pela Directora de Ciclo ou pela Reitora. Em 269 actas analisadas, 62 foram presididas pela Reitora, normalmente as de 5º, 6º e 7º ano, enquanto as outras eram presididas pelas Directoras de Ciclo, nomeadas pela Reitora no início do ano.

Eram dadas informações sobre documentação do Ministério, ou de outra proveniência, como na reunião de 9 de Outubro de 1953, em que a Reitora recomendou a leitura de uns artigos de interesse pedagógico publicados em revistas chegadas ao Liceu, analisava-se o aproveitamento e comportamento das alunas, procurando compreender os insucessos, os comportamentos desviantes e a forma de os solucionar.

Sobre os trabalhos de casa, pediu a Reitora numa reunião conjunta de todos os ciclos, em 14 de Janeiro de 1952, para que cada professora se inteirasse em cada turma sobre o

²⁰² Relatório da Reitora, 1954/55, AHME, p.15

grau de dificuldade desses trabalhos, para que se fizesse uma melhor distribuição dos mesmos. Chamou ainda a atenção para que fossem corrigidos individualmente, a fim de os erros cometidos por cada uma, fossem corrigidos e as dificuldades identificadas e superadas.

Noutra reunião de 30 de Janeiro de 1953, a médica escolar, sempre presente nas reuniões, informou que havia alunas que andavam cansadas devido a não dormirem o tempo suficiente porque “estudavam pela noite dentro”, devendo falar-se com os Encarregados de Educação. Cabe portanto aqui realçar a importância de uma médica escolar, elemento imprescindível ao conhecimento físico e intelectual das alunas e reconhecida por toda a comunidade. “Também o Gabinete Médico com a sua actuação deu alguns elementos que ajudaram a compreender melhor certos casos de atraso, tendo-se algumas vezes removido causas de doença e de meio que determinavam atrasos no aproveitamento”²⁰³.

Discutiam-se também estratégias e faziam-se balanços do cumprimento dos programas. Como exemplo, na reunião de 12 de Janeiro de 1954, a professora de História queixou-se que as alunas do 7º ano “...revelam muitas dificuldades porque os programas não foram dados integralmente nos anos anteriores”. Em 8 de Novembro de 1954, a Directora do 1º Ciclo pediu às professoras que leccionavam as mesmas disciplinas, para “trabalharem em coordenação”.

Em 20 de Abril de 1955, na reunião de 7º ano, a Reitora falou da necessidade de haver **livros únicos** a Português e a História, para “...que determinem o desenvolvimento a dar a cada rubrica do programa”, corroborada pelas professoras de Português e História, Virgínia Gersão e Edite Tadeu, respectivamente. Falou-se ainda da “...recente alteração dos programas” e se deveriam ou não ser dados assuntos que haviam sido retirados, prevalecendo o não. Em 22 de Janeiro de 1957, uma professora de Português do 5º ano, queixou-se da dificuldade de ensinar esta disciplina devido à extensão dos programas e à falta de estudo das alunas. Na reunião de 7º ano em 18 de Fevereiro de 1960, queixaram-se várias professoras da insuficiência intelectual de algumas alunas, tendo a Reitora aproveitado a reunião de 18 de Abril, do 6º ano e aproveitando a presença de algumas professoras que se haviam queixado, para pedir contenção e discrição, relativamente aos assuntos tratados nos Conselhos.

Porque o acto de **Ensinar** também acontecia fora da sala de aula, organizavam-se todos os anos várias visitas de estudo para os diferentes anos e disciplinas e uma excursão

²⁰³ Relatório da Reitora, 1949/50, p.44

anual para o 5º ano e para o 7º ano, ocupando mais do que um dia. Visitas de estudo a Museus, Monumentos e Fábricas de Coimbra e arredores, como por exemplo, Museu Machado de Castro, Museu de História Natural, Sé Velha, Mosteiro de Santa Cruz, Mosteiro de Santa Clara, Portugal dos Pequeninos, Fábrica da Cerveja, Conímbriga, Instituto Geofísico. Normalmente estas visitas aconteciam no decorrer da leccionação dos conteúdos, como motivação ou como sistematização dos conhecimentos. Quanto às excursões a locais mais distantes, aos objectivos de carácter informativo, juntavam-se mais os de carácter formativo. Repetiam-se muitas vezes os itinerários: Tomar, Batalha. Alcobaça, Nazaré; vários locais do Alentejo; Alentejo e Algarve; zona de Lisboa; zona do Porto e Minho e também algumas zonas de Espanha, sempre participadas e subsidiadas pela Mocidade Portuguesa Feminina.



Fig. 36 - Sta. Luzia, Viana do Castelo. Excursão do 5ºano (1972)

Esta excursão à Galiza foi umas das várias que ali se fizeram, incentivadas pelo facto do Liceu Infanta D. Maria ter estabelecido um intercâmbio cultural com o Instituto Rosália de Castro de Santiago de Compostela. O apoio logístico que cada uma das instituições dava e a partilha de experiências, entre as alunas e as professoras das duas nacionalidades,

contribuíam não só para o sucesso das excursões, como também para o enriquecimento cultural e pessoal de todas as intervenientes.

Educar era o primeiro objectivo da Mocidade Portuguesa Feminina, e Dionysia Camões, Reitora e Delegada, sabia bem o significado de **Educar e Ensinar**, e de várias formas o transmitia às suas alunas.

“ É útil que tireis um curso, que obtenhais boas notas e que sejais, porventura umas sábiazinhas [sic.] ... mas se não souberdes tomar conta duma casa, destinar e arranjar uma refeição, fazer, ou pelo menos consertar a vossa roupa, sereis umas tristes! E não penseis que é sempre tempo de aprender, pois o serviço doméstico requiere [sic.] um longo estágio e só uma prática aturada revelará a dona de casa perfeita, aquela que na variedade das circunstâncias saberá a propósito dominar o seu mundo”²⁰⁴

Ensinar passou a ser o primeiro objectivo do Liceu, sobretudo a partir das grandes alterações dos anos sessenta e que se repercutiram nas reformas do ensino. Professores e alunos sentiam cada vez mais a necessidade de maior aprofundamento de alguns conteúdos necessários para o prosseguimento dos estudos superiores ou de preparação para a vida activa, em detrimento de outros secundários.

“Sentimos a necessidade de uma cultura mais actual e com maior sentido prático. As equipas culturais que se estão a formar no nosso Liceu (Matemática Moderna, Matemática Clássica, Biologia...) provam esse interesse por um estudo de investigação, um estudo para se ficar a saber e não para passar no exame.

As matérias estudadas actualmente são demasiado densas, pouco livres. Pensamos que é muito mais eficaz e interessante não aprender coisas que em grande parte depressa serão esquecidas, mas sim aprender a investigar, a conhecer, a descobrir”²⁰⁵

E assim, **Ensinar e Educar**, tornou-se o lema.

²⁰⁴ Dionysia Camões, Carta às alunas, 1947, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria

²⁰⁵ Isabel Revez, Teresa Castanheira, Paula Leitão, “Liceu Comunidade”, A Bússola, 1969, pp.1,2

CAPÍTULO 5 – A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA NO LICEU



Fig. 37 - Estandarte da Mocidade Portuguesa Feminina do Liceu Nacional Infanta D. Maria

No dia 7 de Março de 1939, a Comissária Nacional, Maria Guardiola, comunicou a Dionysia Camões, na sua qualidade de Delegada Regional de Coimbra e simultaneamente Reitora do Liceu Nacional Infanta D. Maria, a criação do Centro nº 1 da Delegacia Provincial da Beira Litoral da Mocidade Portuguesa Feminina, no seu Liceu, facto que coincidiu com o último ano de funcionamento na Quinta da Rainha, onde continuaram as actividades da Mocidade, apesar da mudança do Liceu para o edifício de S. Bento.

Daqueles primeiros anos da Mocidade ficaram registos de grande entusiasmo e brilhantismo, das festas que eram organizadas nas efemérides de índole religiosa e patriótica, como saraus, representações teatrais, romagens a locais de culto.



Fig. 38 - Representação teatral nos anos 40, na Quinta da Rainha (quadro do Portugal aristocrático)



Fig. 39 - Representação teatral nos anos 40, na Quinta da Rainha (quadro do Portugal rural)

Tutelada pelo Ministério da Educação Nacional e criada para educar a mulher portuguesa, como “Boa Esposa, Boa Dona de Casa e Boa Mãe”²⁰⁶, valores decorrentes da trilogia Deus, Pátria e Família, a integração das suas actividades nos currículos dos Liceus, em 1947, por Pires de Lima, era garantia certa de sucesso. Ali estavam as meninas, futuras mulheres de Portugal, as professoras que facilmente eram envolvidas naquele projecto, as instalações e os meios.

²⁰⁶ Marques, Isabel Pestana, *O Estado Novo e a Trilogia Feminina. Boa Esposa, Boa Dona de Casa, Boa Mãe!* Lisboa, trabalho realizado no âmbito do Mestrado de História Contemporânea (séc. XX) na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNL, 1991 (policopiado)

Com a instalação do Liceu no Calhabé, melhoraram as condições para a continuação de um ensino e educação de qualidade, já reconhecido pela sociedade coimbrã, como prova a notícia do Diário de Coimbra do dia da inauguração, “... o edifício do Liceu, pelas suas magníficas instalações e pelo seu imponente aspecto exterior, não só honra Coimbra como também o país”²⁰⁷ e reconhecido também pelo ministério, nas palavras de José Hermano Saraiva, “muito obrigado por uma obra de meio século a bem da educação, da cultura e do futuro do país”²⁰⁸.

Havia ainda outra razão de maior peso e que ao longo da Primeira Parte do nosso trabalho tentámos evidenciar, como a estrutura curricular do Ensino Liceal com algumas adaptações nos liceus femininos, os programas de algumas disciplinas, sobretudo de Português e História, as metodologias e as actividades que se realizavam ao longo do ano, apontavam na mesma direcção.

Desde 1937 e até 1974 a Mocidade Portuguesa Feminina, no Liceu Infanta D. Maria, foi sofrendo as adaptações a que obrigavam as directrizes emanadas pelo Comissariado, de acordo com o Ministério da Educação Nacional. Da obrigatoriedade inicial, à inscrição voluntária a partir do 4º ano e à integração das Actividades Circum – Escolares no plano de actividades dos Liceus, o número de filiadas foi sempre considerável, como atrás constatámos.

Se no capítulo anterior analisámos os aspectos físicos e humanos do Liceu, iremos agora lançar um olhar atento à dinâmica da Organização e à sua vertente essencialmente formativa, educativa durante aquele período.

5.1 As dirigentes e as instrutoras

Nas professoras do Quadro do Liceu ou nas professoras de Serviço Eventual, eram encontradas as dirigentes do Centro, sendo a escolha feita a partir da sua comprovada

²⁰⁷ Diário de Coimbra, 1 de Outubro de 1948

²⁰⁸ Discurso de José Hermano Saraiva na cerimónia de comemoração do Cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria, *Revista Labor*, n.º 275 (*Separata*), 1969, p.27

formação moral e cívica e indicadas pela Reitora à Delegada Regional da Mocidade Portuguesa Feminina e por esta à Comissária Nacional, tal como acontecia em todo o país.

Neste Liceu, onde foi criado o Centro nº 1 da Delegacia de Coimbra da Mocidade Portuguesa Feminina, por determinação do Comissariado Nacional, tornou-se fácil essa tarefa pois a Reitora era, desde 5 de Fevereiro de 1938, simultaneamente, a Delegada Provincial e a Delegada Distrital da Organização. Também a sede daquela delegacia estava instalada no edifício do Liceu, onde se manteve até Dezembro de 1965²⁰⁹, tendo a partir dessa data, passado para um andar alugado no Largo da Portagem, nº27, 4º A, quase em frente à residência de Dionysia Camões.

As Directoras e Adjuntas que deram corpo ao Centro, ao longo do tempo em estudo e que apresentamos em quadro, eram senhoras cultas, educadas, professoras de algumas das filiadas, conhecedoras das metodologias de ensino, patriotas simpatizantes da ideologia reinante, ou pelo menos, obedientes às declarações lavradas no Auto de Posse, “Depois da referida professora ter declarado, solenemente, pela sua honra, que cumpriria com lealdade a Constituição da República e as suas leis e desempenharia fielmente as funções que lhe são confiadas, a Reitora deu-lhe posse do referido lugar, (...)”²¹⁰, ajudaram a formar, ao gosto do regime, um número considerável de jovens que se têm evidenciado na vida da cidade de Coimbra e do país.

Helena Paulo Vital, professora agregada do 7º grupo, do Infanta, primeira directora do Centro nº1, ali esteve quase ininterruptamente até 1957, coadjuvada pelas adjuntas Sara Figueiral, Hilda Figueiredo e Isabel Mota, que após aquela data continuaram como adjuntas de outras directoras. Estas professoras, bem como outras que colaboraram no Centro do Infanta, em vários momentos elogiadas por Dionysia Camões, na sua função de Reitora, marcaram pelo seu dinamismo, seriedade e dedicação à causa, aquele centro e as suas filiadas.

“Hilda Figueiredo, fundadora da Cantina, que iniciou com uma dúzia de chávenas e uma chaleira e que levou ao desenvolvimento pleno de fornecimento de refeições, muito antes da iniciativa da M.P.F.

²⁰⁹ ANTT, Arquivo MP/MPF, Caixa 171, Pasta nº1, Ofício nº712 de 31 de Dezembro

²¹⁰ Auto de Posse da Dra. Dionísia Camões, como Secretária do Liceu Infanta D. Maria, *Livro de Autos de Posse*, Arquivo do Liceu Nacional Infanta D. Maria, p.6.

Sara Figueiral, criando os serviços da Caixa Escolar, que lhe absorviam os seus tempos livres numa dedicação total para além da sua aposentação”²¹¹

“ Louvemos os esforços dispendidos e a boa-vontade das Senhoras que tão dedicadamente trabalharam no Centro: Helena Vital, Hilda Figueiredo, Sara Figueiral, Isabel Mota e ainda Maria Joana Rosendo Dias. “²¹²

Outras professoras, adjuntas da direcção, foram reconhecidas pela delegacia e pelo Comissariado, pelas suas qualidades demonstradas nos trabalhos do Centro, sendo premiadas com nomeações de maior vulto, como é o caso de Ana Maria de Atayde de Sousa Dias Brito, professora de Canto Coral que foi requisitada para o Comissariado no ano lectivo de 1968/1969 e no ano lectivo anterior, a nomeação de Manuela Cura Mariano para Adjunta da Delegacia de Coimbra onde se ocupou das residências Universitárias.²¹³

“Foi esta delegacia muito beneficiada com a nomeação de uma adjunta, com a rara felicidade de ter sido escolhida a Professora Dra. D. Maria Manuela Cura Mariano, que já tinha afirmado a sua eficiente colaboração como Directora da Cantina do Liceu Infanta D. Maria, e procurou dar com toda a boa vontade, uma prestimosa ajuda, incumbindo-se particularmente das CASAS para UNIVERSITÁRIAS”²¹⁴

Julgamos da maior justiça mencionar também a Professora de Moral, Maria Henriqueta Cid, outra grande educadora, sempre presente nas actividades do Centro e nome incontornável do Infanta, que no ano lectivo de 1952/1953, substituiu provisoriamente a directora do Centro, Helena Vital, colocada nesse ano em Aveiro. A Dra. Dionysia Camões de Mendonça, no seu relatório de Reitora louvou “...a boa vontade e zelo com que a referida Professora tomou sobre os seus ombros [sic.] a direcção do Centro, de modo a ter-se ressentido o menos possível da ausência da sua Directora (...)”²¹⁵.

²¹¹ Discurso do Cinquentenário do Liceu, *Revista Labor*, n.º 275 (*Separata*), 1969, p. 15

²¹² Relatório da Reitora, 1949/1950, p.112

²¹³ A Dra. Manuela Cura Mariano, numa conversa telefónica que nos concedeu em 24 de Fevereiro de 2010, confidenciou que sempre colaborou com dedicação com a Mocidade Portuguesa Feminina e que foi ela que, após 25 de Abril de 1974, entregou em mãos, as chaves das Residências Universitárias, aos representantes do Conselho da Revolução.

²¹⁴ Relatório da Delegada Regional de Coimbra em 1967-1968. ANTT

²¹⁵ Relatório da Reitora, 1952/1953, AHME, p.103

Foi com o mesmo zelo e dedicação que Henriqueta Cid orientou muitas jovens alunas de Moral e filiadas da Mocidade, nas dúvidas e ansiedades próprias da juventude, na preparação para a Comunhão Solene, festas e homenagens e ainda na preparação das Comemorações do Cinquentenário do Liceu em 1968, que a Reitora registou assim no Relatório daquele ano: “... seria injusto não deixar aqui uma palavra de agradecimento (...) à professora de Moral Maria Henriqueta Cid que orientou os números de carácter religioso, com o entusiasmo e dedicação que sempre põe na colaboração prestimosa que dá à reitoria.”²¹⁶

Reduzir as dirigentes a estes sete nomes, era grande injustiça para todas quantas deram continuidade ao trabalho das primeiras ou que simplesmente a seu lado trabalharam com o mesmo sentir e por isso as mencionamos no quadro que se segue.

Quadro 16 - Liceu nacional Infanta D. Maria Centro nº1 da Delegacia provincial da beira Litoral			
ANO LECTIVO	DIRECTORA DO CENTRO	ADJUNTAS	EMPREGADA
1948/1949	Helena Vital	Sara Figueiral Hilda Figueiredo Isabel Mota	Marília Carvalho
1949/1950	Helena Vital	Sara Figueiral Hilda Figueiredo Isabel Mota	
1950/1951	Helena Vital	Sara Figueiral Hilda Figueiredo Isabel Mota	
1951/1952	Helena Vital	Sara Figueiral Hilda Figueiredo Isabel Mota	
1952/1953	M. Henriqueta Cid (substituta)	Sara Figueiral Hilda Figueiredo Isabel Mota	
1953/1954	Helena Vital	Sara Figueiral Hilda Figueiredo Isabel Mota Aurelina Martins	
1954/1955	Helena Vital	Sara Figueiral Isabel Mota Aurelina Martins	
1955/1956	Helena Vital	Sara Figueiral Isabel Mota Aurelina Martins	
1956/1957	Helena Vital	Sara Figueiral Isabel Mota Aurelina Martins	
1957/1958	M. Céu Valente	Sara Figueiral Isabel Mota Aurelina Martins	

²¹⁶Relatório da Reitora, 1967/1968, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria, pp.129,130

1958/1959	M. Alice Quintela	Sara Figueiral Isabel Mota Aurelina Martins	M. Isabel Ribeiro
1959/1960	M. Alice Quintela	Aurelina Martins	M. Isabel Ribeiro
1960/1961	M. Alice Quintela	Aurelina Martins Sara Figueiredo Figueiral	M. Isabel Ribeiro
1961/1962	M. Henriqueta Cid (Directora Adjunta)	Aurelina Martins Sara Figueiredo Figueiral M. Júlia Antunes	M. Isabel Ribeiro
1962/1963	M. d' Assunção S. Pereira	Aurelina Martins Sara Figueiredo Figueiral M. Júlia Antunes	Manuela F. Cabral
1963/1964	M. d' Assunção S. Pereira	M. Manuela Cura Mariano M. Fernanda Lopes	Manuela F. Cabral (até Maio) Fernanda Salazar (a partir de 13 de Maio de 1964)
1964/1965	M. d' Assunção S. Pereira	M. Henriqueta Cid M. José Namorado	Fernanda Salazar
1965/1966	M. d' Assunção S. Pereira	M. Henriqueta Cid	Fernanda Salazar
1966/1967	M. d' Assunção S. Pereira	M. Henriqueta Cid M. Manuela Cura Mariano M. Fernanda Lopes	Fernanda Salazar
1967/1968	Amélia da Cunha Rosa Matos (Reitora)	M. d' Assunção S. Pereira	Fernanda Salazar
1968/1969	Amélia da Cunha Rosa Matos (Reitora)	M. d' Assunção S. Pereira Julieta Góis	Fernanda Salazar
1969/1970	Amélia da Cunha Rosa Matos (Reitora)	M. d' Assunção S. Pereira M. Laura T. Ramos	M. Helena Simões dos Santos
1970/1971	Amélia da Cunha Rosa Matos (Reitora)	M. Manuela Cura Mariano	
1971/1972	Amélia da Cunha Rosa Matos (Reitora)	M. Manuela Cura Mariano	
1972/1973	M. Alice Gouveia		
1973/1974	M. Alice Gouveia		

Após a reforma a que foi sujeita a Mocidade Portuguesa Feminina em 1966, passaram a ser as reitoras, as dirigentes das Actividades Circum Escolares da Mocidade Portuguesa Feminina e Directoras dos Centros, como aconteceu com as Reitoras Amélia Rosa e Alice Gouveia.

Como competências da Directora, cabia dirigir superiormente o Centro, organizar as actividades, manter a ligação com a Delegacia, presidir aos actos públicos organizados pelo Centro, ser sua representante noutras efemérides e apresentar anualmente um relatório ao Liceu e à Delegacia. Alguns destes relatórios, ao denunciarem dificuldades, abriram caminho à reflexão, contribuindo para reajustamentos ou modificações que foram oficializados por decretos ministeriais, como se comprova com os relatórios de 1949/1950 e de 1950/1951, que contribuíram inequivocamente, para uma maior eficácia do ensino e da formação das jovens estudantes.

“Certas actividades não deviam figurar como tais por fazerem parte do plano dos Liceus, tornando-se assim uma sobreposição. Estão nestes casos a Educação Física, o Canto Coral e certos aspectos da Economia Doméstica que se encontram integrados nas aulas liceais.

Dado mesmo que estas disciplinas estão sob a orientação do Comissariado da M.P.F., parece, salvo o devido respeito, que por elas se conseguiriam o que de fundamental se pretende inculcar à Mocidade (...).

Em face do desejo de cumprir, a Directora organizou o plano das actividades, lutando para a sua execução. (...) Mas tivemos de reconhecer, (...), que a eficácia foi pequena”²¹⁷.

No relatório do ano seguinte, a Reitora, usando quase as mesmas palavras, voltou a lamentar a situação.

“O plano de actividades da M.P.F. paralelo ao das disciplinas liceais, não tem conseguido articular-se nele com eficiência. (...) para um mesmo assunto surgem dois horários, pois programas, geralmente duas Professoras, dois livros de Ponto e duas ordens de material (para Educação Física por exemplo e para Economia Doméstica); duas entidades superiormente responsáveis: Reitoras e Directoras de Centro e isto movendo-se no mesmo recinto, o Liceu”

(...) Na orgânica actual torna-se por vezes difícil distinguir se estamos em face duma actividade liceal ou da M.P.F. (...) Já tive ensejo de expor superiormente este assunto, mas a resposta não veio em termos concludentes”²¹⁸.

A resposta àquela preocupação veio no ano seguinte, presentindo-se agrado em todos os intervenientes, como atesta o relatório.

“... a organização de actividades facultativas deu um novo interesse à M.P.F. do Centro e de há muitos anos para cá não havia da parte das filiadas tanta assiduidade e boa vontade para todos os trabalhos da M.P.F..Verificou-se assim praticamente que a M.P.F. despertará muito mais entusiasmo, na medida em que as suas actividades deixarem de ser uma duplicação e passarem a corresponder mais e melhor aos interesses das filiadas. Verificou-se ainda que é sempre muito mais bem acolhido, (...),

²¹⁷ Relatório da Reitora, 1949/1950, AHME, pp. 111, 112

²¹⁸ Relatório da Reitora, 1950/1951, AHME, pp. 109,110

todo o trabalho ou actividade livremente escolhida e não imposta. Temos de contar com as realidades em toda a obra da educação ... e a realidade é muitas vezes diversa do ideal”.²¹⁹

Apesar de alguma flexibilidade consentida na organização do horário de funcionamento das actividades, naquele ano integradas no horário escolar, só em 1956, após o II Congresso da Mocidade Portuguesa, foi finalmente decretado que as actividades da Mocidade Portuguesa Feminina, seriam voluntárias a partir do 4º ano, como aliás referimos na Primeira Parte do nosso trabalho. Também foi delimitado o programa de Canto Coral, que passou a preparar os grupos corais, Educação Física dedicada somente aos desportos e Formação Moral e Social, que deixando de abordar os conteúdos de Religião, completava o programa da disciplina de Religião e Moral. Estas mudanças, que agradaram sobretudo às filiadas, motivaram muitas a continuar de forma voluntária, desafiadas pelas iniciativas do Centro e pelas suas dirigentes.

“ As boas recordações, (...), têm a ver com o interesse de algumas dessas actividades, como a culinária, a puericultura, não tanto pelo conteúdo em si, mas sobretudo pelo que proporcionavam de convívio, partilha, divertimento, com as outras colegas, num ambiente mais livre, mais solto, muito menos rígido do que o das aulas.”²²⁰

Coadjuvavam a Directora, normalmente três professoras, adjuntas da Direcção, que tinham a seu cargo tarefas imprescindíveis ao sucesso das actividades do Centro, como o funcionamento da Cantina, da Tesouraria e da Caixa Escolar, departamentos onde se gerava algum do dinheiro com que se administrava o Centro. Só com um profundo sentido do cumprimento do dever e dedicação destas senhoras ao trabalho, foi possível ajudar filiadas carenciadas e realizar actividades que ficaram registadas em películas fotográficas, em registos escritos e na memória de gerações de jovens.

²¹⁹ Relatório da Reitora, 1951/1952, AHME, pp. 88, 89

²²⁰ Maria Teresa Gouveia, aluna do Liceu desde 1955 até 1962



Fig. 40 - Dra. Virgínia Gersão e algumas das protagonistas da peça de sua autoria, "Anjos de Portugal" (10 de Maio de 1952), O Anjo de Portugal à esquerda e a Pátria à Direita

Tal como noutros centros e apesar do rigor e algum fervor nacionalista sempre presente, como, a título de exemplo, as “Comemorações das Bodas de Prata da entrada de Salazar para o Governo”²²¹ com alocações feitas para cada ano, por professoras do Centro ou com ele colaborando, a Mocidade foi ali quase sempre uma Organização aprazível e formadora, complementando de forma mais livre e informal a acção do Liceu. “Tanto de uma como de outra, retirei sempre alguma coisa, para a minha formação futura; do Teatro perdi a vergonha de falar em público e de demonstrar conhecimentos (...)”. Foi este o testemunho que nos foi dado pela Filomena César, aluna do Liceu entre 1965 e 1972, por nós questionada sobre a importância das aprendizagens realizadas nas actividades circum-escolares.

A análise crítica de algumas alunas de há cinquenta anos, são as queixas de então, relativas ao exagerado formalismo de algumas dirigentes e de outras responsáveis superiores, apesar do reconhecimento do valor da educação ali recebida. “(...) com todos os condicionalismos de um Liceu Feminino, rigidamente dirigido por alguém muito ligado ao regime então vigente (de outro modo não seria diferente de um Liceu como este!), foi para mim uma excelente escola, o Liceu Infanta D. Maria”.²²² [Anexo C8].

Criticas de exagerado rigor, sobreposição de actividades e de falta de liberdade chegaram de vários centros ao Comissariado motivando reajustamentos e remodelações ao

²²¹Relatório da Reitora, 1952/1953, AHME, p.85

²²²Entrevista concedida por Maria Teresa de Almeida Gouveia, aluna do Liceu entre 1955 e 1962 e posteriormente ali professora.

longo da vida da Mocidade. Em 1957, “O MEN não deixou de formular críticas veladas às chefias da MPF, por, «com o seu ar grave, frio, os seus rigores, os seus escrúpulos, nem sempre encontraram nas raparigas compreensão e simpatia», propondo a «renovação do pessoal dirigente»”.²²³

De ar grave e frio era também uma certa empregada da Mocidade, lembrada por algumas alunas e professoras do Infanta como guarda, sempre em alerta.

Se uma direcção dedicada e uma eficiente gestão dos recursos humanos e financeiros foram importantes, as Instrutoras constituíram o corpo das grandes obreiras da formação das filiadas, sem as quais este e todos os centros da Mocidade Portuguesa Feminina deixariam de fazer sentido. Para uma instrução eficaz e coerente com as directrizes do Comissariado, organizavam-se com alguma regularidade Cursos para Instrutoras, como atesta, a título de exemplo, o Ofício 812 de 17 de Outubro de 1970, enviado pela Delegacia para o Comissariado, com a inscrição da Professora M^a Henriqueta Cid para um Curso de Preparação de Animadoras.

Relativamente a este Centro, quase todas professoras do Liceu garantiam com grande dedicação o funcionamento das actividades da Mocidade que, depois de passarem a actividades circum-escolares, integradas no Currículo, houve necessidade de recorrer mais, não só às alunas universitárias graduadas, como ao recrutamento de Senhoras formadoras, fora do Liceu, dado que as docentes eram insuficientes para as necessidades do Centro. Lembremos que a partir do Decreto-Lei 47 311 de 12 de Novembro de 1966, os Centros da MPF, passaram a ser Centros de Actividades Circum – Escolares “...e desde então não mais as alunas pagaram as quotas para a MPF. O quantitativo de 65\$00 que as alunas entregavam na Secretaria, revertia para as actividades circum-escolares”.²²⁴

Do quadro do Liceu, destacamos as instrutoras, Judite Carvalho, Professora de Educação Física e responsável durante vários anos, pela preparação física das jovens filiadas que representaram o Infanta D. Maria, nos Jogos e noutras provas desportivas e a médica do Liceu, Maria Luísa Paiva de Carvalho, que igualmente ali acompanhou a Actividade da Mocidade Portuguesa Feminina, não só no ensino de temáticas ligadas à saúde, como também nos cuidados preventivos e terapêuticos das filiadas.

²²³Irene Flunser Pimentel, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007, p.34

²²⁴ANTT. Arquivo MP/MPF. Circular recebida na Delegacia de Coimbra. Pasta 1, NT 177.

Muitas outras senhoras, que mencionamos no quadro, revelam a dimensão da estrutura humana, deste Centro bem como os anos de colaboração de cada uma.

Quadro 17 - Instrutoras (1948/1969) ²²⁵		
ACTIVIDADE	INSTRUTORAS	ANOS DE COLABORAÇÃO
Formação Moral Form. Nacionalista	Prof. Henriqueta Cid	1948/49, 1951/52 a 1966/67
	Alice C. Moreira da Silva	1948/49/50/51
	M. Isabel Aguiar	1948/49
	M. Isabel Nogueira	1948/49
	Prof. Noémia Almeida	1948/49
	M. Amélia Ramalho	1948/49
	M. Júlia Barroco	1949/50
	Delfina Augusta	1950/50
	M. Eugénia Pedro Ferreira	1950/51/52/53/54
	M. Alice Faria	1951/52
	M. Teresa Forjaz	1951/52/53
	Helena Paulo Vital	1951/52
	Cármen Maia	1952/53
	M. Conceição Rodrigues	1952/53/54
	M. José Pontes	1952/53, 1954/55
	Ana Santos Almeida	1953/54
	M. Eugénia Néry Teixeira	1953/54
	Elvira Camões de Mendonça	1954/55
	M. Helena Delgado Domingues	1954/55, 1956/57, 1963/64
	M. Carolina Santiago	1954/55
	M. Isabel Gouveia	1954/55
	M. Fernanda Claro	1954/55
	M. do Carmo Gaspar	1954/55
	M. Manuela Ferreira	1955/56/57/58
	Ana Roque	1955/56
	Lívia Rocha	1955/56
	M. Margarida Ruas	1955/56
	M. do Livramento	1955/56/57
	Helena Bruno da Costa	1956/57
	M. Manuela Formigal	1956/57
	M. Amélia Batalhão	1956/57/58
	Rogéria Resende	1957/58
	M. Teresa Pinho	1958/59
	M. Amália Furtado	1958/59
	Palmira Marques	1958/59
	M. de Lourdes Rocha	1958/59
	Luísa M. Barata de Tovar	1958/59, 1966/67
	Teresa Alice de Moura	1958/59
	M. José Tavares	1958-1960
	M. Luísa Silva Ferreira	1959/60
M. Adriana Caldas Almeida	1959/60	
M. Manuela Silva Claro	1959/60, 1961/62	
Lúcia Magno	1960/61	
Clara Botelho	1960/61	
Zulmira Alves	1961/62	
M. Júlia Coelho	1961/62	
Júlia Antunes	1964/65	

²²⁵ Quadro elaborado por nós, a partir da análise dos Relatórios das Reitora até 1969 do AHME e da Escola Secundária Infanta D. Maria.

	Josefa Violante M. Emília Raposo M. de Fátima Valentim Leitão Rosalina Rosa G. Filipe M. Conceição Macedo	1966/67 1966/67 1967/68 1967/68 1969/70
Educação Física Jogos	Prof. M. Joana Rosendo Dias M. Encarnação Alcântara Elvira M. Camões de Mendonça M. Teresa Forjaz M. Júlia Amaral M. Natália Matos M. Judite Carvalho Manuela Teixeira M. Helena Domingues M. Isabel Gouveia M. Encarnação Vicente M. Júlia Múrias M. Umbelina Rocha Isabel M. Sampaio Cabral M. Luísa da Costa Novais M. Teresa Sampaio Celeste Miranda Cristina Conceição Ramalho Adelaide Rebelo Albertina Pimentel Ana Maria Pestana Graciete Quintas Isabel Dias M. Cristina Rocha M. Farinha Natália Pinto	1948/49/50/51 1949/50, 1953/54/55 1951/52/53/54/55 1950/51/52/53 1951/52/53 1951/52 1951/52/53/54/55, 1956/57/58/59, 1962/63, 1964/65 1951/52/53 1953/54 1954/55 1955/56, 1963/1964/65, 1966/67 1956/57 1958/59 1959/60/61 1959/60/61, 1963/64 1961/62 1962/63/64/65/66/67 1962/63 1962/63/64/65 1962/63 1964/65 1965/66/67 1966/67 1968/69 1968/69 1968/69 1968/69
Orfeão Educação Musical	Prof. M. Carmo Gaspar M. de Lourdes Teixeira Ivonete Ferreira Isabel Maria Nunes	1948/49/50/51/52/53/54/55/56/57 1952/53 1953/54/55/56/57 1967/58
Arte de Dizer	M. Lídia Donas – Botto Prof. Virgínia Nunes M. de Lourdes Teixeira M. Odete Ramos M. Luísa Cura Mariano	1948/49/50 1949/50 1950/50 1951/52 1969/60
Higiene	Dra. M. Luísa Paiva	1948/49/50/51/52
Econ. Doméstica	Prof. M. Olinda Marçal Ana Goulão M. Helena Guerra Delfina Augusta Emmanuela Carvalhal M. Fernanda Claro M. José Cabral Isabel Maria Gomes	1948 1948/49/50/51 1949/50 e 1968/69 1950/51 1951/52 1952/53/54 1967/68/69 1967/68
Enfermagem	Dra. M Lourdes Madeira Dra. M. Luísa Paiva Eunice de Sousa e Silva M. de Lourdes da Rocha M. do Livramento Bicudo M. Odília Bastos M. Ambrosina Santos M. Leonor Barata	1848/49 1949/50/51 1951/52 1953/54 1955/56 1956/57 1957/58 1958/ 59

	M. da Conceição Lima Dorvalina Tomé Zulmira Alves Berta Gomes Gabriela Penha M. da Graça Clímaco M. Amélia Freitas	1959/60 1960/61 1961/62/63 1963/64 1964/65/66/67 1967/68/69 1969/70
Puericultura	Dra. M. Lourdes Madeira Dra M. Luísa Paiva M. Do Livramento M. Ambrosina Santos M. Manuela Pinto M. Leonor Barata M. da Conceição Lima Gabriela Penha M. Helena Goulão	1948/49 1952/53/54//55/56, 1967/67 1956/57 1957/58 1957/58 1958/59 1959/60 1965/66 1969/70
Culinária	M. José Forjas M. Dos Anjos Cid M. Joana Raposo Emmanuela Carvalhal	1948/49 1948/49, 1952/53 a 1964/65, 1966/67/68/69 1949/50 1949/50/51/52
Lavores Corte e Costura Artes Plásticas Indústrias Caseiras	M. Júlia Antunes M. Fernanda Claro M. Manuela S. Claro M. Júlia Coelho M. Fernanda Mamede Teresa Alves Vieira M. Manuel P. Rodrigues M. José Cabral Ana M. Farraia Olinda Corregedor da Fonseca	1951/52 1952/53, 1957/58/59 De 1959/60 a 1968/69 1961/62 1963/64, 1968/69 1964/65 1967/68/69 1967/68 1969/70 1969/70
Arte Cénica	Prof. Virgínia Gersão M. Amélia Vieira Coroa Isabel Aragão	1951/52 1952/53/54/55 1957/58
Danças	M. Isabel Gouveia M.da Graça Veloso M. Teresa Newton M. Hermínia Dias Araújo M. Teresa Costa M. Teresa Sampaio Teresa Ortigão M. Graciete Quintas Isabel Dias	1954/55 1956/57 1958/59 1959/60 1960/61 1961/62 1963/64 1964/65 1968/69
Jardinagem	M. Encarnação Alcântara	1954/55
Clube de estudos sobre leituras Clube do Livro	M. Emília Lobo Alves Isabel Alarcão M. Deolinda Faria M. da Conceição M. Sarmento	1962/63 1964/65 1968/69 1968/69
Clube de estudos sobre problemas actuais	M. Helena Amorim Isabel Alegre	1962/63 1962/63
Intr. Hist. da Música	Teresa Moreira	1962/63
Clube do Disco	Teresa Mendes	1962/63
Campismo	M. Encarnação Vicente	1965/66/67

Um número considerável de Instrutoras eram antigas alunas do Liceu, que após a entrada na Universidade, continuavam a colaborar com o seu antigo Centro, transmitindo os seus saberes e valores também ali adquiridos. Outras eram contratadas fora da Escola, depois de serem verificadas as suas competências e a sua idoneidade moral e cívica e, após a frequência de cursos de preparação, tornavam-se instrutoras.

Enquanto a maioria das instrutoras passaram pelo Centro nº1, numa colaboração fugaz, outras houve e quase sempre professoras do Liceu, que se tornaram uma referência de determinadas Actividades Circum-Ecolares, mesmo quando algumas passaram a regime de voluntariado e outras integradas no currículo liceal. Destaquemos os nomes, M^a do Carmo Gaspar, M^a. Dos Anjos Cid, Manuela Claro e Celeste Miranda, bem como aquelas a quem já nos referimos.

Estas senhoras, delegadas e instrutoras, foram as grandes obreiras da formação de **boas donas de casa, boas mulheres e boas mães**, ajudando assim a que se cumprissem os desígnios do Estado Novo.

5.2 As filiadas

A partir do II Congresso da Mocidade Portuguesa, realizado em 25 de Abril de 1956, com entrada em vigor no ano lectivo seguinte, obrigatoriamente filiadas, eram todas as meninas matriculadas no Liceu até ao 3º ano, inclusive, porque na opinião de Maria Guardiola "...era de evitar que as raparigas, passassem a voluntárias, precisamente no período de «crise» da primeira adolescência”.²²⁶

Naquele Congresso, a questão da duplicação das actividades da Mocidade e do currículo liceal, contestada por várias dirigentes, também foi debatida, tendo a Comissária defendido que não havia duplicação mas sim o preenchimento de um vazio, “ministrando às alunas uma educação especificamente feminina, cívica, física e social que não era transmitida pelas escolas e liceus, onde o ensino era «sexualmente» neutro.”²²⁷

No Centro nº 1 do liceu Infanta D. Maria, o número de filiadas, manteve-se ao longo dos anos sem grandes oscilações, comparativamente ao número de alunas matriculadas

²²⁶Irene Flunser Pimentel, *História das Organizações Femininas do Estado Novo*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, p.228

²²⁷Irene Flunser Pimentel, *Ibidem*, p.229

Quadro 18 - Liceu Nacional Infanta D. Maria Centro nº 1 da Delegacia provincial da Beira Litoral					
	ALUNAS MATRICULADAS	FILIADAS	INFANTAS 1º Ciclo	VANGUARDISTAS 2º Ciclo	LUSAS 3º Ciclo
1948/1949	583	451	230	130	91
1949/1950	534	490	222	206	62
1950/1951	571	523	263	144	116
1951/1952*	607	452	279	127	146
1952/1953	650	650**	285	264	101
1953/1954	722	?	?	?	?
1954/1955	765	?	162	?	?
1955/1956	833	?	?	?	?
1956/1957	912	882	495	315	72
1957/1958	1049	1003	548	316	139
1958/1959	1163	989	662	252	75
1959/1960	1249	1190***	502	486	94
1960/1961	1413	880****	556	243	81
1961/1962	1519	1303****	631	486	186
1962/1963	1604	830****	?	?	?
1963/1964	1722	715	565	70	80
1964/1965	1794	1791****	1009	415	367
1965/1966	1774	1738****	618	777	343
1966/1967	1770	1788	620	793	375
1967/1968	1409	****	?	?	?
1968/1969	1175	?	?	?	?
1869/1970	927	?	?	?	?
*Introdução de actividades facultativas mediante inscrição ** 403 filiadas inscreveram-se voluntariamente *** Algumas filiadas inscreveram-se voluntariamente **** Havia seis actividades obrigatórias para todas as alunas do Liceu e outras facultativas					

De acordo com a documentação que analisámos, verifica-se uma situação estranha no ano lectivo de 1966/1967 em que aparecem mais dezoito alunas filiadas do que alunas matriculadas. Engano da directora do Centro? Não conseguimos apurar.²²⁸

Umhas por gosto, outras por obrigação, as muitas alunas que frequentaram as actividades da Mocidade Portuguesa Feminina, não esqueceram ainda, o que de bom ou de mau lhes proporcionou a passagem pelo Centro do Infanta.

“ As boas recordações, no que às actividades da Mocidade Portuguesa dizem respeito, têm a ver com o interesse de algumas dessas actividades, como a culinária, a puericultura, não tanto pelo conteúdo em si, mas sobretudo pelo que proporcionavam de convívio, partilha, divertimento, com as outras colegas, num ambiente mais livre, mais solto, muito menos rígido do que as aulas. Por boas recordações tenho também as

²²⁸ Também não conseguimos obter dados sobre os anos seguintes. A partir de 1967/1968 não encontramos documentação que permitisse saber o número de alunas inscritas na Mocidade, mas encontramos inscrições em campos de férias e noutras actividades da Mocidade, como veremos adiante.

dos anos em que, com o uniforme da Mocidade, era escolhida para representar o Liceu em celebrações especiais, como a Missa em honra de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de Dezembro, na Igreja de Santa Cruz, ou o importante papel que me foi destinado numa peça que envolveu toda a Escola, aquando das Comemorações Henriquinas (4 de Março de 1960)”.

Maria Teresa de Almeida Gouveia

Embora algumas alunas frequentassem contrariadas as actividades da Mocidade, porque discordavam das regras impostas ou porque no seu meio familiar se contestava o regime que deu corpo àquela organização, muitas encontravam ali um meio para passear, conviver, vivenciar experiências enfim, socializar, já que a liberdade era, em regra, muito contida.

5.3 A vertente assistencial da Mocidade Portuguesa Feminina

Os dinheiros de que a Mocidade Portuguesa Feminina dispunha, provenientes do Ministério da Educação e de algumas entidades públicas e privadas, chegavam anualmente aos Centros para financiar as actividades e também prestar ajuda a alunas carenciadas, acrescido pelo valor das quotas pagas pelas filiadas e da venda de revistas da mocidade, emblemas e outros materiais recebidos do Comissariado.

Desde 1940/1941 que o Liceu Infanta D. Maria, tinha uma Associação Escolar, com direcção própria, secretaria e tesouraria, destinada a prestar ajuda às alunas que a solicitavam e também financiava excursões e algumas actividades. Esta Associação deu lugar à Caixa Escolar, mais tarde, Sessão de Vendas. Do mesmo modo ajudava as alunas carenciadas do Centro, financiando total ou parcialmente os almoços, equipamentos de Ginástica, as grandes Excursões anuais do 5º e 7º ano, Campos de Férias e ainda algumas actividades culturais e caritativas por ele organizadas.

Iremos considerar nesta análise, não só a assistência recebida pelas filiadas, como a que elas, enquanto participantes nas actividades da Mocidade, prestavam a diversas instituições.

5.3.1 A assistência recebida pelas filiadas

A Cantina Escolar foi, sem dúvida, o equipamento mais procurado pelas alunas e filiadas da Mocidade Portuguesa Feminina, facto justificado, se lembrarmos que o Liceu, a partir de 1948/49, estava completamente isolado numa zona limítrofe da cidade e ir a casa almoçar, era quase impossível na maior parte dos dias, com custos para as famílias.

Como mais ou menos em todas as Escolas, havia no Liceu Infanta D. Maria, situações graves de pobreza, que eram identificadas casualmente nas aulas e confirmadas pela médica escolar, como se pode ler no Relatório da Reitora do ano de 1957/58, referente às actividades do Centro, a propósito de um pedido feito ao Comissariado para autorizar a deslocação de uma parte da verba destinada às Excursões, para a Assistência.

“O número de almoços gratuitos aparece muito elevado em relação com as disponibilidades do Centro, mas não é possível proceder doutra forma, pois é extremamente baixo o nível de vida das filiadas. Algumas há, que percorrem 10km a pé para poderem frequentar o Liceu. (...)”

Dois casos foram apresentados ao Centro pela Médica Escolar: duas alunas adoeciam habitualmente a meio da manhã; examinadas por ela, não apresentavam quaisquer sintomas de doença mas sinais de fome.

Depois de lhes ser concedido o almoço, além do leite e queijo recebido da Caritas, e que tomavam a meio da manhã, não voltaram a sentir-se mal”

Outros casos, descobertos ao longo do ano ou denunciados por pessoas que conheciam as dificuldades, eram socorridos dentro das possibilidades do Centro. Ainda no mesmo relatório há referência ao caso “... da filha de um médico cuja família vivia em precárias condições de tal maneira que a aluna estudava no chão por não ter uma mesa. A professora (primária) dava-lhe o jantar e pediu para ela o almoço”. Um último caso ainda é o de “... uma aluna cuja mãe abandonou a casa ficando ela entregue aos avós extremamente pobres.”

Encontrámos também, nalgumas Actas de Conselho Escolar, referência a alunas que não vinham vestidas de forma adequada, “A Senhora Reitora falou da modéstia de vestir das alunas e da necessidade de as professoras as vigiarem nesse sentido”.²²⁹

²²⁹ Acta de Conselho Escolar, 6º e 7º ano, 22 de Outubro 1956, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria

Sobre a falta de livros e de outro material escolar, também encontrámos pedidos às professoras para identificarem esses casos, não só feitos pela Reitora como pelas Directoras de Ciclo nas reuniões mensais de ano ou de Ciclo.

Para minimizar estas situações preocupantes e com isso contribuir para um melhor desempenho das alunas, a Caixa Escolar tinha uma actividade considerável, conduzida por uma professora adjunta da Direcção do Centro e por uma empregada, paga pela Mocidade.

No início dos anos lectivos tinha-se a noção das verbas necessárias para resolver os casos existentes e «confessados» pelas próprias alunas ou pelos seus Encarregados de Educação, mas o maior trabalho surgia ao longo do ano, quando outros casos eram identificados e aí tinha de se arranjar verba para essas novas assistências. Muitas vezes a generosidade emergia das professoras do Liceu, como atestam os balancetes do Centro nº1, em que é vulgar encontrarmos uma parcela indicando, "Donativo recebido de Professoras p.^a beneficência – 822\$50".²³⁰

Porque este capítulo trata, exclusivamente, da assistência prestada às filiadas e a algumas instituições através delas, no quadro que a seguir apresentamos, pretendemos dar a noção dos gastos da Caixa, unicamente com essas rubricas.

²³⁰Relatório da Reitora, 1955/56, AHME, p.142

Quadro 19 - Assistência dada às Filiadas do Centro nº1 do Liceu Infanta D. Maria (1948/49 a 1969/70) ²³¹							
	Almoços		Equipamentos		Excursões	Outros	Despesa total
	Beneficiadas	\$	Beneficiadas	\$	\$	\$	\$
1948/49	24	8753\$10	39	-	3500\$00	-	12253\$10
1949/50	23	16905\$15	5*	200\$00	3500\$00	-	20605\$15
1950/51	14	8850\$00	--	-	9000\$00	-	17850\$00
1951/52	34	19770\$00	5*	542\$00	8500\$00	-	20312\$50
1952/53	25	19150\$00	-	-	9802\$00	-	28952\$00
1953/54	?	9818\$00	?	551\$50	5568\$70	-	15938\$20
1954/55	?	13688\$00	-	338\$50	7124\$40	-	21150\$90
1955/56	?	16990\$40	?	66\$00*	9060\$00	-	27570.50
			?	1454\$10**			
1956/57	29	20200\$00	4*	688\$80*	13866\$20	-	35246\$40
			11**	491\$40**			
1957/58	28	25929\$00	?	104\$00*	4400\$00	-	31053\$00
			11	620\$00**			
1958/59	20	20221\$90	8	800\$00*	10900\$00	-	33290\$00
			13	1368\$10**			
1959/60	?	15343\$50	?	1882\$40	4000\$00	-	21225\$90
1960/61	46	15343\$50	14	1882\$40	?	-	17225\$90
1961/62	32	***	?	?	?	-	?
1962/63	?	23219\$00	?	2799\$20**	?	-	26018\$20
1963/64	45	25708\$80	?	486\$60*	26375\$00	-	55538\$70
				2968\$30**			
1964/65	97	52265\$80	?	273\$80*	20668\$80	-	81813.40
				8394\$20**			
1965/66	79	12825\$20	?	8092\$50**	35206\$30	-	56124\$00
1966/67	98	14149\$00	?	153\$00*	9881\$00	6323\$40	34298\$80
				7512\$00**			
1967/68	64	18029\$00	?	300\$00*	11554\$80	2080\$00	38325\$80
				6362\$00**			
1968/60	70	24157\$50	?	147\$50*	?	?	32006\$00
				7701\$00**			
1969/70	57	15399\$00	-	12251\$00**	15228\$00	5175\$00	48053\$00

* Fato de Ginástica
** Livros e Propinas
*** O Centro decidiu apenas participar uma % da refeição e não encontramos o valor gasto

Embora não possamos comparar o número de beneficiadas em almoços com o número de beneficiadas em equipamentos (livros, propinas e fatos de ginástica), podemos sim, comparar os valores gastos pelo Centro em ambas as rubricas e podemos constatar que era maior o número de alunas que beneficiavam dos almoços. Havia anos em que muitos eram subsidiados com uma determinada percentagem, calculada pelo Centro de acordo com cada necessidade.

Se a ajuda de que falámos se destinava a garantir necessidades básicas, como a alimentação e a instrução, na sua vertente mais elementar que é a frequência de um estabelecimento de ensino e a utilização do material necessário à aprendizagem, a política

²³¹Elaborado por nós a partir dos dados fornecidos pelo Centro nº 1 à Reitora e que constam dos seus relatórios.

assistencial na Mocidade contemplava um âmbito de instrução maior, ao financiar as excursões. Possibilitava às alunas «pobres» o enriquecimento cultural extra muros do Liceu, o alargamento dos horizontes e ainda o incremento da sua socialização. Algumas destas alunas, de outra forma, não tinham conhecido outros sítios e alargado os horizontes.

Podemos talvez dizer que esta assistência, além de ajudar, no seu conceito mais puro, tinha como fim último, um objectivo propagandístico do regime.

5.3.2 A assistência dada pelo Centro através das filiadas

Havia momentos ao longo do ano em que todos os Centros da Mocidade Portuguesa Feminina tinham de se organizar para irem a instituições determinadas, entregar donativos ou prestar assistência.

Ao recordarmos que esta Organização nasceu da Obra da Mãe pela Educação Nacional, facilmente entendemos o alcance formativo desta sua vertente assistencial. Conhecer realidades sociais diversas, ser solidário e exercer caridade, estavam na linha daquilo que se entendia por formação das jovens portuguesas, futuras mães, esposas, donas de casa e cidadãs e que temos vindo a repetir.

O dia 8 de Dezembro, dia da Nossa Senhora da Conceição e então o dia da Mãe, bem como o Natal, eram os acontecimentos de carácter religioso em que «cabia» a acção assistencial das filiadas, cuja preparação ocupava grande parte das sessões das Actividades, normalmente Economia Doméstica e Lavoros. Assim ficou registado no primeiro relatório analisado.

“Nas proximidades do Natal prepararam as filiadas, nas aulas de Economia Doméstica e em alguns tempos livres, donativos a distribuir, em roupas, aos pobrezinhos.

Realizou-se esta distribuição numa festa de Natal preparada pelas filiadas e constou de: 261 peças de roupa usadas

33 vestidos novos para crianças

2 pares de sapatos²³²

²³²Relatório da Reitora, 1948/49, AHME, p. 98

Com este ou outro conteúdo, todos os anos se realizavam actividades definidas pelo Comissariado como estas “Embaixadas de Alegria e Bondade”, ou Campanha de Natal como é exemplo o evento ocorrido a 19 de Dezembro de 1949 e integradas numa festa que teve Presépio, à volta do qual se representou um pequeno Auto de Natal e “alguns números de canto”. Depois cada turma foi oferecer, simbolicamente, ao Menino Jesus os donativos que tinham preparado para os «pobrezinhos», compostos de roupas e uma merenda de Natal,

“Partiram em seguida três grupos de filiadas, acompanhadas pela Exma. Senhora Reitora, Directora do Centro, Professora de Moral do Liceu, Professora Virgínia Nunes e outras.

O 1º grupo dirigiu-se à sede das Conferências de S. Vicente de Paula da freguesia, onde fez entrega duns bons lotes de roupa (...).

O 2º grupo, levando 12 enxovais para recém-nascidos, dirigiu-se à Clínica da Maternidade, onde os ofereceu às Senhoras que ali dirigem e sustentam a “Obra do Enxoval do Recém-Nascido”.

O 3º grupo, levando bons embrulhos de roupas e uma bela merenda, dirigiu-se à Creche das “Criadinhas dos Pobres”, onde, entre os pequeninos mais velhos, realizou a mesma representação, distribuindo os seus donativos.

Distribuiu-se um total de 625 peças de vestuário e 40 merendas”.²³³

Ano após ano se repetiam estas actividades assistenciais, destinadas às mesmas instituições da cidade de Coimbra, mas ocasionalmente organizavam-se donativos para serem entregues à Obra das Mães ou à Delegacia para enviar ao Comissariado que lhes dava outros destinos, como aconteceu em 1952/53 em que foram enviados para as Missões Ultramarinas, 7 berços, respectivos enxovais e 685 peças avulsas, como se lê no relatório.

Recordamos a grande azáfama que era a confecção das roupinhas para as ofertas de Natal, “que por vezes coincidia com os «exercícios escritos» ou outros trabalhos que nos obrigava a estudar mais tempo. Aí aparecia a mãe que nos fazia as botinhas, o babete ou o casaquinho”.²³⁴

Também, aquando da ocupação da Hungria pela União Soviética, as filiadas de 1956/57, conseguiram mobilizar todo o Liceu para um peditório, cujo montante foi enviado para aquele país em dificuldade.

²³³Relatório da Reitora, 1949/50, AHME, p.107

²³⁴Testemunho de Margarida Pedro

A Criação da Conferência de S. Vicente de Paula do Liceu²³⁵, no ano lectivo de 1950/51, constituiu mais um pólo de assistência a partir do Liceu, onde a Mocidade tinha o «monopólio». É pois fácil perceber que muitas filiadas se lhe juntaram para o acto de ajudar. Logo no primeiro ano, 40 filiadas organizaram-se em grupos de 2 e 3 elementos que semanalmente visitaram 20 famílias pobres, a quem levaram dinheiro.

Ao longo dos anos se manteve esta parceria entre a Mocidade e a Conferência. “Fiéis ao espírito Vicentino, que manda levar sempre as esmolas a casa dos pobres, as filiadas saíram do Liceu no dia 22, levando os géneros às famílias suas protegidas. Como sempre essa visita impressiona-as vivamente pelo acolhimento que tiveram e pelas manifestações de gratidão dos pobrezinhos socorridos”²³⁶.

Outro tipo de assistência espiritual, de solidariedade, também se fazia, como demonstram as cartas trocadas entre o Infanta e vários Liceus de Angola, no ano em que começaram os confrontos armados [Anexos C6] e reconhecido na imprensa regional [Anexo C7].

De facto esta vertente assistencial da Mocidade era importantíssima, no desenvolvimento da personalidade. Nestas actividades desenvolvia-se o espírito de equipa, da partilha, do respeito pelo outro, do altruísmo, facilitando muito a socialização, sobretudo das jovens mais tímidas Adquiriam-se ainda competências necessárias à actividade da mulher como mãe e dona de casa.

²³⁵Embora fosse uma Organização do Liceu, funcionou sempre em conjunto com a MPF

²³⁶Relatório da Reitora, 1954/55, AHME, p.106

5.4 As actividades do Centro

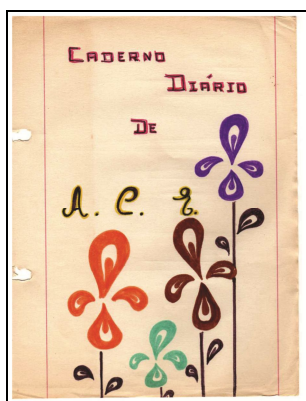


Fig. 41 - Folha de rosto de um Caderno diário das Actividades Circum-Escolares



Fig. 42 - Número de folclore num dia festivo

De acordo com o que estava estabelecido pelos documentos legais e anualmente planificado pelo Comissariado, em todos os Liceus femininos do país, as filiadas frequentavam as Actividades Circum-Escolares, onde as instrutoras ensinavam várias temáticas, sempre com uma forte vertente prática, nalgumas das quais eram preparadas acções assistenciais, como «Os Berços e Enxovais de Bebé», «Confecção de roupas», «Peditórios» e a «Conferência de S. Vicente de Paula» de que já falámos, exposições públicas, como o número de folclore exemplificado pela fotografia (fig.42) ou outras apresentações, que faziam parte do programa das várias comemorações patrióticas e religiosas que se faziam ao longo do ano no Liceu. Era este o esforço feito pelo regime, para tornar as meninas, de uma **Nação** estruturado a partir da **Família** e abençoado por **Deus**, Educadas e Patriotas.

Algumas das actividades da Mocidade Portuguesa Feminina eram uma repetição de disciplinas que faziam parte do desenho curricular dos Liceus femininos, como por exemplo a Ginástica, o Canto Coral e os Lances, provavelmente intencional, mas depois de muitas diligências feitas por algumas Comissárias e Dirigentes dos Centros, como já referimos na Primeira Parte deste trabalho, a situação foi-se progressivamente alterando, com agrado para dirigentes, instrutoras e filiadas.

Para melhor entendermos o carácter educativo e formativo das actividades desenvolvidas neste Centro, iremos analisá-las em dois períodos: 1948 – 1966, e 1966 – 1974, período em que integram definitivamente o Currículo Liceal, cabendo às reitoras a sua organização.

No primeiro ano lectivo, do novo Liceu, iniciaram-se as actividades da Mocidade no dia 11 de Novembro, com 451 filiadas distribuídas por 230 Infantas, 130 Vanguardistas e 91 Lusas.

5.4.1 As Actividades Circum-Ecolares no Projecto Educativo do Liceu

1948-1966

O recém aprovado Estatuto do Ensino Liceal de Fernando Pires de Lima, de 1947, ditava as novas regras de convivência entre Liceu e Mocidade Portuguesa Feminina, integrando as actividades nos currículos escolares, quando o Infanta D. Maria inaugurou as novas instalações. Continuavam porém, fiéis aos pressupostos da sua criação. Eram todas de carácter formativo, destinadas a cumprir os objectivos do regime, variando de acordo com o Ciclo e portanto, com a fase de crescimento e desenvolvimento das jovens alunas.

Após a introdução de actividades de inscrição voluntária, havia umas mais procuradas e que invariavelmente funcionavam sempre ou quase sempre, mudando por vezes de nome, como são o caso de Formação Moral, Educação Física, Educação Musical, Orfeão, Lavores, Economia Doméstica, Culinária e Puericultura. Depois vinham a Formação Nacionalista, Corte e Costura, Higiene, Enfermagem e Jogos que também tinham alguma procura. Finalmente a Arte de Dizer, Artes Plásticas, Campismo, Indústrias Caseiras, Arte Cénica, Danças, Jardinagem, Introdução à História da Música, Clube do Livro, Clube do Disco, Clube de Estudos Sobre Problemas Actuais, Clube de Estudos, Sobre Leituras, estas últimas de criação local, e a partir das alterações de 1966, de acordo com ideias ou projectos de algumas instrutoras, ou interesse manifestado pelas alunas. Em todas era feito o controle da assiduidade.

Para uma melhor visão daquilo que foram as Actividades Circum-Ecolares da Mocidade Portuguesa Feminina, no Centro nº 1 de Coimbra, no Liceu Infanta D. Maria, iremos analisar, para cada ano lectivo, as actividades oferecidas, assim como a forma como funcionaram.

1948/1949

Quadro 20 - Actividades da Mocidade portuguesa feminina (1948/1949)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
INFANTAS	Formação Moral	69
	Orfeão	19
	Arte de Dizer	44
	Higiene	21
	Educação Física	17
VANGUARDISTAS	Formação Moral	95
	Orfeão	12
	Educação Física	61
	Economia Doméstica	47+28 (5º ano)
	Enfermagem	29
LUSAS	Formação Moral	?
	Educação Física	20
	Puericultura	13
	Culinária	30

Houve neste primeiro ano alguns problemas com as sessões de Educação Física e Higiene, por falta de instrutoras. Também os houve com o Orfeão, porque as dimensões da sala eram insuficientes para as alunas do 1º e 2º ciclo, tendo-se dividido cada um por anos e funcionando cada ciclo quinzenalmente. Relativamente à Culinária, por se tratar de uma actividade essencialmente prática, dependente de equipamento muito específico e com um número considerável de alunas inscritas, estas foram divididas em grupos de seis, sete ou oito alunas que tinham aulas ou na cozinha do Liceu ou na da Delegacia Provincial, emprestada para o efeito. Também cada grupo tinha aulas quinzenalmente. Esta condicionante desmotivou um pouco as alunas.

“ (...) e como uma aula quinzenal desorganiza sempre o horário e perde muito em continuidade e interesse, parece-nos bem alvitrar que se dividam as alunas por dois semestres, para que em cada um deles metade das alunas possam ter aulas semanais”²³⁷

As actividades desenvolvidas nas sessões do Orfeão e de Educação Física permitiram preparar a apresentação de alguns números de canto e de ginástica nas festas de 22 de Janeiro (festa para entrega de roupas recolhidas pelas alunas do 1º ciclo) e de 8 de Junho (aniversário da Infanta D. Maria, patrona do liceu e por isso o dia da sua festa anual).

²³⁷ Palavras da Directora do Centro, transcritas pela Reitora no seu Relatório Anual (1948/1949), p. 98

1949/1950

Quadro 21 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1949/1950)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
INFANTAS	Formação Moral	95
	Educação Física	92
	Arte de Dizer	46
	Higiene	23
	Orfeão	64
VANGUARDISTAS	Formação Moral	75
	Educação Física	11
	Economia Doméstica	77
	Enfermagem	30
	Orfeão	61
LUSAS	Arte de Dizer	11
	Culinária	31

Como a falta de instrutoras de Educação Física, foi de novo problema neste ano, para não privar as Infantas dessas sessões, importantes para o desenvolvimento harmonioso das jovens, resolveu-se essa falta, escolhendo-as entre as Vanguardistas e Lusas, supervisionadas pela professora e Instrutora, M^a Joana Rosendo Dias.

O Orfeão actuou com brilhantismo na Missa da Primeira Comunhão de 4 alunas do Liceu e da Comunhão Solene de 27, em 3 de Maio de 1950 e apresentou alguns números do seu reportório na Festa do Liceu de 8 de Junho.

Para justificar algum desinteresse manifestado pelas filiadas nas actividades, a Directora do Centro deixou escrito no seu relatório, uma queixa relativa à sobreposição das sessões de Canto Coral, Educação Física e Economia Doméstica, que também faziam parte do Currículo, como já referimos.

Na tentativa de reverter o desinteresse de algumas filiadas, a Directora do Centro, Professora Helena Vital, apostou na sua renovação e revitalização, organizando um Curso para Chefes de Quinas, que teve lugar em Maio. De 47 alunas inscritas, 21 concluíram com sucesso o curso ministrado pelas professoras e instrutoras Henriqueta Cid, Joana Rosendo Dias e Juliana Barroco.

1950/1951

Quadro 22 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1950/1951)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
INFANTAS	Formação Moral	101
	Educação Física	54
	Higiene	26
	Arte de Dizer	48
	Orfeão	18
VANGUARDISTAS	Formação Moral	34
	Educação Física	55
	Economia Doméstica	119
	Enfermagem	10
	Orfeão	12
LUSAS	Culinária	70

As sessões deste ano “ não decorreram de forma brilhante, pois são muitas as dificuldades com que lutamos, entre as quais as principais são a falta de dinheiro e a falta de Instrutoras competentes e dedicadas, podemos todavia afirmar que encerrámos com chave de ouro”²³⁸.

Por iniciativa de Dionysia Camões e em coordenação com o Centro, lançou-se para o último dia de actividades, as Visitas Jubilares do Ano Santo, que envolveram todas as filiadas e bastantes professoras, com a presença do Vice-Reitor do Seminário Diocesano que encerrou os trabalhos com a seguinte prece “Deus tenha abençoado, nas suas filiadas, os trabalhos da Mocidade Portuguesa Feminina”²³⁹.

Repetiu-se em Maio, o Curso de Chefes de Quinas, embora com um número de inscrições menor, tendo concluído com sucesso, 5 filiadas.

1951/1952

No ano lectivo seguinte surgiram alterações na organização das actividades, passando algumas a inscrição facultativa e por essa razão, só o 1º ano iniciou as actividades em Outubro, tendo o 2º e 3º ano só começado no 2º Período.

Estas alterações trouxeram “... um novo interesse à M.P.F. do Centro e de há muitos anos para cá não havia da parte das filiadas tanta assiduidade e boa vontade para todos os trabalhos da M.P.F. (...) e passaram a corresponder mais e melhor aos interesses das filiadas”²⁴⁰.

²³⁸Relatório da Directora do Centro, in *Relatório da Reitora*, 1950/51, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria, p.107

²³⁹*Ibidem*, p.108

²⁴⁰Relatório da Directora, in *Relatório da Reitora*, 1951/52, HME, p. 89

Quadro 23 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1951/1952)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
1º CICLO	Moral	100
	Jogos	97
	Orfeão	16
	Arte de Dizer	24
	Higiene	20
2º CICLO	Moral	79
	Voleibol	87+39
	Enfermagem	41
	Economia Doméstica	26
3º CICLO	Moral	10
	Voleibol	19
	Lavores e Corte	18
	Arte Cénica	14
	Culinária	24

Apesar de não dispormos dos números nem das actividades de inscrição facultativa, de uma maneira geral houve mais sessões. Mesmo as filiadas do 2º e 3º Ciclo que tiveram as suas actividades suspensas até ao 2º período, ocuparam as tardes de 4ª feira e de sábado, a trabalharem na Campanha de Natal, “confeccionando roupas para distribuir pelos pobrezinhos”²⁴¹, orientadas pelas professoras de Lavores. Na festa de Natal em que foi inaugurado um Presépio, concebido pelas alunas do 6º e 7º ano e, depois de apresentadas as roupas que iam ser doadas, um grupo de filiadas do 1º Ciclo apresentou duas pequenas peças alusivas ao Natal preparadas nas sessões de Arte de Dizer.

No final do ano, no encerramento das actividades, houve desafios de Basquetebol e Voleibol entre filiadas dos vários anos, treinadas pelas professoras e instrutoras Judite Carvalho e Encarnação Alcântara, numa demonstração de grande entusiasmo e empenho.

1952/1953

Quadro 24 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1952/1953)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
1º CICLO	Formação Nacionalista	166
	Jogos	148
	Orfeão	39
2º CICLO	Formação Nacionalista	118
	Economia Doméstica	35
	Jogos	50
	Orfeão	58
3º CICLO	Formação Nacionalista	114
	Puericultura	26
	Culinária	55
	Voleibol e Basquetebol	33
	Corte	58
Arte Cénica	30	

²⁴¹ Idem, Ibidem, p.91

Para além da mudança de designação de algumas actividades, entrou em pleno, neste ano, a nova orientação relativa à sua integração no horário liceal, ficando apenas para os sábados algumas actividades mais especializadas.

Quanto à visibilidade das aprendizagens ali realizadas, continuavam a ser apresentadas nas diferentes festas organizadas no Liceu e nas competições desportivas.

1953/1954

Quadro 25 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina(1953/1964)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
1º CICLO	Formação Nacionalista	220
	Jogos	171
	Orfeão	98
2º CICLO	Formação Nacionalista	122
	Economia Doméstica	55
	Jogos	32
	Orfeão	52
	Enfermagem	33
3º CICLO	Formação Nacionalista	76
	Puericultura	?
	Culinária	100
	Voleibol e Basquetebol	?
	Arte Cénica	?

As comemorações do Ano Mariano foram um grande incentivo para o entusiasmo que se viveu no Centro, motivando as filiadas a uma maior entrega nas diferentes actividades. Além das apresentações que tradicionalmente eram feitas no Natal e no final do ano, em que toda a comunidade ouvia o reportório do Orfeão, via os jogos de voleibol e de basquetebol e as representações teatrais, neste ano foi apresentada a peça de teatro, «A Castro», no Claustro da Sé Velha, expoente máximo das aulas de Arte Cénica.

1954/1955

Quadro 26 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1954/1955)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
1º CICLO	Formação Nacionalista	110
	Jogos	185
	Orfeão	55
2º CICLO	Formação Nacionalista	162
3º CICLO	Formação Nacionalista	30
	Puericultura	47
	Culinária	141
	Voleibol e Basquetebol	48
	Arte Cénica	34
	Jardinagem	51
Danças	34	

Destacam-se as aulas de Culinária e de Puericultura, que aparecem referidas no Relatório da Directora, como tendo suscitado mais interesse nas alunas. Porém o enfoque é feito numa experiência realizada nas aulas da Formação Nacionalista do 7º ano, que se intitulou «Leituras». Organizaram-se grupos que estudaram a influência das leituras nas crianças e a influência da arte na sua educação, servindo como «estudo de caso» as alunas do 1º Ciclo. Os objectivos deste estudo eram, não só identificar os livros e revistas mais lidos pelas alunas do Liceu daquela faixa etária, como também e, mais ambicioso ainda, apresentar um “...esboço duma Biblioteca formativa e educativa para meninas de 10 e 11 anos”,²⁴².

Previamente a instrutora, M^a Henriqueta Cid, abordou e orientou o estudo do desenvolvimento psicológico das raparigas de 10 e 11 anos e só depois se entrou propriamente no trabalho.

Uma das alunas que estudaram a influência da arte sobre as crianças levou um grupo de alunas do 1º e 2º ano ao Museu Machado de Castro e estudou as suas reacções perante as obras de arte do Museu. Os resultados finais deste interessante trabalho, ficaram aquém das expectativas, mas algumas conclusões foram apresentadas no final do ano, a uma assistência composta pela Reitora, Directora do Centro, algumas professoras e alunas do 5º, 6º e 7º ano²⁴³.

Quanto ao empenho das alunas no Orfeão, nos Jogos, na Arte Cénica e nas Danças, puderam demonstrar o nível a que chegaram nas exibições das festas do Liceu, como se vê na fotografia.

²⁴²Relatório da Directora, in Relatório da Reitora, 1954/55, Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria, p.141

²⁴³Esta experiência insere-se na dinâmica da Escola Nova e não está longe daquilo que hoje é a Área de Projecto do Currículo do 12ºano.



Fig. 43 - Representação teatral

1955/1956

Quadro 27 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1955/1956)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
1º CICLO	Formação Nacionalista	210
	Orfeão	40
2º CICLO	Formação Nacionalista	244
	Jogos	87
	Enfermagem	64
	Orfeão	12
3º CICLO	Formação Nacionalista	79
	Puericultura	31
	Culinária	122

Apesar da Directora realçar a assiduidade das instrutoras, como factor importante para o sucesso das actividades, cujos resultados foram conhecidos, como habitualmente, ao longo do ano, deixou registadas algumas inquietações, relativamente ao facto de não haver programas pré-estabelecidos para cada umas das actividades. Diz ainda que, para as alunas do 1º Ciclo as instrutoras usavam como recurso frequente a leitura de histórias e contos da revista «Lusitas» ou jogos no pátio do Liceu, mas era insuficiente, provocando agitação nas alunas.

Perante a evolução das actividades do Centro, da irregularidade do empenho e da qualidade dos resultados, a responsável pelo Centro defendeu que cada filiada se deveria inscrever numa só actividade e cada uma deveria funcionar com um número mais pequeno de alunas. E acrescentou, “... essas actividades seriam escolhidas entre as que podem ser um

complemento da educação das filiadas, isto é, seriam elementos de educação mais feminina, num sentido de completar o que a Escola dá, não no sentido de a substituir²⁴⁴.

1956/1957

Quadro 28 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1956/1957)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	N.º de SESSÕES
1ºano / 2ºano 3º A; B, C, D 4º A, B, C 5º A, B, C 6ºano / 7ºano	Formação Moral e Social	497
3ºano	Jogos	49
1ºano / 2ºano / 3ºano	Orfeão	80
4ºano	Enfermagem	34
7ºano	Puericultura	49
6ºano	Culinária	114
4ºano / 6ºano	Jogos (Basquetebol e Voleibol)	60
4ºano / 6ºano	Danças Regionais	33

Seguindo o registo circunstanciado das actividades feito pela Directora, destacamos a referência às obras feitas na cozinha, para melhorar as aulas de Culinária, cada vez mais procuradas pelas alunas.

Também é referido o nível atingido pelas alunas que frequentaram as aulas de Basquetebol e Voleibol, que permitiram a sua participação num torneio organizado pelo Centro Nacional da MP, em competição com as equipas dos Centros nº 1 de Aveiro (secção feminina do Liceu), Anadia (Colégio de Nossa Senhora da Assunção), Viseu (secção feminina do Liceu) e nº 3 de Castelo Branco (Colégio de Nossa Senhora de Fátima). O Centro do Infanta obteve o segundo lugar em Basquetebol e o 3º lugar em Voleibol.

Nas aulas de Danças Regionais, a Instrutora M^a da Graça Veloso, não se limitou ao ensino das danças publicadas no Boletim da Mocidade (Fig.42), mas levou as alunas a fazerem uma pesquisa de danças regionais da região de Coimbra, recorrendo à consulta de cancionários regionais e ao testemunho de pessoas conhecedoras dessas danças.

²⁴⁴ Relatório da Directora, in Relatório da Reitora, 1955/56, AHME, pp. 138, 139

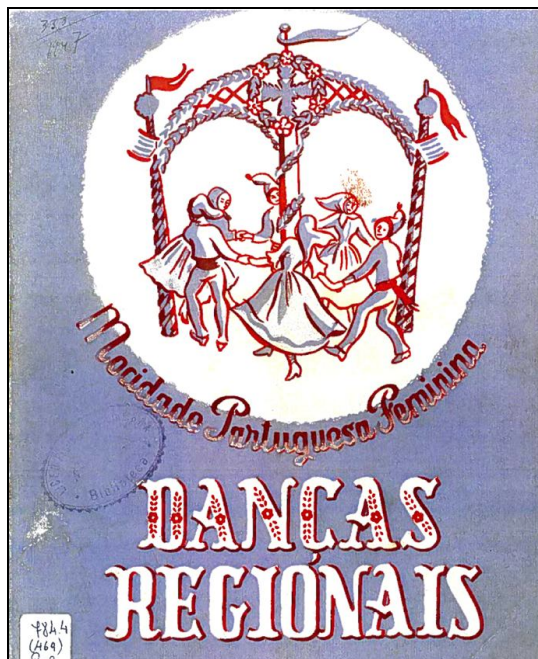


Fig. 44 - Publicação da M.P.F. para orientar a aprendizagem de danças e cantares tradicionais

Encontrou-se de entre várias, «o Estalado», canção típica da zona de Coimbra, embora não se tenha encontrado a música original. A partir da gravação da interpretação da canção, por alguns elementos do Rancho Folclórico de Coimbra, a professora de Canto Coral, M^a do Carmo, conseguiu escrever a música.

1957/1958

Neste ano lectivo, inscreveram-se obrigatoriamente, 469 filiadas do 1º Ciclo e voluntariamente 534 filiadas (310 do 2º Ciclo e 224 do 3º Ciclo). Estes números correspondem a 86% de inscrições voluntárias do 2º e 3º Ciclo.

O quadro que apresentamos tem somente as actividades e o número de alunas inscritas, já que foram escolhidas invariavelmente por alunas de diferentes anos, a partir do 4º e não conseguimos apurar o número de inscrições por ano.

Quadro 29 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1957/1958)	
ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
Formação Moral e Social	Todas as alunas do 1º Ciclo e do 3º ano
Arte de Representar	31
Artes Plásticas	101
Enfermagem	99
Culinária	67
Puericultura	42
Corte	68
Danças Regionais	89
Jogos	97

Destas alunas inscritas, 130 desistiram e as actividades que despertaram maior interesse foram Artes Plásticas, Culinária, Enfermagem e Jogos, tendo algumas alunas feito a sua inscrição, em várias actividades.

Novamente uma equipa de Voleibol e outra de Basquetebol do Centro foram representar a zona centro do país nos Campeonatos Nacionais organizados pelo Comissariado Nacional no Porto. A equipa de Voleibol ficou em 2º lugar e a outra classificou-se em 1º lugar, tendo as instrutoras e a Directora do Centro, sido felicitadas pelo bom nível técnico alcançado.

Nas Artes Plásticas e Corte as alunas aprenderam, como nos anos anteriores a fazer peças decorativas e roupas que, além de serem expostas, foram ao concurso do Salão de Estética e no caso das roupas, muitas foram entregues a pessoas carenciadas no Natal.

1958/1959

Quadro 30 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1958/1959)	
ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
Formação Moral e Social	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
Artes Plásticas	124
Enfermagem	59
Culinária	63
Puericultura	11
Corte	16
Danças Regionais	51
Jogos	175

Relativamente às aulas de Culinária, cada grupo de seis ou sete alunas, após um período inicial de aprendizagem, passou a fazer, uma vez por semana, o seu próprio almoço. Desta forma ainda mais incentivo foi dado a uma actividade tradicionalmente procurada.

Nas aulas de Jogos continuou-se a fazer a preparação para a participação nos campeonatos, com menor sorte neste ano, em que só houve a vitória da equipa de Basquetebol nos Campeonatos Regionais.

Quanto aos trabalhos saídos das aulas de Corte e Artes Plásticas, foram expostos no final do ano e doze trabalhos foram para o Salão de Estética em que um teve uma menção honrosa.

1959/1960

Porque dispusemos para este ano lectivo de dados mais concretos sobre as actividades escolhidas por cada ano, apresentamos um quadro mais circunstanciado.

Quadro 31 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1959/1960)		
FILIADAS	ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
1º Ciclo	Formação Moral e Social	Todas do 1º Ciclo e 3º ano
2º Ciclo – 3º ano	Jogos	59
	Artes Plásticas	82
2º Ciclo – 4º/5º ano	Danças	38
	Voleibol	32
	Basquetebol	3
	Badmington	23
	Enfermagem	39
3º Ciclo – 6º /7º ano	Artes Plásticas	23
	Danças	15
	Voleibol	6
	Basquetebol	7
	Badmington	6
	Culinária	33
	Puericultura	7
Corte e Costura	12	
Artes Plásticas	8	

As actividades de maior sucesso neste ano foram, Artes Plásticas, Jogos, Enfermagem e Danças Regionais, tendo os resultados finais sido apresentados como se fez nos anos anteriores.

1960/1961

Quadro 32 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1960/1961)	
ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
Formação Moral e Social	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
Artes Plásticas	107
Corte e Costura	8
Enfermagem	29
Puericultura	9
Culinária	24
Danças Regionais	43
Jogos	71

Todas as actividades deste ano decorreram normalmente, salientando-se o funcionamento de um Curso de Chefes de Quina, orientado pela Professora de Matemática e também Instrutora, Teresa Alice de Moura, com a frequência de 13 filiadas. Estes cursos eram sempre aguardados com grande expectativa e representam um incentivo para as filiadas que querem progredir na hierarquia.

1961/1962

Quadro 33 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1961/1962)	
ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
Formação Moral e Social	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
Artes Plásticas	
Corte	
Enfermagem	
Culinária	250 inscrições, no total
Danças Regionais	
Jogos	
Grupos Culturais	

Por falta de dados, só conseguimos ter acesso à percentagem de inscrição voluntária que foi de 70%, tendo as actividades decorrido normalmente.

Além da repetição do Curso para Chefes de Quina que funcionou durante o 1º período, houve outro para Chefes de Castelo que começou depois do Carnaval, tendo como sempre dinamizado muito o Centro.

1962/1963

Quadro 34 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1962/1963)	
ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
Formação Nacionalista	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
Artes Plásticas	
Corte	
Enfermagem	94 alunas do 2º Ciclo
Culinária	97 alunas do 3º Ciclo
Danças Regionais	
Jogos	
Clube do Livro	
Clube do Disco	
Clube de Estudos	
Introdução à História da Música	
Sobre Problemas Actuais	

Para além da concretização do plano de actividades traçado, repetiu-se o Curso de Graduadas com três dias de trabalho em Mira, de 17 a 19 de Junho e introduziram-se novas actividades, como os Clubes, a Introdução à História da Música e Sobre Problemas Actuais, que no entender da Directora e das instrutoras iam ao encontro dos interesses das alunas, cada vez mais motivadas para alargar os seus horizontes intelectuais e conhecer a realidade nacional e internacional de forma transversal. Basta lembrarmos alguns artigos por nós referidos no Jornal do Liceu, «a Bússola».

1963/1964

Quadro 35 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1963/1964)	
ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
Formação Nacionalista	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
Jogos	30
Artes Plásticas	54
Culinária	14
Corte e Costura	5
Indústrias Caseiras	25
Danças	37
Ginástica especial	25
Voleibol	47
Basquetebol	58

As actividades introduzidas no ano anterior, não funcionaram por falta de instrutoras, mas as outras decorreram com se planeou, mantendo-se os Jogos e as outras modalidades desportivas, com grande número de inscrições. Relativamente às actividades tradicionais, continuaram os seus resultados a serem apresentados na época do Natal e no final do ano.

1964/1965

Quadro 36 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1964/1965)		
	ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
1º Ciclo e 3º ano	Formação Nacionalista	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
3º ano	Jogos Artes Plásticas Culinária	44 12 9
4º / 5º ano	Danças Voleibol Basquetebol Andebol Enfermagem Artes Plásticas Culinária	15 2 5 3 7 10 25
3º Ciclo	Danças Basquetebol Andebol Badmington Culinária Corte e Costura Enfermagem Decoração Clube do Livro	4 4 3 2 4 6 3 15 14

Nada de particular foi registado neste ano, decorrendo as actividades com normalidade, continuando a despertar mais atenção, aquelas que poderiam completar a formação das jovens, enquanto futuras donas de casa, ou então as pudessem levar a convívios fora do Liceu.

1965/1966

Quadro 37 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1965/1966)		
	ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
1º Ciclo e 3º ano	Formação Nacionalista	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
3º ano	Jogos Artes Plásticas Danças Regionais Enfermagem	14 4 3 3
4º / 5º ano	Voleibol Basquetebol Andebol Campismo Enfermagem Artes Plásticas Culinária	15 9 15 16 11 17 16
3º Ciclo	?	9

A falta de dados não nos permite saber quais as actividades destinadas ao 3º Ciclo, mas pelo número de alunas inscritas, parece ter havido uma grande quebra. Os trabalhos realizados ao longo do ano foram dados a conhecer como nos anos anteriores, pelo Natal e no final do ano.

Houve Campeonatos de Zona em Coimbra e Aveiro, tendo as Filiadas do Centro do Infanta ganho nas duas cidades.

1966/1967

Quadro 38 - Actividades da Mocidade Portuguesa Feminina (1966/1967)		
	ACTIVIDADES	INSCRIÇÕES
1º Ciclo e 3º ano	Formação Nacionalista	Todas as alunas do 1º Ciclo e 3º ano
3º ano	Artes Plásticas	6
4º / 5º ano	Artes Plásticas	5
	Atletismo	8
	Badmington	4
	Basquetebol	9
	Campismo	8
	Culinária	17
	Andebol	9
	Enfermagem	11
	Voleibol	5
3º Ciclo	Andebol	2
	Artes Plásticas	2
	Badmington	4
	Basquetebol	6
	Campismo	2
	Corte e Costura	1
	Enfermagem	2
	Culinária	5
	Voleibol	8

De novo o Centro participou nos Campeonatos Regionais com uma equipa de Voleibol, Basquetebol e Andebol, mas sem o sucesso habitual, tendo somente ganho em Basquetebol e Andebol. Participou também nos Campeonatos Nacionais, sendo o melhor resultado um empate, na modalidade de Basquetebol, (iniciados) face à equipa de S. José.

Relativamente às outras actividades nada foi realçado, tendo decorrido todas com normalidade, como nos anos anteriores.

1966 – 1974

Com a nova organização dos Centros de Actividades Circum – Escolares, criados pela reforma de Galvão Teles, a Reitora passou a elaborar no início de cada ano, o seu Plano Anual de Actividades, seguindo as orientações recebidas do Comissariado que definiu áreas, a partir das quais se determinavam as Actividades: “secção de formação moral, secção de cívica e social, secção de formação feminina, secção cultural e artística, secção gimno-desportiva, secção de actividades ao ar livre, secção da acção social escolar.”²⁴⁵

Coube essa tarefa pela primeira vez, à Dra. Amélia Rosa, logo no seu primeiro ano de Reitora (1966/67) e recém chegada ao quadro das docentes do Infanta, estabelecendo em conformidade com as orientações um conjunto de actividades obrigatórias para todos os anos e outras facultativas.

Iremos apresentá-las em quadro para os três primeiros anos.

Quadro 39 - Centro de Actividades Circum-Ecolares do Liceu Infanta D. Maria				
ANO LECTIVO	ACTIVIDADES OBRIGATÒRIAS	Nª inscritas	ACTIVIDADES VOLUNTÁRIAS	Nª inscritas
1967/68	Educação Social -1º e 2º ano	Todas as alunas matriculadas	Artes Plásticas	26
	Artes Plásticas – 3º ano		Culinária	28
	Economia Doméstica – 4º ano		Corte e Costura	8
	Enfermagem – 5º ano		Danças Regionais	7
	Puericultura e Decoração – 6º ano		Campismo	30
	Educação Musical – 7º ano		Ginástica especializada	20
			Andebol	18
			Badmington	20
			Basquetebol	20
		Voleibol	20	
1968/69	Iniciação Desportiva – 2º ano	156	Culinária	51
	Artes Plásticas – 3º ano	171	Actividades Gim-desport.:	
	Economia Doméstica – 4º ano	138	Voleibol	30
	Enfermagem – 5º ano	209	Basquetebol	32
	Decoração	118	Andebol	22

²⁴⁵, Normas orientadoras sobre a estruturação da nova orgânica das Actividades Circum -Escolares, criada pelo Decreto-Lei nº 47311 de 12 de Novembro de 1966. ANTT, ACE, Caixa 175, Pasta nº 8.

	Psicologia Infanta - 4º ano	127	Badmington	6
	Ou		Atletismo	15
	Orientação de Leituras	36	Ginástica especial	21
			Danças Regionais	7
1969/70	Formação Cívica e Social - 3º ano	175	Culinária	?
	Arte de Dizer – 4º ano	171	Equipas da Secção Cultural:	
	Enfermagem – 5º ano	147	Biologia	14
	Decoração – 6º ano	165	Matemática	14
	ou Econ. Doméstica – 6º ano	4	História de Arte	8
	Puericultura – 7º ano	170	Disco	12
	ou Culinária	14	Informação	4
			Jornal	10
			Liturgia	8
			Social	8
			Actividades	
			Gimnodesportivas:	15
			Basquetebol	51
			Andebol	45
		Voleibol	4	
		Badmington	50	
		Natação		

As finalidades subjacentes a estas opções de actividades Circum-Ecolares obrigatórias e voluntárias, não eram diferentes das anteriores e destinavam-se a completar, relativamente ao conjunto de disciplinas do Currículo Liceal, a formação integral da futura mulher, mãe, dona de casa e cidadã educada e patriota.

Com as alterações introduzidas, os Liceus passaram a funcionar de forma mais organizada, porque de uma «escola única se tratava», embora os meios, as metodologias, a dinâmica das actividades tivessem sido mantidas.

Continuaram a fazer-se as roupinhas e enxovais de bebé, para as famílias pobres, normalmente entregues na época natalícia; bordados e outros trabalhos manuais eram expostos como sempre na exposição de final de ano; as peças de teatro, danças e coro, eram apresentados sempre que havia festas ou comemorações; as atletas preparadas nas actividades de carácter desportivo, continuavam a disputar campeonatos locais, regionais e

nacionais. Quer isto dizer que pouco mudou e assim se manteve até à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Enquanto aluna do Liceu Infanta D. Maria, desde 1968 a 1974, podemos testemunhar o que foram as actividades Circum – Escolares, no ano lectivo de 1970/1971, quando então frequentávamos o 4º ano. O nosso plano de actividades para aquele ano foi, Introdução da Economia Doméstica, Governo da Casa, Habitação, Alimentação e aulas práticas de Culinária.

À excepção de Culinária, nas outras aulas eram dadas noções teóricas de cada uma das temáticas, muitas vezes reforçadas pelas revistas editadas pela Mocidade Portuguesa Feminina, como a «Menina e Moça» de que falámos na Parte I deste trabalho, ao apresentarmos a simbologia do Estado Novo.

Aquela metodologia de ensino era completamente centrada na professora que ora explicava, ora ditava apontamentos, sem que houvesse qualquer possibilidade de reflexão e debate.

Dos apontamentos que guardámos e agora analisámos e que se encontram em anexo [AnexoC9] podemos constatar que todas as temáticas abordadas, mesmo a prática da Culinária, apesar de serem tratadas separadamente, por instrutoras diferentes, seguiam o mesmo fio condutor, formando um todo que visava de forma bem explícita a formação de meninas de uma camada média da sociedade.

Na **Introdução da Economia Doméstica**, dava-se por exemplo a noção de casa.

“ A casa é o símbolo universal da família. (...) A casa, sinónimo de lar é a concretização da noção permanente e da realidade sagrada constituída pelo agregado familiar. (...) É dentro dela que se expande e se realiza a personalidade dos mais velhos e se forma a equilibra a dos mais novos”.

No **Governo da Casa**, davam-se sugestões para que a dona de casa soubesse tornar o lar num suporte saudável para toda a família com a participação o marido.

“(...) A dona de casa deverá familiarizar-se com o orçamento, conseguindo administrar os bens da família, dirigir e saber prever as necessidades do núcleo

familiar, sem tropeçar com demasiadas surpresas no final. Pode ser útil fazer o orçamento entre os dois esposos. (...) é útil como em tantos outros aspectos do casamento, que a responsabilidade seja repartida entre ambos”

Ensinava-se também a fazer o orçamento a partir do rendimento mensal e calculando os gastos nas despesas habituais, com uma reserva para os imprevistos, com o objectivo de poder poupar algum dinheiro.

Na **Habitação**, também chamada «A arte doméstica» ensinava-se como decorar agradavelmente a casa, “(...) o conceito moderno de conforto se alargou consideravelmente e adquiriu dois sentidos que se completam: conforto prático + conforto estético = personalidade”.

Na **Alimentação**, davam-se algumas noções de nutrição, sem esquecer os custos de uma alimentação equilibrada.

“A alimentação constitui umas das necessidades vitais mais importantes. Dela depende a saúde, o equilíbrio e a capacidade de trabalho. Ela deve ser uma das principais preocupações da dona de casa, que terá sempre em vista dois princípios essenciais:

- Proporcionar a todos os membros da família uma alimentação sã, completa e adequada;
- Restringir-se às capacidades orçamentais de que dispõe sem desequilíbrio para as restantes verbas de despesa da casa.

A arte de dosear e combinar os alimentos, constitui uma novíssima ciência: a dietética, que estuda a higiene alimentar”

Explicavam-se também as principais características e as propriedades de alguns alimentos.

Finalmente na **Prática de Culinária**, aprendiam-se a confeccionar pratos de carne, peixe e doces, pondo em prática as noções transmitidas nas outras aulas.

Formar boas donas de casa era o grande objectivo e em muitas de nós foi conseguido.

Sendo as metodologias de ensino muito passivas, em que o professor era quase sempre o “actor” principal, qualquer actividade prática que envolvesse criativamente as alunas, constituíam momentos de verdadeiro prazer.²⁴⁶

Naquela pequena cozinha, expressamente equipada para as aulas, depois de indicada a receita que íamos aprender a executar passo a passo, a professora apresentava os alimentos, que ela própria trazia e explicava algumas das suas especificidades, seguindo-se a distribuição das tarefas.

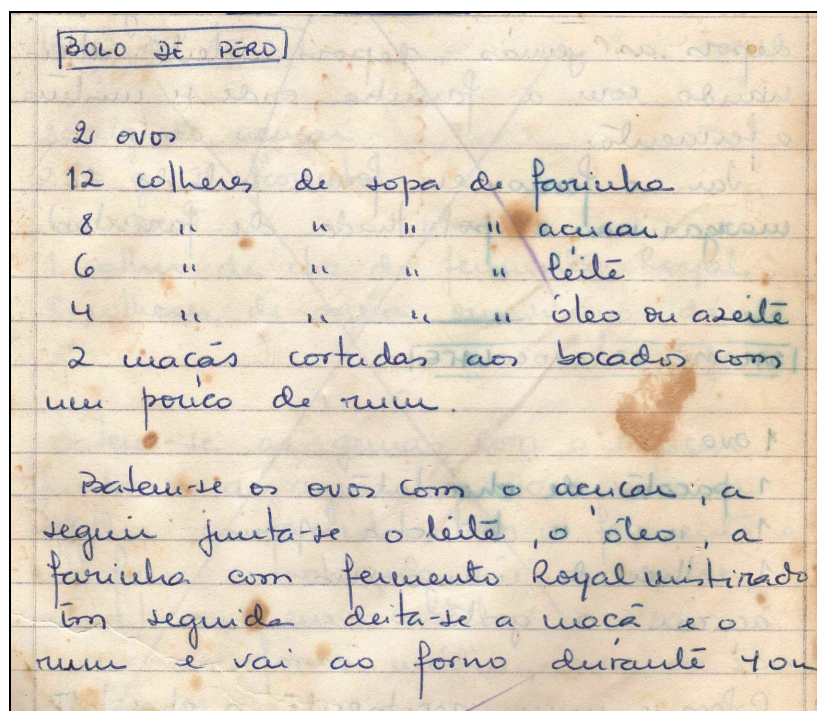


Fig. 45 - Receita de bolo, aprendida nas aulas de Culinária

Depois de ultrapassadas todas as fases de mistura dos ingredientes e enquanto o fogão se responsabilizava pela última etapa, escreviam-se as receitas, lavava-se a louça e arrumava-se a cozinha. Tudo tinha de ficar impecável. Acabado o tempo de cozedura, vinha o momento da prova, não sem antes a professora mostrar a forma mais agradável de apresentação do prato de carne, de peixe ou o bolo.

²⁴⁶ Assim nasceu o nosso gosto pela “arte de cozinhar”. Acompanhada pela mãe começámos, em casa, a experimentar o que era ensinado nas aulas e fomos passando a limpo, de forma mais ou menos organizada aquelas receitas, acrescentando outras. No caderno diário de Actividades Circum – Escolares, encontramos somente catorze registos originais das receitas aprendidas e experimentadas, pois à medida que as íamos passando para os cadernos de receitas de “Carnes e Salgados”, “Peixes”, “Bolos” e “Sobremesas”, que ainda hoje consultamos, eram riscadas ou rasgadas.

Eram sempre receitas económicas, muito insistentes na tónica da poupança e da simplicidade, intencionalmente dirigidas às jovens que uns anos depois se tornariam mulheres.

Depois desta apresentação das actividades Circum-Ecolares e da forma como o Liceu as organizou anualmente no seu Plano, podemos dizer que fizeram parte integrante do seu projecto educativo e que parece ter nascido com o Liceu, protegido pela sua patrona, a Infanta D. Maria, princesa culta, amante das artes e das letras, e portadora de elevadas virtudes morais. Foi pois esta sólida estrutura, que em Coimbra formou, meninas **Educadas e Patriotas**.

5.4.2 Festas, excursões e comemorações

Todas as efemérides de índole religiosa e patriótica eram comemoradas com a participação de todas as filiadas, em celebrações conjuntas do Liceu e do Centro nº1 e assim se procedeu até 1974, pois, “ As comemorações históricas e a Semana do Ultramar são o fulcro da formação cívica por uma comemoração activa de patriótico estímulo, que culminou vibrantemente com os acontecimentos de Goa e Angola”²⁴⁷

A primeira grande festa, as comemorações da Restauração da Independência em 1640, realizava-se no feriado de 1 de Dezembro. Seguindo as instruções da Sub – Delegacia de Coimbra, as filiadas, acompanhadas da delegada e demais responsáveis ligadas ao Centro, em associação com os outros Centros dependentes daquela Sub – Delegacia, deslocavam-se em romaria ao Túmulo de D. Afonso Henriques, na Igreja de Santa Cruz onde, depunham flores e ouviam normalmente uma “alocução patriótica”, proferida por um sacerdote, como por exemplo o Padre António Pedro, Director do Colégio de S. Teotónio, que muitas vezes acompanhou o Liceu.

Depois vinha o dia 8 de Dezembro, então o dia da mãe, normalmente assinalado por uma missa em que assistiam as alunas filiadas, a Reitora, a Vice - Reitora, a Directora do Centro, professoras e funcionárias.

²⁴⁷Dr.^a D. Dionysia Camões, Discurso na cerimónia de comemoração do Cinquentenário do Liceu Infanta D. Maria, *Revista Labor*, n.º 275, *Separata*, Aveiro, 1969, p. 14.

O momento de maior sentido de partilha era sem dúvida o Natal, sempre celebrado com uma festa e entrega de donativos a famílias carenciadas, constituído por algumas peças de vestuário elaboradas pelas filiadas, nas aulas de Economia Doméstica, Corte e Costura e nos seus tempos livres.

Outros momentos importantes de demonstração do que se aprendia e fazia nas Actividades Circum-Escolares eram as Comemorações do Dia do Liceu (8 de Junho) e do Dia da Raça ou dia de Portugal (10 de Junho). Sempre que se podia associavam-se estes dois dias para o encerramento das actividades, com exposição de trabalhos, números de canto e de dança, peças de teatro e demonstrações desportivas [Anexo C10, C11e C12]



Fig. 46 - Sarau no Liceu Infanta D. Maria

Ocasionalmente eram comemorados aniversários de personagens ilustres da História de Portugal, que serviam de tema para desenvolvimentos nas aulas e actividades de pesquisa, sobretudo nas disciplinas de História, Português, Filosofia ou mesmo Organização Política e Administrativa da Nação e quase sempre palestras ou conferências apresentadas normalmente no salão de festas do Liceu em que se transformava o Ginásio. Muitas destas comemorações incluíam uma Missa, participada por elementos do Liceu e da Mocidade e sobre as quais já atrás nos referimos. Também de carácter histórico e patriota se comemoravam acontecimentos como é o exemplo da Comemoração do Armistício em 11 de Novembro de 1954, com explicações às alunas e filiadas do significado do acontecimento e colocação de uma fita alusiva no estandarte do Liceu e ainda no mesmo ano as Comemorações da Batalha de La Lys.

Temos ainda notícia de peregrinações a locais de culto mariano, pois Nossa Senhora era a padroeira da Mocidade Portuguesa Feminina, como foi a que aconteceu à Senhora da Piedade na Serra da Lousã e Vila Viçosa, ambas em 1954, e ao Santuário de Fátima em 1968 aquando das comemorações do Cinquentenário do Liceu.²⁴⁸

Uma outra actividade, ainda de sentido religioso, foi a adesão do Centro nº 1, a um desafio do Comissariado a todos os Centros, para a construção de «Nichos Votivos a Nossa Senhora», pelas estradas e caminhos de Portugal, numa cadeia de veneração à Virgem e de pedido da sua protecção, para todos os viajantes e caminhanes. O nicho mandado edificar pelo Centro do Infanta, que custou 994\$20, situava-se na estrada nacional nº1, à entrada de Coimbra, na freguesia de Santa Clara, junto ao Miradouro do Vale do Inferno e foi inaugurado em 21 de Maio de 1964. Estiveram presentes na inauguração a Delegada Distrital, a Subdelegada Regional, professoras, alunas e familiares e o Capelão do Convento de Santa Clara, Rev.º Padre Sebastião Rodrigues, que fez uma alocução. As alunas ofereceram flores à Virgem, entoaram cânticos e a Directora do Centro proferiu algumas palavras alusivas ao acontecimento.

Também a Mocidade se associou na organização das excursões anuais do Liceu, subsidiando-as e tornando assim possível a participação de alunas de menores recursos financeiros. Para a sua preparação o Comissariado organizou um conjunto de normas que enviava a todos os centros.

²⁴⁸ Esta peregrinação integrou-se no programa da Excursão das alunas do 5ºano, realizada dia 27 e 28 de Abril, com o seguinte itinerário: 1º dia – Coimbra, **Fátima**, Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha, Óbidos, Peniche, Foz do Arelho (dormida). 2º dia – Foz do Arelho, Santarém, Golegã, Entroncamento, Constância, Tomar, Penela, Condeixa, Coimbra.

5.4.3 As atletas



Fig. 47 - Equipa de Voleibol do Liceu Infanta D. Maria

Quando abordámos as Actividades Circum-Escolares, no ponto 5.4.1, demonstrámos a grande adesão e o sucesso obtido pelas filiadas inscritas nas modalidades desportivas da Mocidade Portuguesa Feminina, nomeadamente no Voleibol e no Basquetebol, mas outros sucessos houve na Natação.

Recordemos que era grande objectivo da Mocidade, proporcionar através da Educação Física, e da prática desportiva em geral, o desenvolvimento físico e psicológico da mulher, sem a masculinizar e o Infanta dinamizou bem esta vertente da formação feminina.

Sobre os jogos inter-turmas do Infanta não nos iremos pronunciar, apesar de constituírem a base do sucesso a nível exterior, mas sim às participações em campeonatos desportivos de Distrito, de Zona e Nacionais, que apresentaremos em quadro, pela visibilidade que deram ao Liceu Infanta D. Maria.

Quadro 40 - Participação da Filiadas em Provas Desportivas			
	PROVAS	RESULTADOS	DATA
1950/51	Voleibol. Infanta – Liceu de Viseu	Vitória do Infantas por desempate	26/11/1950
1951/52	Desafios de Voleibol e Basquetebol entre equipas de diferentes anos do		Junho. Encerramento das actividades

	Liceu		
1952/53	Voleibol Colégio S. José - Infanta Infanta – S. José 3 jogos de Voleibol e Basquetebol (5º,7ºano) com os Liceus Carolina Michaelis e Rainha Santa Isabel do Porto* Jogos de Voleibol entre equipas do 5ºano e 7º ano do Liceu Jogos de Voleibol entre equipas do 4ºano	Vitória do Colégio S. José Vitória do Colégio S. José O Infanta ganhou 2 e perdeu 1 Venceu o 5º ano -----	25/5/1953 30/5/1953 3/5/1953 15/5/1953 17/5/1953
1953/54	Voleibol 5º ano – 6º ano Basquetebol 6º ano – 7º ano 4º A - 4º B	----- ----- -----	Final do Ano Lectivo
1954/55	Basquetebol Infanta – Colégio D. José Voleibol Liceu de Viseu – Infanta Infanta – Liceu Carolina Michaelis (4º ano)	----- ----- Venceu o Infanta	8/5/1955 10/5/1955 14/5/1955
1955/56	Voleibol Infanta – Liceu de Viseu	Venceu o Infanta	5/5/1955
1956/57	Voleibol Infanta – Liceu de Aveiro (2 jogos) Infanta – Colégio da Anadia Infanta – Liceu de Viseu Infanta – Colégio de Castelo Branco Participação de uma equipa de Voleibol e de Basquetebol nos Campeonatos Nacionais	15-2 ; 15-3 Venceu o Infanta Venceu o Infanta Venceu o Infanta	20/3/1957 27/3/1957 6/4/1957 8/4/1957 17/5/1957
1957/58	Participação de uma equipa do Infanta, como representante da zona centro, no Campeonato Nacional de Basquetebol no Porto	Venceu o Campeonato o Infanta	3, 4 e 5 de Maio de 1958
1958/59	Participação do Infanta, com uma equipa de Basquetebol e Voleibol, nos Campeonatos de Zona e Nacional - Jogo em Aveiro - Jogo em Coimbra das duas modalidades	Venceu o Infanta Venceu em Basquetebol	17/4/1959 9 e 10/5/1959
1959/60	Encontros de Educação Física com os Centros de Braga, Viseu, Porto e Guarda, para encontrar a equipa que	Foi seleccionada a equipa de Basquetebol	11/10/1959

	representará o país em Espanha.	do Infanta	
1960/61	Participação no Campeonato Nacional de Basquetebol em Évora	Venceu o Infanta	29/4/1961
1961/62	Realizou-se no Liceu o Campeonato de Voleibol da zona Centro em que participaram Viseu e Castelo Branco. Participação do Infanta no Campeonato Nacional de Basquetebol, como representante da zona centro	Venceu Viseu Infanta ficou em 2º lugar	31/3/1962 9, 10, 11 de Abril de 1962
1962/63	Participação do Infanta no Campeonato de Zona de Basquetebol, realizado em Castelo Branco	Foi seleccionada a equipa do Infanta para ir ao Campeonato Nacional	Abril
1963/64	Participação do Infanta no Campeonato Regional de Basquetebol, realizado em Coimbra, para se apurar a equipa que irá ao Campeonato Nacional	Foi seleccionada a equipa do Infanta	22/2/1964
1964/65	Participação nos Campeonatos Regional, de Zona e Nacional, de Basquetebol e Andebol	Na final, a equipa do Infanta de Basquetebol ficou em 2º lugar e a de Andebol em 3º lugar	13/3 20 e 21 de Março 12, 13 e 14 de Abril
1965/66	Participação nos Campeonatos de Zona	Venceu o Infanta	12, 19 e 20 de Março
1966/67	Participação nos Campeonatos Regional e de Zona de Basquetebol, Voleibol e Andebol e nos Nacionais de Andebol. Participação no Campeonato Distrital de Atletismo	O Infanta obteve uma vitória nos Regionais de Basquetebol e de Zona em Andebol Grande número de atletas esteve presente**	18 e 25 de Fevereiro
1967/68	Participação nos Campeonatos Regional, de Zona e Nacional de Basquetebol, Andebol e Atletismo	O Infanta levou uma equipa de Basquetebol e Andebol aos Nacionais e um número considerável de atletas representou dignamente o Liceu	
1968/69	Participação nos Campeonatos Regional, de Zona e Nacional de Basquetebol, Voleibol e Andebol	O Infanta foi apurado para o campeonato de Zona onde foi campeão em Andebol e Basquetebol. Nos Nacionais de Basquetebol e Andebol o Infanta ficou em 4º e 2º lugar respectivamente	
1969/70	Participação nos Campeonatos de Andebol, Basquetebol, Voleibol e Badminton para o Campeonato de Zona. Em Natação o Infanta esteve representado nos 50m livres braços, mariposa, costas e estafetas e ainda 100m livres, braços e costas	O Infanta apurou-se em todas as modalidades Mª Margarida Fernandes foi apurada para os Nacionais, tendo ficado em 3º lugar com 47,8 s.	

1970/71	Participação nos Campeonatos Nacionais de Badmington e de Natação	Infanta alcançou um 4º lugar em Badmington. Teresa Oliveira obteve o 2º lugar em 50m bruços e o 3º lugar em 50m livres Manuela Mendes Silva obteve o 2º lugar nos 50m costas e mariposa	
1971/72	Participação nos Campeonatos Nacionais de Natação em 50m bruços, livres, costas e estafetas (4x25m) (4 alunas)	Estafetas 4x25 - 1º lugar Bruços e Costas – 2º lugar Livres – 3º lugar	

Depois da enumeração das actividades desportivas dinamizadas pelo Centro nº1, do Liceu Infanta D. Maria, feitas quando analisámos as actividades circum-escolares e após a constatação das participações sistemáticas em campeonatos Distritais, Regionais e Nacionais, pouco fica para dizer. De facto, anualmente muitas filiadas se inscreviam nas variadas modalidades do Centro e os primeiros sucessos nos campeonatos trouxeram prestígio ao Centro do Infanta e mais inscrições.

Além do são convívio que os treinos proporcionavam semanalmente, desenvolviam o espírito de equipa, de companheirismo, de partilha e de respeito, valores presentes no «Fair Play», que o próprio comissariado incentivava, tendo até enviado aos Centros uma circular com considerações sobre “O Espírito dos Jogos Internacionais da FISEC – Secção Feminina” [Anexo B2].

Também as deslocações a outros locais para defrontar outras equipas de outros Centros, proporcionavam novos contactos, novos conhecimentos e até novas amizades, com benefícios individuais e para o grupo.

Tomemos como exemplo a deslocação das filiadas «atletas» ao Porto em Maio de 1953*, que possibilitou um fim de semana diferente para 34 jovens, que ficaram instaladas na casa da Mocidade da Granja. A Directora do Centro apontou três grandes objectivos para esta actividade de dois dias: “1. Interessar as alunas por iniciativas deste género; 2. Iniciar visitas de confraternização entre filiadas de diferentes centros e províncias; 3. Realizar um intercâmbio desportivo entre as filiadas de Coimbra e Porto.”²⁴⁹

²⁴⁹ Relatório da Reitora, 1952/53, AHME, p.100

847

MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA
DELEGACIA DISTRIITAL DE COIMBRA

1966-67

RESULTADO DAS PROVAS DE ATLETISMO

ALA 1 - CENTRO N.º 1

	Nascida			
{ Maria Teresa Bosh Reis Faria Maria de Lurdes Rodrigues Figueiredo Maria Luisa Ferreira Gabral Maria da Graça Martins Maria de Lurdes Pires Ramos Maria de Lurdes de Matos Rodrigues	-	1952	4.ª ano-Vencedora-1,20 m.	-1,15 "
	-	1952	4.ª "	-1,05 "
	-	1954	3.ª "	-1,15 "
	-	1954	3.ª "	-1,15 "
	-	1952	3.ª "	-1,15 "
	-	1953	3.ª "	-1,05 "
{ Maria Fernanda de Oliveira Ramos Gomes Maria de Lurdes Matos Rodrigues Maria Margarida e Silva Carvalho S. Isabel Maria Ribeiro Morgado Maria Clara Pinto Leite Maria da Graça Martins Maria de Lurdes Pires Ramos	-	1952	2.ª " -Vencedora-18Sugar	-5ª "
	-	1953	4.ª "	-6ª "
	-	1953	4.ª "	-4ª "
	-	1950	4.ª "	-7ª "
	-	1954	3.ª "	-2ª "
	-	1952	3.ª "	-3.ª "
{ Maria Teresa Bosh Reis Faria Maria de Lurdes Matos Rodrigues Maria Helena da Conceição Mendes Maria Margarida e Silva de Carvalho S. Maria de Lurdes Rodrigues Figueiredo Maria Luisa Ferreira Gabral Maria da Graça Martins Maria de Lurdes Pires Ramos Maria Fernanda de Oliveira Ramos Gomes Isabel Maria Ribeiro Morgado	-	1952	4.ª "	-1,90 m
	-	1953	3.ª "	-1,80 m
	-	1952	3.ª "	-1,65 m
	-	1953	4.ª "	-1,70 m
	-	1952	4.ª "	-2,06 "
	-	1954	3.ª "	-1,85 "
	-	1954	3.ª "	-1,75 "
	-	1952	3.ª "	-2,08 "
	-	1952	2.ª "	-1,80 "
-	1949	4.ª "	-1,80 "	
{ Maria Fernanda de Oliveira Ramos Gomes Maria Helena da Conceição Mendes Isabel Maria Ribeiro Morgado Maria Clara Pinto Leite	-	1952	2.ª " - Venc.	- 43 m
	-	1952	3.ª "	- 49 "
	-	1949	4.ª "	- 48 "
	-	1950	4.ª "	- 31 "

Fig. 48 - Resultados obtidos pelas atletas do Infanta nos Campeonatos Distritais de 1966 (ANTT)

Cabia à Delegacia Distrital concentrar toda a informação dos Centros que coordenava, enviando todas as informações para o Comissariado e reenviando as que recebia deste, para cada um dos Centros, como vemos no documento (Fig.46).

Sob o lema «mente sã em corpo sã» as actividades de carácter desportivo permitiam garantir o corpo sã para uma mente sã.

5.4.4 Campos de Férias

“Condições para participar num campo de férias.

Normas Gerais:

Ser do ensino oficial; Estar inscrita na M.P.F. e ter frequentado, sem perda de ano por faltas, as actividades; Ter aproveitamento escolar; Ter necessária robustez física,

comprovada com exame médico; Ter farda da M.P.F.; Ter uniforme do Campo (saia de algodão e blusa branca, tecido e feitio de livre escolha das filiadas); Pagar 100\$00 de inscrição.”²⁵⁰

Tratava-se de uma actividade de âmbito nacional, promovida pelo Comissariado que se realizava no final do ano lectivo, nos meses de Julho, Agosto e Setembro e era restrita só a algumas filiadas, pois no número de participantes por Campo e as condições exigidas, obrigavam a uma grande selecção

As interessadas tinham de fazer uma inscrição prévia que entregavam no Centro, o qual depois de uma atenta análise ao perfil da filiada candidata, procedia à selecção e as que «passavam» eram enviadas à delegada distrital que por sua vez as reenviava para o Comissariado, onde era dado o «veredicto final». Funcionava assim a selecção num sistema de «*numerus clausus*» [Anexo B3].

Quase todos os Campos eram no litoral e junto a Lisboa ou ao Porto, constituindo uma grande atracção, sobretudo para as filiadas de cidades mais pequenas ou de zonas rurais e de famílias com menores recursos, que normalmente não iam de férias. Embora Coimbra diste do mar cerca de 50 km, a ideia de passar umas férias à beira mar, num local diferente do habitual, longe dos pais e convivendo com jovens de outros locais, era um sonho alimentado, desde o momento em que faziam a inscrição, até ao veredicto: – aceite ou não?

A experiência das que foram a primeira vez, aumentou o número das candidatas nos anos seguintes, levando a Directora do Centro e a delegada distrital a pedir para que fosse aumentado o número de participantes.

Nos Campos, para além dos tempos de lazer, havia um programa pré estabelecido que envolvia actividades, sem esquecer os momentos patrióticos, como o içar e o arriar da bandeira e momentos de oração, como a oração da manhã com missa de carácter facultativo e o terço ao fim da tarde.

²⁵⁰ ANTT. Arquivo MPF, Delegação de Coimbra. Correspondência Recebida do Comissariado Nacional, NT 175, Pasta nº8

<u>MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA</u>	
<u>HORÁRIO TIPO DUM DIA DE CAMPO DE FÉRIAS</u>	
7 ^h 30	- Levantar
8 ^h 30	- Oração da manhã e Missa (facultativa)
9 ^h 25	- Içar da bandeira
9 ^h 30	- Pequeno almoço
10 ^h	- Arrumações
11 ^h	- Actividades (por equipas): educação física, canto coral, liturgia, artes e letras etc., ou saída para a praia.
13 ^h	- Almoço Descanço
16 ^h	- Tempo livre
17 ^h	- Lanche Passeio
19 ^h 30	- Recitação do terço Arrear da bandeira
20 ^h	- Jantar Serão
22 ^h	- Deitar
22 ^h 30	- Silêncio




Fig. 49 - Exemplo de um horário de um Campo de Férias (1965). ANTT

Embora possa parecer algo limitado, ir ao Campo de Férias, significava libertação. Conhecer outros locais, gente nova, partilhar ideias e experiências que ajudavam ao desenvolvimento de valores e à socialização, constituía uma mais valia para o enriquecimento pessoal das jovens. Para as filiadas mais velhas, graduadas universitárias, era um excelente estágio, para a aquisição de experiência de direcção e de relacionamento com jovens tão diferentes.

No final dos Campos, a responsável fazia um relatório circunstanciado, em que se referiam os problemas detectados nas participantes, bem como as qualidades e os progressos alcançados, sendo depois enviado ao Centro, como comprova o excerto do relatório dos Campos de Férias de 1967, enviado ao Centro nº 1.

Filiada A: “Filiada com muitos problemas de ordem afectiva e religiosa. Tem vontade de acertar mas precisa de ser ajudada. Não correspondeu de modo algum

àquilo que todos esperavam dela. Pelo contrário, foi até, em certos aspectos, elemento perturbador. Necessita de viver, pelo menos, um novo campo.”

Filiada B: “Filiada com bom espírito mas pouco activa. Necessita ser ajudada”

Filiada C: “Personalidade não definida. Muito criança. Necessita de uma ajuda séria ao longo do ano. Apenas as actividades desportivas lhe diziam alguma coisa.”

Filiada D: “Muito disponível e prestável. Um pouco afectada. Necessitava de um novo campo.”²⁵¹

Do «nosso Liceu», encontrámos dados relativos à participação de filiadas nos Campos de Férias, a partir de 1965.

Quadro 41 - Campos de Férias da MPF - Liceu Infanta D. Maria (Centro nº1)			
	Data	Campo	Nº de filiadas
1964/65	9 a 29 Julho	Granja	2
	2 a 22 Agosto	Sintra	4
	25 Agosto a 15 Setembro	Granja	5
1965/66	9 a 29 Julho	Granja	2
	24 Agosto a 14 Setembro	Granja	2
	24 Agosto a 14 Setembro	Viana do Castelo	7
1966/67	24 Agosto a 14 Setembro	Sintra	6
	24 Agosto a 14 Setembro	Viana do Castelo	4
		Caparide	4
1967/68	9 Junho a 7 Julho	Granja	2
	24 Agosto a 14 Setembro	Caparide	8
1968/69	18 Junho a 7 Julho	Granja	3
	1 a 22 Agosto	Granja	6
	24 Agosto a 14 Setembro	Sintra	2
1969/70	1 a 22 Agosto	Caparide	5
	1 a 22 Agosto	Granja	7
	24 Agosto a 14 Setembro	Caparide	1
1970/71	17 Junho a 7 d Julho	Caparide	5
	3 a 23 Agosto	Sintra	2

²⁵¹ ANTT. Arquivo MPF, Delegação de Coimbra. Correspondência Recebida do Comissariado Nacional, NT 175

1971/72	9 Junho a 29 Julho	Santo Tirso	9
	2 a 22 Agosto	Caparide	2
1972/73		Aveiro	9

Ao criar estes Campos de férias, a Mocidade Portuguesa Feminina, não abandonava as suas filiadas, continuando a educar e a ensinar num prolongamento do que fazia durante o ano lectivo.

5.5 Educadas e Patriotas do Infanta

“ O facto de se pertencer à Mocidade Portuguesa Feminina, na altura, era uma mais valia para as raparigas, porque nos inculciam o amor ao próximo e aos três valores fundamentais: Deus, Pátria e Família.

O papel da mulher na família era valorizado e a família era considerada o pilar fundamental da sociedade.²⁵²”

M J A

“Como sabemos a Mocidade Portuguesa, organização destinada à formação político-ideológica das crianças e dos jovens em idade escolar, pretendia inculcar neles a ideia de grandeza da Pátria. Nada que os conteúdos programáticos já não fizessem²⁵³”.

Eloísa Martinho (pseudónimo)

Relativamente a uma possível rejeição ideológica da organização, era difícil, naquelas idades, ter alguma consciência política formada.

“Ao tempo não tínhamos grande consciência da intencionalidade subjacente às actividades da Mocidade Portuguesa, procurávamos usufruir do que de bom nos

²⁵² Entrevista a nós concedida em Fevereiro de 2010

²⁵³ Entrevista a nós concedida em Fevereiro de 2010

proporcionavam o convívio e a partilha com as colegas, num ambiente bem menos rígido e pesado do que o das aulas”²⁵⁴

Maria Teresa de Almeida Gouveia

Outros testemunhos confirmam a mesma ideia:

“Tirando a parte política, que na altura, eu pelo menos não me recordo, de me ter sido nunca imposta, mas a idade e a pouca formação nesse campo, não permitiam ver nada de ”mal”; não tenho más recordações.

Relembro os acampamentos, com numerosas actividades e jogos; os festivais de ginástica e as visitas a outras escolas.

Sair da M.P.F. não era fácil, pois nós fazíamos parte, assim que nos matriculávamos, na Escola”²⁵⁵.

Maria Filomena Barriga Sequeira César²⁵⁶

No entanto às mãos das alunas do Infanta chegaram alguns jornais clandestinos, a que já nos referimos e que era «perigoso» exhibir ou a eles fazer referência, como este que a Filomena guardou. Eles desafiavam, abriam portas, indicavam caminhos, cujo percurso tinha de ser adiado, sob pena de comprometer a pouca liberdade que se tinha.

²⁵⁴Entrevista a nós concedida em Fevereiro de 2010 [anexo]

²⁵⁵Entrevista a nós concedida em Fevereiro de 2010

²⁵⁶Aluna do Liceu entre 1965 e 1972

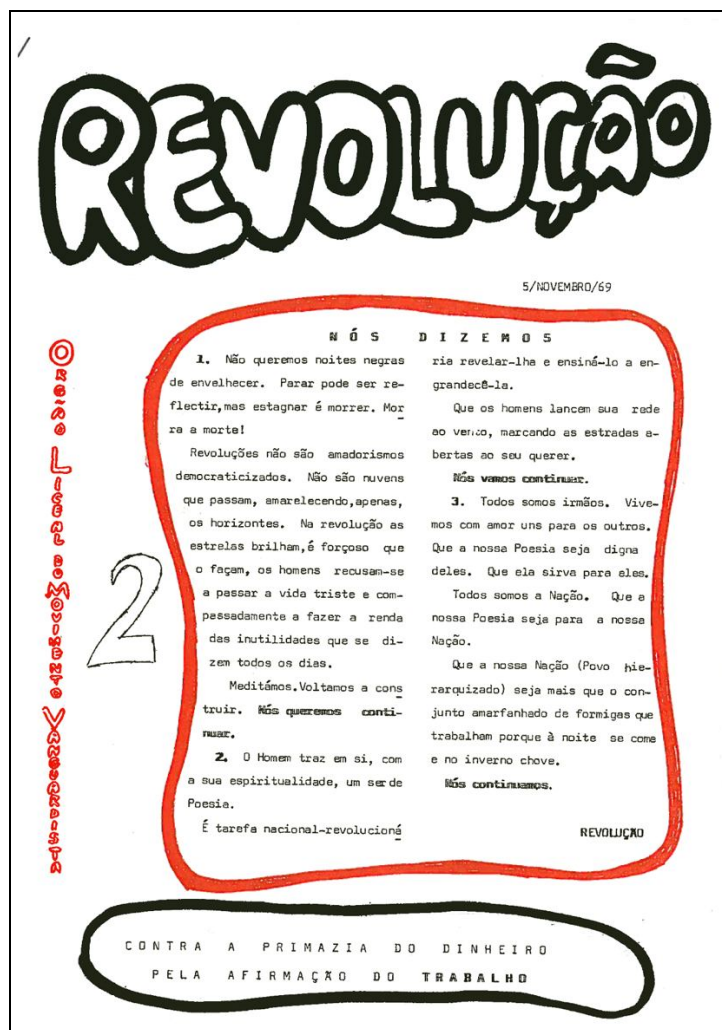


Fig. 50 - 1ª página do Jornal "Revolução", 5 de Novembro de 1969

Mas para muitas jovens tudo isto passava ao lado.

(...) A nossa realidade não se prendia com aspectos políticos, dada a nossa infantilidade. Era uma forma de nos tornarmos futuras “boas” donas de casa.

Aprendia-se a bordar (...), a cozinhar (...) e princípios de gestão do lar.

Reconheço que algumas daquelas aprendizagens me foram úteis na gestão da minha “pequena empresa”, que é a “casa” de cada de nós.

Eloísa Martinho

Depois de quase cinquenta anos passados, estes testemunhos comprovam, na primeira pessoa, o carácter essencialmente formativo e educativo daquela organização, que através das actividades que desenvolvia com as filiadas no Liceu, pretendia formar

mulheres fisicamente e moralmente sãs, para que pudessem exercer com qualidade as futuras funções de esposas, mães, cidadãs e profissionais. E foram muitas as que ali passaram, «As meninas do Infanta».

Uma **Organização** Feminina, um **Liceu**, **Programas** concebidos para honrar Homens e Mulheres que construíram a Nação e **Professoras**, mulheres cultas e crentes no Regime, formaram uma estrutura sólida, que durante trinta e sete anos criaram no Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra, mulheres «**Educadas e Patriotas**».



Fig. 51 - Finalistas de 1948/49



Fig. 52 - Finalistas de 1973/1974

CONCLUSÃO

Este Trabalho de Dissertação que intitulámos, **A Mocidade Portuguesa Feminina no Liceu Infanta D. Maria de Coimbra (1948-1874). Contributo para o estudo da Educação em Portugal** surgiu na sequência de algumas reflexões que temos vindo a fazer sobre os percursos da Educação em Portugal, e o papel da Escola actual na educação dos nossos jovens.

Sem grande esforço e com muito prazer procurámos, lemos, analisámos, reflectimos e terminámos agora uma viagem de retorno a um período da História do ensino e da educação feminina, de que nós somos em parte produto, e dela trouxemos recordações e conhecimentos com os quais pretendemos dar um pequeno contributo para o alargamento do estudo desta temática.

Na sequência da Ditadura Militar que acabou com o sonho republicano, emergiu na cena política nacional um professor de Direito de Coimbra, António de Oliveira Salazar, que instaurou um regime carismático de cariz nacionalista, católico e autoritário, o Estado Novo, legitimado pela Constituição de 1933. Rodeando-se de elites que soube escolher para os diferentes sectores da vida nacional, criou mecanismos de doutrinação, controle e repressão que se mantiveram para além da sua morte, até à Revolução de Abril de 1974.

Foi este o contexto ideológico-temporal da produção de variada legislação que sustentou um ensino, educação e formação, “enformados” nos valores do Estado Novo.

Currículos, programas, manuais e metodologias foram concebidos e adaptados de acordo com as exigências do regime e da sociedade em transformação que este pretendia controlar. Neles era fácil “adivinhar” a intencionalidade de inculcar na juventude os valores nacionalistas e cristãos que deviam estruturar os futuros portugueses na ordem, trabalho, responsabilidade, orgulho nacional pela nossa História e pela grandeza do nosso Império. Para isso contribuía os textos escolhidos nos compêndios de Português e na abordagem à História de Portugal, em que eram evidenciados os acontecimentos que engrandeciam a nação e as personagens da nossa História e da História Universal que serviam de exemplos a seguir.

Todo o ensino do período estudado, tinha por “norte” as dinâmicas da Escola Nova, que cada professor geria de acordo com o contexto em que estava inserido.

A vertente educativa e formativa do Liceu foi completada pela Mocidade Portuguesa, organização nascida em 1936, pela vontade de António Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional de Salazar, o mesmo que fez, no mesmo ano, uma das grandes reformas de ensino. Rapidamente esta organização se instalou nos Liceus, apesar de se manter com uma estrutura organizativa distinta em que só o espaço e os objectivos eram comuns.

Também o ensino, educação e formação feminina foram contemplados com adaptações inerentes ao género e nesse sentido foi fundada a Mocidade Portuguesa Feminina.

Depois de nos apetrechamos dos conhecimentos necessários sobre a organização feminina, “entrámos” então no Liceu Infanta D. Maria, hoje Escola Secundária, através do seu vasto Arquivo e Biblioteca e “demos texto” àquilo que foi aquela instituição de ensino durante o Estado Novo, com particular destaque para o período de 1948 a 1974. Foram horas e horas de leitura dos relatórios das reitoras, de actas de reuniões e outros documentos escritos, fotografias, testemunho de antigas alunas e professoras, com especial destaque para a Dra. Amélia Rosa Matos, penúltima reitora antes do 25 de Abril, com quem falámos por duas vezes e que no fim nos agradeceu por lhe termos “proporcionado o relembrar de uma fase importante da sua vida”, disse.

O Infanta tinha uma dinâmica notável, envolvendo quase toda a população escolar. No início de cada ano lectivo a Reitora nomeava as professoras responsáveis por cada um dos órgãos internos do Liceu (Conselhos de Ciclo, Secretárias, Directoras de Turma) e também das actividades definidas (comemorações, festas, excursões).

Sendo a Dra. Dionysia Camões simultaneamente Reitora, desde 1937 a 1966 e Delegada provincial, distrital e regional da Mocidade Portuguesa Feminina (embora nem todos estes cargos tenham sido sempre coincidentes com o reitorado), foi fácil e natural a interligação entre as duas instituições, na organização de todas as actividades do Liceu.

Numa época em que o lugar das meninas era em casa, aprendendo “as artes necessárias à formação de uma boa dona de casa”, aquele Liceu, como outros, representava um espaço desejado e nunca esquecido por quem ali passou. As interessantes actividades ali desenvolvidas, no contexto das actividades circum-escolares da Mocidade Portuguesa

Feminina, realizadas com dedicação e brilhantismo e registadas nas fotografias e descrições que encontramos, conquistavam as alunas, mesmo aquelas que não conseguiam bons resultados escolares. A característica prática das actividades ajudou algumas delas a superarem dificuldades e inibições. Participar nas excursões, nos acampamentos da Mocidade, nos torneios, provas desportivas e festivais de ginástica, eram para muitas jovens os únicos momentos de lazer e aprendizagem, longe dos pais e do local onde viviam e importantes espaços de socialização.

Também a Mocidade, na sua vertente assistencial, tornou possível a frequência do Liceu a alunas carenciadas, fornecendo almoços, equipamentos e material escolar ou subsidiando-os.

Assim conquistadas, mas sem consciência política estávamos a ser moldadas à vontade do regime que generosamente “dava” para mais tarde “recolher” em atitudes e valores, educadoras e mães de novas gerações de portugueses. Assim Portugal funcionou durante cerca de quarenta anos.

Nos testemunhos recolhidos junto das antigas alunas e das professoras, não encontramos sentimentos de condenação, embora todas concordassem no exagerado rigor, sobretudo do período do reitorado da Dra. Dionysia Camões, reconhecendo-lhe no entanto grande valor científico, pedagógico e organizativo. Todas reconheceram que foi o Liceu e a Mocidade Portuguesa Feminina que lhes deram além dos conhecimentos científicos, hábitos de trabalho, método, disciplina e ainda conhecimentos úteis para a vida em geral, como referimos no último capítulo.

Quando um regime sucumbe limitam-se as capacidades de destrinça dos aspectos positivos que nele existiram. É necessário algum distanciamento e o confronto com as novas realidades para podermos fazer o seu levantamento e no caso estudado, parece-nos importante realçar a preparação científica e a preparação para a vida que o Liceu Infanta D. Maria deu às suas alunas, tornando-o ainda hoje uma Escola de referência no panorama do Ensino Secundário em Portugal.

Terminar qualquer trabalho pode despoletar sentimentos contraditórios de alívio pela tarefa concluída e de nostalgia por querer dar-lhe continuidade. Estão neste sentido as

palavras de Fernando Pessoa, “Pasma sempre quando acabo qualquer coisa. Pasma e desolo-me. O meu instinto de perfeição deveria inibir-me de acabar; deveria até inibir-me de dar começo.”²⁵⁷

Não nos “pasmamos”, nem “desolamos”, nem nos “inibimos” de ter começado, mas ao decidirmos dar por concluído o trabalho, estamos conscientes de que muito ficou por estudar, por dizer.

²⁵⁷Bernardo Soares, (heterónimo de Fernando Pessoa), *Livro do Desassossego*, Coimbra/Alcains, Alma Azul, 2007, p. 34.

FONTES

BIBLIOGRAFIA

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

[Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria de Coimbra]

Livro de Actas de Sessões Culturais, 1937-1946, ACP/01/048

Livro de Autos de Posse

Livros de Actas de Reuniões por Ano, 1949-1951; 1951-1959; 1960-1970; 1970-1973,
ACP/01/026; ACP/01/027

Livros de Actas do Conselho Escolar, 1919-1958; 1958-1972; 1972-1976, A6/01/001;
AG/01/003; A6/01/018;

Livros de Actas do Conselho Pedagógico e Disciplinar, 1943-1956; 1956-1969; 1969-
1974, ACP/01/00; ACP/01/002; A6/01/020;

Livros de Avisos ao Pessoal Docente, 1953-1969 (5 livros)

[Arquivo Pessoal]

Caderno diário das Actividades Circum-Ecolares

Trabalho de História, A Arte Portuguesa do séc. XV

[Arquivo Particular de Maria Filomena César]

Caderno diário de Canto Coral

FONTES IMPRESSAS

[Arquivo da Escola Secundária Infanta D. Maria de Coimbra]

AFONSO, Berta (professora de História do Liceu), *Memorial do Liceu Infanta D. Maria*,
Folha solta impressa

Álbum de Postais e Fotografias

Carta da Reitora aos Pais e Encarregados de Educação, 6 de Outubro de 1941

Cartas da Reitora às alunas, 17 de Junho de 1940; 28 de Setembro de 1940; 19 de Junho
de 1944; 12 de Junho de 1947

Danças Regionais, Publicação da Mocidade Portuguesa, Publicações de Guida Ottolini

Espólio fotográfico

Relatórios da Reitora, 1960-61 a 1969-1970

[Arquivo Pessoal]

Livro de Finalistas de 1973/1974

PAULA, Beatriz Mendes e GOUVEIA, Maria Alice, *Meu Portugal Minha Terra, Selecta de Língua e História Pátria*, 2º ano dos liceus, 2ª edição, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1965

AFONSO, A. Martins, *História da Civilização Portuguesa*, 7º ano dos Liceus, 7ª edição, Porto, Porto Editora, s.d.

Espólio fotográfico

[Arquivo Particular de Maria Filomena César]

Jornal *A Revolução*, 5 de Novembro de jornal da direita radical

Revista, *Clube 21*, nº 3, Janeiro de 1968, propriedade das direcções gerais da jec/jecf

[Arquivo Particular da família de Dionysia Camões]

Fotocópia do Livro *Who's Who in Europe*, p. 432 (Artigo sobre Dionysia Camões)

MENDONÇA, Dionysia Camões, *Residências Independentes para Universitárias 1920-1974*, 27 de Abril de 1984, Coimbra, artigo publicado num Boletim (edição desconhecida), (policopiado)

[Testemunhos orais e escritos]

Conversa com 4 Ex-professoras e com a Reitora Dra. Amélia Rosa

Conversa com 3 ex-alunas

Entrevista a 5 ex-alunas

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO

Arquivo da MPF

- Correspondência expedida para a Comissão Nacional Feminina (1963-1974), pasta 1,2,3, NT 171-172
- Mocidade Portuguesa Feminina, Delegação de Coimbra, Circulares recebidas, NT 177
- Mocidade Portuguesa Feminina, Delegação de Coimbra, Correspondência recebida de diversas entidades, pasta 1, NT 177
- Mocidade Portuguesa Feminina, Delegação de Coimbra, Correspondência recebida da Comissão Nacional, pasta s/n e 4 a 8 NT 173-175

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Relatórios da Reitora de 1947/48 a 1959/60

LEGISLAÇÃO

Circular nº 1:418 de 4 de Outubro de 1947
Decreto-Lei de 17 de Janeiro de 1836
Decreto-Lei de 31 de Janeiro de 1906, TomoI-Vol.IV, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1996
Decreto-Lei nº 18:883 de 27 de Setembro de 1930
Decreto-Lei nº 20:369 de 31 de Outubro de 1931
Decreto-Lei nº 26:893 de 15 de Agosto de 1936
Decreto-Lei nº 27:085 de 14 de Outubro de 1936, Diário do Governo, Iª Série, nº241
Decreto-Lei nº 27:084 de 14 de Outubro de 1936, Diário do Governo, Iª Série, nº241
Decreto-Lei nº 36-507 de 17 de Setembro de 1947
Decreto-Lei nº 36-508 de 17 de Setembro de 1947
Decreto-Lei nº 37:112 de 22 de Outubro de 1948
Decreto-Lei nº 39:807 de 7 de Setembro de 1954

Decreto-Lei nº 45:810, Diário de Governo, Iª Série, nº160, 9 de Julho de 1964
Decreto-Lei nº 47:480, Diário do Governo, Iª Série, nº 1, 2 de Janeiro de 1967
Portaria nº 23:601 de de Setembro de 1968
Reformas de Ensino em Portugal 1835-1869, TomoI–Vol I, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1989
Reformas de Ensino em Portugal 1900-1910, TomoI–Vol IV, Ministério da Educação, Secretaria-Geral, 1996

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA GERAL

AZEVEDO, Mário, *Teses, Relatórios, e trabalhos Escolares*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 2008

CRUZ, Manuel Braga, *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988

Dicionário dos Educadores Portugueses, direcção de António Nóvoa, Lisboa, Edições Asa, 2003

Dicionário de História de Portugal, coordenação de António Barreto e Maria Filomena Mónica, 3 volumes, Lisboa, Livraria Figueirinhas, 1999

Dicionário de História do Estado Novo (1930-1960), direcção de Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Volume I e II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992

ECO, Humberto, *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*, tradução de Ana Falcão Bastos e Luís Leitão, 3ª edição, Lisboa, Editorial Presença, 1984

História de Portugal em Datas, coordenação de António Simões Rodrigues, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

História de Portugal, direcção de José Mattoso, sétimo volume, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994

LEAL, Ernesto Castro Leal, "Nacionalismos Portugueses: Cultura e Política no século XX, *Separata da Revista da Faculdade de Letras*, nº 25, 5ª série, Lisboa, 2002

LEAL, Ernesto Castro, *Nação e Nacionalismos. A Cruzada Nacional D. Nuno Álvares Pereira e as Origens do Estado Novo (1918-1938)*, Lisboa, Edições Cosmos, 1999

LOUÇÃ, *Hitler e Salazar, comércio em tempos de guerra*, Lisboa, Terramar, 2000

MARQUES, A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, Palas Editores, 1981

MEDINA, João, *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1979

MICHEL, Henri, *Os Fascismos*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1977

MUNARI, Bruno, *A Arte como Ofício*, Lisboa, Editorial presença, 1993

MUNARI, Bruno, *Design e Comunicação Visual, Arte e comunicação*, Lisboa, Edições 70, 2000

Nova História de Portugal, direcção de Joel Serrão e, A. H. Oliveira Marques, vol. XII
(*Portugal e o Estado Novo, 1930-1960*, coordenação de Fernando Rosas), Lisboa,
Presença, 1992

O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia, Comunicações apresentadas no
Colóquio sobre o Estado Novo - Das Origens ao Fim da Autarcia (1926/1959), vol.2,
Lisboa, Fragmentos, 1987

PEREIRA, Alexandre e POUPA, Carlos, *Como escrever uma TESE monografia ou
livro científico usando o Word*, Lisboa, Edições Sílabo, 2008

PIRES, José, *Sonhar com Comenius*, Castelo Branco, Alma Azul, 2005

QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, Luc Van, *Manual de Investigação em
Ciências Sociais*, Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria
Carvalho, 2ª edição, Lisboa, Gradiva, 1998

RIOBOM, Maria de Lourdes, “A Pluralidade de Olhares é hoje, mais do que uma
realidade, uma necessidade: O Papel dos Museus de Arte na Educação”, in *Boletim n.º
32 da Associação de Professores de História, O Ensino da História*, 2006

SILVA, Agostinho da, *As Aproximações*, Lisboa, Relógio de Água, 1990

SOARES, Bernardo (pseudónimo de Fernando Pessoa), *O Livro do Desassossego*,
Coimbra, Alma Azul, 2007

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

ADÃO, Áurea e REMÉDIOS, Maria José, “A narrativa educativa na 1ª fase da
governança de Oliveira Salazar. A voz das mulheres na Assembleia Nacional
portuguesa (1935-1945)”, Lisboa, Revista Lusófona de Educação, 2005,5,85-109

ALMEIDA, Ana Nunes de e VIEIRA, Maria Manuel, *A Escola em Portugal*, Lisboa,
Colecção Breve, Instituto de Ciências Sociais, 2006

AMADO, Casimiro, “A Escola Única em Portugal”, in *O Sistema de Ensino em
Portugal séculos XIX-XX*, Maria Cândida Proença (coordenação de), Instituto de
História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL,
Lisboa, Edições Colibri, 1998

ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano. Cartas Secretas 1932-1968*, Lisboa,
Círculo de Leitores, 1993

ARRIAGA, Lopes, *Mocidade Portuguesa, Breve História de Uma Organização
Salazarista*, Lisboa, Terra Livre, 1976

BARREIRA, Cecília, *História das Nossas Avós. Retrato da Burguesa em Lisboa. 1890-1930*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992

BARROSO, João, “A influência do regime de classes na organização pedagógica e na administração do liceu”, in *Para a História do Ensino Liceal em Portugal, Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895)*, Braga, Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação/Universidade do Minho, 1999

BARROSO, João, *Os liceus – organização pedagógica e administração (1836-1960)*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 2 volumes, 1995

BELO, Maria, Ana Paula Alão e Iolanda Neves Cabral, “O Estado Novo e as Mulheres”, in *O Estado Novo das Origens ao Fim da Autarcia 192-1959*, Colóquios, volume II, Lisboa, Fragmentos, 1987

BORGES, Emília Salvado, “Para a História do Ensino da História em Portugal: análise dos programas do ensino secundário (1910-1968)”, *Primeiro Encontro Sobre o Ensino da História*, Lisboa, Publicação do Ministério da Educação, s.d

CABRERA, Ana, “Memórias do Liceu Maria Amália” in *Memórias do Liceu Português*, coordenado por Sara Marques Pereira, Lisboa, Livros Horizonte, 2006

CAETANO, Marcelo, *A Missão dos dirigentes*, Lisboa, 3ª edição, Mocidade Portuguesa, 1952

CAETANO, Marcelo, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Distribuidora Record de Serviços de Imprensa S.A. 1974

CARVALHO, Maria Manuela, “O Ensino da História no Estado Novo”, in *Um Século de Ensino da História*, coordenação de Maria Cândida Proença, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Edições Colibri, 2000

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986

CLAUSSE, Arnould, *A relatividade educativa*, Coimbra, Livraria Almedina, 1976

DAYRELL, Juarez, “A Escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil”, in *Escola, Jovens e Media*, Estudos e Investigações organizados por Maria Manuel Vieira, Instituto de Ciências Sociais e Sociais da UL, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2007

DURKHEIM, Émile, *Educação e Sociologia*, Lisboa, Edições 70, 2007

EISNER, Elliot W., *Educar la vision artística*, Barcelona, Paidós Educador, 1994

EISNER, Elliot W., *El Arte y la creación de la mente*, Barcelona, Ediciones Paidós Ibérica, S. A., 2004

FERNANDES, Rogério, “Génese e Consolidação do Sistema Educativo Nacional (1820-1910)”, in *O Sistema de Ensino em Portugal séculos XIX-XX*, coordenação de Maria Cândida Proença, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa, Edições Colibri, 1998

FERNANDES, Rogério, “Maria Amália Borges e a Integração Educativa”, in *O Sistema de Ensino em Portugal, séculos XIX-XX*, coordenação de Maria Cândida Proença, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa, Edições Colibri, 1998

FERREIRA, Maria Luísa Ribeiro, “Um Mundo Estranho”, in *Memórias do Liceu Português*, coordenação de Sara Marques Fernandes, Lisboa, Livros Horizonte, 2006

FERRO, António, *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Textos de Salazar, Parceria A.M. Pereira Livraria Editora, Lda, 2003

FREITAS, Lima de Freitas, *As Imaginações da Imagem*, Lisboa, Editora Arcádia, S.A.R.L., 1977

HENRIQUES, Raquel Pereira, “A Revolução do Ensino da História”, in *Um Século de Ensino da História*, coordenação de Maria Cândida Proença, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Lisboa. Edições Colibri, 2000

KUIN, Simon, “Mocidade Portuguesa”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Editorial Presença, 1990,

LEAL, Ernesto Castro, “Mocidade Portuguesa” e “Legião Portuguesa”, in *História de Portugal dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*, direcção de João Medina, vol. X, Alfragide, Ediclube, 1993

LENHARD Rudolf, *Sociologia educacional*, S. Paulo, Primeiros Manuais de Estudo, 7ª edição, 1985

LUCENA, Manuel de, “Salazarismo no Feminino”, in *Análise Social*, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2004

MARQUES, Fernando Moreira, *Os Liceus no Estado Novo: Arquitectura, Currículo e Poder*, Lisboa, Educa, 2003

MATOS, Sérgio Campos, *História, Mitologia, Imaginário Nacional. A História no Curso dos Liceus*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990

MONTEIRO, Miguel Corrêa, “Da escola armazém à escola humanizada”, in *Actas do V Curso de Verão da Ericeira*, 26 a 28 de Junho de 2003, Ericeira, Mar de Letras, 2004

MONTEIRO, Miguel Corrêa, “O ensino numa escola plural”, in *Actas do IV Curso de Verão da Ericeira*, 6 a 8 de Junho de 2002, Ericeira, Mar de Letras, 2002

MONTEIRO, Miguel Corrêa, *Didáctica da História: teorização e prática - algumas reflexões*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2001

MONTEIRO, Miguel Corrêa, *O Ensino da História numa Escola em Transformação*, Lisboa, Plátano Edições Técnicas, 2003

NOGUEIRA, Franco, *O Estado Novo (1933-1974)*, Barcelos, Editora Civilização, 2000

NÓVOA, António, “A Educação Nacional”, in *Dicionário de História do Estado Novo (1930-1960)* Volume I. Coordenação de. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992

NÓVOA, António, “Ensino Liceal”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito. Volume I, Círculo de Leitores, 1996

NÓVOA, António; BARROSO, João e Ó, Jorge Ramos do, “O Todo Poderoso Império do Meio”, in *Liceus de Portugal*, coordenação de António Nóvoa e Ana Teresa Santa-Clara, Lisboa, Edições Asa, 2003

Ó, José Ramos, *Ensino Liceal (1836-1975), O Estado e a Educação em Portugal – Sécs. XVIII a XX*, Lisboa, Editorial do Ministério da Educação, 2009

OLIVEIRA, José Godinho de, “Aspectos da Educação Física na Mocidade Portuguesa”, Lisboa, conferência realizada no anfiteatro de Fisiologia da Faculdade de Medicina de Lisboa em 11 de Abril de 1935

OLIVEIRA, Pedro Aires, *A transição falhada. O Marcelismo e o fim do Estado Novo (1968-1974)*, Lisboa, Editorial Notícias, 2004

OLIVEIRA, Pedro Aires, *Pensamento e Acção Política. Portugal, séc. XX (1890-1976)*, Lisboa, Editorial Notícias, s.d

PIMENTEL, Irene Flunser, *História das Organizações Femininas no Estado Novo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000

PIMENTEL, Irene Flunser, *Mocidade Portuguesa Feminina*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2007

PINTASSILGO, Joaquim, “A República e o Ensino da História” in *Um Século de Ensino da História*, coordenação de Maria Cândida Proença, Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa, Edições Colibri, 2002

PROENÇA Maria Cândida, “António Faria Carneiro Pacheco”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, direcção de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito. Volume II, Circulo de Leitores, 1996

RAMOS, Gustavo Cordeiro, “Os fundamentos éticos da escola no Estado Novo” in *Uma Série de Conferências*, Lisboa, 1937

RESENDE, José Manuel, “Por uma Sociologia Política da Educação: o xadrez das políticas educativas em Portugal no Estado Novo”, in *Escola, Jovens e Media*, Estudos e Investigações organizados por Maria Manuel Vieira, Instituto de Ciências Sociais da UL, Imprensa de Ciências Sociais, 2007

RIBEIRO, Júlio Menezes Rodrigues, *Alguns Aspectos da Escola Nova*, Porto, Livraria Simões Lopes, s.d.

RODRIGUES, Manuel A. Ribeiro, *Mocidade portuguesa I e II*, Lisboa, Destarte, Representações e Edição, Lda, 2003

ROSAS, Fernando, “As Grandes Linhas da Evolução Institucional”, in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960); Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1992

ROSAS, Fernando, “Salazar”, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol.2, direcção de Fernando Rosas e J.M. Brandão de Brito, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996

SALAZAR, António de Oliveira, “Prefácio”, in *Entrevistas de António Ferro a Salazar*, Lisboa, Parceria A. M. Pereira, 2003

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos e Notas Políticas (1935-1937)*, vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 1935

SALGUEIRO, Trindade, *Papel da Vontade na Educação*, Coimbra, Tipografia Gráfica de Coimbra, 1936

SAMPAIO, J. Salvado, *Evolução do Ensino Em Portugal (Metrópole 1940-1941/1966-1867)*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, Lisboa, 1973

SEABRA, Maria Judite, “Liceu Infanta D. Maria”, in *Liceus de Portugal*, coordenação de António Nóvoa e Ana Teresa Santa Clara, Lisboa, Edições ASA, 2003

SILVA, Amaro Carvalho da, “Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho”, in *Liceus de Portugal*, coordenação de António Nóvoa e Ana Teresa Santa Clara, Lisboa, Edições ASA, 2003

TELES, Inocêncio Galvão, *Problemas da Juventude*, Temas de Educação, Lisboa, MEN, 1964

TORGAL, Luís Reis, “Salazarismo, Fascismo e Europa”, in *A Reforma Educativa e o Ensino da História*, Boletim de Publicação periódica da Associação de Professores de História, Lisboa, 1994

TORGAL, Luís Reis, “Ensino da História e Ideologia”, in *Um Século de Ensino da História*, coordenação de Maria Cândida Proença, Instituto de História Lisboa, Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL, Lisboa, Edições Colibri, 2001

VEYNE, Paul, *O Inventário das Diferenças*, Tradução de José Vasco Marques, Lisboa, Gradiva, 1976

VIANA, Luís, *A Mocidade Portuguesa e o Liceu*, Lisboa, Educa, 2001

VIEIRA, Manuel Elísio Dias, *Educação e Formação do Carácter*, Coimbra, Edição das Semanas de Estudos Doutrinários, 1961

TRABALHOS DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO E DE DOUTORAMENTO

CUSTÓDIO, Maria Celeste Fortunato, *A Relação Escola-Museu: Contributo para uma Didáctica do Património*, Dissertação de Mestrado em Didáctica da História, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2009

FIGUEIREDO, M. Teresa P. C., *Calvet de Magalhães (1913-1974). Um destino do Ensino Técnico*, Dissertação de Mestrado, apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2005

FRANÇA, Maria Clara Monteiro Freire da Cruz, Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, apresentado à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 2001

HENRIQUES, Raquel Pereira, *Discursos legais e práticas educativas. Ser professor e ensinar história, (1947/1974)* Volume I e II, Lisboa, Dissertação de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, exemplar policopiado, 2007.

RODRIGUES, César Urbino, *Coordenadas fundamentais do pensamento educacional do Estado Novo*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Ciências da

Educação da Universidade do Minho, Braga, exemplar policopiado, 1992

SEABRA, Maria Judite, *Os liceus na sociedade coimbrã (1840-1930)* Dissertação de Doutoramento em História e Filosofia da Educação, apresentado ao Departamento de Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, exemplar policopiado, 1999

SILVA, Maria de Jesus Sousa de Oliveira e, *A História e o Liceu no Estado Novo*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, exemplar policopiado, 1993

JORNAIS e REVISTAS

A Bússola, Ano IV, nº13, Coimbra, Maio de 1972, Publicação Trimestral

A Bússola, Jornal das Alunas do Liceu Nacional Infanta D. Maria, Ano V, nº15, Coimbra, Abril de 1973, Publicação Trimestral

A Bússola, Órgão das Actividades Circum-Ecolares, Ano II, nº3, Coimbra, Dezembro de 1968, Publicação Trimestral

A Bússola, Órgão das Actividades Circum-Ecolares, Ano II, nº4, Coimbra, Fevereiro de 1969, Publicação Trimestral

A Bússola, Órgão das Actividades Circum-Ecolares, Ano IV, nº12, Coimbra, Março de 1972, Publicação Trimestral

Diário de Coimbra, 1 de Outubro de 1948

Gazeta de Coimbra, 6 de Março de 1919 (publicação às 3^a, 5^a e sábado)

Jornal de Coimbra, 18 de Maio de 1964

Jornal de Coimbra, 18 de Maio de 1994

Revista Labor, nº 275, Aveiro, 1969, *Separata*

BIBLIOGRAFIA ONLINE

Adão, Áurea & Remédios, Maria José, *Revista Lusófona de Educação*, 2005, 5, 85-109
<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/349/34900505.pdf>
http://2.bp.blogspot.com/_4fvUusyX76IY/SV0kHY79i-

<I/AAAAAAAAADV8/jRxGVXY-A8g/s400/Liceu.img003.jpg>

http://3.bp.blogspot.com/_23r4xbPEfkg/Sctcd3MSDoI/AAAAAAAAACg/Tb-kYGgiAwc/s400/Li%C3%A7%C3%A3o+de+Salazar.jpg

<http://picasaweb.google.com/Ih/photo/d4CGEasDE2rYyMfqzPjRsw>

<http://www.esec-infanta-d-maria.rcts.pt/escola.htm>

<http://www.uc.pt/fctuc/noticias/n20081006n01>

Marchi, Riccardo, A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974),
Análise Social, vol. XLIII (3.º), 2008, 551-576
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n188/n188a04.pdf>

Pintassilgo, Joaquim, Ser Professor de Liceu no “Estado Novo” Português
<http://cie.fc.ul.pt/membrosCIE/jpintassilgo/serprofessor.pdf>

www.esec.pt/gq/Relatorios/cs_2004/parte2/actividades.pdf

ANEXOS

ANEXO A

PROGRAMAS DE ENSINO DO ESTADO NOVO E OUTROS DOCUMENTOS RELACIONADOS

ANEXO A1

Reforma de Carneiro Pacheco
Programa de História (Decreto-Lei nº27: 085 de 14 de Outubro de 1936)

Anos	Temas
4ºano	<p><u>A humanidade pré histórica</u> Noções rudimentares sobre o paleolítico, o Neolítico e a idade dos metais.</p> <p><u>Antiguidade oriental</u> Idea sumária das civilizações egípcia, caldaico-assíria, fenícia, hebraica e persa. Quadro sincrónico das civilizações antigas. Influência do factor geográfico nas civilizações da antiguidade oriental. Contribuição destas civilizações para o desenvolvimento da civilização mediterrânea.</p> <p><u>Antiguidade clássica</u> Grécia: Localização do mundo grego. Influência do factor geográfico; o povo helénico. Os Aqueus. Invasão dos Dórios. Os jónios. Os poemas homéricos. As lendas: tomada de Tróia e a expedição dos Argonautas. Elementos de união entre os estados gregos: a língua; a religião (carácter dos deuses gregos, o antropomorfismo, principais deuses, os heróis, os oráculos, o culto e a sua feição); santuários comuns; os grandes jogos. Carácter da expansão colonial grega; referência breve às colónias de Mileto, Siracusa, Marselha e Sagunto. O estado espartano: organização aristocrática-militar; a educação da mocidade. O estado ateniense: organização democrática (breve referência à situação política e social, desde a queda da realeza até às guerras pérsicas); a educação da mocidade. Guerras Pérsicas: suas causas, o exército persa e o exército dos gregos (breve referência à sua organização, relacionada com a organização político social dos persas e dos gregos), Maratona e Milcíades; as Termópilas e Leónidas; Salamina e Temístocles; a confederação de Delos. Consequências: o abatimento do império persa e a supremacia ateniense. Péricles, a sua acção e a sua época. Guerra do Peloponeso: causas e consequências. Decadência da Grécia. Filipe da Macedónia; a falange; intervenção na Grécia; Demóstenes. Alexandre e a difusão do helenismo; as conquistas; o desmembramento do império (breve referência); a expansão do helenismo. Conquista romana (breve referência).</p> <p>Roma: Localização de Roma. Influência do factor geográfico. Origem de Roma; breve referência à fundação lendária de Roma e ao povoamento desta cidade. Breves noções sobre a constituição político-social nos primeiros tempos; as classes sociais (os patrícios, os clientes, os plebeus); os escravos; a família romana; o senado e o seu prestígio; os comícios; o cidadão-soldado. A religião: os principais deuses; o culto e a família (referência ao formalismo religioso). Queda da realeza e advento da república. O consulado. Lutas das classes: o tribunado; a lei das doze tábuas; fusão civil, política e religiosa dos patrícios e dos plebeus. As magistraturas (breve enunciado). Expansão romana: conquista da Itália. Guerras púnicas: causas económicas e políticas; a feição política, o exército e a esquadra de Cartago. Breve resumo da primeira guerra. Acção de Amílcar e de Aníbal na Península Ibérica. Breve resumo da segunda guerra. Conquista da bacia oriental do Mediterrâneo (breve referência). Breve resumo da terceira guerra. A conquista da Península Ibérica (breve referência); a resistência dos lusitanos.</p>

	<p>O desaparecimento da classe média: consequências económicas, sociais, morais e políticas. Tentativa de reconstituição (os Gracos).</p> <p>Guerras Civis (breve referência): Mário; o novo exército; Sila (entrada das legiões armadas em Roma); as proscricções; Sertório na Península Ibérica.</p> <p>Revolta dos escravos; Espártaco. O primeiro triunvirato. César e a conquista da Gália (breve referência). César e Pompeu. A ditadura de César. O segundo triunvirato e o estabelecimento do império. O império: sua história muito sumária até à anarquia militar.</p> <p>Advento e difusão do cristianismo: Jesus Cristo (a sua vida e a sua doutrina); os apóstolos (S. Pedro e S. Paulo); formação da Igreja; as perseguições aos cristãos (breve resumo); os mártires; as catacumbas.</p> <p>Decadência da sociedade antiga e infiltração dos bárbaros; Dioclesiano e a reforma política do império. Constantino e o triunfo do cristianismo. Édito de Milão. Teodósio: a divisão definitiva do império e o cristianismo como religião do Estado.</p> <p>Os bárbaros e a queda do Império romano do ocidente.</p> <p><u>Idade Média</u></p> <p>Os germanos: feição política e religiosa; os costumes. Os hunos e os eslavos (breve referência) os francos e os visigodos: luta para o domínio do ocidente. Relação dos bárbaros com a Igreja: Clóvis, Recáredo, Pepino o Breve e Carlos Magno (breve referência ao seu império e respectivo desmembramento). Otão e os húngaros; fundação do santo império romano-germânico.</p> <p>Resistência do império bizantino às invasões dos bárbaros.</p> <p>Formação e expansão do Islamismo; Maomet e os árabes; características do islamismo; o Alcorão; conquistas na Ásia e no Norte de África (breve referência); conquista da Península; batalha de Poitiers e Carlos Martel. Arte e cultura dos muçulmanos (breve referência).</p> <p>Os Normandos: suas viagens e expedições (breve referência).</p> <p>O Sistema Feudal, suas características; o castelo e os costumes; o servo (comparação com o escravo). A cavalaria e a sua significação.</p> <p>A Igreja e a sua acção espiritual: as ordens religiosas na reconstituição económica, social e política da Europa; a obra de assistência e de cultura.</p> <p>Cruzadas do Oriente: suas causas e consequências (breve referência à 1ª, 3ª, 4ª e 6ª cruzadas). Cruzadas do ocidente: a reacção neo-gótica na Península; fundação do condado portucalense e do reino de Portugal.</p> <p>Formação do poder temporal do Papa; sua grandeza e enfraquecimento (lutas entre o sacerdócio e o poder temporal): Gregório VII e Henrique IV; Inocêncio III; Bonifácio VIII e Filipe o Belo. O grande cisma do ocidente (breve referência).</p> <p>O movimento comunal; as corporações - «a obra prima»; as confrarias. As repúblicas italianas (breve referência).</p> <p>Origens da Inglaterra. Os anglo-saxões; a conquista por Guilherme da Normandia; enfraquecimento do poder real em Inglaterra; a Magna Carta e o Parlamento.</p> <p>A guerra dos cem anos: suas causas económicas e políticas. Referência a alguns episódios da guerra. Joana d'Arc e a reacção nacionalista francesa. Consequências desta guerra.</p> <p>Os grandes inventos e as suas consequências.</p> <p>As ameaças orientais: os mongóis (breve referência); o avanço dos turcos e a tomada de Constantinopla.</p>
5ºano	<p><u>Idade Moderna</u></p> <p>Centralização do poder real: Luiz XI; Maximiliano (referência ao grande interregno e à casa de Áustria); os reis católicos e a unificação de Espanha (a Inquisição, as cortes de Toledo, a expulsão dos Judeus, a conquista de Granada); D. João II (as cortes de Évora</p>

e a morte dos principais representantes da alta nobreza)

Os descobrimentos marítimos: suas causas; acção preponderante dos portugueses; o caminho marítimo para a Índia e Vasco da Gama; o descobrimento da América e Cristóvão Colombo; colonização espanhola; o Tratado de Tordesilhas; o descobrimento do Brasil; colonização portuguesa; a contenda das Molucas e Magalhães; consequências gerais dos descobrimentos.

O Renascimento (ideias gerais); **características do Renascimento em Portugal nas artes, nas letras e na cultura.**

A Reforma: suas causas políticas, sociais e religiosas; Alemanha – Lutero; França – Calvino; Inglaterra – Henrique VIII e Isabel.

A Contra-Reforma: Paulo III; a Inquisição; a Companhia de Jesus; o Concílio de Trento (acção dos teólogos portugueses).

As grandes lutas político-religiosas: França (a matança de S. Bartolomeu, Henrique IV e o edito de Nantes); Alemanha (alusão à guerra dos trinta anos e aos tratados de Westfália; os Países Baixos).

O absolutismo. Luiz III e Richelieu. Luiz XIV, a sua política e a sua época: o apogeu do poder real em França; Colbert; guerras e conquistas (breve referência); revogação do Édito de Nantes; **guerra da sucessão de Espanha (referência à intervenção de Portugal)**; o tratado de Utrecht; o movimento artístico e intelectual; a côrte (Versalhes)

A Inglaterra. Tentativas absolutistas e lutas religiosas; os Stuarts e o puritanismo; e emigração para a América; a revolução de 1648 (Cromwell e o Acto de navegação); a restauração; a revolução de 1688; estabelecimento definitivo do parlamentarismo em Inglaterra.

A europeização da Rússia: Pedro o Grande e Catarina (o ataque à Suécia, à Polónia e à Turquia).

A Prússia: o Grande Eleitor e a sua obra política; Frederico II e o engrandecimento da Prússia. As guerras dos sete anos (sem minúcias) e os seus resultados no desenvolvimento do império colonial inglês.

Causas sociais e económicas da Revolução Francesa: a crise financeira do reinado de Luiz XIV (breve referência); as sociedades secretas; o liberalismo económico; a independência dos Estados Unidos da América (suas causas, a declaração da independência e o seu preâmbulo, Washington, Franklin em Paris e Lafayette na América).

Idade Contemporânea

Revolução Francesa: Convocação dos Estados Gerais.

A revolução política: fim da monarquia absoluta; juramento no «Jogo da Péla»; a Assembleia Nacional Constituinte; tomada da Bastilha; os jacobinos.

A revolução social; a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Constituição civil do clero. Atitude dos reis da Europa. A assembleia legislativa. A guerra.

Queda da Realeza. A Convenção. Processo e morte do rei. O terror. Intervenção da Inglaterra. A obra cultural no tempo da Convenção. O 9 Thermidor. O descalabro económico, moral, social e político. O Directório. Napoleão: as campanhas da Itália e do Egipto; do 18 Brumário e o consulado.

Primeiro Império francês. Napoleão e a Inglaterra: a luta contra a Europa; Nelson e a batalha de Trafalgar; Austerlitz; fim do Santo Império Romano-Germânico; o Bloqueio Continental; **invasões de Portugal e da Espanha; reacção destes dois países**; campanha da Rússia; o despertar do nacionalismo alemão; campanha da Alemanha; campanha da França; queda de Napoleão; a Restauração e os cem dias; Waterloo. A Restauração (breve referência). O Congresso de Viena e a Santa Aliança; Matternich.

	<p>Independência das colónias espanholas e do Brasil (breve referência); Independência da Grécia e da Bélgica; As revoluções francesas de 1830 e 1848: suas causas e consequências (breve referência); A segunda República em França (breve referência); A Inglaterra e a revolução industrial dos fins do século VIII e princípios do século XIX; a abolição da escravatura; o movimento reformista e o operariado; as grandes reformas políticas – Disraeli. Unificação italiana; Vítor Manuel, Cavour e Garibaldi; o auxílio francês; tomada de Roma; queda do poder temporal do papado; Pio IX e o Concílio Vaticano. Unificação alemã: a política de Bismark; o <i>Zollverein</i>, guerra dos Ducados e a guerra austro-prussiana; guerra franco-alemã e suas consequências. Independência dos Estados balcânicos e decadência da Turquia (breve referência); Desenvolvimento dos Estados Unidos; a doutrina de Monroe. O imperialismo americano. O industrialismo: desenvolvimento económico mundial na última metade do século IX (relação com a revolução industrial inglesa); os principais inventos e a sua importância; consequências político-sociais do industrialismo. Acção social da Igreja: Dom Bosco. Leão XIII: encíclica <i>Rerum Novarum</i>. A <i>Quadragesimo anno</i>. Solução da questão romana. Partilha de África; Leopoldo da Bélgica; o Congresso de Berlim. O despertar do Japão: a revolução de 1868; guerras com a China e com a Rússia (breve referência). A Grande Guerra (sem minúcias). O Tratado de Versailles e a Sociedade das Nações. Reacção contra o parlamentarismo. Movimentos nacionalistas.</p>
6ºano	<p>História de Portugal O meio geográfico e sua influência; Evolução história da Península Ibérica até à reconquista cristã (com especial referência à romanização, à monarquia visigótica e à influência dos muçulmanos). Reconquista cristã; os novos estados. O Condado portugalense; Fundação da nacionalidade portuguesa; Afonso Henriques. Conquistas dos primeiros reis e cooperação dos cruzados, até à expulsão dos mouros do actual território do Portugal europeu. Acção da Igreja e das ordens religiosas militares. Povoamento do território. Luta dos reis com o clero e com a nobreza (sem minúcias); Ideias gerais sobre as cortes, os concelhos e os forais. D. Diniz e a sua política de fomento; Fundação da Universidade; A ordem de Cristo; D. Afonso IV; colaboração de Portugal na defesa da península. Política interna de D. Fernando; suas medidas económicas; política externa (aliança inglesa); A crise de 1383-1385; invasões castelhanas; a burguesia e a sua contribuição monetária para a revolução; atitude de parte da nobreza; acção do Mestre de Aviz; Nun'Álvares e os Atoleiros; a nova táctica; as Côrtes de Coimbra e João das Regras. Aljubarrota; Continuação das lutas contra Castela; o exército permanente; casamento de D. João I; a paz de 1411; a nova nobreza e transformação dos costumes. Desenvolvimento do poder real: influência estrangeira; a lei mental; Ordenações afonsinas; D. Pedro e a nobreza; o encontro de Alfarrobeira; acção preponderante de D. João II na luta da coroa contra os nobres; Ordenações manuelinas e reforma dos forais. Referência aos aspectos do mundo económico, político, social e religioso nos princípios do século XV; o comércio do oriente e as suas estradas; a visão da Índia. Causas determinantes do papel desempenhado pelos portugueses nos descobrimentos</p>

marítimos. A conquista de Ceuta; suas causas e consequências; política marroquina e seu valor. O Infante D. Henrique e a sua acção nos descobrimentos. Carácter metódico e científico das expedições portuguesas. Início da exploração da costa africana. Descobrimto e colonização das ilhas do Atlântico (sem minúcias). Demanda do caminho marítimo do Oriente: viagem de Bartolomeu Dias; viagem de Pero da Covilhã e Afonso de Paiva; Vasco da Gama e o descobrimto do caminho marítimo da Índia; relações dos portugueses com a costa oriental de África. Viagens para o ocidente; Tratado de Tordesilhas; descobrimto do Brasil.

O império oriental; D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque; suas concepções sobre o domínio do Oriente; conquista e organização do império; os cercos de Dio. A evangelização do Oriente. Exploração científica (Duarte Pacheco, D. João de Castro e Garcia de Orta); Difusão da língua. O monopólio oriental; a Lisboa manuelina; repercussões dos descobrimentos e conquistas na vida económica, artística e social do nosso País e da Europa.

Acção de D. João III: colonização do Brasil; sua divisão em capitánias; constituição do govêrno geral; actividade dos colonos; evangelização Brasil;

A unidade religiosa: a expulsão dos judeus; os cristãos-novos; aversão do povo a judeus e cristãos-novos; estabelecimento da Inquisição e seu significado político e social; D. João III e a reforma da Universidade. A Contra-Reforma e os jesuítas; acção destes na colonização e no ensino.

D. Sebastião e a sua época; política marroquina e suas consequências; o cardeal-rei; a perda da independência; comparação entre a crise desta época e a de 1383-1385; o sebastianismo e a sua significação patriótica. Administração dos reis espanhóis; Ordenações filipinas; perda do monopólio oriental e da marinha nacional; suas causas morais; políticas e económicas; ataques de holandeses, de franceses e de ingleses às nossas colónias e resistência espontânea destas. Reacção contra o domínio dos reis castelhanos; suas relações com a política europeia; a revolução de 1640.

Política de D. João IV; defesa do território e tratados de aliança; o casamento de D. Catarina. Acção de Castelo Melhor: as vitórias militares (sem minúcia); queda do Ministro e destronização de D. Afonso VI. O conde da Ericeira e sua política de fomento. D. Pedro e as últimas côrtes. O Tratado de Methwen. Portugal na guerra da sucessão de Espanha.

Desenvolvimento do Brasil: a mão de obra negra; exploração territorial; os bandeirantes; descobrimto e exploração das minas.

Época de D. João V; política diplomática e ultramarina; situação económica do País; política cultural. Pombal e a sua acção: suas ideias; sua acção política; a obra de fomento, seu valor e consequências; a obra pedagógica.

Época de D. Maria I: realizações desta época; introdução das ideias revolucionárias em Portugal; guerra do Russilhão; posição de Portugal perante a política de Napoleão; retirada da família real para o Brasil; as invasões francesas e as suas consequências na vida portuguesa.

Repercussão em Portugal dos acontecimentos políticos estrangeiros; a revolução de 1820: as Cortes, a Constituição e os partidos. A independência do Brasil. Reacções absolutistas.

D. Pedro e a Carta Constitucional; a regência e a aclamação de D. Miguel; lutas entre constitucionais e absolutistas; triunfo dos constitucionais. Legislação de Mousinho da Silveira, seu valor e efeitos (breve referência). Abolição das ordens religiosas. Revolução de Setembro. Política colonial portuguesa neste período (Sá da Bandeira). Costa Cabral e a Restauração da carta Constitucional; a «Maria da Fonte»; intervenção estrangeira e Convenção do Gramido.

A “regeneração”. Fontes e o fomento nacional. A abolição da pena de morte e da escravatura. A conferência de Berlim e a África ocidental portuguesa; acção de Portugal em África; as explorações africanas.

	<p>O mapa cor-de-rosa; o <i>ultimatum</i> inglês e a Nação. Formação do partido republicano; revolta do Porto. As campanhas para a ocupação efectiva das colónias africanas; António Enes e Mousinho de Albuquerque. Política de autoridade no govêrno das colónias. Cisões nos partidos dinásticos. A política do rei D. Carlos e a reacção parlamentarista. O assassinio do rei e do príncipe real. O reinado de D. Manuel: o seu interêsse pelos problemas sociais; o exílio ao serviço da Pátria. Revolução republicana de 1910.</p> <p>A República. Intervenção de Portugal na Grande Guerra. Sidónio Pais, precursor dos governos de autoridade. O descrédito do parlamentarismo e a anarquia social: a reacção nacionalista da revolução de 28 de Maio. A Constituição política de 1933 e os seus princípios fundamentais; exemplificação da obra corporativa já realizada. A nova renascença pátria e o prestígio de Portugal no mundo.</p>
--	---

ANEXO A2

Programas de História Decreto-Lei nº 37:112 de 22 de Outubro de 1948

Anos	Disciplinas	Temas
1º Ciclo		
1ºano	Língua e História Pátria	Leitura de pequenos textos sobre, usos, costumes, instituições, monumentos, lendas e narrativas e outros textos de virtudes cívicas e relacionados com a História de Portugal.
2ºano	Língua e História Pátria	Leitura de pequenos textos sobre, usos, costumes, instituições, monumentos, lendas e narrativas e outros textos de virtudes cívicas e relacionados com a História de Portugal.
2º Ciclo		
3ºano	História	<p><u>O Homem e a natureza:</u> O modo de vida do Homem em relação com o ambiente geográfico: os rios e a vida agrícola; a estepe, a montanha e a pastorícia; os mares, a navegação e a pesca; a savana, a floresta e a caça. Nomadismo; sedentarismo.</p> <p><u>A Pré-História:</u> A idade da pedra; alguns exemplos de instrumentos; o fogo, a habitação e o vestuário; a navegação; o cultivo dos cereais e a domesticação dos animais; as manifestações artísticas; a indústria cerâmica, as sepulturas: as antas. A idade dos metais: o cobre, o bronze. Coexistência da pré-história com a história.</p> <p>Antiguidade Oriental</p> <p><u>A História:</u> O ferro. As principais civilizações urbanas. O documento escrito. A escrita ideográfica: os hieróglifos e os caracteres cuneiformes. A escrita.</p> <p><u>As Civilizações dos grandes Rios:</u> O Nilo. O ambiente geográfico-económico A Mesopotâmia; As civilizações marítimas: a Fenícia; A civilização hebraica; A civilização persa.</p> <p>Antiguidade Clássica</p> <p><u>Grécia:</u> Ambiente geográfico, Os primeiros habitantes, As civilizações pré-helénicas: Creta, As primeiras invasões arianas: Micenas. Os Jónios e os Dórios; As colónias; A cidade-estado; Os elementos de união; A hegemonia ateniense; A decadência grega; Conquista da Grécia e o Império de Alexandre.</p> <p><u>Roma:</u> O ambiente geográfico. Os primeiros habitantes. Itálias, Etruscos e Gregos; A cidade de Roma; Formação do Império romano; Consolidação e expansão do Império; (Estudo da Romanização na Península Ibérica); Decadência do Império; O cristianismo.</p>
4ºano	História	Idade Média

		<p>As invasões germânicas (referências aos bárbaros na Península Ibérica); O Império Romano do Oriente; Igreja Católica; Expansão Árabe (referências ao Islamismo na Península Ibérica); Desenvolvimento da Monarquia Franca e Formação do Sacro Império Romano Germânico; O Feudalismo; Formação e Desenvolvimento da Economia Urbana; O Desenvolvimento da Vida Urbana; O Poder espiritual e Temporal do Papado. Grandeza e Enfraquecimento; Fundação e Desenvolvimento de Portugal; Formação da Inglaterra; A Guerra dos Cem Anos; Portugal: dos fins do século XIII aos começos do século XV; A Cultura Medieval; O Declínio da Idade Média; O Desenvolvimento do Poder Real.</p> <p><u>Idade Moderna</u>: Os Descobrimentos e Conquistas Ultramarinas; O Renascimento (referências ao Renascimento em Portugal); Reforma e Contra Reforma (referências a Portugal); A Holanda e a sua Expansão; Portugal e Espanha nos fins do século XVI e princípio do século XVII. Declínio; As Grandes Lutas Político Religiosas.</p>
5ºano	História	<p>(Continuação do estudo da <u>Idade Moderna</u>)</p> <p>A Restauração de Portugal e a Defesa do Território; A Expansão da Inglaterra e Consolidação do Parlamentarismo; O Absolutismo e a Hegemonia Cultural da França; O Movimento Cultural do século XVII; Rivalidade Colonial Anglo-Francesa (referência à participação de Portugal na guerra); As Novas Potências; A Independência dos Estados Unidos da América; O Movimento das Ideias e os Grandes Inventos Técnicos dos fins do século XVIII; A evolução política portuguesa e a reconstrução económica. Evolução político social;</p> <p><u>Idade Contemporânea</u>: A Revolução Francesa e a Evolução Política da França até à terceira República; A Difusão do Liberalismo na Europa (O Liberalismo em Portugal); Movimentos autonomistas (referência à Independência das Colónias Espanholas e do Brasil); A Expansão Europeia Ultramarina e as suas Consequências; Os Movimentos Humanitários; Embates Imperialistas e suas Consequências Político-Sociais; Continuação dos Movimentos Autonomistas; A Igreja e os Novos Tempos; Portugal nos séculos XIX e XX.</p>
3º Ciclo		
6ºano	História	<p>Introdução (A História, seu conceito, objecto e método. A complexidade causal da História. Conceitos de cultura e de civilização)</p> <p><u>As Civilizações Orientais</u>: A ciência a técnica e a arte nas civilizações orientais e pre-helénicas e a sua influência na génese da Civilização Grega. O papel das colónias gregas da Ásia, especialmente de Mileto, nessa influência.</p> <p><u>As Civilizações Clássicas</u>: Civilização Grega; Civilização Romana</p>

		<p><u>Civilização Medieval</u>: Os Bárbaros; A Civilização Bizantina; A Civilização Árabe; A Igreja Católica e os Carolíngios; A civilização urbana e a formação das modernas nacionalidades; Papel da Igreja Católica na civilização medieval.</p> <p><u>Civilização Moderna</u>: Características económicas; características Sociais; Características culturais; Características religiosas.</p> <p><u>Civilização Contemporânea</u>: Significado político, social, económico e cultural da Revolução Francesa. O liberalismo político e económico e sua expansão na Europa. O apogeu da burguesia capitalista. A importância do proletariado. A questão social. O movimento operário. O socialismo. O urbanismo e a importância da imprensa. A técnica. A ciência e a filosofia. A arte e a literatura. Os impérios coloniais das grandes potências. A civilização europeia na África, Ásia, América e Oceânia; as reacções da Índia, China e Japão no sentido europeu. A Igreja Católica perante o mundo contemporâneo. Características fundamentais da civilização europeia.</p>
7ºano	História	<p>História da civilização portuguesa</p> <p><u>Introdução</u>: A Lusitânia pré-romana. O domínio romano. O domínio germânico. O domínio muçulmano. A reconquista cristã.</p> <p><u>Período de Formação</u>: A Europa nos séculos XI e XII. As cruzadas do Ocidente. O Condado Portucalense. Os factores da formação de Portugal. Economia; A organização social e a administração pública; A cultura.</p> <p><u>Período de Expansão e Declínio</u>: A génese da expansão portuguesa. O espírito de cruzada. A exploração da costa ocidental africana. A expansão no Norte de África. O caminho marítimo para a Índia. As viagens para o Ocidente. A penetração na Ásia. A ciência náutica peninsular. O império ultramarino. A colonização do Brasil. A evangelização ultramarina. Economia; A organização social e administrativa pública; Cultura; Assistência</p> <p><u>Período de Reorganização</u>: Economia; Cultura; Assistência</p> <p><u>O Constitucionalismo Monárquico</u>: A organização social e administrativa pública; Economia; Cultura; Assistência e legislação humanitária.</p> <p><u>A República</u>: O regime parlamentar republicano. O registo civil. A separação da Igreja e do Estado. A legislação operária. Reformas culturais. A reacção antiparlamentarista e a nova orgânica político-social. A Concordata com a Santa Sé. A obra de fomento metropolitano e colonial.</p>

ANEXO A3

Programas de História Decreto-Lei nº 39 807 de 7 de Setembro de 1954

Anos	Disciplinas	Temas
1º Ciclo		
1ºano	Língua e História Pátria	Leitura de pequenos textos sobre usos, costumes, instituições, monumentos, lendas e narrativas e outros textos de virtudes cívicas, tirados da História Pátria.
2ºano	Língua e História Pátria	Leitura de pequenos textos sobre usos, costumes, instituições, monumentos, lendas e narrativas e outros textos de virtudes cívicas, tirados da História Pátria.
2º Ciclo		
3ºano	História	<p><u>Introdução:</u> Objecto e fontes da História. História e Pré-História: suas diferenças. Necessidade de localizar no tempo os factos históricos. Maneira de contar os anos e os séculos. As grandes divisões da História.</p> <p><u>A Pré-História</u></p> <p><u>Antiguidade Oriental:</u> Civilizações dos grandes Rios – Egipto; A Mesopotâmia; Os Sumérios. Civilização Fenícia. Civilização Hebraica. Civilização Persa.</p> <p><u>Antiguidade Clássica:</u> Grécia – Ambiente geográfico; os primeiros habitantes; as civilizações pré-helénicas: Creta; as primeiras invasões arianas: Micenas. Os Jónios e os Dórios; As colónias; A cidade-estado; Os elementos de união; A hegemonia ateniense; Decadência grega; Conquista da Grécia e Império de Alexandre. Roma: Ambiente geográfico; os primeiros habitantes: Itálicos, Etruscos e Gregos; A cidade de Roma; Formação do Império Romano; Consolidação do Império (Referência à Romanização da Península Ibérica), Decadência do Império; O Cristianismo.</p> <p><u>Idade Média:</u> Fixação dos bárbaros na Europa Ocidental; O Império Romano do Oriente; A Igreja Católica; A expansão árabe.</p>
4ºano	História	Desenvolvimento da monarquia franca e formação do Sacro Império Romano Germânico; O feudalismo; Formação e desenvolvimento da economia urbana; Desenvolvimento da vida urbana; O poder espiritual e temporal do papado. Grandeza e enfraquecimento; Fundação e Desenvolvimento de Portugal ; Formação da Inglaterra; Guerra dos Cem Anos; Portugal: dos fins do século XIII aos começos do século XV ; A Cultura Medieval; O Declínio da Idade Média;

		<p>Idade Moderna: O Desenvolvimento do Poder Real; Os descobrimentos e conquistas ultramarinas; Renascimento (referências ao Renascimento em Portugal); Reforma e Contra Reforma (referências a Portugal); Portugal e Espanha nos fins do século XVI e princípio do século XVII. Declínio; As Grandes Lutas Político Religiosas; A restauração de Portugal e a defesa do território; A expansão da Inglaterra e consolidação do parlamentarismo; O Absolutismo e a hegemonia cultural da França; O Movimento Cultural do século XVII; As novas potências; Rivalidade colonial anglo-francesa (referência à participação de Portugal na guerra); A Independência dos Estados Unidos da América; O movimento das ideias e os grandes inventos técnicos dos fins do século XVIII; Portugal, do último quartel do século XVII aos fins do século XVIII.</p>
5ºano	História	<p>Idade Contemporânea: A Revolução Francesa e a evolução política da França até à Terceira República; Difusão do liberalismo em Portugal; Movimentos autonomistas (referência à independência das colónias espanholas e do Brasil); Progressos da ciência e da técnica e suas consequências político-sociais; A expansão europeia ultramarina e as suas consequências; Os Movimentos Humanitários; Embates imperialistas e suas consequências político-sociais; Continuação dos movimentos autonomistas; A Igreja e os novos tempos; Portugal nos fins do século XIX e no século XX.</p>
3º Ciclo		
6ºano	História	<p>Introdução (A História, seu conceito, objecto e método. A complexidade causal da História. Conceitos de cultura e de civilização)</p> <p>As Civilizações Orientais: A ciência a técnica e a arte nas civilizações orientais e pre-helénicas e a sua influência na génese da civilização grega. O papel das colónias gregas da Ásia, especialmente de Mileto, nessa influência.</p> <p>As Civilizações Clássicas: Civilização Grega; Civilização Romana</p> <p>Civilização Medieval: Os Bárbaros; A civilização bizantina; A civilização árabe; A Igreja Católica e os carolíngios; A civilização urbana e a formação das modernas nacionalidades; Papel da Igreja Católica na civilização medieval.</p> <p>Civilização Moderna: Características económicas; características Sociais; Características culturais; Características religiosas.</p> <p>Civilização Contemporânea: Significado político, social, económico e cultural da Revolução Francesa. O liberalismo político e económico e sua expansão na Europa. O apogeu da burguesia capitalista. A importância do proletariado. A questão social. O movimento operário.</p>

		<p>O socialismo. O urbanismo e a importância da imprensa. A técnica. A ciência e a filosofia. A arte e a literatura. Os impérios coloniais das grandes potências. A civilização europeia na África, Ásia, América e Oceânia; as reacções da Índia, China e Japão no sentido europeu. A Igreja Católica perante o mundo contemporâneo. Características fundamentais da civilização europeia.</p>
7ºano	História	<p>História da civilização portuguesa</p> <p><u>Introdução:</u> A Lusitânia pré-romana. O domínio romano. O domínio germânico. O domínio muçulmano. A reconquista cristã.</p> <p><u>Período de Formação:</u> A Europa nos séculos XI e XII. As cruzadas do Ocidente. O Condado Portucalense. Os factores da formação de Portugal. Economia; A organização social e a administração pública; A cultura.</p> <p><u>Período de Expansão e Declínio:</u> A génese da expansão portuguesa. O espírito de cruzada. A exploração da costa ocidental africana. A expansão no Norte de África. O caminho marítimo para a Índia. As viagens para o Ocidente. A penetração na Ásia. A ciência náutica peninsular. O império ultramarino. A colonização do Brasil. A evangelização ultramarina. Economia; A organização social e administrativa pública; Cultura; Assistência</p> <p><u>Período de Reorganização:</u> Economia; Cultura; Assistência</p> <p><u>O Constitucionalismo Monárquico:</u> A organização social e administrativa pública; Economia; Cultura; Assistência e legislação humanitária.</p> <p><u>A República:</u> O regime parlamentar republicano. O registo civil. A separação da Igreja e do Estado. A legislação operária. Reformas culturais. A reacção antiparlamentarista e a nova orgânica político-social. A Concordata com a Santa Sé. A obra de fomento metropolitano e ultramarino.</p>

ANEXO A4

Programa de História de Portugal – Portaria nº 22:966 de 17 de Outubro de 1967, rectificada em 7 Dezembro de 1967, Diário de Governo Iª Série

Anos	Disciplinas	Temas
Ciclo Complementar de Ensino primário		
5ª classe	História de Portugal	<p>Breve referência aos povos primitivos da Península Ibérica.</p> <p>A Lusitânia. A Serra da Estrela como habitat central dos Lusitanos. A pastorícia. <u>Viriato</u>: independência indomável; vitória da bravura e da inteligência sobre o superior poder militar dos Romanos.</p> <p>Sertório e a romanização dos Lusitanos. Os Romanos e o seu Império. O cristianismo na Península Ibérica.</p> <p><u>Novos povos invasores</u>: o reino dos Suevos e Braga; o reino dos Visigodos e Toledo.</p> <p><u>Invasão dos Maometanos</u>: os Mouros, Ceuta e a Península Ibérica.</p> <p><u>Reconquista cristã</u>: o reino de Leão; a Terra e o Condado Portucalense.</p> <p><u>A independência, o alargamento e o povoamento do território</u>: D. Henrique e Braga; D. Teresa e o grupo galego; D. Afonso Henriques, os Mouros e os Leoneses; relações com a Santa Sé; principais castelos conquistados; Batalha de Ourique; Alcobça e Santa Cruz de Coimbra; povoamento e vida cultural. Conquistas, nos primeiros reinados, até ao Algarve.</p> <p>Papel dos estrangeiros nas conquistas e povoamento. Portugal no estrangeiro. Navas de Tolosa; Santo António de Lisboa; o Papa João XXI. <u>A guerra civil</u>: D. Sancho II e D. Afonso III. A conquista do Algarve. As ordens militares. D. Dinis: a agricultura, a marinha, a indústria e o comércio; o Estudo Geral; a Rainha Santa. D. Afonso IV; o Salado; as expedições às Canárias. D. Pedro e a justiça. <u>D. Fernando</u>: fomento da marinha, do comércio e da agricultura; as guerras com Castela e o crescimento de Lisboa; a aliança com Inglaterra. Sucessão Dinástica.</p> <p><u>A crise de 1383-1385</u>: morte de D. Fernando e ambições de Castela. <u>A consciência nacional</u>: Nuno Álvares, Álvaro Pais e a revolução. O Mestre de Avis. O cerco de Lisboa. Acção do povo, do clero e da nobreza na luta contra Castela. As Cortes de Coimbra e João das Regras: D. João I. Aljubarrota e Valverde. O convento da Batalha. D. João I e D. Filipa de Lencastre; a «Ínclita Geração», instrumento de valorização cultural da sociedade portuguesa.</p> <p><u>Início da expansão portuguesa</u>: os infantes e a conquista de Ceuta;</p>

		<p>Nun'Álvares. D. Henrique e as navegações de descobrimento; D. Henrique e as navegações de descobrimento; a redescoberta de Porto Santo e Madeira; os Açores. <u>D. Duarte</u>: sua personalidade e seu governo; o desastre de Tânger e o Infante Santo. <u>Navegações de D. Henrique ao longo da costa africana</u>: cabo Bojador, Cabo Verde e Serra Leoa. A regência de D. Pedro. <u>D. João V</u>: Alfarrobeira; as conquistas no Norte de África; as navegações ao longo da costa africana e o papel que nelas teve o príncipe D. João. <u>D. João II</u>: as conspirações contra o rei. Os descobrimentos: o Congo e o Cabo da Boa Esperança; Diogo Cão e Bartolomeu Dias; Pêro da Covilhã e Afonso de Paiva; Cristóvão Colombo e Portugal; Tratado de Tordesilhas. D. Leonor. D. Manuel.</p> <p><u>O Oriente</u>: o caminho marítimo para a Índia; os vice-reis e governadores; os cercos de Diu; <u>os portugueses no Extremo Oriente</u>: Fernão Mendes Pinto; S. Francisco Xavier. Goa no século XVI.</p> <p><u>Navegações para ocidente</u>: o continente norte-americano, o Brasil; Fernão de Magalhães.</p> <p><u>D. João III</u>: o Norte de África; política cultural; o Brasil; a Inquisição.</p> <p><u>Consequências da expansão</u>: Lisboa, centro mundial; a arte (Jerónimos, Torre de Belém, etc.), as ciências (Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia de Orta), a literatura (<i>Os Lusíadas</i>, <i>Peregrinação</i>); a agricultura em crise.</p>
6ª classe	História de Portugal	<p><u>D. Sebastião e a cristandade</u>: Alcácer Quibir. O cardeal-rei. Sucessão dinástica.</p> <p><u>A dinastia estrangeira</u>: Febo Moniz e o prior do Crato; batalha de Alcântara. Os Filipes e a perda de territórios de além-mar. O Manuelino de Évora. Sucessão Dinástica.</p> <p><u>A Restauração</u>: o duque de Bragança e o 1º de Dezembro de 1640. As campanhas vitoriosas: o conde de Castelo Melhor. <u>Os países estrangeiros e a Restauração</u>: Padre António Vieira. Tratado de paz com a Espanha. As terras de além-mar: Angola, S. Tomé e Príncipe, o Brasil; Salvador Correia de Sá.</p> <p>D. Afonso VI e D. Pedro II. O Conde da Ericeira e a vida económica de Portugal.</p> <p><u>D. João V</u>: o desenvolvimento do Brasil; fomento cultural e económico; a batalha de Matapão, a vitória portuguesa. A «Passarola».</p> <p><u>D. José I</u>: o terramoto de 1755 e a reconstrução de Lisboa (Eugénio dos Santos e Manuel da Maia); a política económica e cultural de Sebastião José de Carvalho e Melo; o apogeu do absolutismo; lutas com a Espanha e com a França.</p>

	<p>D. Maria e a actualização cultural e económica do País. A regência do Príncipe D. João. <u>A primeira invasão francesa</u>: a Corte no Brasil. <u>Segunda e terceira invasões</u>: a luta sem quartel do povo contra o invasor; o auxílio inglês; o empobrecimento de Portugal. Portugal e a Europa contra a França. D. João VI e o progresso do Brasil.</p> <p><u>A revolução de 1820</u>: volta da Corte para Lisboa; a independência do Brasil; a guerra civil: D. Pedro e D. Miguel. D. Maria II e o progresso económico e cultural. D. Pedro V e o fomento. Abolição da escravatura no ultramar. As grandes figuras intelectuais do século XIX.</p> <p><u>Política ultramarina</u>: Angola e Moçambique no século XIX; as grandes explorações portuguesas em África; a pacificação; principais factos e figuras.</p> <p><u>Do século XIX para o século XX</u>: D. Luís. <u>D. Carlos</u>: o ultimato; política europeia do rei; D. Amélia e a assistência; o regicídio. D. Manuel II. Sucessão dinástica. A República. Portugal na Grande Guerra – luta na Europa e na África. Sidónio Pais. Sacadura Cabral e Gago Coutinho. <u>Revolução de 28 de Maio de 1926</u>: a ordem nas ruas e na administração. A Constituição de 1933. Portugal e a grande guerra de 1939-1945. Portugal defende-se das terras de além-mar.</p>
--	---

ANEXO A5

Programa de História e Geografia de Portugal – Decreto-Lei nº 23:601 de 9 de Setembro de 1968

Anos	Disciplinas	Temas
Ciclo Preparatório do Ensino secundário		
1º ano	História e Geografia de Portugal	<p>Preliminares</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. O que é a Geografia. Noção sucinta do seu objecto e utilidade. 2. O estudo da Geografia no terreno. Representações em mapas. 3. Noção intuitiva da escala. Os sinais convencionais mais simples. 4. Exercícios simples e práticos de escala: a planta da sala de aula, a do pátio da escola, etc. 5. O que é a História <p>Introdução Antes da formação de Portugal</p> <p>I. <u>A Terra e o Homem</u>: 1.O aparecimento da vida; 2. O Homem; 3. Relações entre o Homem e o meio geográfico: tipos humanos e tipos de habitação. Formas de adaptação; 4. A agricultura, o pastoreio, as primeiras indústrias. Manifestações artísticas e religiosas.</p> <p>II. <u>A Península Ibérica</u>: 1. Os primeiros habitantes. Iberos, Celtas e Celtiberos. Contactos com as civilizações mediterrânicas. Os Lusitanos; 2. Conquista romana e romanização da Península; 3. O Cristianismo; 4. Invasões bárbaras. O reino visigótico; 5. Os Mouros. Conquista da Península. A civilização árabe; 6. As Cruzadas e a reconquista cristã; 7. O Condado Portucalense e a fundação de Portugal.</p> <p>1ª época – A Formação de Portugal</p> <p>A. <u>A conquista do território</u>: breve e sintética recapitulação do aprendido na instrução primária.</p> <p>B. <u>Povoamento e organização político-sócio-económica</u>: <u>O território</u>: Suas características nos séculos XII a XIV, em comparação com as actuais. <u>Formas de povoamento</u>: A cidade, o senhorio, as povoações marítimas e os concelhos. <u>A organização política</u>: O rei e as cortes. <u>A organização social</u>: O clero, a nobreza e o povo. <u>A organização económica</u>: A produção e o comércio. A agricultura. A indústria. O comércio interno e o comércio externo. A política de fomento dos reis da 1ª dinastia. D. Dinis e D. Fernando. O desenvolvimento da marinha e as primeiras navegações. <u>A vida quotidiana</u></p>

		<p>C. A acção da Igreja: As ordens militares religiosas na conquista e no povoamento; O ensino e a assistência; O ensino; Desenvolvimento cultural; O Estatuto Geral.</p> <p>D. As transformações do século XIV: A crise de 1385; A luta pela independência; o Mestre de Avis, Nuno Álvares Pereira e João das Regras; O novo rei e a nova sociedade; os filhos de D. João I.</p> <p>2ª época – Expansão</p> <p>A. Descobrimientos e conquistas: 1. Causas e condições da expansão. O factor religioso; 2. A conquista de Ceuta; 3. Os descobrimientos henriquinos; 4. As conquistas marroquinas e o seu significado; 5. A continuação dos descobrimientos: o caminho marítimo para a Índia e a descoberta do Brasil.</p> <p>B. Organização política: 1. A centralização administrativa no território metropolitano; 2. Os vice-reis da Índia e o Império do Oriente.</p> <p>C. Geografia da metrópole e do ultramar: 1. modificação no revestimento vegetal e na distribuição demográfica de Portugal continental; 2. Geografia das possessões portuguesas ultramarinas nos séculos XV e XVI: ilhas do Atlântico, territórios africanos, Índia, Brasil, Macau e Timor; 3. Os sistemas de povoamento. Valorização económica.</p> <p>D. A sociedade: 1. Modificações sociais; 2. A cultura; 3. A vida quotidiana.</p> <p>E. A acção da Igreja: 1. S. Francisco Xavier e o apostolado do Oriente; 2. Os padre jesuítas e a evangelização dos índios do Brasil. José de Anchieta e Manuel da Nóbrega. A penetração para o interior;</p> <p>3ª época – A união com a Espanha</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Antecedentes da crise de 1850. A resistência do Prior do Crato. 2. O domínio filipino e as suas consequências políticas, sociais, económicas e culturais. 3. A defesa dos territórios ultramarinos. 4. Os holandeses no Brasil. 5. O descontentamento geral e o enfraquecimento de Espanha. 6. O motim de Évora. A conspiração – João Pinto Ribeiro.
2º ano	História e Geografia de Portugal	<p>5ª época – O constitucionalismo</p> <p>A. O constitucionalismo monárquico: 1. A vitória liberal de 1834. A Carta Constitucional; 2. Nova organização política e económica. Nova estruturação social; 3. Desenvolvimento de transportes; 4. Desenvolvimento de instrução; 5. Viagens de exploração no</p>

	<p>continente africano. Ocupação efectiva dos territórios do interior. Novas culturas. Missionários, pioneiros e heróis de ocupação. Abolição da escravatura e da pena de morte; 6. A vida quotidiana.</p> <p>B. O constitucionalismo republicano: 1. A implantação da República e a nova Constituição; 2. A intervenção na guerra de 1914-1918; 3. A Revolução de 28 de Maio de 1926. A Constituição Política de 1933; 4. Povoamento e desenvolvimento das províncias ultramarinas.</p> <p>A nossa época</p> <p><u>Como vivem os portugueses:</u> <u>1. Estudo elementar do meio local, considerado como paisagem humanizada, no sentido de investigação acerca do género de vida da população:</u></p> <p>A. Nos meios rurais: Tipo de habitação. Influências históricas e sociais. Origem da povoação em que está situada a escola; Actividade económica da população. Vias de comunicação; Interesses espirituais e morais.</p> <p>B. Nos outros meios: Quadro geral do território metropolitano: principais centros agrícolas, industriais e comerciais. Organização política e administrativa; Quadro geral das províncias ultramarinas: mesmos temas.</p> <p><u>Síntese final:</u> O território nacional e a população portuguesa: constantes geográficas e históricas. A variedade de territórios e raças e a unidade nacional. O sentimento português de uma comunidade universalista. Papel desempenhado pelo cristianismo nesse sentido. Prospecção.</p>
--	---

ANEXO A6

Programa de Ciências Humanas – Despacho de 9 de Agosto de 1972

Anos	Disciplinas	Temas
Ciclo Preparatório do Ensino Secundário		
3ºano	Ciências Humanas	<p>I – A Terra</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Continentes e oceanos. Situação comparada.</u> 2. <u>Os grandes quadros naturais.</u> <ol style="list-style-type: none"> 2.1 A estrutura do globo. <ol style="list-style-type: none"> 2.1.1 O relevo terrestre: os planaltos antigos; as Grandes depressões ou bacias sedimentares; as Cadeias montanhosas de formação recente. 2.1.2 O relevo submarino: a plataforma continental e aos mares continentais; os fundos oceânicos e as suas formas (colinas e planícies; montanhas; vulcões); as fossas submarinas.* 2.1.3 Zonas de instabilidade (referência a sismos e vulcões) e de estabilidade da Terra*. 2.2 As grandes regiões bioclimáticas. <ol style="list-style-type: none"> 2.2.1 As massas de ar da atmosfera: referência à sua caracterização e à existência das frentes. 2.2.2 Noções do estado do tempo e de clima. 2.2.3 As regiões quentes: equatorial – floresta virgem; tropical – floresta galeria, savana, estepe; desértica*. 2.2.4 As regiões temperadas: mediterrânea – maquis e garrigue; oceânica – floresta de folhas caducas, prados; continental – estepe das regiões temperadas, floresta de coníferas*. 2.2.5 As regiões frias: floresta de coníferas, tundra*. 2.2.6 As montanhas: o clima e a vegetação em altitude 2.2.7 A vida animal nas regiões pouco favoráveis ao homem. <p>II – Os Homens</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. <u>Grandes grupos humanos.</u> <ol style="list-style-type: none"> 1.1 Grupos étnicos: brancos, amarelos e negros – como variedades da espécie humana. Caracterização e distribuição respectiva. 1.2 Grupos linguísticos. <ol style="list-style-type: none"> 1.2.1 Línguas românicas: português, espanhol, francês, italiano, e romeno. Sua distribuição na Europa e no Mundo. Referência ao Império Romano e à romanização; expansão ultramarina portuguesa, espanhola e francesa. 1.2.2 Línguas germânicas: 1.2.3 Línguas eslavas: especialmente o russo. Referência aos Eslavos e à expansão russa.* 1.2.4 Línguas bantas e sudanesas. Referência às culturas correspondentes*. 1.2.5 Línguas asiático-insulíndicas. Referência especial

		<p>ao árabe e às civilizações indiana e chinesa*.</p> <p>1.3 Grupos religiosos</p> <p>1.3.1 O cristianismo: distribuição actual das confissões cristãs; sua origem e difusão.</p> <p>1.3.2 O islamismo: distribuição actual das confissões islâmicas; sua origem e difusão.*</p> <p>1.3.3 Breve referência a outras grandes religiões: budismo, hinduísmo e xintoísmo; sua distribuição actual.*</p> <p>2. <u>A distribuição mundial da população.</u></p> <p>2.1 Zonas densamente povoadas: a Ásia das monções; a Europa do mar do Norte; a América do Norte.</p> <p>2.2 Zonas francamente povoadas.</p> <p>2.3 Condições favoráveis e desfavoráveis da distribuição da população.</p> <p>2.4 O aumento contemporâneo da população mundial: suas causas.</p> <p>2.4.1 Migrações internas e externas</p> <p>III – As Economias</p> <p>1. <u>As grandes áreas económicas.</u></p> <p>1.1 Noção de população activa e seus sectores; noção de rendimento nacional e de rendimento por habitante. Percentagens do rendimento nacional e de rendimento por habitante. Percentagens do rendimento nacional por sectores (primário, secundário, terciário).</p> <p>1.2 Aplicação dos critérios já indicados à caracterização dos países economicamente desenvolvidos, de desenvolvimento médio e em vias de desenvolvimento (terceiro mundo).</p> <p>1.3 O encontro histórico de civilizações, intercâmbio de produtos, técnicas e ideias. Contactos de culturas.*</p> <p>1.4 Os grandes impérios europeus (português, espanhol, holandês, francês e inglês) e as respectivas zonas de influência. Os grandes espaços político-económicos actuais.</p> <p>2. <u>Os campos e as cidades.</u></p> <p>2.1 População rural e população urbana, nos países economicamente desenvolvidos, de desenvolvimento médio e em vias de desenvolvimento.</p> <p>2.2 A revolução agrícola</p> <p>2.2.1 Da recolocação e da caça à agricultura; do nomadismo ao sedentarismo.</p> <p>2.2.2 As primeiras povoações: a transformação do modo de vida que elas, gradualmente, implicaram.</p> <p>2.3 A revolução urbana: o comércio e a moeda; a escrita; o Estado. Um novo estágio civilizacional.</p> <p>2.5 Os campos e as cidades tradicionais e os campos e as cidades de hoje.</p>
4ºano	Ciências	III – As Economias (continuação)

Humanas	<p>3. <u>A industrialização.</u></p> <p>3.1 Breve caracterização da indústria contemporânea: sua influência no conjunto das outras actividades económicas.</p> <p>3.2 Aspectos fundamentais da Revolução Industrial e sua difusão no Mundo.</p> <p>4. <u>Os transportes e as comunicações.</u></p> <p>4.1 Breve caracterização da indústria contemporânea: sua influência no conjunto das outras actividades económicas.</p> <p>4.2 Os transportes e as comunicações tradicionais e a revolução a que foram submetidos.</p> <p>IV – As sociedades humanas</p> <p>1. <u>O trabalho</u></p> <p>1.1 A humanização das condições de trabalho: higiene e segurança profissional.</p> <p>1.1.1 O trabalho escravo e a sua extinção. O ingresso gradual da mulher nas actividades profissionais.</p> <p>2. <u>A saúde</u></p> <p>2.1 Factores do alongamento actual da esperança de vida.</p> <p>2.2 A esperança de vida no passado, no presente, nas sociedades desenvolvidas e nas restantes.</p> <p>3. <u>A educação</u></p> <p>3.1 A educação como factor do desenvolvimento pessoal e colectivo.</p> <p>3.1.1 O prolongamento e a generalização dos estudos escolares; disparidades na sua concretização.</p> <p>3.1.2 A educação permanente.</p> <p>4. <u>O lazer.</u></p> <p>4.1 O tempo livre; disparidades na sua concretização.</p> <p>4.1.1 Modos e formas de lazer.</p> <p>5. <u>A cultura.</u></p> <p>5.1 A vocação cultural do homem.</p> <p>5.1.1 Algumas formas dessa vocação.</p> <p>5.2 Exemplos de criação científica, artística e literária; de reflexão filosófica e religiosa.</p> <p>V – Reflexão feita pela turma, a partir de temas abordados neste e noutro programa, sobre algum ou alguns dos mais importantes problemas enfrentados pela humanidade de hoje.</p> <p>VI – Metas a alcançar pela comunidade local e regional a que pertence a escola, no sentido do seu desenvolvimento económico, social e cultural.</p> <p>1. <u>Inquérito realizado pela turma sobre as características da comunidade local.</u></p> <p>2. <u>Definição pela turma das metas a alcançar.</u></p>
---------	--

NOTA: Os pontos do programa assinalados com (*) eram optativos. Cabia ao professor escolher, em conjunto com os alunos, aquele que mais interesse suscitasse.

No ano lectivo de 1975-1976, iniciaria o 5ºano experimental, com a disciplina de História e um novo programa.

ANEXO A7

Índice do Manual *Meu Portugal, Minha Terra*, 2º ano dos liceus, da autoria de Beatriz Mendes Paula e **Maria Alice Gouveia** (reitora do Liceu Nacional Infanta D. Maria de Coimbra, de 1972 a 1974).

ÍNDICE

	Págs.
LEGENDA, António Botto	11
x ROSAS DO BOJADOR, Maurício de Queirós	13
BARTOLOMEU DIAS DOBRA O CABO DA BOA ESPE- RANÇA, Mário Domingues	14
DONGO, Tomás Vieira da Cruz	17
ANGOLA É NOSSA, Maria Archer	18
AS AVES MIGRADORAS, M. Angelina e Raul Brandão	20
GRANDEZA DE ALMA DO PRÍNCIPE PERFEITO, J. de Vilhena Barbosa	22
A RUA ONDE MORO, Mário Mota	23
NO DESERTO DE MOÇAMEDES, Gastão de Sousa Dias	25
O SANTO DE PEDRA, Eça de Queirós	27
PRESTE JOÃO DAS ÍNDIAS, Maria Archer	29
x PÊRO DA COVILHÃ E AFONSO DE PAIVA, Maurício de Queirós	31
O VENTO E O SOL, A. Fontes Machado	32
D. JOÃO II BAPTIZA AS NAUS, A. Campos Júnior	34
OS NAVEGADORES, Sophia de Mello Breyner Andresen	37
DIANTE DA TÃO DESEJADA ÍNDIA, Mário Domingues	38
MAR PORTUGUÊS, Fernando Pessoa	40
A DESCOBRIR MUNDO, Aquilino Ribeiro	41

	Págs.
ARQUITECTURA DO MAR:	
<i>O manuelino</i> , Fernando Pamplona	44
<i>A JANELA DO MAR</i> , Ramiro Guedes de Campos	45
<i>A ARTE SECRETA</i> , A. Simões Müller	46
<i>QUADRAS</i> , A. Correia de Oliveira	47
<i>VASCO FERNANDES, O GENIAL GRÃO-VASCO</i> , Luís Reis Santos	48
<i>SABEDORIA A PESO</i> , Luís de Oliveira Guimarães	50
<i>CHUVA</i> , Conde de Monsaraz	51
<i>D. LEONOR FUNDA O HOSPITAL DAS CALDAS</i> , Conde de Sabugosa	52
<i>HOSPITAL</i> , Sebastião da Gama	55
<i>UM COPO DE LEITE</i> , António Botto	56
<i>O ACHAMENTO DO BRASIL</i> , Mário Domingues	58
<i>MARINHEIRO REAL</i> , Sophia de Mello Breyner Andresen ...	61
<i>PORTUGAL-BRASIL</i> , P.ª Moreira das Neves e Martins Fontes	61
NO DIA DA MÃE:	
<i>Quadras</i> , João de Deus	62
<i>Canção do negrinho perdido</i> , Orlando de Albuquerque ...	62
<i>REGRESSO DA PESCA</i> , Raul Brandão	63
<i>LOAS A NOSSA SENHORA</i> , Vitorino Nemésio	66
<i>O SONO DA AGUA</i> , Nuno de Montemor	68
<i>COMO DEPRESSA SE FOI AO LONGE</i> , A. Simões Müller ...	69
<i>A PESCA DESPORTIVA EM MOÇAMBIQUE</i> , António Gi- raldes	70
<i>O AQUARIO</i> , Cecília Meireles	72
<i>PERSISTÊNCIA NO TRABALHO</i> , Trindade Coelho	73
<i>O VAREJO DA AZEITONA</i> , Júlio César Machado	74
<i>A VIRGEM DA GALILEIA</i> , Gomes Leal	76
<i>UM DITO DE VASCO DA GAMA</i> , Cardeal Saraiva	78
<i>ONDE HÁ REDES, HÁ RENDAS</i> , Maria Madalena Martel Pa- trício	79
<i>PRESEPIO DA MINHA INFÂNCIA</i> , Ramalho Ortigão	80
<i>O MENINO-DEUS</i>	82
<i>A CEIA DO NATAL</i> , Ramalho Ortigão	84

que - comparativo

	Págs.
AS JANEIRAS, Aquilino Ribeiro	85
A MORTE GLORIOSA DE D. LOURENÇO DE ALMEIDA, Virgínia de Castro e Almeida	88
<i>HISTÓRIA ANTIGA</i> , Miguel Torga	90
DANÇA E CANTO DO NEGRO DE MOÇAMBIQUE, Luís Filipe	91
<i>MÚSICA</i> , Manuel Bandeira... ..	93
A CANÇÃO DA CEREJEIRA, Guerra Junqueiro	93
DANÇA E PAISAGEM, Azinhal Abelho	95
<i>O BAILADOR DE FANDANGO</i> , Pedro Homem de Mello ✕ ...	99
AFONSO DE ALBUQUERQUE E O REI DE ORMUZ, Vir- gínia de Castro e Almeida	100
<i>MARCHA ALMADANIM</i> , Manuel da Fonseca	102
PORTO, António Cruz	103
<i>QUADRA</i>	105
ALVOROÇO NA BICHARADA, Aquilino Ribeiro	105
DEPOIS DA CONQUISTA DE GOA, Mário Domingues	108
<i>INTACTA FIQUE A NOSSA ESPERANÇA</i> , Francisco Cunha Leão	109
BARCO MOLICEIRO, Raul Brandão	110
GARCIA DE ORTA E AS PLANTAS DO ORIENTE, Conde de Ficalho	112
<i>CIRCO</i> , José Régio	115
A MORTE DUM LEÃO, João Teixeira de Vasconcelos	118
A FEIRA, Aquilino Ribeiro... ..	121
<i>POESIA</i> , Fernando Pessoa	122
O COSMÓGRAFO-MOR DE D. JOÃO III, Pedro José da Cunha	123
SUBIDA AO MASTRO, Alves Redol	125
O GRANDE VICE-REI QUE EMPENHOU AS BARBAS, Virgínia de Castro e Almeida	128
<i>NAU CATRINETA</i>	131
O CAVALEIRO CARECA, A. Fontes Machado... ..	134
A VELHA CAPITAL DOS GOVERNADORES, Julião Quin- tinha	135
<i>ILHA DOURADA</i> , Rui Knopfli	137

	Págs.
O VELHO CHUMECO, Aquilino Ribeiro	138
AMOR, Matilde Rosa Araújo	139
PARA A HISTÓRIA DE MACAU, Ferreira de Castro	140
A SOMBRINHA	142
CERTEZA, Miguel Torga	143
NA FEIRA DO GADO, Alves Redol	144
CAVALOS, Alexandre Ó'Neill	147
S. FRANCISCO XAVIER, P.º Moreira das Neves	148
A LEI DE DEUS, Manuel Bernardes... ..	149
CHEGARAM AS ANDORINHAS, M. Angelina e Raul Brandão	150
BUCÓLICA, Afonso Duarte	150
DA FUNDAÇÃO DA CIDADE DE S. PAULO DE LUANDA, Manuel da Costa Lobo Cardoso	152
A BOLA, António Botto	154
OS PEIXES DO GUARDIÃO, Teófilo Braga	155
A CAMINHO DE TIMOR, A. Pinto Correia	156
LIÇÃO DE ESGRIMA, Francisco Manuel de Melo	158
CAÇADA AO CROCODILO EM TIMOR, Afonso de Castro ...	162
RESSURREIÇÃO, Miguel Torga	165
A DANÇA DAS ABELHAS, Aquilino Ribeiro	165
PASCOA, Afonso Duarte... ..	167
A NOSSA PAISAGEM CHEIRA BEM, Luís Reis Santos e Carlos Queirós	168
QUADRAS POPULARES	169
CHEGADA A PORTUGAL, Eça de Queirós	169
NOS AREAIS DE ALCÁCER-QUIBIR, Conde de Sabugosa ...	172
CASTELO DE BEJA, Mário Beirão	175
O ALENTEJO ARTÍSTICO, Gustavo de Matos Sequeira	176
PORTALEGRE, José Régio	177
PREPARANDO A RESTAURAÇÃO, Conde de Sabugosa... ..	178
GUARDAR SEGREDO, Diogo do Couto	180
A BORDADEIRA MADEIRENSE, Vasco de Lucena	181
NÃO HA SEREIAS, António Patrício	182

CARACTER DE D. JOÃO IV, Rebelo da Silva	183
CONSCIÊNCIA, A. Correia de Oliveira	184
JANTAR NA SERRA, Eça de Queirós	184
SALVADOR CORREIA DE SÁ, A. Simões Müller	187
MOMENTO, Fernando Amaral	189
OS CARRILHÕES DE MAFRA, Armando de Lucena	190
A RAPOSA E A CEGONHA, A. Fontes Machado	191
O COLCHÃO DENTRO DO TOUCADO, Nicolau Tolentino ...	193
CARLOS DE SEIXAS:	
<i>O menino prodígio</i> , Mário de Sampayo Ribeiro	194
<i>O músico</i> , João de Freitas Branco	195
POMBAL E A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA, Fernando	
Pamplona	196
DE LISBOA OS MONUMENTOS, Tomás Ribeiro... ..	197
O LISBOETA E A NATUREZA, António Quadros... ..	198
RIO, Francisco Bugalho	200
PESCA NAS LOCAS, Alves Redol	201
A ILUMINAÇÃO DE LISBOA, Caetano Beirão... ..	203
APETECE-ME DANÇAR, José Gomes Ferreira	204
A FUNDA DE DAVID, Maurício de Queirós	205
PERGUNTAS DE ALGIBEIRA, Agostinho de Campos	205
A DILIGÊNCIA, Ramalho Ortigão	206
D. MARIA II, A EDUCADORA, Ester de Lemos	208
NERO, O CÃO PERDIGUEIRO, Miguel Torga	209
PEGUEI NUM PEDAÇO DE TERRA DO CHÃO, José Gomes	
Ferreira	212
INAUGURAÇÃO DO CAMINHO DE FERRO EM PORTU-	
GAL, A. Simões Müller	213
COMBOIO, Manuel Bandeira	215
A FAMÍLIA FERROVIÁRIA, A. Simões Müller	217
A PROCISSÃO DOS LUMES, Antero de Figueiredo	218
QUADRA, A. Correia de Oliveira	219
TARDE QUENTE, Francisco Bugalho	220
O TELEFONE EM PORTUGAL, Rómulo de Carvalho	221

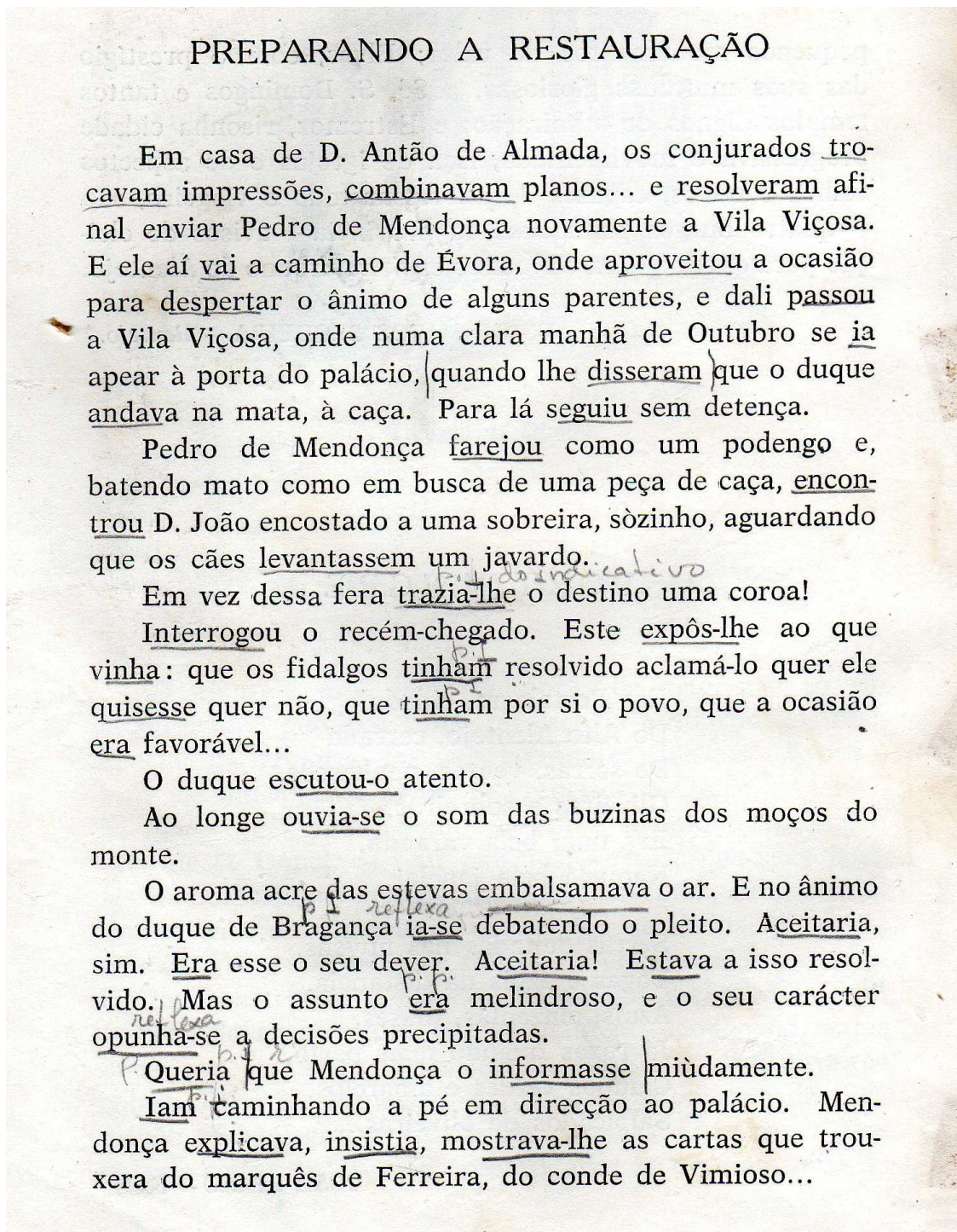
	Págs.
EM TERRAS DE QUIOCOS, Castro Soromenho	223
ANEDOTA, Luís de Oliveira Guimarães... ..	226
A DESFORRA DO MAIORAL, Marcelino de Mesquita	226
OS <i>GRILOS</i> , Sebastião da Gama... ..	230
O EXPRESSO RURAL, Azinhal Abelho	231
SAUDAÇÃO AOS CANTONEIROS, Azinhal Abelho	233
QUADRA, Augusto Gil	234
O SINALEIRO, Leitão de Barros	235
CAMA ALTA, João de Deus	236
O ZAMBEZE, Castro Soromenho... ..	237
O VALOR DA FOTOGRAFIA, Rómulo de Carvalho	239
ENCOMENDA, Cecília Meireles	240
BRINCADEIRAS DE FÉRIAS, Guilherme de Melo	241
CHAIMITE, Luís Teixeira	243
HOMENAGEM	245
ORAÇÃO PARA AVIADORES, Manuel Bandeira	246
CONQUISTA DO AR, António Mora Ramos	247
PRIMEIRA TRAVESSIA AÉREA DO ATLÂNTICO, F. de Castro Pires de Lima	249
AMIZADE, Carlos Queirós	250
PROGRESSO DE MOÇAMBIQUE, M. Sarmiento Rodrigues ...	251
A REVOLUÇÃO NACIONAL, Fernando Pamplona	253
A NOSSA BANDEIRA, Trindade Coelho	255

Desenhos de Salvador Rodrigues Martins, Assunção Dinis
e Fernando Coroado.

NOTA — Os sinais * e ** indicam, respectivamente, que no texto se
fizeram supressões e modificações.

ANEXO A8

Texto do livro, *Meu Portugal, Minha Terra*, que evidencia a dupla intencionalidade do ensino da Língua Portuguesa, como atestam as anotações da aluna que o utilizou (os verbos e o ensino da História Pátria).



Rainha D. Luísa de Gusmão,
quadro de Félix da Costa.
Museu Militar de Lisboa.

Foto de Mário Novais



No paço, o duque consultou o secretário António Pais, seu amigo íntimo, e consultou sua mulher.

O secretário concordou em que para um príncipe nenhuma cama seria melhor para morrer | que a de campanha.

D. Luísa de Gusmão, inteligente, enérgica, varonil, quando | o duque lhe confiou a sua resolução, acudiu prontamente «que melhor era morrer reinando que viver servindo».

CONDE DE SABUGOSA — *Gente d'Algo.* **

ANEXO A9

Livro de *História da Civilização Portuguesa* de A. Martins Afonso, para o 7º ano. Apresentamos 4 páginas do último capítulo, elucidativas das intenções nacionalistas e de propaganda do regime, implícitas no programa de História do 7ºano.

A OBRA DE FOMENTO METROPOLITANO E ULTRAMARINO

A história da época actual nos seus vários aspectos, económico, cultural e social, só poderá ser feita pelas gerações futuras, com base nos monumentos e no testemunho dos coetâneos dela.

Por isso, colocando-nos na posição de simples cronista dos tempos actuais, limitar-nos-emos a registar, objectivamente, o testemunho presencial da grande transformação operada no nosso fomento metropolitano e ultramarino, nestes últimos decénios.

O problema do fomento nacional desdobra-se em três problemas — o financeiro, o económico e o social — indicados e seguidamente tratados pela ordem natural da sua urgência e interdependência.

O saneamento financeiro

A crise mundial que sobreveio à 1.ª Grande Guerra e a incapacidade dos nossos governos parlamentares trouxeram como consequência, em Portugal, a desorganização de toda a economia e uma angustiada crise financeira; *déficit* crónico, dívida pública de proporções alarmantes, empréstimos oneradas com altas taxas de juros, desvalorização da moeda, etc.

Em 1928 o **Prof. Oliveira Salazar**, elevado a Ministro das Finanças, empreende a restauração das finanças públicas. Mediante uma série de notáveis reformas aliadas a uma administração austera e, com alguns sacrifícios do povo, generosamente compreendidos, o Ministro e, com ele, a Nação realizam, num só ano e com êxito surpreendente, o que a muitos parecia tarefa impossível.

A sua primeira obra foi estabelecer o *equilíbrio orçamental* no princípio de cada ano económico e obter um *saldo de contas* no fim de cada gerência.

Logo no termo da primeira gerência financeira (1928-1929) as contas públicas, inversamente ao que antes sucedia, apresentaram um saldo positivo considerável (385 mil contos), e ao fim

de onze gerências, os saldos acumulados atingiram uma soma enorme (cerca de 2 milhões de contos!) (1).

Realizado o equilíbrio orçamental, base essencial da obra futura, prosseguiu o saneamento de toda a vida financeira:

Reduziram-se os encargos da dívida pública; liquidou-se integralmente a *dívida flutuante*; restaurou-se a *moeda*, aumentando as reservas metálicas do banco emissor; reorganizou-se o crédito; e baixou-se consideravelmente a *taxa de juros*.

A resolução do problema financeiro condicionou toda a obra de fomento, dando possibilidades de enfrentar e solucionar variadíssimos problemas em todos os sectores da vida nacional.

O fomento económico e cultural

Uma das primeiras preocupações dos governos saídos da Revolução de 1926 foi o problema das estradas que se encontravam em deplorável ruína.

Criada a Junta Autónoma das Estradas (1927), inicia-se a grande reparação de toda a rede e a construção de milhares de quilómetros de novas *estradas nacionais* e dezenas de grandes *pontes*. Entre estas é notável, pela sua importância e grandeza, a ponte monumental sobre o Tejo — *Ponte Salazar* — em Lisboa (Fig. 237).

Também, no sector das comunicações, foi ampliada em grande escala a *rede telefónica* (apenas existente em 11 localidades em 1926, e hoje estendida a mais de mil povoações); montaram-se os serviços de *radiotelegrafia*, *radiotelefonía* e *radio-difusão*; construíram-se vários *aeroportos* no continente e ilhas adjacentes, com ligações para a Europa, Américas e Províncias

(1) Os resultados alcançados no nosso levantamento financeiro são espantosos e admiráveis, se os compararmos com o abatimento anterior traduzido nos seguintes números:

— Em onze gerências de governo parlamentar (1915-1926) os *saldos negativos* somaram 1 milhão 839 mil contos.

— O orçamento do ano anterior à restauração financeira (1927-1928) acusava ainda um *saldo negativo* de 388 mil contos.

das em três acontecimentos memoráveis: a *Exposição do Mundo Português*, realizada nas comemorações centenárias de 1940 — a primeira exposição histórica que se realizou no Mundo; a *Exposição de Obras Públicas* (em 1948) — demonstração viva da alta capacidade dos engenheiros e arquitectos portugueses na renovação material operada em 15 anos de obras públicas (nas quais, de 1932 a 1947, o Estado despendeu cerca de 9 milhões de contos); e a *Feira das Indústrias Portuguesas* (1949-1950 — revelação eloquente das iniciativas particulares e dos novos progressos industriais na valorização da economia nacional ⁽¹⁾).

O fomento ultramarino

Consolidada a nossa soberania no Ultramar, com as brilhantes campanhas da ocupação militar dos últimos anos da monarquia constitucional, iniciaram os governos da República parlamentar a obra de administração civil e a expansão do fomento material.

Não obstante a instabilidade dos governos da Metrópole, a nossa vocação colonizadora levou-nos a realizar então uma obra de vulto, sobretudo, no respeitante a vias de comunicação: prolongaram-se as linhas férreas já existentes e iniciou-se a constru-

(1) A obra de valorização material e espiritual, realizada neste quarto de século em Portugal, impôs-se à consideração de outros povos e mereceu de altas mentalidades como o Prof. Louis Baudin, jurista e catedrático francês, apreciações desta natureza:

«Rarement vit-on pareil contraste dans l'histoire. Exemple d'anarchie au début du siècle, modèle d'ordre aujourd'hui, théâtre de seize révolutions en seize ans de 1910 a 1926, oasis de calme et place de refuge depuis une vingtaine d'années, objet de scandale dans l'ancienne Europe pacifique, objet d'admiration et d'envie dans la nouvelle Europe en armes: tel le singulier destin du Portugal.

A nous découvrir ce peuple de découvreurs et de tirer profit de la leçon qu'il nous donne». (*Au Portugal*, in *La Revue de Deux Mondes*, 1-IX-1950, Paris, págs. 131-142).

Praticada anteriormente por forma dispersa e fragmentária, a colonização demográfica intensificou-se (a partir de 1920), e ultimamente o fluxo emigratório, sempre crescente, atingiu volume extraordinário (mais de cem mil pessoas no último

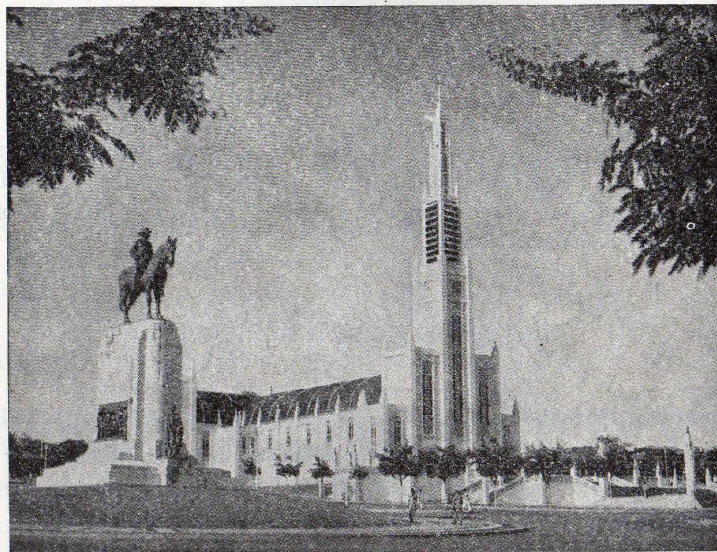


Fig. 249 — Cathedral de Lourenço Marques.
(Inaugurada pelo cardeal patriarca de Lisboa, em 1946).
À esquerda, a estátua de Mouzinho de Albuquerque.
(Foto da Ag. Ger. do Ultramar).

decénio) sobretudo para a vasta e rica província de Angola (1). Aqui, como em toda a parte, a grei portuguesa está construindo uma grande e próspera civilização.

(1) No decénio de 1941-1950 saíram da Metrópole para as províncias ultramarinas cerca de 110 000 pessoas, grande número a expensas do Estado, e a maioria para Angola.

Só no ano de 1950 saíram para o nosso Ultramar cerca de 20 000 pessoas, das quais 4653 à custa do Estado, e mais de 12 000 para Angola.

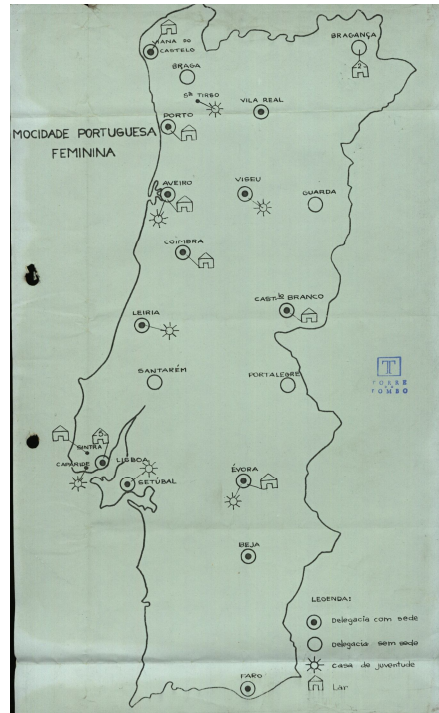
ANEXO B

MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA

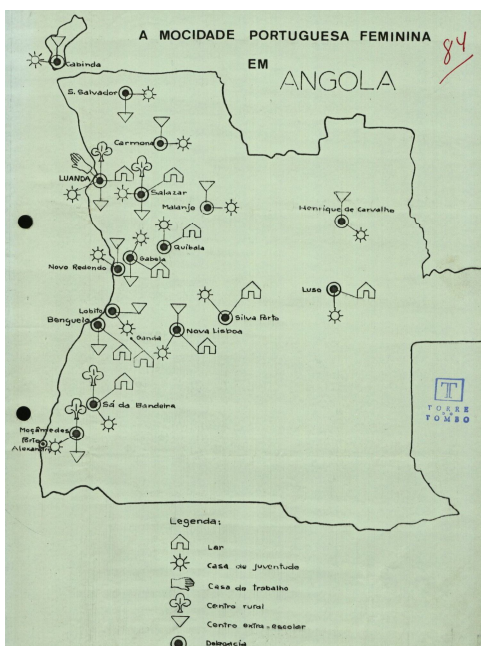
ANEXO B1

Distribuição das delegacias da Mocidade Portuguesa Feminina no Continente e nas Províncias Ultramarinas. [ANTT / MP-MPF]

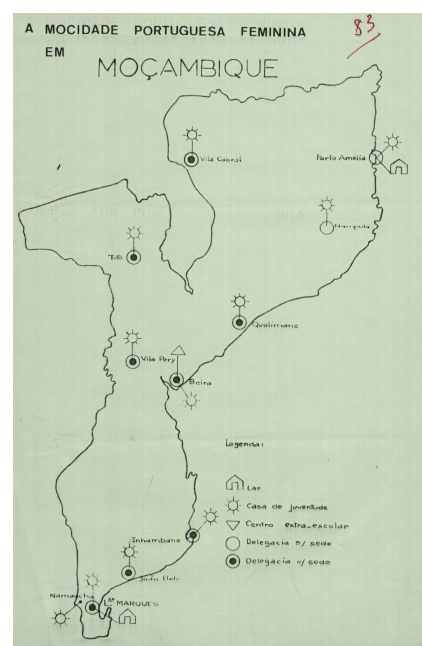
Metrópole



Angola

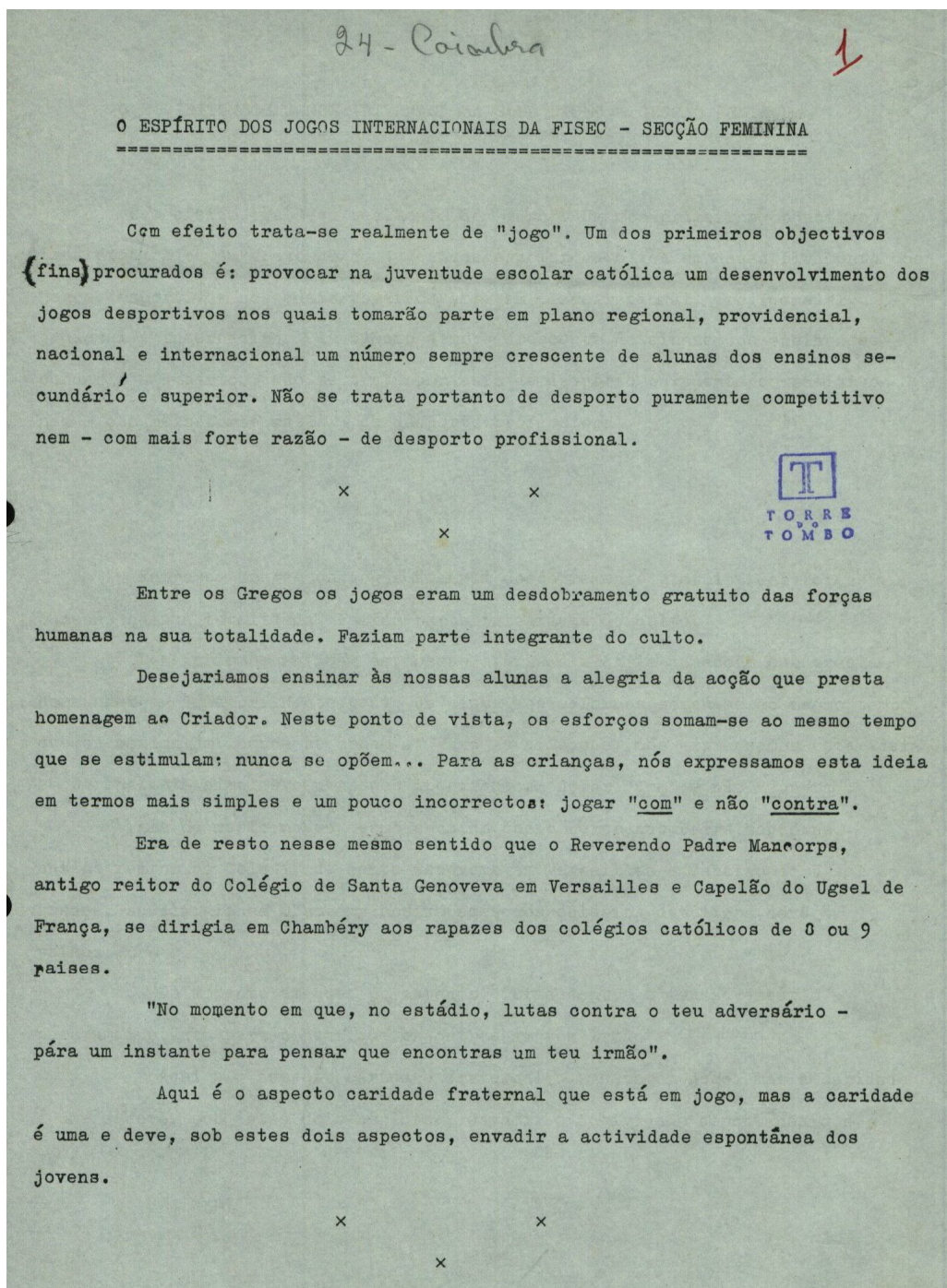


Moçambique



ANEXO B2

Texto de carácter formativo, enviado pelo Comissariado da MPF a todos os Centros,
acerca dos jogos internacionais e do «Fair Play».[ANTT / MP-MPF]



1-e

(4

- é de ser um apelo a uma vida mais espiritualizada, às actividades gratuitas do conhecimento e do amor interpessoais, o desporto feminino deve evitar, mais do que tudo, o excesso do poder orgulhoso, a violência da paixão, a vaidade egoísta, para se prender sobretudo às actividades que, sem prejudicar a delicadeza e a graça, fortificam e equilibram um sistema nervoso por vezes um pouco frágil, desenvolvem um domínio de si e uma resistência que "solidificam" a rapariga sem a endurecer e, lhe permitem esses contactos pessoais e espontâneos de que certas sociedades totalitárias tenderiam a privá-la.

CONCLUSÃO



A Federação Internacional desportiva do Ensino Católico, secção feminina, persegue portanto como fim a utilização do jogo desportivo na escola como meio de educação humana e cristã apoiando-se sobre os princípios seguintes:

- o desporto dos adolescentes deve ser escolar;
- o desporto escolar deve estar nas mãos de "educadores escolares" e ser organizado por eles;
- o desporto feminino deve ser absolutamente independente do desporto masculino e deve estar - tanto quanto possível - nas mãos de educadoras femininas;
- o desporto escolar cristão deve estar impregnado de caridade e ter esta nota particular de ser um terreno concreto onde a juventude cristã toma consciência da sua unidade.

Como se poderá formar melhor o sentido internacional ?

=====

1-9
(5

- AMEAÇAS CONTRA O "FAIR PLAY" (jogo correcto)

O desporto é um jogo, e o "fair play" a sua Regra.

Infelizmente, a competição oferece hoje por vezes um aspecto desfigurado pelos excessos de alguns desportistas.

O calvinismo de um público mal educado, o nacionalismo se não fôr o racismo que desnaturam certas competições internacionais, a deslealdade sistemática e a violência odiosa que transformam o estádio em campo fechado; o desprezo ou a injúria em relação ao árbitro tornam-se tão frequentes em certos desportos de equipa que deve ser lançado com veemência um grito de alarme.

A inconsciência de uma pequena minoria de atletas e de dirigentes ameaça o desporto naquilo que é a sua própria essência, a lealdade.

Grande número de educadores e pais enchem-se de medo perante o espectáculo de uma tal derrocada.

Recusam-se desde então a encorajar os seus filhos na prática de uma actividade onde a autoridade é troçada ao mesmo tempo que o espírito do jogo; e desviam também do desporto os jovens que nunca conhecerão as sãs alegrias do esforço físico, a distração e o "derivativo" da competição desportiva.

O mal vem, antes de tudo, do extraordinário e legítimo sucesso do espectáculo desportivo. O prestígio, a popularidade, o dinheiro que, frequentemente, estão ligados à vitória, tomaram uma tal importância que aos olhos de alguns tudo se torna desde aí permitido para ganhar. Então a ambição e o egoísmo do desportista, a cumplicidade do dirigente, a paixão incontrolada da multidão chegam a excessos tanto mais graves quanto são obra de atletas altamente representativos.

T
TORRE
TOMBO

ANEXO B3

O Comissariado enviava para todas as delegacias as indicações sobre os Campos de Férias.
[ANTT / MP-MPF]

168

MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA

CAMPOS DE FÉRIAS DA M.P.F.

(Indicações para as raparigas inscritas)

Os Campos Férias procuram proporcionar às raparigas que os frequentam um tempo de convívio são e alegre, e ainda uma valorização pessoal para maior serviço dos outros.

Neles encontrarás:


A)-Possibilidade de aprofundar um tema proposto à reflexão de todas através de encontros, discussão em grupos e actividades concretas.

B)-A maior camaradagem e amizade através do encontro com raparigas de todo o país, com as quais participarás em actividades de conjunto ou de grupo.

C)-Um enriquecimento cultural e humano através de actividades variadas. Ginástica, actividades desportivas, representação teatral ou enfermagem, cantos em conjunto, passeios ou leituras.

D)-Repouso em ambiente sadio, contacto com a natureza.

E)-Possibilidade de aprofundares a tua vida cristã (se és católica), ou, simplesmente, de encontrares resposta a alguns problemas que a tua relação com Deus implica, através de grupos de estudo e do próprio ambiente do Campo.



PARTICIPARÁS

A) - Nos trabalhos caseiros:

1 - Responsabilizando-te por todo o tratamento da tua roupa pessoal:

lavar, passar a ferro, consertar, etc.

2 - Arrumando o teu quarto, fazendo a tua cama.

3 - Ajudando, nalguns dias, a servir à mesa.

Colaborarás também, segundo o teu gosto e imaginação pessoal, no arranjo da casa e sua decoração.

B) - Num grupo ou equipa que animará determinadas actividades do Campo.

(Informação, sessões, trabalhos caseiros, desportos, etc.)

C) - Em passeios ou actividades de conjunto.



TORRE
COIMBRA

168-6
3

Roupa que cada rapariga deverá levar para o Campo de Férias

- 3 - blusas e 2 saias (ou vestidos práticos)
- 1 - casaco de malha
- 1 - lenço para a cabeça
- 1 - chapéu para o sol
- 1 - fato de banho (inteiro)
- 1 - roube
- a roupa interior que lhe for necessária
- uniforme de ginástica
- sapatos práticos
- 4 toalhas tureas
- 4 guardanapos e 2 sacos de guardanapos.



NOTA:

- 1 - Todas as peças de roupa devem ser marcadas com o número de inscrição.
- 2 - Como no Campo cada rapariga cuida das suas roupas, convém trazer roupas essencialmente práticas, fáceis de lavar, enxugar e passar a ferro.
- 3 - É permitido o uso de calças compridas, excepto nalgumas circunstâncias da vida do Campo, que serão posteriormente indicadas.

PARA QUE O CAMPO CORRA BEM SÃO NECESSÁRIAS:

168-c
4

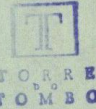
Certas normas de vida em comum, um horário, um mínimo de prescrições de regulamento, que facilitem a segurança pessoal e o bom andamento do Campo.

ASSIM:



- 1 - Só serão permitidos banhos de mar quando não haja contra-indicação na ficha médica.
- 2 - Os banhos serão sempre tomados em zonas permitidas (ou em piscinas, quando possível) a horas indicadas e sob a vigilância de um Dirigente.
- 3 - Habitualmente não serão permitidas dietas especiais (a não ser com indicação médica e de acordo com cada caso a ser previamente estudado.)
- 4 - Todas as raparigas que necessitarem de cuidados especiais de saúde devem trazer essa indicação na ficha médica. A medicação habitual será trazida ou paga à parte por cada uma que dela necessitar.
- 5 - Só serão permitidas visitas no dia e horas previamente designados. (Habitualmente o 2º Domingo do Campo, da parte da tarde) só excepcionalmente a Direcção do Campo, poderá autorizar uma visita fora desse dia e hora, autorização que será dada apenas quando não prejudicar as actividades de conjunto e o bom andamento do Campo.
- 6 - Poderás receber visita dos Pais, irmãos, encarregados de Educação e daquelas pessoas por estes autorizados, desde que a Directora do Campo deles tenha recebido por escrito, a respectiva comunicação.

- 7 - A Direcção não se responsabiliza pelo dinheiro que trouxeres para o Campo e que não lhe tenha sido confiado. É de aconselhar que não tragas para o Campo quantias elevadas, que te serão desnecessárias.
- 8 - Poderás comunicar telefonicamente com a família, ficando a teu cargo essa despesa. Ser-te-à dito quais as horas em que poderás utilizar o telefone.
- 9 - Habitualmente nos Campos, dado a vida em conjunto que se vive e a preocupação pela saúde e bem estar de todas, não é permitido fumar, nem o uso de cutros estimulantes prejudiciais à saúde. É também conveniente que a audição de "transistores" seja unicamente limitada a horas livres, previstas no horário geral não devendo nunca ser utilizados nos quartos. Deves contar com isto, no teu equipamento de férias.
- 10 - Pelo contrário, será de aconselhar que leves para o Campo:
 - coisas que possam ajudar as outras a conhecer melhor a tua região (trajos regionais), objectos de artesanato, folhetos de propaganda turística, canções ou danças regionais, lendas da tua Terra, etc.
 - algum instrumento de música (transportável) que possuas e saibas tocar.
 - Conhecimento prévio de jogos, canções, pequenas peças de teatro, etc, são equilibrados e alegres, que possam ajudar a preparar um serão, etc.



168-E

6

VIDA CRISTÃ

O CAMPO DE FERIAS

A assistência religiosa nos campos prevê um mínimo de práticas de vida cristã (missa dominical, orações da manhã e da noite.

No entanto será facultada a recepção dos Sacramentos, a Missa quotidiana e a possibilidade de oração e reflexão pessoais a todas que o desejarem.



ANEXO C

LICEU NACIONAL INFANTA D. MARIA DE COIMBRA, CENTRO Nº1 da MPF

ANEXO C 1

Carta às alunas a propósito das «férias grandes». [Arquivo da ESIDM]

Queridas Alunas:

Chegaram as Férias e haveis de sentir-vos aliviadas ao pensar que estais livres, durante alguns meses de estudos e lições.

Para algumas é esse prazer diminuído pelo travar da ideia do exame que as espera, ou pela mágoa de não alcançarem média favorável em todas as disciplinas.

As que esperam o exame desejo a recompensa final do seu esforço, uma boa nota; as que não passam em tudo, convido-as a tirarem desta falta de êxito, experiência que se traduza no ano que vem em força de vontade e esforço persistente, que as ajudarão a vencer.

Tenho uma coisita para vos dizer: é indicar-vos certas obrigações que o novo período em que entrais vos acarreta e a que, em consciência, ficais sujeitas.

Férias quer dizer repouso, variedade no trabalho, distração, mas não significa preguiça, esquecimento de estudo e dissipação nos folguedos.

Podem as meninas levantar-se uma hora mais tarde do que em tempo de aulas, mas não seria admissível que passassem na cama a maior parte da manhã, durante a qual devem ajudar nos serviços domésticos, exercitando-se naquilo que uma menina tem obrigação e necessidade de fazer; mesmo que tenham criadas devem entreter-se nos arranjos caseiros, pois só fazendo-os se tornarão verdadeiras mulheres, futuras donas de casa.

Experimentem e verão como é agradável fazer por suas mãos certas coisas que nunca fizeram. E que surpresa para a família se forem capazes de apresentar algumas refeições cosinhadas por si mesmas, roupas brunidas com perfeição, ou um vestido talhado e feito por vossas mãos.

Creio que mesmo as mais pequenitas, a Alua Maria e a Beatriz Torral, do 1º Ano, a Josefina Gabriel e a Clarisse Soares do 2º, serão capazes de fazer coisas importantes neste sentido! Ficarei muito contente, no regresso, de saber de cada uma aquilo que foi capaz...

Não peço muitas coisas, mas queria que fossem persistentes.

Assim, as mais pequenitas, farão tarefas pequeninas também, mas sempre certas, sem a elas faltarem nem um dia; isso vale mais do que começarem com muito entusiasmo e ~~faltarem~~ a elas faltarem logo a seguir...

As mais velhas, as que são já senhoras, essas poderão fazer muito mais, aprendendo a fazer as suas roupas e desenvolvendo-se nos trabalhos de mãos, tão femininos!

Agora, que as meias feitas à mão estão tanto na moda, aprendam a fazê-las com desembaraço e perfeição; nelas encontrarão a base de todos os futuros trabalhos de malha que as hão-de entreter pela vida fora.

Nesta variedade de ocupações feitas sem fadiga, está o repouso.

E nestes trabalhos se manterá o espírito feminino que tende a obrigação de cultivar e desenvolver, para não serdes inferiores às outras mulheres.

Quanto ao estudo; será exigir muito pedindo-vos que durante a semana guardéis meia hora em cada dia para passardes a vista pelos vossos livros?

É pouco? mas quantas ficarão fieis a esta meia hora?

Havéis de dizer-lho no regresso.

Quanto às distrações, que elas sejam sãs, higiénicas, para o corpo e para a alma.

Não vos disipeis (dirijo-me agora especialmente às mais velhas); não procureis ser "modernas" no sentido que este termo tem de contrário à modéstia, à sensatez, à delicadeza; mas sede alegres, afáveis, correctas; e, sobretudo, corajosas para resistirdes às tentações de certas atitudes, de certos atractivos, de certas danças, de certas modas...

Antes de terminar, uma palavra ainda às que não voltam, por que tendo concluido o Ciclo dos seus estudos vão agora em demanda de outras Escolas.

A todas o desejo amigo de vos ver voltar muitas vezes ao vosso Liceu, onde, através da Associação das Antigas Alunas, podereis continuar a manter o mesmo espirito em que durante alguns anos aqui vivestes e vos tornastes mulheres.

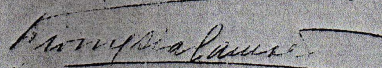
Oxalá leveis convosco a par das habilitações officiais, uma orientação para a vida, um pensamento superior que vos torne perfeitamente conscientes dos vossos deveres e vos coloque à altura da grande missão que é a de serdes verdadeiras Mulheres Portuguesas.

A todas, felizes Férias.

Coimbra, 19 de Junho de 1944

Liceu Infanta D. Maria

A Reitora


Dionísia Camões

ANEXO C3

Na semana que antecedia a excursão, era sempre entregue a cada aluna participante, uma folha dactilografada com instruções e conselhos como esta, que data de 6 de Abril de 1954. [Arquivo da ESIDM]

Instruções para as alunas que seguem na excursão
Coimbra-Tomar-Bode-Abrantes-Vila Viçosa-Evora-Lisboa-Sintra-Mafra-Caldas da Rainha-Coimbra. 115
De 8 a 11 de Abril de 1954

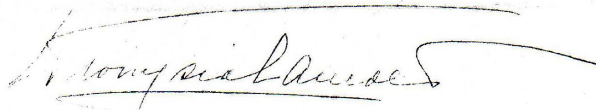
Dirigente-A Directora do Centro da M.P.F.-Prof. Helena Vital
Adjunta-Professora Maria Luisa Leal
Tomam parte na excursão as senhoras Professoras, D. Virgínia Gersão, D. Maria da Conceição Macedo e a Senhora Médica Escolar, D. Maria Luisa Paiva.

- 1- A partida é do Liceu, às 16^h do dia 8, quinta-feira.
O regresso é no dia 11 de Abril e está previsto para as 12^h na Portagem.
- 2- No dia 8 a dormida é em Abrantes, no Colégio das Irmãs Doroteias, telefone 66; no dia 9 em Évora, na Pensão Eborense, telefone 2031; no dia 10 no Estoril, em Lisboa, Mocidade Portuguesa Feminina.
- 3- Cada excursionista levará o jantar para o dia da partida, ficando por conta de cada uma, também, a merenda dos restantes dias, bem como os transportes em eléctricos, se vierem a ser utilizados em Lisboa.
- 4- A bagagem será reduzida ao mínimo e marcada com o número desta circular, o qual é entregue conjuntamente, ficando cada uma responsável pelo que lhe pertence.
- 5- Deverão levar agasalho, calçado cómodo e cobertura para a cabeça por causa da entrada nos templos.
- 6- Julgo desnecessário insistir sobre o assunto das pinturas, pois sei que não tomarão, numa viagem em grupo, atitude diferente da usual.
- 7- Recomenda-se que nas povoações não assinalem a sua passagem por cantorias, exuberância excessiva ou qualquer atitude que possa deixar má impressão do Liceu que frequentam.
- 8- Não é permitido, sob qualquer pretexto, que as alunas se apartem das senhoras Professoras que as acompanham.
- 9- À chegada aguardarão, sem impaciência, que lhes seja destinado o seu aposento e ficarão igualmente satisfeitas, quer lhes caiba melhor ou pior, pois compreendem que não é possível caber a todas o melhor. Os gestos de impaciência ou as exigências descabidas perturbam a ordem estabelecida e denotam pouca correcção.
- 10- À noite, depois de recolhidas aos quartos, não podem as alunas pôr-se às janelas nem andar de quarto em quarto; procurarão dormir, a fim de se refazerem completamente da viagem.
- 11- Cada grupo de alunas fica directamente subordinado a uma das Senhoras Dirigentes, devendo ser dóceis na questão da pontualidade, pois o atraso, determinado pelos vagares ou compras de uma, reflecte-se no andamento da excursão, cujo horário tem de ser cumprido exactamente, sob pena de parecer que houve desorganização.
- 12- Desta viagem colhem-se elementos de vária ordem: geográficos, artísticos, de carácter social, etc.
Faça um relatório sozinho ou em grupo (até 3), que pode ilustrar com fotografias ou desenhos, agrupando, nestas ou noutras rubricas, o que viu, procurando marcar as suas observações com alguma nota pessoal.
Não se preocupe com as frases dos cicerones e não viaje preocupada com a ideia do relatório.
Veja, observe e, no regresso, será capaz de escrever alguma coisa.

Boa viagem.

Coimbra, 6 de Abril de 1954

A Reitora,



ANEXO C4

Dra. Dionysia Camões de Mendonça na obra *Who's who in Europe*. Documento cedido pela família (fotocópia)

Extraído do livro --"WHO 'S WHO IN EUROPE "

(Pág. 432)

CAMÕES de MENDONÇA Dionysia. Professeur. Née à Satão, le 7.1.1896. F. : d'Abilio Martinho, magistrat, et d'Elvira Maria de Figueiredo. M. : le 2.2.1928, à Coimbra, avec Abel de Mendonça Machado de Araujo. Enf. : Alvaro, Isabel Maria, Elvira Maria, Maria Tullia, Abel Martim, Maria Dionysia, Camilo et João Evaristo. Asc. : Martinho de Guimarães Camões, gr.-père pat., magistrat et député aux Cortes. Et. : Univ. Coimbra. Gr. univ. : lic. ès lettres, lic. en droit, agrégé de l'enseign. moyen. Carr. : prof. dir. Lycée Infanta-Dona-Maria, dél. provinciale et de district Mocidade portuguesa feminina. P.i. : « Antonio Ferreira e as ideias politicas da Renascença », « Gil Vicente e as ideias politicas da Renascença », « Direitos de familia » en collab. avec le Prof. Dr Beleza dos Santos 1925-1926, « Historia de Portugal » à l'intention des écoles prim., nombr. conf., etc. Décor. : Com. O. de l'Instr. publ., Dame O. équestre du Saint-Sépulcre-de-Jérusalem, Méd. Ecclesia et Pontifice (Nat.). Membre : prés. et fond. Cercle acad. féminin cath., Instituto de Coimbra, União noelista. A. priv. : Largo da Portagem, 18, Coimbra, Portugal.

ANEXO C5

Carta enviada pelas Professoras do Liceu Nacional Infanta D. Maria ao Ministro da Educação Nacional, pedindo que mantenha em funções por mais algum tempo a Reitora Dionysia Camões. [Arquivo da ESIDM]

Senhor Ministro da Educação Nacional,

Excelência:

As professoras abaixo assinadas — que são todas do Liceu da Infanta Dona Maria, de Coimbra, de todas as categorias dentro da profissão e no desempenho de todas as funções directivas, orientadoras e docentes existentes na mesma Casa de educação — vendo, com a maior apreensão, aproximar-se a data de sete de Janeiro de mil novecentos e sessenta e seis em que a sua Excelentíssima Reitora tem de abandonar as suas funções, por atingir o limite de idade, vêm junto de Vossa Excelência — irmanadas num mesmo sentimento e unidas num mesmo propósito — pedir licença para, muito respeitosamente, expor e solicitar o seguinte:

Considerando que, ao longo dos seus excepcionais vinte e oito anos de reitorado, a Excelentíssima Senhora Dona Dionysia Camões de Mendonça exerceu o seu cargo com rara inteligência e ponderação, extraordinário equilíbrio e espírito de sacrifício, desusada competência e dedicação, dando provas sobejas e constantes de surpreendente capacidade de trabalho, invulgar rectidão, louvável espírito de camaradagem e compreensão profunda de todos os problemas — já os do Liceu e do ensino, já os oficiais e até mesmo particulares dos seus corpos docente e discente;

Considerando ainda que, perante o que fica dito, se lhes antolha de momento quãse humanamente impossível ser aquela Excelentíssima Senhora rendida nas suas funções directivas de tal forma que não haja insólita modificação do ambiente espiritual e educacional tão hábilmente criado ao longo duma vida, nem se note indesejável quebra na eficiência a que todos desde há muito se tinham imperceptivelmente habituado — famílias, alunas, professoras e empregadas —;

Considerando, outrossim, que há exemplos de, em casos semelhantes, terem sido os funcionários mantidos em exercício, por mais algum tempo, — medida esta que, garantindo a preparação de uma transição suave, parece ser mais vantajosa ainda numa Escola do que em qualquer outra instituição;

Rogam a Vossa Excelência se digne permitir e ordenar a recondução da Excelentíssima Senhora Dona Dionysia Camões de Mendonça, no cargo de Reitora do Liceu Nacional da Infanta Dona Maria, por um período de mais dois anos.

A bem da Nação

Coimbra, de Dezembro de 1965

ofício

Mensagem de amizade aos estudantes
de Angola ^{Original - VIII}

Desta Lusa-Meuas, Mãe espiritual da Pátria
Portuguesa, em cujas ruas vetustas ressoam
ainda os passos de tantas e tantas gerações
de poetas, prosadores, estadistas, desta Ceil
Bra em que cada pedra é uma lembrança
vós, Alunas do Liceu Nacional da Infan-
ta D. Maria, nestas horas difíceis que
atravessamos vimos trazer a todos os
vossos colegas de Angola uma mensa-
gem de amizade, que queremos seja
expressiva dos vossos sentimentos; que
fosse vivida fortemente em cada um
de vós a certeza de que vos acom-
panhamos em espírito; que vivemos
as vossas alegrias; que sofremos as
vossas dores; que partilhámos dos
vossos sacrifícios, que nos sentimos
irmãos nos profundos afectos que
vos ligam, pelos vínculos da existên-
cia civilizada, que se alicerça nos fun-
damentos da Pátria comum, Pátrie
vna, Pátria indivisível,
A NOSSA Pátria!!

Colégas: - as portas que atravessamos
são passagens; o ar das
vossas almas ebeiras de esferece
e dá-nos a certeza de que uma
profunda e comum colaboração
hoje, e amanhã, e sempre, fa-
rá ajuda maior e melhor.

Portugal Eterno

Seguem-se 1237 assinaturas,
isto é, de todas as que nesta
data se encontram como alunas
internas.

a do ofício

u Nacional de Salvador Correia

Luanda, 25 de Maio de 1961

Mensagem de gratidão às nossas colegas do Liceu Na-
cional Infanta D. Maria, de Coimbra

Profundamente gratas pela vossa clara e firme mensagem de solidari-
iedade e comunhão de sentimentos, nós as alunas da secção feminina
do Liceu Nacional Salvador Correia, queremos também levar até à vossa
presença com o nosso reconhecimento, a afirmação da nossa Fé em Deus
e nos destinos da Pátria.

A confiança e o apoio que nos oferecem na hora presente, hora de
luto e dor, nesta província ultramarina de Angola, onde se vive tão
intensamente o ideal patriótico, será mais um esteio a firmar-nos os
passos no caminho do dever que nos conduzirá à vitória.

Colegas: - Confiai em nós, nos nossos irmãos de África, pois todos
nós queremos ser dignos sucessores dos heróis de toda a História
Portuguesa, para maior grandeza do nosso querido Portugal, sem indivi-
dualismos egoístas, nem meios cobardes.

O primeiro apanágio da juventude é a Esperança. Ela, o nosso ardor
patriótico e a união de todos os Portugueses são as armas que nos
asseguram a unidade eterna, indestrutível do nosso Portugal.

ANEXO C7

Atitude do Liceu Infanta D. Maria, Centro nº1 da MPF, noticiada na imprensa regional, a propósito da solidariedade com Angola. [Arquivo da ESIDM]

XIV

«RECORTE» Apartado 2571 Lisboa-C-Portugal Telef. 845891	CORREIO DE ABRANTES Abrantes	
	CORREIO DE AZEMÉIS Oliveira de Azeméis	
	CORREIO DE COIMBRA Coimbra	-4. MAI. 1961
	CORREIO DO RIBATEJO Santarém	
	CORREIO DO VOUGA Aveiro	

15

Generosa atitude do Liceu Infanta D. Maria

No Liceu Infanta D. Maria, pelo seu Centro de Mocidade Portuguesa, realizou-se um peditério solene em benefício de Angola, que atingiu avultada soma.

Mas não foi o montante da quantia junta, mas o clima de compreensão e de entusiasmo em que o peditério se fez.

Para a maioria da juventude Angola existia vagamente no mapa geográfico. Era ponto a mais para estudar que não se fixava no espírito tal qual outra terra portuguesa. Hoje não. Mercê da sua situação dramática todos falam nela e a sentem dentro do seu coração.

A reitora do Liceu Feminino, sr.ª Dr.ª D. Dionísia Camões, e professoras, espírito sempre jovem, soube incutir na alma das alunas o ardor patriótico, o que tornou possível uma expressiva cerimónia para a qual todas correram, escrevendo dísticos tocantes e oferecendo as suas economias com larga generosidade.

Foi um espectáculo comovedor ver 1.373 alunas passar pelo recipiente adornado com faixas de cor das suas batas, lançando nele o óbolo destinado aos portugueses de além-mar. Era uma chuva de moedas, de notas, de pacotes. As mãos davam e os lábios cantavam uma marcha feita por elas.

Uma aluna leu uma Mensagem de Amizade e dirigida às colegas de Angola.

E a reitora e professoras irmãs no mesmo entusiasmo patriótico, vibravam e sorriam entusiasmadas ante as raparigas.

ANEXO C8

Das 7 entrevistas realizadas a antigas alunas do Liceu, apresentamos 1.

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

Sou professora de História na Escola Secundária Camilo Castelo Branco de Carnaxide, aluna do Mestrado de Didáctica da História da FLUL e antiga aluna "deste Liceu". Estou a elaborar um trabalho de dissertação cujo tema é **A MOCIDADE PORTUGUESA FEMININA NO LICEU INFANTA D. MARIA (1948-1974). Contributo para o estudo da educação em Portugal.**

Por ser de grande importância, o testemunho de quem nesta escola fez uma boa parte da sua preparação para a vida e vivenciou as actividades que a Mocidade Portuguesa aqui desenvolveu, peço à colega um pouco de paciência e de tempo, para responder a algumas questões que aqui coloco.

Agradeço a colaboração.
Isabel M. Henriques Pedro

Nome (facultativo). Maria Teresa de Almeida Louveira *

Período em que foi aluna "deste Liceu". 1955-1962

O que significou para si ter sido aluna "deste Liceu"?

Na altura, isto é, durante o período em que o frequentei, significava uma oportunidade de aprendizagem, com boas e menos boas professoras, e de convívio com colegas, num ambiente de grande rigor e exigência, mas também muito agradável. É certo que por vezes reafirmamos a certas normas de disciplina que nos pareciam excessivas e, sobretudo nos anos mais avançados, fizemos várias vezes alguma liberdade, que efectivamente não tinhamos. Quando na memória algumas dessas reacções e as suas consequências que, por se tornarem explícitas, algumas de nós vieram a suportar. Hoje, ulvidos os factos, vejo a minha presença por esta escola como algo de bom que me contribuiu pois nela obtive uma preparação científica sólida e bastante completa, hábitos de trabalho, disciplina e normas de conduta que me foram muito úteis. Simultaneamente, embora de forma pouco consciente então, hoje reconheço que, por mérito de algumas boas professoras e sobretudo de colegas mais esclarecidas, aí nascem e crescem em mim o interesse por outros horizontes e o despertar para uma atitude mais crítica sobre o que me rodeava.

Foi membro da Mocidade Portuguesa Feminina? Como todas as alunas do Liceu.

Qual o grau hierárquico a que chegou? Nenhum.

* Reflete o meu nome social o apelido que recebi do meu marido. Ele é o meu nome de Aluna do Liceu Inf. D. Maria.

Que recordações guarda?

Guardo boas e más recordações. As boas recordações, no que às actividades da Mocidade Portuguesa diz respeito, têm a ver com o interesse de algumas dessas actividades, como a cultura, a recreação, não tanto pelo conteúdo em si, mas sobretudo pelo que proporcionaram de convívio, partilha, divertimento, com as outras colegas, num ambiente mais leve, mais solto, muito menos rígido do que o das aulas. Por boas recordações tenho também as do curso em que, em o uniforme da Mocidade, fui escolhida para representar o Liceu em celebrações especiais, como a Missa em honra de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de Dezembro, na Igreja de Santa Cruz, ou o repintar o papel que me foi distribuído numa peça que evoluiu toda a escola, a paragem das Comemorações Henriquesas (a 4 de Maio de 1960). Outras boas recordações guardo de actividades que me não atraíram tanto, como os Jogos Recreativos.

Considera positivo ter pertencido a esta organização? Porque?

Nunca pertenci propriamente à organização. O que me proporcionaram as actividades em que participei penso que ficou dito.

Que actividades Circum - Escolares frequentou?

As tardes da Mocidade, com jogos e outras actividades também lúdicas.

Em que medida as aprendizagens aí realizadas foram ou não importantes para a sua formação?

Do tempo, não tivemos grande consciência da interactividade subjacente às actividades da Mocidade Portuguesa, procurámos sempre mais do que de bom nos proporcionar o convívio e a partilha com as colegas, num ambiente bem menos rígido e pesado do que o das aulas. Penso que do que eventualmente aprendi, e não teria aprendido muita coisa, nada me foi prejudicial, ao mesmo tempo que também não consigo distinguir nada que me tenha sido particularmente útil para o que vim a ser no futuro. A instrução e a educação que recebi no Liceu Infanta D. Maria, com ou sem a Mocidade Portuguesa, fizeram parte de um todo que contribuiu para o meu crescimento e, obviamente, para o que sou.

Outros comentários que considere relevantes.

Em suma, posso dizer que há fatores fundamentais contribuíram, em conjunto, para a minha formação: a escola, neste caso o Liceu Infanta D. Maria, com as vertentes de ensino e educação, as Colegas e a Família. O contributo de qualquer outra vivência social não falto nesta fase, pois a minha integração em outros meios sociais, para além de alguns, poucos, meios familiares de Colegas mais próximas ou de Amigos, praticamente não existia.

Para terminar, em jeito de conclusão, penso que, com todos os condicionamentos de um liceu tradicional, rígido, recente ditado por alguém muito ligado ao regime então vigente (de outro modo não seria ditado de um liceu como este!), foi para mim uma excelente escola o Liceu Infanta D. Maria. Destaco mais uma vez as propostas científicas que aí recet, na altura, por parte minha, de uma muito boa preparação da Bela Língua. Era considerado ao tempo um liceu exemplar e, quando estes anos, dele consigo ainda uma boa e grata recordação.

ANEXO C9

Capa, folhas de abertura e 1ª página de apontamentos das aulas teóricas de Economia Doméstica, Governo da Casa, Habitação e Alimentação. [Arquivo pessoal]



Introdução
da
Economia
Doméstica

Relação de um ambiente familiar

A casa é o símbolo universal da família. Não é apenas um lugar de refúgio e de protecção física, como os animais encontram nas cavernas, num buraco cavado no chão ou nos ramos inacessíveis das árvores.

A casa, sinónimo de lar, é a concretização da vida permanente e da realidade sagrada constituída pelo agregado familiar. Cada agregado familiar aspira pela sua própria casa.

E como cada família tem a sua própria fisionomia e a sua própria personalidade, a casa não pode ser separada das necessidades reais de cada morador. Por isso se pode afirmar que, na verdade a casa tem o rosto de quem a habita. É dentro dela que se expande e se realiza a personalidade dos mais velhos e se forma e equilibra a dos mais novos. Ela deverá conter os elementos necessários à satisfação do espírito e à satisfação

Governo
de
easa

-Orçamento doméstico

O termo orçamento está bastante generalizado. Assim se denomina o cálculo prévio dos gastos e investimentos de uma empresa ou coletividade. A dona de casa deverá também familiarizar-se com o orçamento, conseguindo deste modo administrar os bens da família, dirigir e saber prever as necessidades do núcleo familiar, sem tropeçar com demasiadas surpresas no final. Elaborar um orçamento não é nada complicado nem há razão para se assustar, pois é mais fácil do que à primeira vista possa parecer. Não é necessário possuir a experiência administrativa para elaborar um orçamento e a ele nos ajustaremos tanto quanto possível, mas ~~requere-se~~ ^{requere-se} de uma pequena dose de inteligência, boa vontade, método e organização. Inteligência e boa vontade para confiar na utilidade e probabilidades de êxito do orçamento: Método e

Habitacão

A arte doméstica

Em nenhuma outra época, como na nossa se dedicou maior atenção e interesse ao interior da habitação. Estudos feitos recentemente mostraram que a classe média reserva para os melhoramentos do lar, uma verba apreciável dos orçamentos totais, e um casal encontra-se progressivamente mais interessado o marido, nos problemas de decoração e instalação.

Nó entanto, continua a ser a mulher a mais efetiva obraira do conforto do lar, a que as suas mãos, o seu gosto e o seu amor imprimem a personalidade própria e adaptada á vida e ás necessidades da família.

Verifica-se porém que o conceito moderno de conforto se alargou consideravelmente e adquiriu dois sentidos que se completam: Conforto prático + Conforto estético = Personalidade.

Alimentação

Princípios de uma alimentação racional

Propriedades dos alimentos ;

— vitaminas .

— calorias .

A alimentação constitui uma das necessidades vitais mais importantes, dela depende a saúde, o equilíbrio e a capacidade de trabalho. Ela deve ser uma das principais preocupações da dona de casa, que terá sempre em vista dois princípios essenciais :

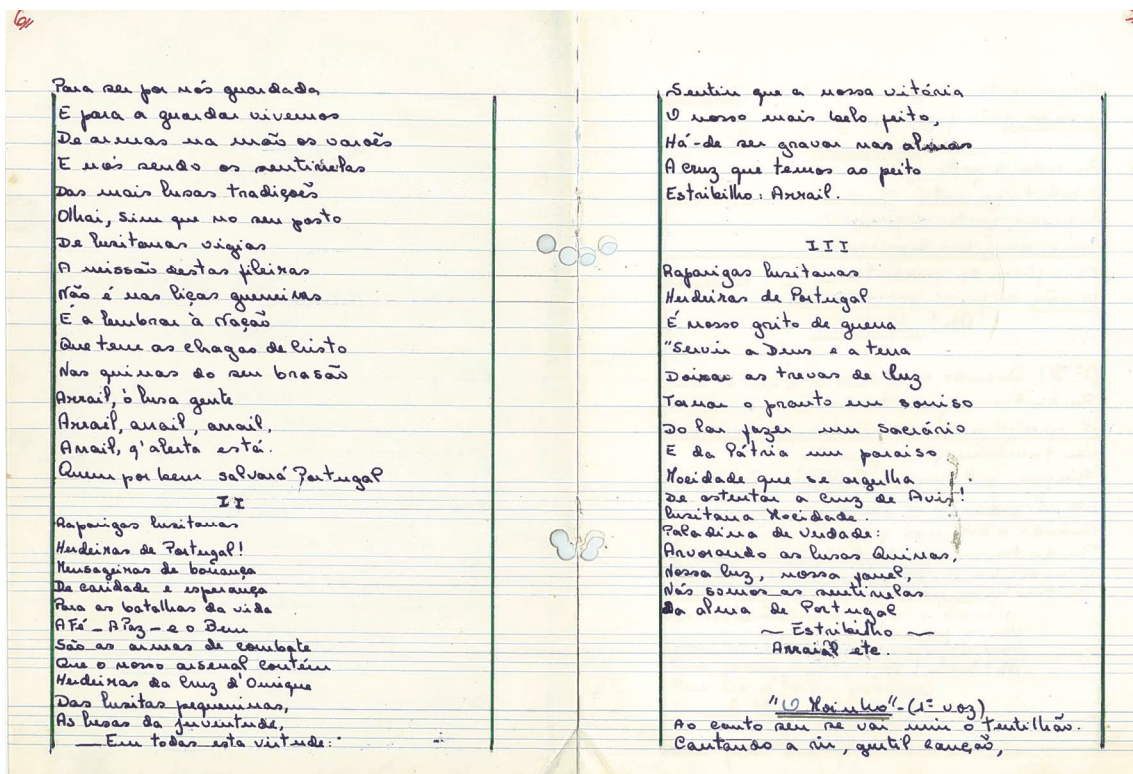
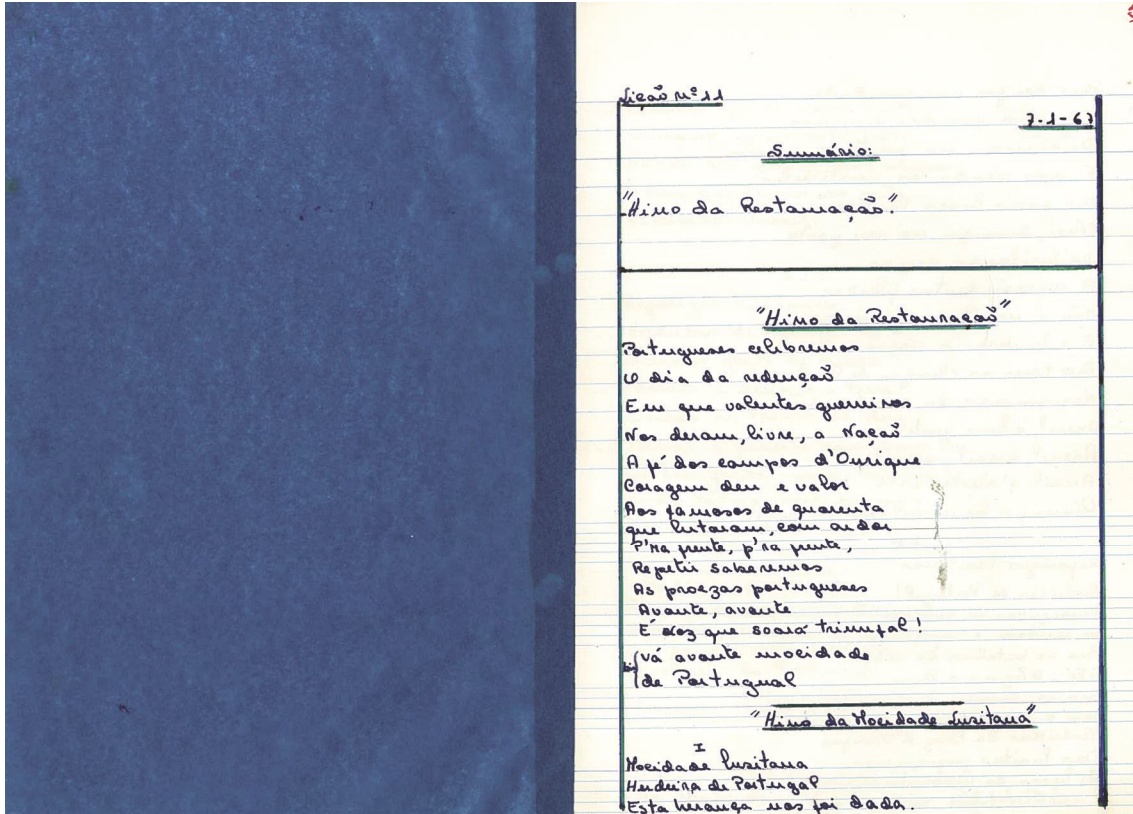
— Proporcionar a todos os membros da família uma alimentação, sã, completa e adequada.

— Restringir-se às capacidades orçamentais de que dispõe sem desiquilíbrio para as restantes verbas de despesa da casa.

A arte de dosear e combinar os alimentos, constitui uma novíssima ciência : a dietética, que estuda a higiene alimentar. De todas as conclusões

ANEXO C10

Caderno diário de Canto Coral (4 folhas iniciais). [Arquivo de Filomena César]



ANEXO C11

Peça de Teatro *Nau Catrineta*, numa recriação livre e *Adivinhas sobre professoras* (data e autoria desconhecida). [Arquivo da ESIDM, folhas soltas]

" NAU CATRINETA " .

Voç -- Estava a menina sentada
A sua mesa, a estudar...
Em frente, montes de livros
Que dão muito que pensar,
Mas a pobre, já cansada,
Põe-se a dormir, a sonhar.

E sonhou... Em alta barca
Ia no mar, a vogar.
Eram as ondas o estudo,
Eram os livros o mar.
Um timoneiro de negro
Seguia à frente, a remar.

Menina ----- Ai, diz-me, meu timoneiro,
Vês ao longe um areal ?
Estou farta de caminhar
Nestas ondas sem igual.
Estou farta desta porfia
De ver livros noite e dia
Para o exame final.
Ai, diz-me, meu timoneiro,
Vês ao longe um areal ?

Timoneiro ---- Não vejo praias douradas
Nem lugares pra descansar.
Vejo ao longe seis raposas
Que lá estão p'ra te matar...

Menina ----- Sobe mais alto, marujo,
Mais alto, ao mastro real...
Vê se vês férias à porta
Após o exame final...

Tim ----- Alviçaras, minha donzela,
Dai-mas já minha menina...
Já vejo praias douradas,
As praias de areia fina...
E mais vejo três dragões
Sentados nesse areal...
Um lê, com ar bem atento,
Um livro fenomenal.
O segundo está à espera
Como da caça, o leão...
Tem no peito, escrita a fogo.
A palavra " Aptidão".
O terceiro, o mais medonho,
Com ar triste, de pasmar,
É o exame do 7º ano
Que está no meio a chorar...

Men.----- Todos três são meus pecados !
Quem mo: dera ultrapassar...
Ai, diz-me meu timoneiro
Que alviçaras te heiãde dar ?
Dar-te-ei um dicionário
Um livro que ninguém lê,-
Dar-te-ei um Boutarie,
Tubiã ou Périer ?...

Tim. -- Eu não quero vossos livros
Que dão muito que fazer !...

Men.---- Dar-te-ei um I6
Que tanto me custa a ter ?...

Tim. -- Não quero o teu I6
Que o posso nunca mais ver...

Men.---- Ai, diz-me, meu timoneiro,
Que alviçaras te heiãde dar ?...

Tim.- Donzela, quero as tuas férias
Para comigo as levar...
Men. - Renego de ti, sinistro,
Que me estavas a tentar...
As férias de eu tê-las,
O estudo do... ao mar !...

Voz -- Um anjo de branca alvura
Não a deixou afogar...
Eram os finais
que a tinham libertar.....
.....
Acorde a menina á pressa...
Fosse verdade o sonhar !...

" Q U E M É " ? ...

CÓRO

Quem é, quem é, quem é,
Quem é, quem há-de ser,
Quem é, quem é, quem é,
Adivinhem pra saber !

Faz favor Sr^a. Amparo
Traga o Diário das Sessões
Xemplifiquemos aqui
O que são ratificações...

Saiba que é a mesma coisa
Dizer isso ou dizer nada.
Quero essa lei concisa
Mas não a quero empinada.

x
Dizei-me vós qualquer coisa
Porque eu não sei discursar
Se assim estais, no fim do ano,
Vou-as todas reprovar.

O optativo do indicativo
O aoristo do presente ?...
"Com que então ninguém responde ?
Isto é que está uma gente !...

- xx -

Eu trouxe de Madrid
Fotos para lhes mostrar
Quem quiser pode vir vê-los
No fim da aula acabar.

Com que então não fazem festa ?
Mas que desgosto profundo !
Gente de possibilidade
De virar os pés ao mundo...

- xx -

Laudavêram é que se diz
Cuidado co' a acentuação...
Quem fizer das breves longas
Paga multa dum tostão.

Só este 1^o Ciclo
Me dá tanto que fazer !
Isto é que são umas tontas !...
Então não querem saber?...
- xx -

Pedras . Fósseis, minerais
Ao sábado revisões
Quero dizer-lhes sobre isto
Uma certa profecia

Vão abrir este lagarto
Mas não me façam asneiras
Peguem nisso com as pinças.
Não vão par'cer cozinheiras.

- xx -

O Romantismo afinal,
Acredite, minha filha,
É a escola que eu prefiro
Tem livros de maravilha.

Estes autores do programa
Como os havemos de dar,
Sem haver uma selecta
Onde eu os possa encontrar.

-xx-

Meninas, estejam caladas.
Peço um pouco de atenção.
Eu prefiro o raciocínio
A uma grande discussão

Montem-me esse aparelho
Direito, com simetria,
Acho-as todas muito cruas,
Studem isto dia a dia.

- xx -

Quando forem p'ró exame
Tenham cuidado com tudo
Mas não me fiquem caladas
Como a jogar o sizudo.

-
Vejam lá o conjuntivo
Prestem todas atenção. -
Lá está a M^a Luisa
Na sít'ma concentração.

-xx-

Se as meninas não se agarram
Ao livro, bem agarradas,
São as primeiras alunas
Que me ficam reprovadas.

-
Estava um dia num Museu
Fique tudo admirado -
Uma jóvem muito bela
A olhar o "desterrado",...

xx -

x2 - x 2
Sempre é menos e não mais.
Inda não estou tão maluca
Que vós decerto estais.

Não sejam tão acanhadas
Aprendem a falar alto
Pois embora não pareça
É p'ra a nota mais um salto.

-xx-

Pessoa de 7 ofícios
Com muito boa vontade...
Consta que, ultimamente
Studa a electricidade.

Não se exalta, não se zanga,
Sempre alegre e sorridente
É o Tipo mais perfeito
Do modelo paciente.

ANEXO C12

Despedida em verso, declamada no final do ano lectivo (data e autoria desconhecidas)
[Arquivo da ESIDM, folhas soltas]

D E S P E D I D A :

Como prelúdio de canção dorida,
Primeiro verso dum poema ardente,
Vibrou em nós indefinidamente
A nostalgia triste da partida...

Este momento é nosso. A despedida
Tem qualquer coisa estranha de plangente...
É que o Futuro, num sonhar fremente,
Lembra o passado numa dor sentida...

Adeus... A vida foge tão depressa!...
Ai, como definir esta ansiedade
Perante os novos rumos do sonhar?...

Adeus... A vida foge e fica presa!...
Canta dentro de nós uma Saudade...
Vamos partir p'ra nunca mais voltar !...

-- B A L A D A --

Chega a nossa hora de partir p'ra vida,
De viver um rumo feito de ansiedade ...
Chega a nossa hora desta despedida.
Quiremos recordá-la, de alma agradecida
Pela vida fora, ao sentir saudade...

Pois que a vida é nossa e é por nós fadada
Sigamos em frente, sem nunca parar...
Vivamos a vida como ~~na~~ toada
Que alguém nos cantasse --- singela balada, ---
Para os nossos Sonhos vir acalantar...

Dentro em nós, baixinho, qualquer coisa chora
Que nos chega aos lábios feito este cantar...
Ná em nós tristesa, pois vamos embora...
Mas hoje inda é dia, cantemos agora,
Que amanhã partimos para não voltar...